

Coleção Ciência Aberta Nº 16 - Coordenação Prof. Sérgio Nunes de Jesus

IDA LUCIA MACHADO  
SÉRGIO NUNES DE JESUS  
(ORGANIZADORES)

# ANÁLISE DO Discurso

Afinidades Epistêmicas  
Franco-Brasileiras  
(Tomo II)



*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Ida Lucia Machado  
Sérgio Nunes de Jesus  
(Organizadores)

ANÁLISE DO DISCURSO  
AFINIDADES EPISTÊMICAS  
FRANCO-BRASILEIRAS  
(Tomo II)

Coleção Ciência Aberta Nº 16  
Coordenação: Prof. Sérgio Nunes de Jesus

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

EDITORA CRV  
Curitiba - Brasil  
2018

Copyright © da Editora CRV Ltda.  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Editora CRV  
**Imagem da Capa:** Sketchepedia - Freepik.com  
**Revisão:** Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

---

An532

Análise do discurso afinidades epistêmicas franco-brasileiras (tomo II) / Ida Lucia Machado, Sérgio Nunes de Jesus (organizadores) – Curitiba: CRV, 2018.  
250 p. (Ciência aberta, v. 16)

Bibliografia  
ISBN 978-85-444-2478-0  
DOI 10.24824/978854442478.0

1. Linguística 2. Letras 3. Aprendizagem I. Machado, Ida Lucia. org. II. Jesus, Sérgio Nunes de. org. III. Título IV. Série

CDU 80

CDD 410

---

Índice para catálogo sistemático  
1. Linguística 410

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.  
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2018

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004  
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV  
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV  
Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: [sac@editoracrv.com.br](mailto:sac@editoracrv.com.br)  
Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracrv.com.br](http://www.editoracrv.com.br)

## Conselho Editorial: Comitê Científico:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Afonso Cláudio Figueiredo (UFRJ)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Andre Acastro Egg (UNESPAR)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Andrea Aparecida Cavinato (USP)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO/PT)	Atilio Butturi (UFSC)
Carlos Frederico Dominguez Avila (Unieuro)	Carlos Antônio Magalhães Guedelha (UFAM)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Daniel de Mello Ferraz (UFES)
Celso Conti (UFSCar)	Deneval Siqueira de Azevedo Filho (Fairfield University, FU/Estados Unidos)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Trés de Febrero/Argentina)	José Davison (IFPE)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	José Nunes Fernandes (UNIRIO)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Janina Moquillaza Sanchez (UNICHRISTUS)
Élsio José Corá (UFFS)	Luis Rodolfo Cabral (IFMA)
Elizeu Clementino (UNEB)	Patrícia Araújo Vieira (UFC)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Rafael Mario Iorio Filho (ESTÁCIO/RJ)
Francisco Carlos Duarte (PUC/PR)	Renata Fonseca Lima da Fonte (UNICAP)
Gloria Fariñas León (Universidad de La Havana/Cuba)	Sebastião Marques Cardoso (UERN)
Guillermo Arias Beatón (Universidad de La Havana/Cuba)	Valdecy de Oliveira Pontes (UFC)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Vanise Gomes de Medeiros (UFF)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Zenaide Dias Teixeira (UEG)
Josania Portela (UFPI)	
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	
Lourdes Helena da Silva (UFV)	
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL/MG)	
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)	
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

*Versão final*

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
<i>Ida Lucia Machado</i> <i>Sérgio Nunes de Jesus</i>	
PREFÁCIO.....	11
<i>Eduardo Assunção Franco</i>	
RELIGIÃO NA MÍDIA: a discussão a respeito da “cura gay” promovida pelo pastor Silas Malafaia no <i>Instagram</i> .....	17
<i>Mônica Santos de Souza Melo</i>	
APÓSTROFO E CENA DA RETÓRICA.....	31
<i>Dominique Maingueneau</i> <i>Tradução de Maria Cristina Ramos Borges e Sérgio Nunes de Jesus</i>	
ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: estudo de uma possível narrativa de vida.....	47
<i>Ida Lucia Machado</i>	
UMA QUESTÃO (UM TANTO HÍBRIDA) DE CONTRATO: análise dos discursos sobre doença em revistas semanais de informação.....	65
<i>Luiz Marcelo Robalinho Ferraz</i>	
L’IMPORTANCE DE LA NOTION D’ETHOS DANS LA TRADUCTION.....	91
<i>Yana Grinshpun</i>	
OS LUGARES DA MEMÓRIA NO DISCURSO.....	107
<i>Wander Emediato</i>	
UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE O CARISMA EM NARRATIVAS DE VIDA.....	127
<i>Aline Torres Sousa Carvalho</i>	
TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA: enriquecimento e produtividade em terras cariocas e fluminenses.....	145
<i>Maria Aparecida Lino Pauliukonis</i>	

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA NO CONTEXTO DA OBRA DE JOSÉ SARAMAGO: o imbricamento entre análise do discurso e literatura.....	161
<i>Tatiana Emediato Corrêa</i>	
O PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ponte narrativa entre os discursos do passado e do presente.....	175
<i>Adriana do Carmo Figueiredo</i>	
LINGUAGEM, DISCURSO E CONDIÇÃO HUMANA.....	195
<i>Rui Alexandre Grácio</i>	
“É PRECISO COLOCAR O BRASIL NOS TRILHOS”: análise discursiva das representações do país em propaganda do Governo Temer.....	209
<i>Millaine de Souza Carvalho</i>	
<i>Virgínia Barbosa Lucena Caetano</i>	
<i>Luciana Iost Vinhas</i>	
O ESTIGMA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DISCURSIVAS.....	223
<i>Gilmar Bueno Santos</i>	
<i>Liozina Kauana de Carvalho Penalva</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	245

Versão final

# APRESENTAÇÃO

*‘somnia est autem virtus maxime’*

As trocas teóricas entre a França e o Brasil, no domínio da análise do discurso, já vêm de muitos anos atrás. A princípio, levadas a cabo apenas por alguns pesquisadores, tais trocas acabaram por se estender a vários outros, de diversas Instituições e Universidades brasileiras. Apesar da grande distância geográfica que, por vezes, separa tais pesquisadores, alguns deles se encontram e simpatizam um dia ou outro e decidem trabalhar juntos em pesquisas similares ou dissonantes. Foi esse o caso de dois pesquisadores que assinam esta Apresentação e que organizaram a coletânea.

Após ter lançado, em 2016, o *Tomo I* de *Análise do Discurso: afinidades epistêmicas Franco-Brasileiras*, voltamos agora, quase dois anos depois, a unir nossos esforços (e o de nossos autores-colaboradores-pesquisadores do discurso) para o *Tomo II* sobre o mesmo tema. Aliás, agradecemos aos que aceitaram participar de mais uma aventura analítico-discursiva, atendendo aos nossos convites. Como o primeiro *Tomo*, este também foi feito sem angústias nem concorrências cansativas, mas, com afeto. Daí a liberdade de escolhas teóricas que os leitores verão nos capítulos que o compõem. Como analistas *do/de discurso*, esperamos ter conseguido, no *Tomo II*, como no que o precedeu, ter respeitado/acolhido com carinho nossos autores de língua portuguesa (do Brasil e de Portugal) e francesa.

O ato de lançar mais uma coletânea tem sempre uma razão de ser. No caso, a coletânea resulta também de um encontro de amigos pesquisadores que sonham em ver “*sua*” análise do/de discurso ou as diferentes correntes de análise do/de discurso franco-brasileiras prosperar, nas aulas que dão, na formação futura de nossos alunos. Este ato vem envolto pois, de esperança: que os livros impressos continuem a existir e que as trocas *linguageiras* entre diferentes povos sejam cada vez mais férteis e felizes.

Fechamos a Apresentação com alguns versos de dois artistas/poetas brasileiros. Tais versos, em sua forma lírica, contêm em seu âmago o que pensamos sobre a análise do/de discurso, sobre o Brasil, sobre Portugal, sobre a França, sobre a vida, sobre *a luta nossa de cada dia*. Que não tem sido fácil. Mas a gente continua a esperar. E a sonhar.

*Sonhar//Mais um sonho impossível//Lutar// Quando é fácil ceder//  
Vencer o inimigo invisível//Negar quando a regra é vender  
[...]* (Chico Buarque e Ruy Guerra. In: Sonho impossível).

Belo Horizonte-MG / Cacoal-RO, 25 de abril de 2018

Os organizadores

*Ida Lucia Machado/UFMG, PosLin/NAD/FALE, Brasil  
Sérgio Nunes de Jesus/IFRO, GP PDA, Brasil*

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

## PREFÁCIO

A Análise do Discurso (AD), criada por pesquisadores franceses na segunda metade do século XX, trouxe avanços importantes para a linguística e outras áreas da Ciência da Linguagem. Autores brasileiros e de outros países perceberam logo a relevância dessa nova linha de pesquisa, passando a estudá-la, adaptá-la às suas especificidades, utilizá-la em seus trabalhos e em sala de aula.

De lá para cá, a integração entre pesquisadores brasileiros e franceses só fez aumentar. Muitos autores e alunos do Brasil têm ido estudar na França, autores daquele país vêm regularmente ao Brasil participar de eventos científicos e muitas de suas obras foram publicadas aqui, com sucesso. Assim como autores brasileiros já publicaram seus livros na França.

Podemos dizer que se estabeleceu entre as duas partes uma relação de “compadres/comadres”. Por fé ou tradição, quando os casais têm filhos convidam amigos queridos para apadrinhá-los em seu batismo. O sacramento cristão prevê que o padrinho/madrinha é como um segundo pai/mãe, no sentido de cuidar e acompanhar o desenvolvimento da “criança” por toda a vida. E é isso que os pesquisadores brasileiros e de outros países têm feito em relação à AD.

Neste livro, autores brasileiros e europeus dão uma demonstração do quanto a AD está enfronhada no seu cenário acadêmico. Utilizando estudos de diferentes autores, eles propõem novos olhares e analisam *corpora* bastante diversificados e de suma importância epistemológica. Uma clara demonstração de que nesse pouco mais de meio século de existência, a AD só fez crescer e contribuir para o desenvolvimento da Ciência da Linguagem na França, no Brasil e em muitos outros países.

As contribuições trazidas pela Análise do Discurso de linha francesa, com destaque para a Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, são comentadas por Mônica Santos de Souza Melo no seu artigo “Religião na mídia: a discussão a respeito da ‘cura gay’ promovida pelo pastor Silas Malafaia no *Instagram*”. A autora analisa o vídeo no qual o religioso critica a reportagem veiculada no programa “Fantástico”, da Rede Globo, que discute a decisão da Justiça de autorizar psicólogos a atenderem homossexuais que queiram se tornar heterossexuais. A análise de recepção, pouco comum na AD, é feita por Melo, que se escuda em considerações do próprio Charaudeau e estudos de outros autores das Ciências Humanas. Ela analisa comentários de internautas que assistiram ao vídeo de Silas Malafaia, no *Youtube*.

Dominique Maingueneau, um dos próceres da AD francesa, trata no seu artigo “Apóstrofo e cena da retórica” (tradução de Maria Cristina Ramos Borges e Sérgio Nunes de Jesus) dessa figura de linguagem pouco observada na arte retórica. Ele destaca que, muitas vezes, o apóstrofo não é separado da sua função sintática. No campo retórico, o apóstrofo ocorre em situações em que o orador interrompe o discurso para designar pessoas, deuses ou homens, vivos ou mortos. Em seu *corpus*, o autor analisa o uso dessa figura de retórica por políticos como Barack Obama e François Mitterrand.

A saga de Catherine, personagem do livro *La Salamandre*, do escritor francês Jean-Christophe Rufin (2005), é acompanhada por Ida Lucia Machado em seu artigo “Entre ficção e realidade: estudo de uma possível narrativa de vida”. Uma das pioneiras da AD no Brasil, a autora publicou, em 2013, na França, seu livro *Parodie et analyse Du discours*. Machado explica que no seu texto utiliza “possível narrativa de vida” porque identificou elementos de *fait divers* na trama de Rufin. Valendo-se da Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 1983, 1992) e de outros estudos sociológicos sobre narrativas de vida, Machado destaca a habilidade de Rufin de imiscuir-se na sua história como personagem. O mito da salamandra, usado pelo autor, é bastante apropriado para identificar Catherine. Ela passa de dominadora a dominada no romance com Gil, sentindo na pele que o “fogo” brasileiro pode queimar mais que o francês.

Com base em estudos de Maingueneau e Charaudeau, Luiz Marcelo Robalinho Ferraz investiga o tratamento discursivo que a revista *Veja* dá a pautas ligadas à Medicina e à saúde em seu texto “Uma questão (um tanto híbrida) de contrato: análise dos discursos sobre doença em revistas semanais de informação”. O autor verifica que, de 1968 a 2014, a revista ampliou o espaço dado a esse assunto e alterou a forma de tratá-lo dentro do campo jornalístico, que se dispõe a ser neutro e imparcial. Segundo Ferraz, *Veja* passou a utilizar nos seus textos jornalísticos elementos como o “imperativo” e o “vocativo”, característicos dos discursos publicitários e políticos, para incitar o público a cuidar mais de sua saúde.

Em seu texto “L’Importance de la notion d’ethos dans la traduction”, Yana Grinshpun mostra que a tradução de um *ethos* discursivo, feita por analistas do discurso, não é fácil. A autora inicia explicando a origem de *ethos* e mostra que, depois da retórica clássica, foi a Análise do Discurso quem voltou a trazer essa noção ao cenário acadêmico. No caso, por Ducrot (1984), mas, sobretudo, por Maingueneau (1993). Ou seja, fazendo um passeio pelo *ethos* e por essa noção (na retórica clássica) e agora na AD, Yana acaba por mostrar que a tradução do *ethos* discursivo de um autor apresenta alguns problemas, que os estudos discursivos podem ajudar a resolver.

O problema da memória é de interesse das Ciências Sociais e Humanas, que costumam tratá-lo considerando seus aspectos individuais, coletivos e de representação social. Em seu artigo “Os lugares da memória no discurso”, Wander Emediato explica que para a Análise do Discurso essa também é uma questão central desde a fundação da linha de pesquisa. O autor realiza um percurso epistemológico do problema da memória, partindo de sua expressão ideológica, discutindo sua relação com o acontecimento, a influência e a cognição social, chegando aos imaginários sociais e discursivos. Para Emediato, parece justificado propor o espaço da Análise do Discurso como um lugar distinto de memória, tendo em vista que a memória dos discursos é um lugar de representações de sistemas de valor e de crença e, portanto, fundador de competência axiológica nos sujeitos.

A importante contribuição da Teoria Semiolinguística para a AD e sua capacidade de abranger vários campos de conhecimento são destacadas por Aline Torres Sousa Carvalho em seu texto “Um olhar discursivo sobre o carisma em narrativas de vida”. A autora comenta que, segundo Charaudeau (2012), há três condições para que ocorra o carisma: a transcendência, a atração e a existência de alguém que as corporifique, de um corpo. Elas são encontradas na representação discursiva dos personagens São Francisco de Assis e Francisco Xavier, nas suas respectivas narrativas de vida, escritas por Frugoni (2011) e Maior (2003).

Em seu texto “Teoria Semiolinguística: enriquecimento e produtividade em terras cariocas e fluminenses”, Maria Aparecida Lino Pauliukonis destaca a relevância da teoria desenvolvida por Patrick Charaudeau na análise da ação de sujeitos interagentes na *mise-en-scène* enunciativa de gêneros textuais, regidos por um contrato comunicativo. A autora comenta a sua utilização por diversos grupos de pesquisadores no Brasil, entre eles o CIAD-Rio (UNIRIO) – coordenado por ela de 1993 a 2017 –, que realizam pesquisas em cooperação científica com o autor francês e utilizam suas perspectivas teóricas para fundamentar seus trabalhos, bastante enriquecidos pela análise de *corpora* diversos e por um “enfoque regional”.

A literatura ultrapassa o mundo da estética e, muitas vezes, torna-se espelho da própria sociedade, mesmo dentro de um texto ficcional. Essa postulação é feita por Tatiana Emediato Corrêa em seu texto “Ensaio sobre a cegueira no contexto da obra de José Saramago: o imbricamento entre análise do discurso e literatura”. Valendo-se de estudos de Maingueneau sobre intertextualidade, a autora comenta que a literatura é um campo complexo, dotado de conflitos e pontos de vista que levam o leitor a refletir sobre o mundo ao qual ele pertence. Para Corrêa, *Ensaio sobre a cegueira* retrata, por meio de uma mistura entre o mundo real e o de ficção, as inquietudes humanas.

De forma ousada, Adriana do Carmo Figueiredo postula que o preâmbulo da Constituição Brasileira de 1988 é uma forma de narrativa de vida. Em seu artigo “O preâmbulo da Constituição Federal de 1988: ponte narrativa entre os discursos do passado e do presente”, a autora explica que, conforme Machado (2014), “as narrativas de vida privilegiam um espaço de expressão das vozes de múltiplos sujeitos que, em situações de opressão, trazem as suas defesas ou as suas lutas pelos direitos e pelas garantias fundamentais que se materializam em seus discursos”. Para Figueiredo, diferentes vozes provenientes de grupos sociais, empresariais, políticos e jurídicos agiram sobre a Assembleia Constituinte que redigiu a Carta Magna, da qual o preâmbulo não pode ser desvinculado.

Análise do discurso, retórica e argumentação estão ligadas de forma incondicional quando pensamos no fenômeno da linguagem de uma forma ampla e levando em consideração a finitude, a historicidade, a dimensão situada e os contextos vividos. Rui Alexandre Grácio explica isso em seu texto “Linguagem, discurso e condição humana”. Pela perspectiva filosófica, o autor vê a linguagem, a retórica e a argumentação menos como um método ou um meio (ponto de vista epistêmico-funcional) do que como uma característica existencial da humanidade do homem (ponto de vista ontológico). Para explicar a articulação entre Análise do Discurso, retórica e argumentação, Grácio utiliza três pares: implícito/explicito, resposta/problematização, saliência/filtragem.

Com base na AD “pêcheuxtiana”, Millaine de Souza Carvalho, Virgínia Barbosa Lucena Caetano e Luciana Iost Vinhas buscam compreender quais saberes do interdiscurso são colocados em circulação a partir dos elementos materiais presentes na propaganda do Governo Federal. Em seu texto “‘É preciso colocar o Brasil nos trilhos’: análise discursiva das representações do país em propaganda do Governo Temer”, as autoras verificam o uso da metáfora de um trem representando o Brasil –, na AD, ela é compreendida como deslizamento de sentido. O trem é mostrado parado e deteriorado em 2015, numa referência ao Governo Dilma Rousseff (passado); sendo restaurado pelos trabalhadores (presente); e, plenamente recuperado, seguindo em frente (futuro). As analistas do discurso observam que, na cena final, apenas o narrador, um homem branco e bem-vestido, segue no trem, enquanto os trabalhadores são deixados para trás. Segundo Carvalho/Caetano/Vinhas, o texto publicitário se materializa na propaganda por meio de Formação Discursiva (FD) neoliberal.

As personagens femininas dos contos “A caolha” (1903), de Júlia Lopes de Almeida, e “Vestido Longo” (2010), de Marcelino Freire, guiam as análises de Gilmar Bueno Santos e Liozina Kauana de Carvalho Penalva em seu texto “O estigma como instrumento de construção de identidades discursivas”, que

fecha este livro. Conforme os autores, “a estigmatização ocorre de modo assemelhado à diferenciação, uma vez que, se perpetua em estreitas relações de criação de vínculos e desvínculos”. O estigma, no período atual, representa algo ruim, que precisa ser evitado. As protagonistas dos dois contos, publicados em épocas bem distintas, carregam estigmas – a primeira uma deformação física e a segunda a prostituição – que constroem suas identidades discursivas e as das pessoas ligadas a elas.

Os 13 artigos deste livro demonstram como é profícua a parceria entre pesquisadores franceses, brasileiros e de outros países em torno da Análise do Discurso. A linha de pesquisa, inaugurada por Pêcheux, na década de 1960, incrementada e aprimorada por estudiosos da França e de outros países, ao longo das últimas décadas, dá mostras de que nesse curto período de tempo ela avançou e se consolidou. Haja vista, a publicação de livros como este e o grande número de pesquisas já desenvolvidas ou em andamento que usam a AD como base ou complemento do referencial teórico.

Há que se destacar ainda a variedade de temas e *corpora* presentes neste livro, analisados por meio de teorias desenvolvidas junto à AD. Discussões sobre apóstrofo retórico, papel do sujeito, *ethos* discursivo, memória e discurso, narrativas de vida e a ligação entre AD, retórica e argumentação trazem novas contribuições para a linha de pesquisa. A obra reúne ainda a análise de *corpora* que compõem os discursos religioso, midiático, publicitário, literário e jurídico.

Para finalizar, vale a pena salientar que este livro dá sequência ao primeiro, também organizado por *Ida Lucia Machado/UFMG, PosLin/NAD/FALE* e *Sérgio Nunes de Jesus/IFRO, GP PDA*, sobre a parceria vitoriosa de pesquisadores franceses, brasileiros e de outros países em torno da Análise do Discurso. Uma comprovação de que a linha de pesquisa segue forte e bem cuidada por seus “mães/pais” e “madrinhas/padrinhos”.

Belo Horizonte-MG / Cacoal-RO, 07 de maio de 2018  
*Eduardo Assunção Franco/UFMG, NAD/FALE, Brasil*

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# RELIGIÃO NA MÍDIA: a discussão a respeito da “cura gay” promovida pelo pastor Silas Malafaia no *Instagram*

Mônica Santos de Souza Melo

Em setembro de 2017, a decisão do Juiz Federal Waldemar Cláudio de Carvalho, do Distrito Federal, liberou o tratamento de homossexuais por psicólogos, autorizando terapias de “reversão sexual”, sem que os psicólogos pudessem sofrer qualquer tipo de censura por parte dos conselhos de classe. Essa decisão contrariou uma resolução do Conselho Federal de Psicologia de 1999, que proíbe esse tipo de tratamento. Nessa resolução 01/1999, o Conselho estabelece as normas de condutas dos psicólogos no tratamento de questões envolvendo orientação sexual. De acordo com a organização, essa resolução trouxe impactos positivos no enfrentamento a preconceitos e proteção de direitos da população homossexual no país, com relação aos altos índices de violência contra LGBTs.

A decisão do Juiz Waldemar Carvalho foi alvo de uma reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo, no dia 24 de setembro. É a essa reportagem que o Pastor Silas Malafaia se refere na mensagem, postada no seu canal do *youtube*. No vídeo, o pastor questiona a imparcialidade da matéria e critica aquilo que seria uma campanha da emissora a favor da homossexualidade.

A posição do Pastor Silas Malafaia em relação a alguns temas polêmicos é bastante conhecida, não apenas no mundo religioso, mas também entre a população brasileira em geral, uma vez que, o Pastor é figura presente nas mídias, especialmente nas redes sociais. Quando se trata da questão das relações homoafetivas, o pastor também é incisivo ao defender seu ponto de vista. Um exemplo disso é o livro publicado pelo Pastor intitulado “A Estratégia (*The Agenda*): o plano dos homossexuais para transformar a sociedade”, que é uma tradução do livro do Reverendo Louis Sheldon, onde se denuncia a “estratégia” de segmentos da sociedade que estariam colaborando para a destruição da estrutura moral da sociedade e promoção de relações promíscuas.

É por meio do seu canal no *youtube* que Malafaia se posiciona a respeito da questão, criticando a abordagem dada a ela pela rede Globo.

Nosso foco, nesse texto, não é, apenas, a identificação das teses defendidas por Malafaia, mas também os procedimentos argumentativos empregados por ele para defendê-las. Procuramos descrever e interpretar, numa perspectiva

discursiva, a organização argumentativa da mensagem de Silas Malafaia, visando identificar argumentos para convencer o internauta da tese de que a rede Globo, através da reportagem do Fantástico, pretendeu manipular o telespectador contra a decisão do Juiz Federal e, por consequência, contra a ideia de que a homossexualidade é uma condição que pode ser revertida. Além disso, procuraremos analisar a repercussão dessas ideias por meio da análise dos comentários publicados pelos seguidores do Pastor.

Esse trabalho, que se insere no Projeto intitulado *A articulação religião-mídia-política: uma análise das práticas discursivas midiáticas da inserção do domínio religioso no domínio político* (que conta com o apoio do CNPq) representa uma tentativa de compreensão do fenômeno da midiáticação do discurso religioso a partir do uso de ferramentas teóricas e metodológicas da teoria semiolinguística do discurso.

## **Uma reflexão teórica: a AD Semiolinguística**

A inserção da Análise do Discurso (AD) de origem francesa no Brasil, a partir do final da década de 80, representou um marco nos estudos linguísticos por possibilitar uma interpretação da língua que ultrapassasse o âmbito formal e que fosse além da análise de conteúdo. Desde essa época até os dias de hoje a Análise do Discurso vem se diversificando e se aprimorando, a partir do trabalho de pesquisadores brasileiros que, em diversas partes do país, esforçam-se não apenas em adotar as bases teóricas já estabelecidas, mas em adaptá-las à realidade brasileira, aos gêneros que aqui se utilizam e às diversas matérias semiológicas das quais estes gêneros se compõem. Sendo assim, tornam-se cada vez mais significativos trabalhos que abordam, por exemplo, as interações televisuais e as mídias digitais, em suas diversas manifestações. Trata-se de um esforço no sentido de revisitar e redefinir os conceitos originais, estabelecer novas categorias de análise, ampliar as temáticas de estudo e adaptar as práticas metodológicas existentes a esse novo cenário.

Um dos principais exemplos de abordagens em AD oriundas da França e praticadas no Brasil que proporciona essa abertura é a Teoria Semiolinguística do Discurso. Idealizada pelo linguista francês Patrick Charaudeau, a Semiolinguística, como é mais conhecida, foi inserida no Brasil no início da década de 90, a partir do trabalho de pesquisadores brasileiros, dentre os quais se destaca a professora Ida Lucia Machado, principal responsável pela criação do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG, que congrega pesquisadores em AD do Brasil e do mundo.

A Teoria Semiolinguística se propõe a estudar os discursos sociais do ponto de vista do sentido. Para isso é necessário: adotar instrumentos de análise

para decompor e descrever o objeto de estudo (problemática semi-discursiva); propor hipóteses gerais sobre a significação social e o funcionamento do objeto que se analisa (problemática sociocomunicativa); interpretar os dados (problemática interpretativa).

A Semiologia procura integrar essas três problemáticas: a problemática semi-discursiva postula que o mundo pode ser percebido através de categorias de sentido, que dependem de categorias de formas. Essas não possuiriam um mero valor referencial, mas uma função representacional. A problemática sociocomunicativa postula que os fatos de linguagem participam de um quadro mais geral, o do comportamento humano, que se caracteriza pela convivência de indivíduos que tentam se influenciar. A problemática da interpretação relaciona o sentido proveniente da categorização referencial (externa) com o proveniente da categorização discursiva (interna).

O trabalho em torno dessas problemáticas nos permite identificar os imaginários sociodiscursivos presentes nos discursos. A partir de Charaudeau (2007) podem-se compreender os imaginários como um modo de apreensão do mundo, associado a valores, crenças e conhecimentos que são configurados nas práticas linguageiras por meio dos discursos socialmente situados.

O estudo que aqui propomos adota, portanto, como eixo teórico e metodológico, a Teoria Semiológica do Discurso para compreensão do nosso corpus, que se constitui, como vimos acima, de um vídeo de teor predominantemente argumentativo, a saber, um vídeo publicado em um canal do *youtube* por um pastor evangélico bastante conhecido entre os brasileiros: Silas Malafaia.

Nossa análise deve passar, obrigatoriamente, por uma reflexão em torno de algumas características do discurso religioso e de sua inserção no espaço da mídia e também pela problemática da recepção, a qual pretendemos abordar, mesmo que de forma superficial, nesse trabalho, pela sua relevância no espaço das redes sociais.

## **Recepção em AD: uma tentativa de compreensão**

As pesquisas desenvolvidas no âmbito da Semiologia em geral não abordam o estatuto do receptor nem o processo de recepção. No entanto, estudando o quadro de definição dos sujeitos da linguagem, podemos observar que Charaudeau define esse sujeito receptor (o chamado Tu-interpretante) fornecendo algumas bases para que possamos compreendê-lo.

Parece que a questão da recepção tem sido evitada nos textos em AD por duas razões principais: uma de ordem teórico-metodológica e outra pragmática. Em termos teórico-metodológicos, muitos acreditavam que as teorias do discurso não forneciam bases conceituais e ferramentas suficientes

para o tratamento dessa questão. Em termos pragmáticos, acreditava-se ser difícil – e em alguns casos impossível – ter acesso às várias manifestações dos indivíduos que recebem os discursos. Hoje sabemos que podemos nos apropriar de bases oriundas dos estudos de recepção voltados sobretudo para o contexto midiático, propostas por autores como Gomes (2004) e Martín-Barbero (1997). Acreditamos ser possível empreender uma análise qualitativa da audiência, investigando, como propõe Gomes (2004, p. 229), como os sujeitos empíricos negociam os sentidos ideológicos das publicações e reagem a seus apelos. Sendo assim, os receptores não devem ser vistos como seres passivos, mas como produtores de sentido. Esse é também o pensamento de Martín-Barbero (1997) que associa a recepção midiática à vida social, vendo o receptor como um sujeito que ressignifica as mensagens.

O estudo da recepção nessa perspectiva parte do princípio de que os discursos, especialmente os veiculados pela mídia, produzem efeitos cognitivos e pragmáticos sobre os sujeitos interpretantes, por meio da distribuição de informações e de opiniões, o que afeta a representação simbólica dos indivíduos, suas opiniões, crenças e, conseqüentemente, ações. Usando a nomenclatura de Martín-Barbero (1997), a abordagem proposta representa transpor o estudo dos “meios” e alcançar a compreensão das “mediações”, avaliando como as mídias interferem na percepção da realidade por parte do receptor.

Retomando à Semiologia, buscamos o que essa teoria pode nos oferecer para o tratamento dos dados da recepção.

Entendemos que, no âmbito da Semiologia, o espaço da recepção está circunscrito ao circuito externo de comunicação, sendo representado pela figura do chamado “sujeito interpretante” (o Tu-i). Esse sujeito se define como um ser real, que atua fora do ato de enunciação, sendo o responsável pelo processo de interpretação do discurso.

Charaudeau distingue, na instância de produção do discurso, um sujeito que se desdobra em EU-enunciador e o EU-comunicante. O EU-e é um ser de fala, presente explícita ou implicitamente em todo ato de fala. Trata-se de uma imagem de enunciador produzida pelo sujeito produtor da fala (o EU-c), representando seu traço de intencionalidade na instância de produção do ato de linguagem.

Na instância de recepção, também temos o desdobramento de dois seres: o TU-destinatário e o TU-interpretante. O primeiro é um interlocutor idealizado pelo EU, que pode estar explicitamente marcado ou não no ato de linguagem. Já o TU-interpretante é o responsável pelo processo de interpretação.

Quando se fala de recepção, é esse sujeito interpretante e sua reação que interessa ao pesquisador. No entanto, como afirma Charaudeau (2008, p. 46), esse sujeito “escapa ao domínio do EU”, uma vez que nem sempre

corresponde ao ser idealizado pelo falante. Ou seja, uma ordem direciona-se a um TU-d, ser idealizado que, provavelmente, reconhecerá no locutor uma autoridade e, conseqüentemente, uma posição de subordinação em relação a esse locutor. Porém, o sujeito real ao qual essa ordem vai se dirigir pode não corresponder, necessariamente, ao sujeito real que receberá essa ordem.

Segundo Charaudeau (2010), o espaço de recepção é o espaço da prática social em que o sujeito deve atribuir sentidos ao ato de comunicação. Trata-se, portanto, do espaço dos efeitos produzidos. Para o autor, nas situações de comunicação em que o sujeito interpretante é plural e heterogêneo (como na comunicação midiática) a possibilidade de coincidência entre o efeito visado pelo locutor e o efeito produzido é ainda menor.

Para Charaudeau (2010, p. 5), “[...] esse sujeito interlocutor é um ator social que tem sua própria autonomia em sua ação de interpretação; ele se dedica a essa atividade em função de sua própria identidade social, da identidade social do locutor que ele percebe, das intenções que lhe atribui, de seu próprio conhecimento de mundo e de suas próprias crenças”.

Entre os sujeitos do discurso existe, para Charaudeau (2001), uma relação contratual que depende de três componentes: o comunicacional, que diz respeito ao quadro físico da situação; o psicossocial, que se refere aos estatutos ligados aos parceiros, tais como idade, sexo, categoria socioprofissional, etc; e o intencional, que diz respeito ao que está sendo dito e à intenção estratégica subjacente ao ato de linguagem.

Vamos considerar os textos produzidos no âmbito da recepção, como um “discurso de comentário” (CHARAUDEAU, 2006). Para Charaudeau, esse tipo de discurso revela a opinião do sujeito que comenta. Ele é uma espécie de termômetro que permite avaliar a repercussão dos discursos.

Como o próprio Charaudeau afirma, o TU-interpretante está sujeito a restrições. Seu comportamento depende das circunstâncias do discurso que o levam, entre outras coisas, a “calcular os riscos de suas reações possíveis” (CHARAUDEAU, 2008, p. 46).

Ao abordar a relação entre esses sujeitos envolvidos no ato de comunicação, sobretudo em discursos predominantemente argumentativos, Charaudeau (2008) defende que em toda argumentação o sujeito deve assumir uma posição quanto à proposta, quanto ao sujeito que emitiu à proposta e quanto à argumentação. Acreditamos que esses parâmetros possam ser utilizados para descrever o posicionamento do interpretante diante dos discursos que a ele se apresentam.

Charaudeau (2006) aborda as posições do sujeito, inserido num dispositivo argumentativo. Essas posições podem dizer respeito tanto à atitude do próprio sujeito argumentante em relação à sua própria argumentação

quanto ao sujeito-alvo da argumentação. Nesse caso, o sujeito-alvo é levado a posicionar-se em relação à proposta apresentada e ao sujeito que emite a proposta. Adaptando esse esquema à figura do sujeito interlocutor, podemos identificar algumas atitudes deste em relação ao emissor da proposta e em relação à proposta.

Quanto à posição do sujeito interpretante em relação ao emissor da proposta, identificamos três possibilidades:

1. rejeição do estatuto do emissor: o sujeito interpretante pode não dar crédito ao sujeito autor da argumentação, rejeitando ou questionando a proposta. Poderíamos dizer que se trata de questionamentos que podem girar em torno da credibilidade e da legitimidade do sujeito argumentante para tratar do assunto abordado.
2. Aceitação do estatuto do emissor: o sujeito interpretante reconhece no sujeito argumentante autoridade, crédito e saber suficientes. Esse reconhecimento depende da situação de comunicação.
3. Justificativa do estatuto de um outro sujeito inserido pelo sujeito argumentante ao longo da argumentação.

Quanto às posições do sujeito interpretante em relação à própria argumentação, esta pode ser de engajamento: o sujeito pode implicar-se pessoalmente no questionamento, defendendo-o e não engajamento: o sujeito pode escolher não se implicar pessoalmente na argumentação, mantendo-a à distância.

Utilizaremos esses parâmetros para avaliar como repercute o discurso do pastor Silas sobre os internautas que comentaram sua fala.

## **Algumas reflexões sobre o discurso religioso**

O discurso religioso se caracteriza por ser um exercício de doutrinação, a partir do qual uma autoridade (padre, pastor etc.), legitimado pela posição que ocupa, procura exercer influência sobre o comportamento religioso e ético do indivíduo.

Para compreensão do discurso religioso, a descrição geral proposta por Orlandi (1996) pode ser útil, sobretudo no que diz respeito à assimetria entre as instâncias de produção e recepção e à ilusão de reversibilidade entre os planos terreno e espiritual.

Para Orlandi, uma marca do discurso religioso é a *assimetria* na relação entre a instância de produção e a instância de recepção. Enquanto a primeira é composta por Deus, pela Igreja e seus representantes (que falam em nome do plano espiritual), a segunda se compõe dos fiéis (que fazem parte do plano terreno). Esses dois planos são afetados por um valor hierárquico, por

uma desigualdade, uma vez que o celebrante reproduz a voz de Deus, que é imortal, eterno, onipotente, onipresente, onisciente, enquanto os ouvintes são mortais e passageiros.

A *ilusão da reversibilidade* entre os dois planos (<http://www.filologia.org.br/soletras/13/04.htm> – \_ftn1), o plano terreno e o espiritual, também caracteriza, segundo Orlandi, o discurso religioso. Essa ilusão pode ter duas direções: de cima para baixo, ou seja, de Deus para os homens, momento em que Ele compartilha suas propriedades por meio de sacramentos, bênçãos, de milagres; de baixo para cima, quando o homem se alça a Deus, principalmente, através da obediência à palavra de Deus. Essa ilusão de reversibilidade se constitui numa importante estratégia de captação de fiéis.

Devemos destacar, ainda, a importância da religião sobre o comportamento dos fiéis. O poder da religião está relacionado à sua onipresença e ao fato desta proporcionar aos fiéis uma compreensão das relações sociais, a partir de preceitos definidos e mediados pelas diversas igrejas. É comum, portanto, que os indivíduos recorram a ela para compreender seu lugar no mundo, compreender a si mesmos e balizar valores e comportamentos. O escopo da religião não se restringe, portanto, a orientações de natureza espiritual, mas sua influência é constante na vida em sociedade.

Compartilhamos a tese de Burity (2008) pela qual “*as religiões e as diferenças religiosas são um elemento ativo e inseparável das dinâmicas culturais e políticas que estão transformando o sentido do vínculo social e do político em nosso tempo, quer quando se expressam de forma regressiva, quer emancipatória*” (BURITY, 2008, p. 94). Sendo assim, a religião, através de seus agentes, sejam padres, pastores ou mesmo leigos, atua sobre seus pares e sobre o cidadão comum em torno de uma série de questões sociais e políticas que mantêm interseção com os princípios das denominações religiosas que esses representam. A representatividade e a extensão dessa atuação variam conforme a posição que o agente ocupa e as redes de relações proporcionadas por essa posição.

Essa influência de personalidades religiosas na vida pública se dá não apenas dentro dos templos, mas também nos espaços midiáticos através da publicação dos pensamentos dessas personalidades e das instituições que representam em diferentes meios. Observa-se que cada vez mais as igrejas têm recorrido a diversas formas de comunicação para tentar ampliar seu espaço de atuação, que extrapola os templos e invade os lares dos fiéis. Trata-se do crescente fenômeno de midiatização do discurso religioso, que amplia a influência da religião sobre o comportamento do fiel, principalmente através do uso das chamadas “redes sociais”. Por meio do processo de midiatização, recursos tecnológicos diversos, entre eles as redes sociais, são acionados de

forma a favorecer a recepção e a aceitação do discurso. Esse processo tem sido muito utilizado pelos representantes das igrejas de forma a ampliar os espaços de evangelização. Um dos principais representantes dessa tendência, no Brasil, é o Pastor Silas Malafaia. O vídeo que vamos analisar a seguir é um exemplo desse fenômeno.

### **Análise do vídeo: *A mentira sobre cura gay que a imprensa compra como verdade!*, do pastor Silas**

O vídeo em análise, com duração de 3:34 minutos, foi publicado no canal do *youtube* do Pastor Silas Malafaia, em 19 de setembro de 2017, e conta, até a presente data, com 40.819 visualizações. Como descrito acima, ele foi publicado um dia depois da reportagem do Fantástico que tratava de uma decisão judicial que autorizava o tratamento psicológico de homossexuais.

Para construir sua crítica que reflete a posição da sua denominação religiosa, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Malafaia utiliza diversos procedimentos argumentativos, os quais descreveremos, de forma sucinta, a seguir.

Antes de mais nada, deve-se destacar que o pastor adota como destinatário primeiro o fiel, que o acompanha em seu canal do *youtube*.

Predominam na fala do pastor as modalidades elocutiva e delocutiva. A primeira manifesta-se pelo uso de interpelações explícitas direcionadas ao crente/internauta que conciliam uma função fática, de chamamento, e uma função de apelo ao fiel para que ele se conscientize e se engaje à proposta defendida pelo pastor, de que a rede Globo não produz um jornalismo digno de credibilidade. Essas suas atitudes estão exemplificadas nos excertos abaixo:

*Minha gente, vou mostrar pra vocês.*

*E outra, meu amigo, meus amigos, uma reportagem tendenciosa, que não mostra o lado contrário. É isso que é jornalismo, minha gente?*

Além disso, a interpelação, através de questionamento, introduz a tese que ele vai defender, que é da possibilidade do homossexual poder se submeter a tratamento psicológico.

*Em que lugar do mundo uma sociedade de psicologia impede o terapeuta de atender o paciente?*

Já a modalidade delocutiva, que predomina na fala do pastor, manifesta-se por asserções que expressam a avaliação que o pastor faz a respeito da rede Globo, do programa Fantástico e da polêmica em torno da possibilidade de

reversão da homossexualidade por meio de tratamento psicológico. Charaudeau (2006) esclarece que a enunciação delocutiva “*apresenta o que é dito como se a palavra dada não fosse da responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse apenas do ponto de vista de uma voz terceira, voz da verdade*” (CHARAUDEAU, 2006, p. 178). Sendo assim, as asserções a respeito da rede Globo, do chamado “ativismo gay” e da possibilidade de reversão da homossexualidade ganham um tom de verdade e não de crenças.

Para expressar a tese de que a Globo é parcial em sua reportagem, afirma:

*Uma vergonha o jornalismo parcial do Fantástico da Rede Globo sobre essa palhaçada de cura gay.*

*A questão envolve psicólogos e uma resolução Conselho Federal de Psicologia. A Globo coloca dois médicos pra falar de assunto que envolve psicólogo. Isso é uma afronta aos psicólogos.*

*Outra, só mostra um lado da história. Jornalismo independente tem que mostrar os dois lados.*

Desqualificando a fonte da informação, o pastor procura negar a sua credibilidade, o que, conseqüentemente, afeta o valor de verdade do conteúdo da reportagem a ela atribuída. Tal reportagem problematiza a decisão do Juiz Federal que autoriza o tratamento psicológico à homossexuais. Apoiando-nos em Charaudeau (2006) poderíamos dizer que questionar a credibilidade de um locutor significa questionar sua capacidade de apresentar provas de seu poder de dizer ou de fazer.

Ao tratar do “ativismo gay”, afirma o pastor:

*Cura gay, não tem uma linha na sentença do juiz que fale em cura gay. Não existe a palavra cura na Psicologia. Isso é conversa do ativismo gay pra poder respaldar a palhaçada da norma que impede um terapeuta de atender o paciente que é ele que decide o que ele quer.*

A decisão judicial é apoiada por Silas, que defende, ao longo de sua fala, a tese de que a homossexualidade é uma condição passível de tratamento e, conseqüentemente, de reversão. Para defender essa tese, utiliza-se de uma série de procedimentos argumentativos, dentre os quais a analogia, a definição, a explicação e a descrição narrativa.

Em sua fala coloca em questão a decisão do Conselho de Psicologia e propõe que deveria haver uma simetria entre os procedimentos adotados por psicólogos, no atendimento a hetero e homossexuais. Qualificando a decisão do Conselho de Psicologia como uma “violência contra os direitos humanos”

e “pataquada ideológica”, questiona, desta vez, a credibilidade desse órgão e de suas decisões:

*Quer dizer que se um camarada é heterossexual e não está satisfeito com a sua sexualidade e for a um terapeuta pedir ajuda pra poder ser homossexual, pode. Mas se um homossexual não estiver satisfeito com a sua sexualidade e for a um terapeuta não pode. Essa decisão é esdrúxula. É uma violência contra os direitos humanos. Não existe nenhuma sociedade de Psicologia do mundo que tem uma pataquada ideológica.*

O mesmo procedimento é adotado quando se procura acentuar uma contradição nas posições defendidas pela Globo e pelo ativismo gay:

*E a ideologia de gênero que a Globo e tanta gente defende, inclusive o ativismo gay, bem, você pode querer ser hetero e depois pode querer ser homo. Que conversa é essa que o camarada não pode deixar de ser [...] tanto pode deixar de ser hetero como pode deixar de ser homo!*

O pastor procura desvincular a discussão da temática relacionada à chamada *cura gay*, expressão mencionada na reportagem da Globo e, ao definir a tese da cura como uma “maneira maldosa e perversa de não querer discutir à luz da ciência esse assunto”, contraria a reportagem do Fantástico, que associa a decisão do Juiz a essa tese, já há muito tempo questionada. Simultaneamente, o pastor deixa implícito que o tratamento que ele vai dar para o assunto é científico, diferente do tratamento dado pelo Fantástico:

*Não existe a palavra cura na Psicologia. Isso é conversa do ativismo gay pra poder respaldar a palhaçada da norma que impede um terapeuta de atender o paciente que é ele que decide o que ele quer.*

Suas enunciações delocutivas reforçam a aparente cientificidade de seus argumentos, sob os quais se escondem, no entanto, opiniões e não verdades.

Por fim, não podemos deixar de destacar, na fala do pastor, aquilo que Charaudeau denomina “falar forte” (CHARAUDEAU, 2006, p. 171). Para esse autor, esse modo de falar evoca um imaginário de potência, geralmente reforçado por um porte e corpulência capazes de demonstrar força e gestos amplos e enérgicos. Comportamento típico do discurso político, essa atitude contribui para a criação de uma imagem do locutor como um líder “poderoso e combativo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 172). Tal imagem se adequa àquele que pretende ser o guia de um conjunto de fiéis, que nele devem ver uma figura forte em quem possam confiar.

## A recepção do vídeo

Os canais do *youtube* possuem ferramentas que possibilitam ao internauta manifestar sua opinião sobre o vídeo postado. Com relação ao vídeo em questão, temos expressos 21 comentários, a partir dos quais poderemos avaliar uma amostra do posicionamento da instância de recepção do discurso. Uma análise quantitativa dos dados nos permitiu averiguar que a maioria dos comentários dizem respeito não à argumentação em si, mas ao estatuto do emissor. Dos 21 comentários publicados, 11 manifestam uma rejeição explícita ao estatuto do emissor. Trata-se de enunciações alocutivas, direcionadas ao próprio pastor, de caráter fortemente patêmico, extremamente agressivas, que acusam o pastor de charlatanismo e enriquecimento ilícito, como mostram os dados abaixo:

*Retardado, só sabe gritar [...]  
Gostava muito de sila malafaia mais depois da propina que ele recebeu para mim e um cachorro latino silas malafaia vai roubar os seus fieis ... voce e a prova viva que a religião evangelica e um comercio É Sr. Malafaia, agora eu tenho CERTEZA absoluta que você fez a sua faculdade nas coxas... Pessoas como você deveria ser processadas e presas por charlatanismo, você usa a fé das pessoas para enriquecer e enquanto não for crime o que as igrejas praticam vá aproveitando!!!! (SIC).*

Três internautas manifestam não engajamento em relação à argumentação do pastor, posicionando-se contra as teses defendidas por ele. Um dos exemplos é a publicação abaixo, em que o internauta se coloca contrário à possibilidade de haver uma reversão na condição de um gay:

*Eu não acredito em ex gay, mesmo ele dizendo ser um ex gay, quero ver se um dia o cidadão sai da igreja se continua sendo ex gay... Papo furado! (SIC).*

Finalmente, dos 21 comentários, 7 manifestam-se a favor da argumentação desenvolvida pelo pastor, concordando plenamente com as teses por ele pregadas, como em:

*Verdade pastor, manda mesmo a verdade aí,  
O direito ao tratamento é um direito constitucional. Os ativistas querem impedir o direito ao atendimento psicológico, contudo, consideram normal uma criança de 12 anos mudar de sexo! (SIC).*

Os dados evidenciam que o espaço das redes sociais permite a manifestação de vozes dissonantes, que encontram, nesse ambiente, a possibilidade de

expressarem livremente a sua opinião. Além disso, chama a atenção o índice de referência não ao conteúdo da mensagem do pastor, mas a sua figura, o que reforça a crença de que a imagem polêmica desse pastor, associada a suas posições também polêmicas, são responsáveis pela repercussão de suas publicações nos meios de comunicação.

## Considerações

Procuramos, no estudo em questão, abordar o discurso religioso na mídia, a partir da análise de um vídeo postado pelo pastor Silas Malafaia em seu canal no *youtube* e de sua repercussão junto aos internautas. Nesse vídeo, o pastor reitera os princípios defendidos por sua igreja, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que se assume contrária ao homossexualismo. Ao questionar a credibilidade do Programa Fantástico, da Rede Globo, o pastor procura desqualificar a sua reportagem e defender o direito de tratamento psicológico para homossexuais. Utilizando procedimentos argumentativos variados e adotando um “falar forte”, o pastor reitera sua imagem de pessoa polêmica, o que causa entre os internautas reações diversas.

Embora o vídeo tenha obtido milhares de visualizações e um número majoritário de “curtidas”, o que indica grande adesão à fala de Malafaia, chama a atenção, entre os comentários publicados, o número de manifestações contrárias não apenas ao conteúdo defendido pelo pastor, mas também à sua própria pessoa. Essas reações evidenciam a presença, entre o público interpretante do vídeo, de sujeitos que, provavelmente, não correspondem ao destinatário idealizado pelo pastor.

O trabalho acima, apesar de não contemplar de forma exaustiva todos os componentes de interesse que poderiam ser abordados (a composição visual e fílmica do material, por exemplo) sinaliza a importância de se ampliarem as discussões a respeito do papel das redes sociais na formação de opiniões, no âmbito do discurso religioso. Também aponta para a possibilidade e necessidade de inserção, mesmo que introdutória, do tratamento da recepção nos estudos discursivos, o que nos permite obter uma visão de como os discursos circulantes têm afetado o grande público.

Também procuramos evidenciar como as contribuições da Análise do Discurso de origem francesa podem fornecer bases teóricas e metodológicas para a compreensão dos discursos contemporâneos e como elas podem se adaptar ao estudo da recepção desses discursos, o que representa, na nossa opinião, um avanço nas pesquisas nessa área.

## REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo social**, São Paulo, v. 20, n. 2. p. 83-113, nov. 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. (Dir.). **Stéréotype, stéréotypes**: fonctionnements ordinaires et mises en scène, Paris: L'Harmattan, 2007.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA, Grenissa; PAULA, Luciane de (Orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2010. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo et al. (Org.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso- FALE/UFMG, 2001. p. 23-37.

GOMES, Itania M. M. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo e duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1996.

## ANEXO

### Transcrição do vídeo

Uma vergonha o jornalismo parcial do Fantástico da Rede Globo sobre essa palhaçada de cura gay. Minha gente, vou mostrar pra vocês. Avisa à Globo que acabou o império, o monopólio da informação. Hoje existem as redes sociais. Vou começar mostrando pra vocês. A questão envolve psicólogos e uma resolução Conselho Federal de Psicologia. A Globo coloca dois médicos pra falar de assunto que envolve psicólogo. Isso é uma afronta aos psicólogos. Outra, só mostra um lado da história. Jornalismo independente tem que mostrar os dois lados. Vocês querem que eu apresente quantos que eram homossexuais e deixaram de ser? Quer dizer que se um camarada é heterossexual e não está satisfeito com a sua sexualidade e for a um terapeuta pedir ajuda pra poder ser homossexual, pode. Mas se um homossexual não estiver satisfeito com a sua sexualidade e for a um terapeuta não pode. Essa decisão é esdrúxula. É uma violência contra os direitos humanos. Não existe nenhuma sociedade de Psicologia do mundo que tem uma pataquada ideológica. As ciências humanas viraram ciências usadas a serviço de ideologia esquerdopata. Em que lugar do mundo uma sociedade de psicologia impede o terapeuta de atender o paciente? Nas ciências humanas é o paciente que decide, não o terapeuta. É uma vergonha. E outra [...] a maldade de dar a religião do deputado, que é membro da minha igreja. De dar a religião da terapeuta. Eu quero dar um aviso à Globo. Por que vocês não dizem as religiões de toda essa cambada de corrupto que já foi condenado na Lava Jato e nas outras operações? É uma maneira de nos denegrir. E outra, meu amigo, meus amigos, uma reportagem tendenciosa, que não mostra o lado contrário. É isso que é jornalismo, minha gente? Nós temos que estar muito atentos, que o jogo é pesado. Cura gay, não tem uma linha na sentença do juiz que fale em cura gay. Não existe a palavra cura na Psicologia. Isso é conversa do ativismo gay pra poder respaldar a palhaçada da norma que impede um terapeuta de atender o paciente que é ele que decide o que ele quer. Fica aqui o meu protesto, a minha indignação. A verdade é o seguinte: a Globo tá mostrando isso pra poder respaldar o lixo moral de suas novelas. Agora é incrível: a ideologia de gênero diz que o indivíduo vem à terra e o sexo é uma construção cultural. Então ele não é nada: nem hetero nem homo. E a ideologia de gênero que a Globo e tanta gente defende, inclusive o ativismo gay, bem, você pode querer ser hetero e depois pode querer ser homo. Que conversa é essa que o camarada não pode deixar de ser, tanto pode deixar de ser hetero como pode deixar de ser homo. Vamo deixar de conversa fiada. E ninguém tá falando em cura, que é a maneira maldosa e perversa de não querer discutir à luz da ciência esse assunto. Vergonhoso o jornalismo da Globo. Fica aqui o meu protesto. É brincadeira.

# APÓSTROFO E CENA DA RETÓRICA<sup>1</sup>

*Dominique Maingueneau*

Tradução de Maria Cristina Ramos Borges  
e Sérgio Nunes de Jesus

Estas páginas são parte de um movimento de reflexão sobre as figuras que, além da paixão taxonômica e da concentração nos tropos, especialmente a metáfora, visa integrá-los em configurações maiores. Podem ser configurações textuais, mas também configurações enunciativas. Sob o termo apóstrofo, a tradição tem reunido um conjunto de fenômenos de diversas ordens, que tinham em comum serem desvios a partir da interação pessoal. Vamos tentar apresentar algumas distinções neste conjunto difuso.

Ao contrário de tais expressões como “antanáclase”, “epanortose” ou “Zeugma” [...] “apóstrofo” não tem nada exótico. As gramáticas habituais até mesmo veem uma função, ou pelo menos uma posição sintática específica. *La Grammaire méthodique du français*, de Riegel, Pellat e Rioul (2009) a define como uma “interpelação do destinatário” ligada, em geral, à “ausência de destinatário” (p. 310); função “à margem da frase”, ela “corresponde ao vocativo das línguas comuns (p. 775). Surge, então, a questão sobre qual diferença pode ser estabelecida entre apóstrofo sintático e apóstrofo figura da retórica. Sobre este ponto, as coisas não são claras; linguistas tendem a considerar como certa a definição de que o apóstrofo figura da retórica e concentram sua atenção sobre as propriedades do apóstrofo figura sintática, que está aquém da distinção entre a retórica e não retórica.

É o mesmo caso do livro bem documentado e de uma grande sabedoria, escrito por C. Détrie sobre o apóstrofo: *De não-pessoa para pessoa: o apóstrofo nominal* (2006). Para explorá-lo em suas diversas dimensões (sintática, enunciativa, textuais ou corpo), ela pensou num tratamento unificado:

Eu não separo jamais o apóstrofo normal como um termo de endereço (no sentido interacional) e o apóstrofo da retórica [...]. São o mesmo fenômeno, mas estão sendo atualizados em gêneros do discurso e diferentes tipos de textos (2006, p. 16).

1 Texto original: «*Apostrophe et Scène rhétorique*», dans *Figures en discours*. A. Biglari et G. Salvan (eds.), Louvain, Academia-L'Harmattan, 2016. p. 19-34. Autorizado pelo autor e respectivas autorias/parcerias/edição de Biglari e Salvan.

O outro lado da moeda é que a distinção entre “normal” e “retórica” é secundária. Nós não encontramos um desenvolvimento específico da noção de apóstrofo “retórica”, cuja definição é simplesmente retomada do manual Fontanier. Sua apresentação mescla, constantemente, exemplos de “apóstrofo normal” e apóstrofo da retórica, o que naturalmente tende a enfraquecer a especificidade do segundo. Assim, ela escreveu sobre o monólogo no teatro clássico:

Quando se trata de apóstrofes retóricas, muito comuns em teatro clássico, o objetivo é semelhante: recriar a diáde, dirigindo seu discurso a uma entidade que pode ser, conforme definição de Fontanier, sobrenatural, ausente, morto, inanimado ou abstrato (2006, p. 122).

A “diáde”, assim mencionada é aquela formada pelo locutor e o alocutário da troca verbal. Através desta formulação, é visível que a diáde dialógica é mostrada como a norma que, na ausência do destinatário, o locutor procuraria encontrar.

É neste ponto que me parece haver espaço para discussão. Certamente, o apóstrofo retórico é baseado na direção do destinatário, que é o coração do funcionamento da linguagem, mas também podemos pensar que ele pertence a uma outra ordem, que simplesmente não aborda o apóstrofo.

## Problemas de definição

Seja do apóstrofo ou de outras figuras, as definições que os autores da tradição retórica têm proposto não estão sempre à altura das suas intuições. Os muitos exemplos que oferecem, emprestados do *corpus* dos “grandes escritores” clássicos, muitas vezes, são mesmo fornecidos para desenvolver definições precisas. A produção de textos deste *corpus* e as categorias retóricas que permitem a análise foram, efetivamente, tomadas em um processo de apoio mútuo que envolveu duas comunidades: uma, muito restrita, dos professores profissionais de retórica, outra, muito maior, a da elite letrada, que tinha se beneficiado deste ensino e que é reconhecida na partilha dessa cultura retórica. Hoje, a situação mudou, pelo menos para trabalhar como historiador da retórica, pode-se abordar as figuras independentes de um dicionário de sinônimos da literatura greco-latina e suas extensões na Europa moderna.

Eu não vou rever as várias definições do conceito de apóstrofo, que foram propostas no curso da história, mas apenas mencionar três textos pertencentes a dois polos da era da retórica: a Instituição oratória de Quintiliano, por um lado, a *Encycloplédie* e o tratado de Fontanier, por outro lado. O primeiro

tem contribuído de maneira decisiva para corrigir as características essenciais da definição; os outros dois têm implementado uma síntese dos tratados da antiguidade clássica.

Aqui está o que foi escrito por Quintiliano:

*A apóstrofo ainda é uma figura muito viva, de qualquer orador, esquecendo os juízes por um momento, chamam de repente a parte contrária: Diga-me, Tubéron, o que sua espada fazia nos campos de Pharsalia? etc.; seja por meio de invocação, ele dirige a palavra ou aos ilustres mortos ou às coisas inanimadas: ó tu, túmulos sagrados do Alban! etc.; seja que ele implora o resgate de leis para tornar ainda mais odioso aquele que as violou: leis sagradas de Pórcio e de Semprônio! (Institution oratoire, livre IX, 2, 1).*

Desta forma, Quintiliano construiu, implicitamente, uma escala ascendente para distribuir as entidades susceptíveis de serem apóstrofes: indivíduos presentes na situação de comunicação (“parte contrária”) para abstrações, (“leis”), por meio do “mortos ilustres” e “coisas inanimadas”. Assim, passa de humanos presentes e vivos para os mortos, não humanos, com uma gradação de inanimados, materiais de pura abstração.

## **A Enciclopédia enriquece grandemente esta caracterização**

*APOSTROPHE*, s. f. (*Belles Lett.*) Figura de retórica na qual o orador interrompe o discurso que realiza para o auditório, para diretamente designar qualquer pessoa ou aos deuses ou aos homens, vivos ou mortos, ou a qualquer outro, até mesmo para coisas inanimadas ou seres metafísicos, e que é usado para personificar.

O último tipo, este é o traço de M. Bossuet, em sua Oração fúnebre da duquesa de Orleans: “*Ai de mim, não podemos parar um momento os olhos sobre a glória de Princesa, sem que a morte interfira imediatamente para ofuscar a própria sombra! Ó morte, ficai longe de nossos pensamentos, deixem-nos enganar por um momento a violência da nossa dor, com a memória da nossa alegria*”.

Cícero, na oração para Milon, endereçado aos cidadãos ilustres, que derramaram seu sangue pelo país e, interessado na defesa de um homem que havia matado o inimigo na pessoa de Clódio. Na mesma sala, ele cita as tumbas, altares, bosques sagrados do Monte Alban (*vos albanum tumuli atque luci, & c*).

Enéias, em uma nota narrativa específica que, se alguém estivesse atento a um determinado evento, Troia não teria sido tomada.

*Trojaque nunc stares, Priamique arx alta maneres. Æneid. II.*

O apóstrofo faz sentir toda a ternura de um bom cidadão para com seu país natal.

O que Demosthenes endereça aos gregos mortos na batalha de Maratona é célebre; o Cardeal du Perron disse que ela honrou tanto a este orador, como se ele tivesse ressuscitado os guerreiros. Também parece que um dos lugares mais bonitos de Cícero, que se dirige para Tubero, em Oração por: *Ligarius Quid enim, Tubero, tuus ille Districtus em thre Pharsalicâ Gladius Agebat?* & C. Este apóstrofo é notável, pela vivacidade do discurso e a emoção que produziu na alma de César.

Além disso, o apóstrofo é como as outras figuras. Não deve ser usado de qualquer forma. O ouvinte sofreria impaciente e nós perderíamos o rumo por falar a pessoas que sempre assumiram serem menos interessado no discurso do orador. A palavra apóstrofo é grega, ἀποστροφή, *aversio*, que é formado de ἀπό, ab, & στρέφω, verto, dirijo-me; *quia orador ab auditores converte sermonem anúncio aliam*<sup>2</sup>.

Quanto à Fontanier, ele também acentua o significado do apóstrofo em grego, considerando a possibilidade de autointerpelação.

Apóstrofo é esse desvio repentino do discurso, pelo qual alguém se afasta de um objeto, para enfrentar um outro objeto, natural ou sobrenatural, ausente ou presente, vivo ou morto, animado ou inanimado, real ou abstrato ou para dirigir-se a si mesmo (1830, 1977, p. 371).

Para ele, o apóstrofo só é legítimo se for apresentado “como a expressão de uma emoção forte ou profunda, como um impulso espontâneo da alma fortemente afetada” (op. cit., p. 372). Ele se situa na posição de B. Lamy, para quem “o apóstrofo se faz quando um homem extraordinariamente emotivo, transforma-se completamente; ele atende a céu, terra, rochas, florestas, as coisas insensíveis, bem como aquelas sensíveis”. (*La Rhétorique ou l’art de parler*, livre II, *chapitre* 9, éd. 1699, p. 131).

Como vimos, a Enciclopédia justifica o uso do termo “apóstrofo” por uma mudança de destinatário: *quia ab orador Auditore converte ad personam sermonem aliam*. Por outro lado, Fontanier usa a concepção mais vaga do termo “objeto”, provavelmente por incluir seres não vivos: “nos afastamos de um objeto, para nos referirmos a outro objeto C. Détrie critica, assim, “diversão” ou “desvio”: “um afastamento do desenvolvimento principal, a fim de desafiar os outros (que têm o efeito de priorizar o dizer em relação ao dito)”; isso é acompanhado “de uma orientação corporal na direção daquele que nós interpelamos” (2006, p. 16). Enquanto a Encyclopédia está interessada

2 *L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, 1751, tome 1, p. 537. Nós modernizamos a ortografia.

em apóstrofos retóricos específicos, a interpretação de C. Détrie salienta que mesmo o apóstrofo gramatical é uma espécie de interrupção do enunciado, que segue na direção de um tratamento unificado do apóstrofo.

De nossa parte, preferimos chamar a atenção para o adjetivo *Alius*, usado pela enciclopédia (*aliam personam*), a que somos tentados a atribuir um valor diferente: não outra pessoa, mas uma pessoa que não seja um “indivíduo” normal, um interlocutor.

Então, vale a pena apontar uma propriedade do apóstrofo retórico que os manuais não mencionam, tão óbvio para eles, mas que ajuda a distinguir a direção e o apóstrofo retórico: o apóstrofo retórico aparece dentro das enunciações fundamentalmente monológicas, que não pedem respostas: uma oração fúnebre, uma súplica, um discurso político, um monólogo teatral [...] Aqui eu tomo a distinção usual entre “enunciação monológica” e “monólogo”: mesmo se for endereçado a um público presente, uma discurso de defesa oral é um enunciado ‘Monológico’.

De acordo com Quintiliano, a “*alia persona*”, para a qual o orador orienta o seu enunciado pode muito bem ser alguém que está presente na situação de comunicação: “a parte civil” no tribunal. Para este tipo de caso, ele usa o verbo “interpelar”; por outro lado, para um destinatário ausente, ele fala de “maneira a invocar”. Se ele evita, simplesmente, falar de “invocação”, é provavelmente porque este substantivo, em latim, refere-se a uma operação religiosa ou mágica. Em vista dos exemplos dados pelos livros didáticos de retórica, ao longo dos séculos, parece claro que é este apóstrofo-invocação que constitui para eles o protótipo do apóstrofo, como figura. Nesses casos, ele usa a palavra “desafio”; no entanto, para um destinatário ausente, ele fala de “modo de invocação”. Se ele evita falar simplesmente de “invocação” é provavelmente porque este substantivo em latim refere-se a uma ordem religiosa ou operação mágica. Tendo em vista os exemplos dados pela retórica de livros didáticos ao longo dos séculos, parece claro que esse apóstrofo-invocação é, para eles, o protótipo do apóstrofo como uma figura. Ele é a única que se afasta da direção simples em uma troca verbal.

Na verdade, os autores se reagrupam sob o rótulo de apóstrofo retórico dos fenômenos muito diferentes, mas que têm o ponto comum de partida da diáde, para usar o termo de C. Détrie, que constitui a troca entre dois interlocutores presentes. Em particular Na verdade, os autores reagrupam, sob o rótulo apóstrofo retórico fenômenos muito diferentes, mas que têm o ponto de partida comum da “dupla”, para usar o termo C. Détrie, que é a troca entre dois interlocutores presentes. Em particular:

(1) Quando o orador muda de alocutário, ou mais precisamente, não se dirige ao destinatário prescrito pela cena genérica ao mesmo tempo dirigindo-se. Encontramos, aqui, a “interpelação” de Quintiliano, que diz respeito a outro alocutário presente na situação. Este é o caso, no exemplo de Tubéron, caro para os tratados de retórica, quando o falante muda de ouvinte, ou mais precisamente, não aborda o destinatário especificado pela cena genérica, quando discursava na realidade para ele: a súplica, como uma espécie de discurso é, realmente, a intenção de abordar juízes. Para nós, não há nenhuma razão para ver lá um apóstrofo retórico; estamos, preferencialmente, dentro de uma lógica da comunicação do tropo (KERBRAT-ORECCHIONE, 1986, p. 131), sobre os atores da enunciação, como sempre acontece na atividade verbal.

(2) Quando o orador, em um provérbio voltado para um alocutário presente, é direcionado a um alocutário potencial, mas que não esteja presente na situação da comunicação. Se, por exemplo, um advogado, em uma enunciação voltada ao tribunal, dirige-se ao seu pai, que o ensinou a defender os fracos.

(3) Quando o orador está sozinho e fala a um ser que pode estar ausente, mas que pertence ao universo dos possíveis interlocutores do orador, que partilha seu mundo. Pode-se citar o monólogo do início de “Doença imaginária”, onde Argan dirige-se a seu Boticário.

“Mas, do vigésimo-quarto, um pequeno clister inserido, preparado e reconduzido, para amolecer, suavizar, umedecer e refrescar as entranhas do Monsieur”. “O que me agrada, Sr. Fleurant, meu Boticário, é que suas peças são sempre muito polidas. “As entranhas de Monsieur, trinta solos.” Sim, mas, Monsieur Fleurant, não é só para ser educado, ser tão razoável, não esfole a pele dos doentes. Trinta solos por uma lavagem, eu sou seu servo, eu já lhe disse. Você colocou-os nas outras partes somente a vinte solos e vinte solos na língua do Boticário, isto é, dez solos (ATO I, CENA I). O orador apóstrofo ausente, seu farmacêutico, que é um de seus interlocutores habituais. O que não significa que ele poderia dizer-lhe cara-a-cara o que ele diz aqui.

(4) Quando o orador se dirige a si mesmo. Certamente, nem todos os tratados incorporam este fenômeno no apóstrofo retórico, mas o fato de alguns o fazerem, fazem-no ser percebido como uma saída da troca de diálogo “normal”. De nossa parte, não vou alinhar esse fenômeno ao apóstrofo retórico.

(5) Quando os ouvintes, por razões que podem ser muito diversas, não podem ser os oradores, isto é, seres que poderiam dialogar: se agissem como humanos (“Ó mulher, mulher, mulher, criatura fraca e decepcionante! “No monólogo de Fígaro [...]), mortos, seres inanimados (partes do corpo, árvores, pedras [...]), de seres míticos (deuses, musas, demônios [...]), para entidades abstratas (“França”, “verdade” [...]). É este tipo de apóstrofo que citam com predileção os tratados de retórica. Assim, os exemplos dados pela Enciclopédia e Fontanier: falecidos (geralmente governaram e morreram em batalha), deuses ilustres, lugares privilegiados da vida coletiva (cidade, cidadela, tumbas, altares, bosques sagrados), abstrações altamente

simbólicos (o hímen, leis [...]). [...] Este apóstrofo, que podemos chamar de invocativo, implica os Ausentes, onde a maiúscula inicial indica que este termo não cobre somente os locutores ausentes, mas também os seres que, pela natureza, não podem participar de um discurso.

Nesta lista, que é provavelmente possível enriquecer e refinar, apenas três casos parecem ser o apóstrofo retórico: aqueles em que o orador convida os seres que não são susceptíveis de interagir com o orador. Dentro deste conjunto deve-se fazer uma distinção entre (2) – (3), por um lado, e (5) por outro. Em (2) – (3) os seres apostróficos são, realmente, oradores em potencial.

### A cena retórica

Não se pode, simplesmente, levar em conta o estatuto “ontológico” dos destinatários. É igualmente necessário envolver a forma como é dirigida a enunciação que ostenta o apóstrofo.

Suponha que, num solilóquio, uma mulher fala para sua mãe que acaba de morrer, “minha querida mãe, decerto você viu sua filha!” Encontramos na situação a mesma de muitos monólogos do teatro clássico, especialmente comédias. Reconhecidamente, o destinatário está morto, mas o orador continua um diálogo que poderia ter ocorrido, é dirigido a um ser de seu mundo. Este não é o tipo de exemplo que, de forma privilegiada, citariam os tratados de retórica, que preferem os mortos ilustres, evocados, solenemente, diante de uma plateia. Eis uma diferença significativa entre as situações de comunicação, entre a cena “comum” e a retórica, que envolve um dispositivo de enunciação particular.

Em tal cena são mobilizados destinatários divididos em três planos distintos:

- O(s) destinatário(s) previsto(s) para o gênero do discurso em causa;
- Um público (que pode coincidir com o destinatário especificado pelo gênero, por exemplo, quando um orador aborda diretamente a multidão diante dele);
  - Uma comunidade que transcenda a situação da enunciação e integre o remetente, o destinatário e o público; esta comunidade implica um sobre-receptor (MAINGUENEAU, 2005, p. 94) que funda os valores dos quais devem compartilhar seus membros.<sup>3</sup>

3 Preferimos reservar o termo “sobre-receptor” de Bakhtin (1984, 337) na figura do representante típico da Comunidade em causa.

C. Détrie, na conclusão de seu livro, diz, com razão, que “o apóstrofo não é apenas um enunciado, é acima de tudo, o espetáculo, não do interpelado, mas da relação da interpelação com o interpelado; uma relação do sujeito e o assunto” (2006, p. 194). Na cena retórica, este *show* é para ser tomado no sentido forte: é posto em mostra, não somente na relação entre os interlocutores, mas na palavra própria, que deve ser exemplar estética e eticamente. Idealmente, esta palavra que, nas circunstâncias enunciativas, estabelece o que deve ser dito, e de que forma, o belo e o bom se fundam.

Um marcador linguístico emblemático desta Cena retórica é a construção em O + GN, que, alhures, não tem necessariamente uma função apóstrofo. Se nós acreditamos que no excelente estudo de Y. Grinshpun (2008), ele permite entrar em contato com um destinatário de acesso problemático, que não constitui, estritamente falando, um ouvinte colocado no mesmo plano que o orador: ou porque está presente, mas separado do orador por uma barreira, ou porque está ausente. Seu trabalho é supostamente motivado pela emoção do orador, mas ele também opera a configuração desta emoção para uma plateia localizada além do destinatário imediato. Y. Grinshpun evoca, a este respeito:

Uma cena enunciativa específica, que pertence a outro regime do que interação conversacional [...] Orador e alocutário são de alguma forma “exagerados”, o enunciado dá-se como um espetáculo exemplar oferecido não a um alocutário imediato, mas a uma comunidade imaginária (2008, p. 147).

A cena retórica é constitutivamente associada a certos tipos de gêneros “nobres” (judiciários, religiosos, literários ou políticos [...]), característicos de uma época ou uma dada sociedade, mas também pode ser ativada mais ou menos brevemente nos vários gêneros, desde que o falante utilize recursos de idioma apropriados. Considere o grande monólogo de Fígaro:

Figaro, sozinho, andando no escuro, disse em tom lúgubre:

*Ó mulher! Mulher! Mulher! Criatura lamentavelmente pequena ... nenhum animal criado é ligado a seu instinto: é seu, assim, enganar-me [...], teimosamente, se recusou quando pressionado na frente de sua amante? No momento em que me dá a sua palavra, no meio da cerimônia [...] Ele riu, ao ler o traiçoeiro! E eu, como um idiota [...] Não, monsieur, você não vai conseguir [...] você não vai obtê-la. Porque você é um grande senhor, você pensa que é um gênio! [...] A nobreza, fortuna, classificação, praças, tudo isso te faz tão orgulhosa! O que você fez para tantas coisas? Você se deu ao trabalho de nascer e nada mais: na verdade, o homem bastante comum! Enquanto eu, Irra! perdido na multidão escura, eu tinha que colocar mais ciência e cálculos para subsistir apenas em que um*

*tem mais de cem anos para governar toda a Espanha; e você quer travar batalha! ... Nós apenas ... é isso ... é ninguém. – A noite é negra como o inferno, e eu estou fazendo uma tola profissão marido, embora eu seja apenas o meio! (Ele se senta em um banco) (Le Mariage de Figaro, V, 3).*

O início (até “depois de obstinadamente me negou [...]”) é claramente a cena retórica. O orador apóstrofo cita um ser genérico, a mulher, em uma meditação dolorosa. Mas em uma comédia o uso de uma cena retórica só pode ser transitório. Fígaro muda tão rapidamente o espaço enunciativo, após as reticências, para enfrentar seres localizados no plano da realidade, Suzanne e Le Comte, com o último sendo abordado por ele mesmo. Pode-se distinguir estes dois tipos de apóstrofo dizendo que o primeiro (“Ó mulher! [...]”) é *invocativo* e o segundo («*monsieur le Comte*»), *vocativo*. Pode-se, também, distinguir Cena retórica envolvida (por exemplo, no caso de uma oração fúnebre), quando é apenas uma passagem dentro de uma espécie de discurso que não é constitutivamente anexado à cena retórica: isto é o que acontece com o nosso trecho do casamento de Fígaro.

Há trabalhos protótipos de apóstrofes invocativos nos hinos, onde a distinção entre locutor e alocutário afasta-se: é a própria comunidade quem enuncia. Assim, no hino patriótico americano “meu país, “this de ti”: nós encontramos citações de invocações, emprego protótipo em hinos, onde a distinção entre falante e ouvinte se desvanece: é a mesma comunidade que surge no comunicado.

Assim, na canção patriótica americana “My Country, This of Thee”:

*Meu país, this de thee,  
Doce terra da liberdade, de ti eu canto;  
Terra onde meus pais morreram,  
Terra do orgulho dos peregrinos,  
De todas as montanhas deixe a liberdade tocar! [...]*

Aqueles que juntos cantam este hino invocando “meu país”, tanto um destinatário e um sobredestinatário que, além do presente imediato (“onde meus pais morreram”), tem os valores comuns (“liberdade”, “orgulho peregrino”).

Um dos mais famosos discursos de Barack Obama, que ele entregou em seguida à sua investidura na Convenção do partido democrata, 28 de agosto de 2008, encontramos esta passagem:

*Você tem mostrado que a história nos ensina – que para definir tempos como este, a mudança que precisamos não vem de Washington. A mudança vem de Washington. Mudança acontece porque o povo americano exige*

*– porque ele se levanta e insiste que novas ideias, novas lideranças – é uma nova política para um novo tempo.  
América, este é um desses momentos.  
Que eu acredito que será difícil a mudança que precisamos ter [...].*

Em itálico, a frase que contém uma citação invocativo canônico: “América”. Ele se afasta do destinatário imposto pelo tipo de discurso, no caso, o público dos ativistas do Partido Democrata, para abordar uma entidade que a enciclopédia diria “metafísica”: América. As linhas anteriores preparam a aparição deste apóstrofo. O orador adota a visão com vistas para “a história ensina-nos” para passar de seu público empírico para a Comunidade transcendental que participa deste público, “o povo americano”, que combina os vivos e os mortos. A passagem de “o povo americano” para “América”, em seguida, permite converter esta comunidade em uma entidade compacta e transcendente, que coincide com a substituição. De “o povo americano” para “América”, em seguida, converte isso em uma comunidade compacta e entidade transcendente que coincide com o sobredestinatário.

Agora, vamos voltar ao discurso de André Malraux, durante a transferência dos restos de Jean Moulin para o Panteão (19 de dezembro de 1964):

Georges Bidault tomará sua sucessão. Mas aqui é a vitória de silêncio dolorosamente pago: o destino mudou. Chefe da Resistência martirizado em adegas hediondas, olha com seus olhos todas essas mulheres negras desaparecidas que assistem nossos companheiros. Elas lamentam a França, e os seus. Visualizando deslizar sob os carvalhos anões de Quercy, com uma bandeira de musseline amarrada, a resistência que a Gestapo nunca vai encontrar, porque ela não acredita apenas nas grandes árvores. Visualizando o prisioneiro que entra em uma luxuosa vila e se pergunta porque nós lhe damos uma casa de banho – ele ainda não tinha ouvido falar da banheira [...].

Aqui o apóstrofo “líder da Resistência” especifica em que qualidade a pessoa é invocada. Ao contrário de Obama, que cita diretamente o sobredestinador, ele aborda o herói morto, encarnação exemplar do espírito da Pátria.

Em uma cena retórica, as entidades invocadas necessitam, de uma forma ou de outra, participar de sobredestinador, cuja comunidade exige. Isso pode ser feito diretamente (em apóstrofo, por exemplo a pátria, a humanidade, Deus, democracia etc.) ou usando as metonímias (leis, os guerreiros mortos na defesa da pátria, [...] lugares sagrados [...]). Em tal dispositivo, os mortos têm um lugar privilegiado; de certa forma, são prototípicos ausentes, implícitos na Cena retórica. Eles são, também, figuras inequívocas e exemplares que se ligam à comunidade através de um interdiscurso lendário, os espíritos que

nos podem convocar, a qualquer momento, na sua palavra. Uma aforização famosa de Auguste Comte lembra que: “os mortos governam os vivos”; mas não podemos esquecer que é a vida que faz fazê-los falar.

Um problema surge, entretanto, se deixarmos o domínio da arte da oratória, e considerarmos os inumeráveis apóstrofes em *corpus* literário, especialmente na poesia. Estou falando de interpelações diretas (então, quando Baudelaire começa “Convite para viajar” por “meu filho, minha irmã/sonho calmamente [...]”<sup>4</sup>). Ela não apresenta problemas, contanto que nós não façamos distinção entre endereço simples e apóstrofo retórica, nem entre apóstrofo vocativo e invocativo. Mas a partir do momento que nós colocamos tais distinções, força a perguntar sobre o estatuto pragmático de apóstrofes, tais como ‘Minha criança, minha irmã’ ou ‘*Belle Phyllis*’ no soneto D’Oronte, *Misanthrope de Molière*.

Nós poderíamos ser tentados a reconduzir este tipo de fenômeno, a apóstrofe de vocativo do monólogo teatral (cf. o “monsieur Fleurant”, na boca de Argan), por considerar que um poema é um tipo de monólogo, onde nós falamos com contingentes ausentes, os leitores que na vida são os oradores potenciais. Mas seria apreender de maneira reduzida a especificidade da enunciação poética. Quando Argan grita para o seu farmacêutico, este farmacêutico, socialmente identificável é indicado por um orador de carne e osso; quando Baudelaire diz “minha criança, minha irmã” ou Oronte diz “*Belle Phyllis*”, não se trata de designar qualquer um já identificável, como não é um orador incorporado que fala, mas um ser que só tem existência pela enunciação. Como na Cena retórica, ele coloca em cena o espetáculo da palavra e a referência a uma comunidade que transcende o público empírico, os auditórios e os leitores. A diferença é que, em poesia, essa comunidade não é uma comunidade de valores coletivos, mas uma comunidade de ordem estética. Poderíamos falar de uma cena estética. É, pelo menos isso, o que acontece com os poetas que, como Baudelaire, participam do universo estético que foi estabelecido em momento decisivo que se impôs na virada dos séculos XVIII e XIX, quando a poesia se quer autotélica, sem outro propósito. Por outro lado, a poesia épica tradicional implica uma cena retórica, onde os valores estéticos não são dissociáveis dos valores morais que fundamentam a Comunidade.

## Destinatário e supervisor

Até agora, enfocamos os destinatários da fase retórica. Mas devemos também considerar o papel do orador. Quem usa o apóstrofo invocativo pode não ser um palestrante.

4 Sur les apostrophes chez Baudelaire voir Prat (1989), Détrie (2003).

Lamy e Fontanier justificam a apóstrofo na retórica, com base em considerações psicológica: é em um estado de perda de controle, de profunda angústia que o orador quebrou o fio do seu discurso, ele sai de seu bom senso para falar com alguns não oradores. Além da explicação psicológica há um fato de estrutura: o apóstrofo supõe um falante que se desloca sua posição de falante comum, um locutor de alguma forma fora dele, convertido em um orador, provisoriamente, livre das restrições usuais de comunicação verbal. E aquele que pretende assumir toda a responsabilidade por este papel deve mostrar esta conversão por todo o seu desempenho vocal e corporal, para estar na medida da encenação em que ele intervém.

Se alguém olhasse para a fotografia do cenário em que o discurso de Obama em Denver (o “*Mile High Football Stadium*”) ocorre, tomaria consciência da pressão que é exercida sobre o orador.

Em foto publicada pela revista *Le nouvel obs* (<<http://referentiel.nouvelobs.com/file/4360630-convention-democrate-les-winners-et-les-losers.jpg>>), pode-se notar que orador se destaca, singular, no meio de uma enorme multidão que ele domina, pela imagem aumentada, projetada em uma tela enorme, seu busto ou sua cabeça. Estritamente falando, não é o orador que vemos, mas o casal inseparável que se forma com esta imagem que o transfigura. Aqui a tecnologia permite alcançar o que está consagrado, nas mesmas condições de possibilidade da Cena retórica: a conversão do locutor em sobrelocutor. O indivíduo que vemos falando em carne e osso, dirige-se ao público empírico, de modo que a imagem, imaterial, se dirige ao sobredestinatário, em nome do qual ele fala. À conversão da multidão em uma comunidade cimentada para um sobredestinatário, responde, assim, a conversão do locutor em sobrelocutor, capaz de citar seres intangíveis. O orador não é só m indivíduo que enuncia no mundo de humanos, mas alguém através de quem é ouvida outra voz.

Esta conversão não ocorre sem mencionar outra: aquela que transforma o locutor de um texto relevante, de um gênero de discurso em aforizador de uma “frase sem texto”, uma aforização (MAINGUENEAU, 2012). Outra vez esta conversão é acompanhada por uma transformação da ordem icônica; passa-se da foto do corpo inteiro para a foto do rosto, de frente, voltada para um público indeterminado, do qual cada leitor participa. O rosto tem realmente propriedades notáveis: 1) que é a única parte do corpo capaz de identificar um indivíduo como distinto dos outros; 2) é no imaginário profundo a sede do pensamento e valores transcendentais; 3) este é o lugar da boca, é a fonte da palavra, e, portanto, da aforização. A foto autentica um orador como sendo sua palavra, portadora de valores, o que vem de sua boca. Este fenômeno é portador de paroxismo na Cena retórica, onde o destinatário é precisamente o orador, um ser reduzido ao uso de sua boca. Em Latim *os* (genitivo *oris*) não designa boca como orifício

do corpo, mas como a sede do discurso, além do rosto, olhos. No entanto, em contraste com o aforizador, produto da operação de um terceiro que extrai uma frase de texto, o surlocuteur da Cena retórica é formado como tal pela situação de comunicação em que ele está envolvido surlocuteur se constitui como tal pela situação de comunicação em que está inserido.

O cineasta Serge Moati evoca, de bom grado, as palavras que ele teria dito em 1981, durante a campanha presidencial para François Mitterrand, do qual ele foi um dos assessores de comunicação, antes de seu debate decisivo com Valérie Giscard d'Estaing:

Quando eu estava sozinho com Mitterrand no Lodge, pouco antes do debate, ele olhou para si mesmo no espelho e eu comecei a falar com ele sobre o meu pai, que tinha sido um resistente, judeu socialista, deportado para o campo de concentração [...]. Mitterrand me fez falar sobre [ele]: “Você sabe, nós não falamos apenas para os vivos, mas também para os mortos, aqueles que teriam gostado de estar lá e que não conheceram uma vitória da esquerda”. Não podes saber isso. É importante que sintas. Pensei com todo o meu coração e fiquei comovido ao dizer isso. Ele tinha os olhos que começaram a umedecer com lágrimas [...]. Os conselheiros, os políticos, ao vê-lo neste estado, começaram a acusar-me. Ele disse: “Deixe-o, ele disse exatamente o que precisava me dizer”.

(Charlie-hebdo, 2/5/2007, entretien cité sur le site: <[http://charlieenchaine.free.fr/?Serge-Moati-livre-des-aneccotes&debut\\_articles=12](http://charlieenchaine.free.fr/?Serge-Moati-livre-des-aneccotes&debut_articles=12)>. Consulté le: 20 oct. 2014.).

Esta anedota da qual Moati propôs várias versões tem, do nosso ponto de vista, valor exemplar. No caso de um debate televisivo não há absolutamente nada com a espécie de discurso que está relacionada à Cena retórica; é, de fato, uma atividade verbal altamente interacional, um duelo. F. Mitterrand não poderia, como Malraux, citar os mortos, ou como Obama citar a América dos vivos e dos mortos. Mas ao constituir os mortos em consignatários tácitos, sem os apóstrofes, impondo a sua presença invisível aos espectadores, a voz do candidato Mitterrand já poderia esperar não estar no mesmo plano que o de seu adversário, relegado ao mundo dos oradores comuns. Desde que mortos sejam, não importa quais mortos; através do pai de Moati (“um judeu resistente, socialista, deportado para campos de concentração”) é a Comunidade imaginária da qual participaram Moati e Mitterrand que está envolvida, além do surdestinateur que fala através de sua boca.

O que está em jogo aqui, mais geralmente, são as expressões extraordinárias, aquelas que devem exceder o universo usual da comunicação. Mas não pode haver discursos que escapem da ordem de expressão: é o último que propõe vários recursos com este efeito.

Uma solução, por exemplo, é produzir enunciados cuja fonte e destinatário estão além das limitações impostas pela inscrição em uma espécie de discurso. Isto é o que chamamos de enunciação “destacada” (MAINGUENEAU, 2012, p. 164), uma categoria que inclui a aforização e o trabalho, um agrupamento de textos relevantes, de vários tipos e se refere à figura de um “grande autor”. A partir do momento em que há um agrupamento de textos relatados na casa de uma consciência excepcional, o tipo de discurso é realmente relegado a segundo plano. Como a aforização, a constituição de um trabalho destaca textos de sua configuração original para envolvê-los em uma nova unidade e um novo *status* pragmático. Escrito no trabalho de um autor, um texto (por exemplo, uma carta de um escritor para seu editor) não é mais lido como a atividade de um gênero do discurso, mas como a expressão de um orador em Majestade, uma fonte. Correlativamente, os destinatários não são consignatários prescritos pelo tipo de discurso, mas audiências universais: a quem são destinadas obras completas de Tolstoi, Victor Hugo ou Shakespeare?

Outra solução é liberar dentro do mesmo tipo do discurso um espaço para o extraordinário e, em particular, recorrer aos tipos dos discursos relevantes para a Cena retórica. Neste caso há um desvio, um apostrofar, pelo qual a situação da comunicação *hic e nunc* abre em um espaço maior, onde uma comunidade que reúne vivos e mortos associa os valores éticos e estéticos. Além do apóstrofo pontual, o apostrofar é este movimento pelo qual uma expressão é separada do ordinário do discurso. Ao se voltar para outro destinatário, que está essencialmente ausente, o orador pode ser convertido em um sobrelocutor ou supervisor.

Há uma afinidade óbvia entre apostrofar e tropos, apóstrofo e tropo: ambos implicam um movimento pelo qual o orador se desvia, opera um desvio. Para produzir palavras que escapam do comum, o poeta deve desviar a língua do seu curso e o orador se voltará para aqueles que não podem ser interlocutores. Este é o tipo de poder xamânico do orador que se comunica com os espíritos: ele mostra que está no limite entre o ser humano e as forças não humanas em que o mundo dos homens deve ser baseado.

## REFERÊNCIAS

BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**. Trad. fr. Paris: Gallimard, 1984.

DÉTRIE, C. **De la non-personne à la personne: l’apostrophe nominale**. Paris: CNRS Editions, 2006.

\_\_\_\_\_. L’apostrophe dans Les Fleurs du mal: stratégies textuelles et modalités de saturation de la place allocutive. **l’Information grammaticale**, n. 96, p. 35-39, 2003.

FONTANIER, P. **Les figures du discours**. Paris: Flammarion, 1977 [1830].

GRINSHPUN, Y. Ô. **Entre langue(s), discours et graphie**. Paris: Ophrys, 2008.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L’Implicite**. Paris: Armand Colin, 1985.

MAINGUENEAU, D. Détachement et surdestinataire. La correspondance entre Pascal et les Roannez, **Semen**, n. 20, p. 83-96, 2005.

\_\_\_\_\_. **Les phrases sans texte**. Paris: Armand Colin, 2012.

PRAT, M.-H. L’apostrophe dans Les fleurs du mal. **L’Information grammaticale**, n. 41, p. 39-43, 1989.

RIEGEL, M.; PELLAT, J.-C.; RIOUL, R. **Grammaire méthodique du français**. 4. ed. revue. Paris: PUF, 2009.

WILMET, M. L’apostrophe, un bouillon de culture rhétorico-grammatical. In: BURIDANT, C.; KLEIBER, G.; PELLAT J.-C. (Éds.). **Par monts et par vaux. Itinéraires linguistiques et grammaticaux**. Louvain-Paris: Peeters, 2001. p. 429-437.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: estudo de uma possível narrativa de vida

*Ida Lucia Machado*

---

Como já afirmamos em outras publicações e também nas aulas que ministramos, em certas narrativas de vida é difícil separar a parte que pertence à ficção daquela que vem da realidade, da vida vivida pelo “ser de papel”, personagem que conta sua história ou a história de um outro. Na verdade, no âmbito da narratividade, tal fato não é assim tão importante. Segundo nosso ponto de vista, as histórias narradas em livros vindos da literatura não são construídas a partir do nada: quem as escreve ouviu algo que o inspirou ou escutou uma história dita verdadeira e a transcreveu. Uma narrativa tem vários componentes ligados à parte real da vida e que podem ser verificáveis; porém, ao lado desses, existem outros que podem ter sido criados pela imaginação do escritor. O fato é que frequentemente, os mundos ficcionais e factuais se confundem na escrita de certos autores, mais que em outros.

Este é o caso do francês Patrick Modiano: algumas de suas histórias narradas sob a forma de romances, levam-nos a crer que ele está falando de sua vida ou de seu passado recente, quando, ainda bem jovem, deambulava pela França e, sobretudo, por Paris. No entanto, a localização espacial dessas e de outras narrativas de Modiano revelam um período no qual ou ele era ainda era muito pequeno ou uma época em que não tinha ainda nascido. Isso não se coaduna com nossa supracitada visão do escritor-personagem em muitos de seus livros. De todo modo, o autor Modiano usa certos efeitos que dão a impressão de que ele está contando uma vida que poderia ter sido a sua, vivida em um período -do qual talvez, tenha escutado muitas histórias ou lido muito sobre o assunto. Ou seja, as lembranças evocadas não podem lhe pertencer, mas podem ter vindo de outras vozes que ele foi “escutando” ao longo de sua infância ou de sua vida.

Subvertendo um pouco os fatos, podemos aplicar tal ideia à uma história de vida que lemos e que tem por personagem principal uma francesa. Não sabemos se ela existe ou existiu: enquanto leitores, nada nos impede de fazer uma averiguação *in loco* [...]. Mas, voltamos a repetir: isso não é tão importante. O que importa é captar as estratégias discursivas que o narrador da história dessa mulher adotou, para tornar sua história/ narrativa credível e sedutora.

Mas, quem é ela? Trata-se do personagem feminino do livro *La Salamandre*, do escritor francês Jean-Christophe Rufin (2005). Ela tem por símbolo

esse curioso réptil, capaz de resistir a estranhas metamorfoses. Com a ajuda de conceitos vindos da Semiologia (CHARAUDEAU, 1983, 1992) e outros, oriundos de estudos sociológicos sobre narrativas de vida, examinaremos o *modus operandis* efetuado pelo escritor, para nos contar uma história de vida.

Os livros de Rufin nos seduzem por várias razões. Geralmente, ele parte de histórias vividas em um real possível ou então em um mundo possível. É o que acontece com seu livro *Rouge Brésil* (2001) que conta (entre outras) a história do francês Villegagnon e seus sonhos fracassados de criar a *França Antártica* no Brasil. A ação do livro *La Salamandre* (2005) transcorre em nosso século e se passa também no Brasil, mais precisamente em duas cidades do nordeste brasileiro (Recife e Olinda). Curiosamente, a visão que Rufin propõe desses locais é o oposto da visão idealizada que os turistas estrangeiros (sobretudo os europeus) por vezes colam, como se fosse uma etiqueta, em tais cidades e, de modo mais amplo, ao Brasil: o país do Carnaval, da liberdade moral e sexual, da caipirinha, do povo amável e acolhedor, das belas mulheres e homens que passam a maior parte de seu tempo nas praias, país onde tudo é possível etc. Assim, a narrativa da “Salamandra”, está longe de representar Recife e Olinda como duas portas abertas para um Brasil onde só reina o exotismo puro. Na “Salamandra” o país recebe cores bem realistas que colocam em destaque a contradição que nele impera, e que faz com que certos lugares, certas pessoas possam ser ao mesmo tempo maravilhosas e seu contrário. Anjos e demônios.

Por outro lado, Rufin, como escritor, atrai-nos pelo seu modo de contar histórias sobre outras pessoas e, às vezes, de nelas se imiscuir; não para mudar o rumo dos acontecimentos, mas para ali estar, como personagem de uma “ficção secundária” (VUILLAUME, 1990, p. 59-87)<sup>5</sup>. Em suma, o que mais nos seduziu no livro em pauta foi o fato dele ser escrito como se fosse uma verdadeira narrativa de vida, contada por um terceiro (o narrador)<sup>6</sup>.

Com efeito, Catherine, a mulher francesa que encarna o personagem principal da história assumida pelo narrador *rufiniano*, passa por várias transformações depois de seu encontro com os brasileiros, sobretudo com um deles: Gilberto (ou Gil). O encontro desses dois seres vindos de culturas e de meios sociais diferentes levará a francesa a empreender uma estranha viagem cujo começo se situa em um éden feito de prazer e de sensualidade e cujo fim termina no inferno de uma realidade miserável. Como consequência dessas transições, Catherine – que tinha a secreta esperança de cativar para sempre tanto o Brasil tanto quanto “aquele” brasileiro em particular – vai passar, vítima de um turbilhão de emoções, por várias metamorfoses.

5 Voltaremos a falar dessa questão mais adiante.

6 Os segmentos do livro que utilizamos ao longo do artigo, bem como todas citações de autores franceses ou escritas em francês foram por nós livremente traduzidas para o português para este texto.

O título do livro seduz aqueles que se interessam por lendas e por símbolos. Em relação à salamandra, existem vários, quase todos ligados à magia ou a um mundo fantástico. Ao contrário de outro animal mítico, a Fênix, ave que se deixa queimar para depois renascer de suas próprias cinzas, tornando-se sinônimo de esperança e de uma nova vida obtida pela ressurreição, a salamandra carrega consigo a ambiguidade. É um símbolo do bem ou do mal? Rufin – autor ou sujeito-comunicante/empírico<sup>7</sup> –, coloca na epígrafe do livro uma definição/descrição da salamandra:

A crença tradicional atribui à salamandra a capacidade de morar no fogo. Esta característica aponta para a ambiguidade. Segundo autores [que se ocupam do assunto], trata-se da faculdade de atravessar as chamas sem se queimar ou de poder nelas viver muito tempo e delas se alimentar. Nos dois casos, o significado da salamandra varia muito. A primeira hipótese lhe atribui uma qualidade de algum modo passiva e limitada. Na segunda, o animal torna-se, ao contrário, o único habitante mítico desse quarto elemento que como o ar, a água e a terra, todos amplamente povoados, compõe o mundo. As qualidades de calor, clareza, pureza que são ideais de vida, são levadas ao seu extremo pelo fogo que as transforma pela prova da morte.

Trata-se, então, de saber se a salamandra subsiste à essa prova e por meio dela mostra seus limites, ou se ela própria a ela se dirige, aceita-a e assim, demonstra sua fecundidade (DEBAUWE; LESPITAOU, *Héraldique raisonnée*, Paris, 1913, apud RUFIN, *La Salamandre*, 2005, p. 11).

A nosso ver, essa epígrafe já é, de certo modo, uma forma de “advertência ao leitor” e, além disso, uma estratégia discursiva utilizada pelo escritor<sup>8</sup>. Por meio da definição/descrição da salamandra, ele já previne o leitor sobre o personagem feminino que será o enfoque principal de sua narrativa: uma mulher ambígua, que passa de dominadora à dominada, que brinca com o fogo acreditando que ele não a queimará pois, ela saberá controlá-lo, com sua inteligência e *savoir-faire* de mulher nascida no país de Descartes. No entanto, o fogo brasileiro é bem diferente do fogo francês e lhe reserva algumas surpresas. A epígrafe aponta desse modo (ainda que metafóricamente), para a futura narrativa da vida de Catherine, que nos será contada e, de certo modo, poderá servir de guia para os leitores em geral, ou mais especificamente, para

7 Tais expressões podem ser consideradas (na análise do discurso semiolinguística, teoria criada e divulgada por Charaudeau a partir de 1983) como um sinônimo para “autor” ou “indivíduo”, o ser capaz de lidar com a linguagem.

8 O termo “escritor” indicará aqui o *autor no ato de redigir*, ou seja, uma entidade situada entre o “autor” e o narrador da história.

os que como nós, buscarão captar as diferentes “imagens de si” apresentadas pela mulher-salamandra, personagem central do livro.

Dividiremos o texto que compõe o presente capítulo em três partes. Na primeira, tentaremos apreender a obsessão que levou Rufin a escrever um livro sob a forma de uma narrativa de vida. Apontaremos aí para a segunda parte, centrada no eterno duelo entre macho & fêmea. Na terceira parte do artigo destacaremos as semelhanças entre o gênero que sustenta a narrativa de vida de Catherine e dois outros: o *fait divers* e a tragédia grega. Cada uma dessas partes terá seu ponto de apoio na *Advertência* (RUFIN, 2005, p. 9-10) e em outros segmentos do livro. Nas considerações tentaremos destacar a principal estratégia mobilizada pelo escritor para compor essa ficção romanesca ou essa espécie de *autoficção*.

O modo de narrar de Rufin deve ser considerado como um simples meio de captação do leitor ou como algo que faz parte inerente de um discurso que visa contar uma vida (imaginada ou real), da qual ele tomou conhecimento no Brasil, quando em uma de suas muitas visitas ao país? Eis uma questão a qual não saberemos responder com precisão, pelo menos agora. Seja como for, o narrador da história apresenta-se como um ouvinte privilegiado: o leitor é informado que tais fatos foram transmitidos a Rufin por alguém que os testemunhou, uma pessoa fidedigna<sup>9</sup>, que não tinha razões para mentir ou inventar tal história. A escuta atenta que dele fará o autor francês, resultará em um pequeno relato, no qual ele descreverá as peripécias de sua compatriota e sua luta para sobreviver em um contexto ambíguo, contraditório, inesperado, tão diferente do francês.

A nosso ver, a participação efetiva do autor o leva a tornar-se também um personagem da história. Isso é evidente, sobretudo na *Advertência* do livro. Essa intromissão do autor na história que conta poderia ser explicada pelo conceito de *ficção secundária* de Vuillaume (1990, p. 59-62). Para este linguista, em certos escritos literários aparecem dois tipos de ficção: a *primária*, que consiste na história propriamente dita, com suas intrigas, seus personagens [...]. Porém, às vezes, ao lado desta, aparece a *ficção secundária* que é aquela que chama alguém para o interior do livro: pode ser o leitor, pode ser o autor do livro que irão assim adentrar em um “mundo de papel” e serem testemunhas dos fatos, da história que ali se desenrola.

Desse modo, Rufin penetrará na narrativa da “Salamandra” como um pseudo-personagem<sup>10</sup>. Fatalmente, seu relato oscilará assim entre dois mun-

9 Nesse ponto, não poderíamos nos esquecer da escritura audaciosa e moderna (pela época em que foi produzida e pelo ponto de vista narrativo nela utilizado) do francês Abbé Prévost, que, muito antes de Rufin, já mostrava uma técnica narrativa bastante ousada e envolvente em seus romances, como em *Manon Lescaut* (1731).

10 Sobretudo na “Advertência” do livro.

dos, o real e o ficcional. O escritor se esforçará para fazer com que os dois fusionem ou melhor dizendo: pareçam interligados aos olhos do leitor.

Gostaríamos de esclarecer que não nenhuma pretensão de realizar um trabalho exaustivo em relação aos temas mencionados. Deles nos servimos apenas para lançar um olhar analítico sobre um discurso literário que tem ares de narrativa de vida ou, em outras palavras, para aqui apresentar, um «possível interpretativo» (CHARAUDEAU, 1983, p. 57) aplicado à uma narrativa. Nossa finalidade é mostrar um pouco nossa maneira de trabalhar com fragmentos de uma narrativa de vida. Tal propósito está incluído em um objetivo maior: uma pesquisa que estamos realizando sobre a *Narrativa de vida & Análise do Discurso*, para o CNPq.

## O romance: entre a ficção e a realidade

Sempre que realizamos análises, em diferentes discursos, tentamos neles observar ações languageiras assumidas pelos sujeitos de palavra. Ficamos atentas às facetas compósitas de tais discursos. Dito de outro modo, apraz-nos buscar pistas que nos conduzam a tais sujeitos ou que nos permitam perceber suas identidades e o modo como elas se transformam ao longo das narrativas.

Em nossas pesquisas, abordamos documentos que têm ou mostram ter alguma ligação com o que chamamos “espaço genealógico”. Apraz-nos verificar, em tais espaços, os recursos linguísticos e discursivos utilizados no ato de narrar. Interessamo-nos também pelo estilo de escrita adotado pelos narradores quando contam fatos de sua vida ou da vida de terceiros.

Ora, no caso que agora nos interessa, temos que convir que o livro *La Salamandre* é uma narrativa de ficção, uma obra literária; não se trata de um documento biográfico “puro” como são aqueles que se intitulam “Diários”, “Memórias”, “Autobiografias” ou “Biografias”<sup>11</sup>. Mas, observando *La Salamandre* às luzes da análise do discurso Semiolinguística, diremos que o autor ou sujeito-comunicante recorreu a um sujeito-enunciador-narrador<sup>12</sup> para contar a vida de outro personagem (Catherine). E que, sempre segundo a *Advertência* do livro, tal personagem *teria realmente vivido a história que Ruffin compõe*.

Tal fato permitiu-nos adentrar no universo do livro como se ele contivesse um *discurso testemunhal*, que se equilibra entre a ficção e o factual.

11 E aí está, a nosso ver, a grande diferença entre “espaço genealógico” (o que tudo abarca sobre narrativas longas ou curtas, que aparecem em gêneros diversos) e “espaço biográfico” (mais centrado sobre um gênero: o da biografia ou autobiografia).

12 Nessa corrente de AD a palavra “sujeito” refere-se ao “sujeito da linguagem” apenas e não ao indivíduo. É este último quem produz o sujeito ou os sujeitos da linguagem.

Na concepção de alguns teóricos franceses, um relato como esse tocaria o *gênero autoficcional*. *Autoficção, autoficcional*: são neologismos, cuja criação remonta a 1977, e cuja primeira utilização foi reivindicada pelo escritor francês Doubrovsky, na ocasião de um Congresso em Cerisy (2008), dedicado a tal tema.

Para melhor expor a definição de Doubrovsky que – diga-se de passagem – provocou muita polêmica no mundo literário francês, o teórico da literatura Gasparini (2008, p. 209) a dividiu em critérios indicativos do tipo de discurso que poderia pertencer ao gênero autoficcional ou, pelo menos, dele se aproximar. Eis um deles: o narrador deve dar mostras de que é fiel aos fatos da história que está relatando. Isso acontece no livro de Rufin. No entanto, no domínio da análise do discurso, devemos nos lembrar que o esforço para parecer fiel à verdade pode também ser apenas uma estratégia destinada a manter a atenção do leitor.

Gasparini (2004), em outro livro, menciona escritores que dão a sua escritura um “ar genealógico”. Assim agindo, incluem em suas narrativas um “terceiro personagem” que representaria o “romancista mergulhado em seu trabalho”. Ora, tal fato denunciaria uma “forte intrusão do narrador-escritor na narrativa” (GASPARINI, 2004, p. 109).

O ponto de vista de Gasparini é instigante e, de certo modo, encontra-se com o ponto de vista de Vuillaume (1990, p. 59-87), por nós já rapidamente citado.

Assim, adaptando os conceitos de Vuillaume ao caso agora estudado, diríamos que Rufin, ao entrar na história de vida de Catherine, transforma-se em um “autor-narrador-personagem” de uma ficção secundária, mas nem por isso menos importante, já que é graças a este “trio” - que percorre os lugares, observa tudo, ainda que não tenha contato direto com os personagens principais - que teremos a narrativa.

Voltemos à *Advertência* do romance, quando Rufin ali se apresenta como o autor e futuro narrador da história de vida de Catherine:

Todos os anos ou quase em todos, nessa época de minha vida, eu voltava ao Recife. Fosse por trabalho, fosse por uma simples necessidade de preguiça e praia eu viajava geralmente na parte mais forte do inverno europeu, quando lá no Recife era a estação do calor, um calor enorme, que branqueava o mar [...].

Em cada ida minha no Recife e sem que isso fosse necessário, adquiri o hábito de ir visitar o Cônsul que a França mantém nesse local, Deus sabe lá porque, em Recife. Mais de uma vez ele já tinha me livrado de alguns problemas e ficamos amigos (RUFIN, *La Salamandre*, p. 10).

Após desvelar rapidamente algumas particularidades de sua vida, como Rufin/Indivíduo, o escritor conta-nos então, como, em uma de suas visitas, o cônsul lhe revelou estar preocupado por causa de um estranho caso do qual ele foi obrigado a participar. A história em questão dizia respeito ao drama que acontecera com uma francesa que vivia no Brasil. O cônsul contou-lhe tudo o que sabia sobre o caso e Rufin ficou arrasado com o destino da pobre criatura. Tal relato o impressionou tanto que, dominando sua emoção, ele escreveu: “Depois de ter escutado seu relato, eu me senti meio mal, com se algo me sufocasse e me cortasse as palavras” (RUFIN, 2005, p. 10). E foi a partir desses ditos que decidiu “saber de tudo sobre esta mulher”. Assim, visitou os lugares por onde ela passou e quis encontrar as pessoas que haviam conhecido sua compatriota naquelas terras brasileiras. Mas, não teve a coragem de ir vê-la pessoalmente. O que ele assim explica: “Talvez eu tivesse revestido a tal ponto a túnica de sua existência que ela não parecia mais ser de outra pessoa, mas, somente minha. Dessa obsessão nasceu o romance que vamos ler” (ibidem).

Nas palavras de Rufin é possível visualizar dois critérios da autoficção citados por Gasparini (2008, p. 210): em primeiro lugar, o romance em pauta é o fruto de uma obsessão, a de Catherine por Gil e também a de Rufin por Catherine. E foi essa obsessão que lhe fez narrar a vida dessa mulher, tal como ela a viveu (ou então tal como ela foi percebida/revista/contada por Rufin). Em segundo lugar, pode-se considerar a *Advertência*, em sua totalidade, como uma estratégia de captação do leitor ou como uma prática já exercida por outros escritores, que envolve a obra dando-lhe efeitos de realidade.

No entanto, quem agora vos escreve, como brasileira que já viveu na França e que já viu o “deslumbramento” de alguns de seus amigos franceses em relação ao Brasil e ao seu povo, acha viável que se observe tal relato como detentor de alguma coisa vinda da realidade. O real situa-se na confrontação de dois seres vindos de culturas diferentes, fato que ocorre tantas vezes entre brasileiras e franceses ou vice-versa. Seja como for, confrontações desse tipo são divertidas e dão bons resultados, em muitos casos; mas, pode acontecer também que, em vez de se compreenderem, os indivíduos confrontados se comportem como participantes de um duelo. É esse o caso do livro *La Salamandre*: do lado europeu, entrevê-se a colonizadora branca que acredita poder dominar o mestiço, a filha de Descartes, tão orgulhosa de seu bom senso que tem certeza de poder manobrar à sua vontade o outro, o brasileiro pobre, cujos únicos bens eram sua beleza, virilidade e juventude. Além disso, ressalte-se que o jovem brasileiro era pobre, mas astuto e amoral. Para ele, ganhar sua vida com o seu corpo era algo natural; ele utiliza, sem pudor, a malícia adquirida na escola da vida que vai se chocar à ativa inocência da estrangeira.

A narrativa de Rufin não esconde que os saberes estereotipados sobre o Brasil podem ser facilmente derrubados com um simples gesto, como se fossem apenas um castelo de areia e que o brasileiro não é alguém assim tão fácil de se apreender, menos ainda de ser domesticado. A história de Catherine assume o caráter de “verdadeira” porque ela é, de certo modo, ligada à história coletiva das classes pobres quando confrontadas às ricas.

Há uma violência nas paixões humanas capaz de suscitar outras histórias ou narrativas de vida que se assemelharão, fatalmente, a de Catherine e Gil. Se essa violência atravessa toda a narrativa de *La Salamandre*, ela pode também ser vista nas rubricas do tipo *fait-divers*, em diferentes jornais que, por vezes, informam-nos sobre as consequências desastrosas advindas do encontro entre brasileiros desonestos e estrangeiros ingênuos, que se deixam levar demais pelo “doce exotismo” que aqui acreditam encontrar.

Ainda algumas palavras para explicar o nosso gosto em trabalhar – enquanto analista do discurso – com textos literários. Em um artigo da revista *Sciences Humaines* (jul./ago. 2015), a jornalista Lhéréte sublinha a importância dos livros e da literatura em nossas vidas. Ela afirma que:

[...] certos livros penetram em nossa intimidade, nela se instalam de modo duradouro e parecem revelar coisas vindas de nós mesmos. Esses livros não são sempre acolhedores, doces: podem se mostrar fortes, violentos. Alguns são como “um machado que vem quebrar o mar gelado que está em nosso interior” como dizia Franz Kafka” (LHÉRÉTÉ, 2015, p. 36-37).

Por ter essa parte de “real” a literatura dá asas à nossa imaginação, enquanto leitores. Ela nos faz descobrir facetas de nós mesmos que havíamos esquecido ou não identificado.

## **Eu e o outro: o duelo sem fim**

A história de Catherine, a francesa cujo caso provocou tanto mal-estar no cônsul francês de Recife e em seu amigo Rufin figura, nas livrarias, quiosques de jornais e outros, na parte destinada à literatura; esse tipo de relato, tal como se apresenta na “*Salamandre*” não é considerado uma obra factual, muito menos um ensaio! Porém, insistimos: a questão não é esta. Hoje, a ficção e os efeitos de ficção (CHARAUDEAU, 1992; MACHADO, 2016) são habituais em todas as narrativas que dizem respeito às histórias contadas e recontadas e isso pode ser verificado em qualquer gênero discursivo: o biográfico, o histórico, o jurídico, o midiático, o literário etc.

Ora, nesse caso, o livro *La Salamandre*, ainda que contendo ares do primeiro, pertence sobretudo ao último da lista acima, evidentemente. Entretanto, cabe lembrar que a literatura não tira “do nada” os personagens e os mundos que ela descreve. Ela se inspira no vivido ou naquilo que pode ser imaginado/representado a partir deste. É por essa razão que certos livros nos comovem mais que outros: o modo utilizado para narrar seu conteúdo encontra-se com nossas ideias ou com alguma experiência que tenhamos tido, um desejo esquecido ou sufocado ou mesmo um sonho.

Como analistas do discurso, procuramos desvelar o “porquê” e o “como” de certos discursos. É, pois, natural que nos coloquemos ao lado de Lhéréte que, ao evocar autores como Petit (2008) e Compagnon (2007) entre outros, lembra que:

[...] nossas leituras não se situam fora da vida, mas a ela se ligam por vários liames. Do leitor a obra – e reciprocamente –, imagens, formas, histórias circulam e se fecundam [...]. O primeiro fio que liga a literatura e a vida é a linguagem (LHÉRÉTÉ, 2015, p. 37).

E é justamente nesse ponto que a literatura, vista pelo viés da análise do discurso, tem tudo para seduzir seu leitor: ela fala da vida e *o faz por meio da linguagem*, nosso objeto de estudo. A linguagem oferece-nos um vasto terreno de observação: basta pensarmos nos sujeitos languageiros que por ali transitam. Entre eles: um *indivíduo* ou futuro *sujeito-comunicante*, que, ao tomar a palavra, vai delegá-la a um *sujeito-enunciador* (ou *narrador*, no caso da “Salamandre”) que, por sua vez, se endereça a um *sujeito-destinatário* (ideal) que poderá ou não se aproximar do *sujeito-interpretante*: o leitor<sup>13</sup>.

Sem mais esperar, expomos um resumo da narrativa contida no livro *La Salamandre*.

Catherine era uma mulher francesa como tantas outras que levam uma vida corriqueira na França: tinha um emprego estável (mas enfadonho), um apartamento, pequenas manias, alguns amores passageiros e cada vez mais menos frequentes, com o passar do tempo. Já tinha passado dos quarenta anos e nunca fora uma mulher sensual ou bela. Nem feia. Era, digamos, meio sem graça. Uma mulher francesa que, um dia, teve o desejo de vir passar suas férias na casa de amigos franceses que viviam em Recife.

Uma vez instalada no belo apartamento de um casal amigo, ela foi a praia (no início com eles, depois só) e foi lá que o deslumbramento começou: tanta claridade, tantas cores, tanto calor! E a sensualidade que saía pelos poros dos belos corpos dos brasileiros e das brasileiras, corpos brancos, negros, mestiços. Essa visão lhe impressionou, sobretudo porque, a seus olhos de estrangeira

13 Devemos essa terminologia a Charaudeau (1983).

[...] estavam todos nus ou quase. Tantas nádegas, tantos seios, tantas coxas, tantos sexos que se deixavam adivinhar através do pouco pano que os cobriam causavam certa inquietação. Aos olhos de Catherine, essas pessoas estavam nuas, indiscutivelmente nuas. Eles usavam seus maiôs apenas como preciosas joias para a carne que eles queriam colocar em destaque. O tecido não cobria nada, ele realçava (RUFIN, 2005, p. 24).

E um dia um desses seres sensuais se aproximou dela. Conversando, como o fazem os brasileiros, a tocou. Ele se chamava Gilberto ou simplesmente Gil. Tinha um corpo de deus, era belo e jovem. E, aos poucos, depois de alguns encontros na praia, Catherine acabou fazendo sexo com esse “deus”. Ela sentiu um enorme prazer, mas, ao mesmo tempo, ficou perturbada, sem saber como definir suas relações com aquele moço. Sua amiga francesa, mulher experimentada que sabia degustar com moderação e sem nenhum remorso as delícias que podiam lhe dar tais amantes nativos, logo a preveniu: era preciso sempre trocá-los, pois ficar com um só deles seria um perigo. Tal advertência encontrou-se com o que Catherine já imaginava em seu foro interior: Gil não a amava: dormia com ela para ganhar algo. Presentes bonitos, nada mais que isso. Ele era um gentil gigolô. E ela devia aceitar essa relação sem fazer muitas perguntas sobre a vida do amante, nem lhe dar presentes caros demais ou ainda, deixá-lo dirigir o carro que os amigos franceses lhe haviam emprestado. Curiosamente, isso tranquilizou Catherine:

Enquanto que a ideia [de dormir com um gigolô] era apenas uma hipótese, ela ficou aterrorizada. Agora, que esta tinha se tornado uma certeza, Catherine sentiu-se tranquilizada e satisfeita. Ele era um gigolô e tudo estava perfeito. Ela, que durante tanto tempo opusera os seres de quem fugia das coisas que podia se apropriar, havia encontrado uma forma de síntese: um ser humano que estava à venda. Não precisava temer nada. No pântano dos sentimentos, ela conhecera a dúvida; em relação ao mercado do sexo, encontrava uma certeza franca, o respeito à palavra, ao contrato, à tranquila força do dinheiro. Ela tinha o direito de lhe exigir [a Gil] ardor e competência, *savoir-faire* e higiene (RUFIN, 2005, p. 49).

Na citação acima, assim como também em outras partes da narrativa, o escritor não dissimula os pensamentos colonizadores que persistem em parte do povo francês, face aos habitantes dos Trópicos: as relações que os franceses podem com eles entreter, são meras partes de um “contrato”, geralmente mantido pelo poder da moeda. E Catherine reflete consigo mesma (e suas reflexões são transcritas por meio de seu narrador intradiegetico<sup>14</sup>):

14 Devemos tal termo a Genette (1983). Por ele é designado o narrador interno à narrativa, ou seja, aquele que conhece todas as ações e pensamentos dos seres de papel sobre os quais escreve.

Fora preciso atravessar continentes das bobagens burguesas para chegar enfim a essa paz. [...] Ninguém se rebaixava nessa transação. Eis algo que levava a uma reflexão sobre a escravidão e seus paradoxos. No fundo, não seria esse o supremo gozo, o de oferecer os tesouros de seu ser mais íntimo a quem deles saberia tirar proveito? (RUFIN, 2005, p. 50).

Na primeira parte da narrativa, já podemos perceber a primeira transformação identitária de Catherine. A francesa “normal”, da pátria dos Direitos do Homem, sentia-se muito bem e à vontade, ao realizar um comércio sexual com um brasileiro pobre. A tal ponto que começa a crer nos infames benefícios da escravidão! Da Catherine, francesa correta em seus princípios, surge uma mulher que se compraz ao pagar pelo ato sexual. Ela crê poder manter um “contrato” com o brasileiro.

No entanto, justamente porque ela pensa dominar tal “contrato”, ela não vê que Gil, aos poucos, assume o controle da situação. Nova transformação: de senhora de escravos, Catherine passa a escrava. Mas, antes disso, ela ainda insiste na “compra” do outro: gasta demais com ele, oferece-lhe presentes caros, enfim, perde todas as medidas do bom senso cartesiano que antes dela faziam parte e dirigiam seu modo de vida.

Gil se desinteressa dela e mais ainda, passa a desprezá-la. Em uma tentativa de recuperar seu afeto, ela vai cometer todos os erros que pode cometer um ser vítima da paixão: ela vai à favela onde a família de Gil mora, mostra-se gentil com os seus, vai ali buscá-lo, deixa-o dirigir o carro dos amigos franceses. Por fim, ela toma a louca decisão de ir a França, mas bem rapidamente, só o tempo necessário para vender todos os seus bens, voltar ao Brasil e passar uma parte do dinheiro arrecadado a Gil. E Catherine resolve instalar-se no Brasil. Aluga uma casa em um bairro pobre de Olinda, na qual Gil se comporta como o senhor e o patrão, recebendo quando bem entende seus amigos malandros e bandidos. Catherine aceita tudo: fazer sexo de modo cada vez mais aviltante, passar por todas as humilhações que Gil lhe inflige, ser vítima de sua constante cólera, de suas pancadas. Até os amigos de Gil batem na pobre mulher. Assistimos assim a uma outra metamorfose identitária de Catherine, se assim podemos chamar a perda total de sua dignidade.

E a degradação de Catherine continua: alcoolizada, ela se perde no carnaval de Olinda (vestida ou travestida de Gil), com a esperança secreta de revê-lo (ele havia sumido de sua casa em um dado momento). Ela o reencontra enfim, em um bordel, situado na parte antiga de Olinda. Enojado ao ver o trapo que ela se tornou, ao ver esse “monstro saído de uma manhã das ilusões frias do fim do carnaval”, com “um fio de sangue a correr dos lábios” (RUFIN, 2005, p. 157), suja, rasgada, envelhecida, Gil a golpeia com gosto,

segura uma lata com álcool e asperge o líquido sobre Catherine e joga um fósforo aceso sobre a infeliz.

Ainda que gravemente ferida, Catherine sobrevive ao fogo, como a salamandra simbólica. Mas, seu rosto e grande parte de seu corpo ficam marcados para sempre. Tendo enfim renunciado a perseguir Gil na Justiça, seus passos errantes a conduzem em direção a uma dessas barracas de praia, que vendem cerveja e refrigerantes, justamente aquela onde ela tinha conhecido Gil.

Ora, a proprietária dessa barraca havia morrido. Um garoto que estava por ali e que parecia estar à espera de Catherine (ele a reconhece pela voz), corre para ela e lhe diz que a chamada Conceição, dona da venda, antes de morrer, dissera que aquele comércio, de agora em diante, seria de Catherine, pois esta a havia ajudado (logo no início da narrativa) ao lhe dar uma soma que Conceição precisava para assegurar a existência daquele modestíssimo comércio praiano. Catherine mostra ao garoto o triste estado de seu rosto e de uma parte de seu corpo (ela os encobria com um lenço e um chapéu). Sem nenhuma maldade o menino diz que ela pode ficar escondida, tal como o fazia Conceição quando viva, no pequeno cômodo anexado à barraca. “Senão, isso vai ser ruim para os negócios” pondera o pragmático menino, que se propõe a fazer as vendas e compras para manter o quiosque. E é assim que termina a história de Catherine, a salamandra, purificada pelo fogo e que nada mais esperava da vida:

Ela dava a impressão de viver somente para a preguiçosa contemplação dos dois elementos, areia e água, que em seus eternos movimentos, levavam as espumas da vida. É claro, tais movimentos infinitos a tinham seduzido e se preparavam para engoli-la. Mas esse abandono não era uma derrota. Na verdade, ela desprezava a eternidade e, ao seu modo, a tinha vencido (RUFIN, 2005, p. 188).

A paixão e o duelo da francesa com o brasileiro foram assim substituídos por uma tranquilidade amarga. Uma outra mulher – a salamandra – tinha saído do fogo. E assim, não precisava mais temer a última metamorfose: a da morte.

Como já foi dito, a narrativa em pauta tem ares de um estilo jornalístico que os franceses chamam de *fait-divers*. Um longo *fait-divers*, escrito de forma romancada. O gênero foi e ainda é muito usado por escritores: no século XIX, o Stendhal redigiu *Le rouge et le noir* (*O vermelho e o negro* depois de ter se inspirado pelo conteúdo de um *fait divers* publicado em um jornal e Flaubert fez a mesma coisa para construir sua *Madame Bovary*. A narrativa de Rufin teria também sido inspirada por tal gênero? Por um acontecimento real?

## ***La Salamandre*: uma narrativa entre *fait divers* e tragédia clássica<sup>15</sup>**

Dito de modo rápido, o *fait divers* é um gênero midiático no qual são contadas tragédias insólitas vindas do cotidiano. Geralmente constituído por apenas algumas linhas, pode também – isso depende de seu veículo de divulgação – assumir a forma de uma longa narrativa.

Se o livro de Rufin fez-nos pensar, em uma primeira etapa, em uma narrativa de vida, aos poucos notamos que nessa narrativa havia algo digno do supracitado gênero midiático. Com efeito, o estilo de escrita do livro *La Salamandre* carrega consigo, repetimos, dados próprios ao gênero *fait divers*, cuja temática gira em torno das relações de causalidade e de coincidência. A causalidade trás consigo transtornos, ela quebra a espera do leitor ou do *sujeito-interpretante*. Ela é geralmente contida em um texto fabricado segundo os critérios do que chamamos “ironia de situação” ou “ironia do destino”<sup>16</sup>. Quando a ironia toma tal lugar, os personagens que a recebem são projetados em situações ambíguas: esperam uma coisa e é outra que acontece. Os papéis são invertidos: o ladrão é roubado, o dominador é dominado.

Em relação à casualidade do *fait divers* – e as confusões que ela proporciona – notamos que ela arrasta sempre consigo uma espécie de decepção, mas, como afirmamos em um artigo de 1995, “paradoxalmente, quanto mais o leitor fica decepcionado em sua expectativa, maior é seu prazer e atração pela narrativa, já que percebe que esta pode surpreendê-lo” (MACHADO, 1995, p. 13).

Em suma, casualidade e coincidência no âmbito do *fait divers* não ocorrem uma sem outra.

Por vezes, o *fait divers* apropria-se também de certos elementos que encontramos na tragédia clássica. Para melhor expor tal convicção, fazem-se necessárias algumas palavras:

Sabemos que a tragédia clássica, ainda que gênero nobre, era também popular: ela se dirigia a um largo público. Os sentimentos suscetíveis de tocar emocionalmente o público eram aqueles, sempre eternos [...], o desejo de vingança, a humilhação dos vencidos, a arrogância dos vencedores. Em resumo, o público era atraído pela encenação das virtudes extraordinárias ou dos vícios odiosos de outrem. Os obstáculos que se opunham às aspirações do herói trágico não vinham de seu “eu” profundo; eram exteriores, criados pelos desejos insondáveis dos deuses (MACHADO, 1995, p. 18).

15 Utilizaremos aqui ideias já divulgadas por Machado (1985, 1995).

16 Ver Machado, 1995, p. 18.

Desse modo, como o herói trágico, o personagem feminino do livro agora abordado, tem o sentimento vago e confuso de ser e de não ser mestre de seu destino. Suas certezas vão e vem como as ondas do oceano da costa brasileira, pano de fundo para essa história.

Ainda é preciso lembrar que, no domínio da análise do discurso, o *contrato de fala*, como o sustenta Charaudeau (1983, 1992) tem uma posição privilegiada. Na história do romance que abordamos aqui, tal contrato estabelece-se entre o *sujeito-comunicante* e seu leitor. Ora, os *contratos de fala* da tragédia e os do *fait divers* tocam em sinais linguageiros que levam ao *pathos*, ou seja, sinais que visam transmitir certas emoções aos leitores. O livro de Rufin não se priva disso.

Machado (1995, p. 15-26) elaborou um pequeno quadro de pontos comuns que ligam os gêneros *fait divers* e a tragédia clássica. Iremos retomá-lo agora, aplicando-o ao livro *La Salamandre*:

(i) *A protagonista principal da história, vítima da força e das armadilhas do destino*: eis, sem dúvida alguma, o caso de Catherine.

(ii) *o mundo que envolve tal protagonista*: no caso agora examinado, trata-se de um mundo que oscila entre a beleza e o horror, a bondade e a maldade, a sombra e a luz, o Brasil e a França;

(iii) *O gosto pelo Direito: nas tragédias clássicas e nos fait divers, as confrontações judiciais são frequentes*<sup>17</sup>. No romance de Rufin, o leitor é confrontado a uma cena no tribunal: isso acontece no julgamento de Gil, pelo crime cometido contra Catherine.

(iv) *A força do destino*: o espírito fatalista existe no imaginário popular e isso na noite dos tempos. O destino aparece assim como uma solução fácil para as tragédias que não têm explicações: lembramos aqui uma passagem da *Advertência* do livro, na qual o cônsul francês conta com espanto e desgosto o que se passou com sua compatriota, em Recife e Olinda, ao seu amigo Rufin. E, como este, diante da enormidade dramática dos fatos, sentiu-se obcecado por tal narrativa a ponto de partir à procura dos lugares e das pessoas que de certo modo, viveram ou conheceram Catherine.

(v) *A catarse*: em uma narrativa que faz apelo ao *pathos*, é o personagem feminino que sente uma espécie de *catarse*, no final da história. Marcada para sempre pelo fogo, transformada em criatura horrível, condenada a ficar no Brasil (depois de ter assumido a identidade de outra possível salamandra, aquela que talvez a tenha precedido – Conceição), Catherine sente, apesar de tudo, uma sensação de apaziguamento, traduzido pelas palavras: “Só suscito repugnância [em quem me vê] e, apesar disso, posso apreciar as pessoas como antes, sentir que aquele ali me agrada, aquele outro me é antipático. O amor verdadeiro vem somente de nós e não exige nenhum retorno (RUFIN, 2005, p. 171-172).

17 Elas explicam “a presença de uma *diké* divina ou particular em luta contra uma *diké* humana ou coletiva” (MACHADO, 1995, p. 19).

Machado (op. cit.) menciona também a loucura, como um outro ponto de encontro entre o *fait divers* e a tragédia clássica. No entanto, aqui, deixamo-lo fora do quadro, pois nesse caso tal ponto (a loucura) se estende não apenas aos dois gêneros supracitados, mas, vem atingir um outro: a narrativa que nos conduz ao destino da mulher-salamandra, do livro de Rufin.

Assim Catherine, é também vítima de uma loucura doce, resignada, mais próxima do *daímon* dos personagens da tragédia grega que da demência. Podemos imaginar sua loucura como um estado segundo: uma corda lançada entre o mundo “normal” e o mundo das trevas. E é no nesse último, escondida no fundo da barraca que Catherine herdou da enigmática Conceição que ela vai ficar até o fim de sua vida, vislumbrando as pessoas que continuam a se divertir na fina areia branca da praia, sobre a qual reina o insolente sol brasileiro.

## Considerações

Um mistério percorre essa história ou narrativa de vida. Ele já se faz ver, no entanto, discretamente, quase no início do livro. Para melhor compreendê-lo, devemos rever um ponto preciso, situado na página 88 agora expomos ao leitor desse artigo: um dia, quando Catherine era ainda “normal” e se sentia mais ou menos segura de seu poder sobre Gil, um dos garotos que ajudava Conceição – a dona do modesto comércio praiano, já citado –, contara à francesa, chorando, os problemas que aquela pobre mulher enfrentava. É preciso também esclarecer que ninguém a via pois, ela ficava sempre escondida na obscuridade, no fundo da barraca. Segundo o garoto, ela ia perder seu negócio, pois não tinha setecentos e cinquenta cruzeiros para pagar os impostos que devia à prefeitura. Catherine, sem hesitar, a socorre e lhe dá o necessário para saldar essa dívida. E aí acontece uma coisa curiosa e reveladora da ironia do destino que, pela habilidade do escritor, parece estar sempre espiando todas as ações e gestos da francesa. Ela ia passar o dinheiro a Conceição quando esta

[...] saindo da obscuridade da barraca, lhe apareceu. Ela viu as cicatrizes sobre seu rosto e suas mãos, aquelas sobre as quais Gil já tinha feito alusão, certo dia. A feiura desse rosto não permitia que lhe dessem uma idade. O rosto era como uma ferida recoberta por uma espécie de pele. Catherine abaixou os olhos e lhe estendeu o dinheiro. Conceição o pegou, agradeceu em um português sumário e disse com um sotaque estrangeiro muito forte: “Esta casa agora é sua” (RUFIN, 2005, p. 88).

O leitor atento perceberá assim que a chamada “Conceição” não era brasileira! Pois tinha um “português sumário” e “um sotaque estrangeiro muito forte”! Assim, teria ela sido um dia uma estrangeira “normal” como a

Catherine do início da narrativa, uma mulher que saiu de seu país cinzento para buscar um pouco de luz, calor e ternura no Brasil? E será que ela também teria percorrido o mesmo caminho de cruz que Catherine e assim queimado suas pobres asas?

O mistério não é esclarecido: o escritor deixa a dúvida persistir.

Gostaria de concluir o artigo chamando a atenção para esse “mistério não esclarecido”. Mais que uma simples questão deixada em aberto, eles nos parece ser *a grande estratégia discursiva do escritor*, estratégia de importância capital já que leva o leitor a refletir sobre os paraísos ou pseudos-paraísos terrestres; sobre o encontro de pessoas vindas de culturas e meios diferentes; enfim, sobre a ironia da própria existência humana.

A salamandra-Catherine foi assim, no final da narrativa, absorvida por uma outra salamandra ou, em outras palavras: o escritor, como em um passe de mágica, faz duas personagens femininas da narrativa se fundirem em uma só. Desse modo, a Catherine que se perdeu nas terras brasileiras torna-se ou incorpora a enigmática Conceição.

Última lembrança: tal prenome significa fruto, concepção.

Versão final

## REFERÊNCIAS

BURGELIN, C.; GRELL, I.; ROCHE, R.-Y. (sous la direction de), **Autofiction(s)**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2010.

\_\_\_\_\_. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1983.

COMPAGNON, A. **La Littérature pourquoi faire?** Paris, Collège de France, coll. "Leçons inaugurales du Collège de France", n. 188. Disponível em: <<http://books.openedition.org/cdf/524>, 2007>.

DOUBROVSKY, S. Le dernier moi. In: BURGELIN, C. et al. (sous la direction de) **Autofiction(s)**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2010. p. 383-393.

FLAUBERT, G. **Madame Bovary**. Mœurs de province, Paris: Michel Lévy-Frères, 1856.

\_\_\_\_\_. **Autofiction**. Une aventure du langage. Paris: Seuil, 2008.

GASPARINI, P. **Est-il Je?** Paris: Seuil, 2004.

GENETTE, G. **Nouveau discours du récit**. Paris: Le Seuil, 1983.

LHÉRÉTÉ, H. La littérature aide-t-elle à vivre? **Sciences Humaines**, n. 273, p. 39-41, juillet/août, 2015.

MACHADO, I. L. **Essai d'analyse du fonctionnement de l'ironie comme élément de communication**. Tese defendida em Toulouse II/França, 1988.

\_\_\_\_\_. Le fait divers: tragédie moderne? **Rencontres**: revue du Département de Français de la PUC/SP, São Paulo, EDUC, n. 6, p. 15-26, 1995.

\_\_\_\_\_. **Les faits divers et leur application pédagogique**. Dissertação defendida na Universidade de São Paulo, 1985.

MACHADO, I. L. **Reflexões sobre uma corrente de análise do discurso e suas aplicações em narrativas de vida.** Coimbra: Grácio ed., 2016.

PETIT, M. **L'art de lire ou comment résister à l'adversité.** Paris: Éditions Belin, 2008.

RUFIN, J.-C. **La Salamandre.** Paris: Gallimard, 2005.

STENDHAL. **Le rouge et le noir – Chronique du XIX siècle.** Paris: Levasseur, 1830.

*Versão final*

# UMA QUESTÃO (UM TANTO HÍBRIDA) DE CONTRATO: análise dos discursos sobre doença em revistas semanais de informação<sup>18</sup>

*Luiz Marcelo Robalinho Ferraz*

---

## Introdução

O presente texto busca refletir sobre o contrato de comunicação midiático (CHARAUDEAU, 2006, 2009), no contexto do jornalismo, através da investigação do noticiário sobre doença na revista semanal *Veja*. É parte da tese de doutorado na qual estudei a noção de doença construída pelo jornalismo de revista, a partir da pesquisa realizada acerca das reportagens de capa publicadas entre os anos de 1968 e 2014. A escolha desse veículo se deveu por ser o semanário de informação primeiro lugar em circulação e o mais longevo no segmento no Brasil<sup>19</sup>.

O apelo dado à saúde nas suas publicações, sobretudo, dos anos 1990 em diante, também foi outro motivo importante. Essa maior atenção teve a ver com o aumento de interesse da sociedade sobre o assunto. A partir da última década do século XX, houve um crescimento do espaço editorial para assuntos relacionados à saúde pessoal de modo geral, com o lançamento de publicações ligadas ao cuidado com o corpo e a mente e à prevenção de doenças nos Estados Unidos, Espanha e Brasil (DIZARD, 2000).

Nas pautas sobre saúde, a doença torna-se assunto principal, especialmente pela abordagem da prevenção, devido à ameaça que representa aos que não cuidam da saúde. Não é de se estranhar. No contexto da medicalização, em que fenômenos antes comuns da natureza humana são interpretados pela medicina como doenças (CONRAD, 1992, 2007; CONRAD; SCHNEIDER,

---

18 Este texto deriva de nossa tese de doutorado *Doença, uma noção (também) jornalística: Estudo cartográfico do noticiário de capa do semanário de informação Veja (1968-2014)*, desenvolvida no Programa de Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Orientada pela Profª Drª Kátia Lerner e coorientada pelo Prof. Dr. Patrick Charaudeau, foi financiada pelas bolsas dos Programas Nota 10 da Faperj e Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Capes – Processo n.: 99999.014278/2013-08.

19 Dentre as revistas semanais de informação, *Veja* aparecia em primeiro lugar (1.027.682 exemplares), seguida de *Época* (406.000 exemplares) e de *Istoé* (320.000 exemplares), segundo dados do segundo semestre de 2014 do Instituto Verificador de Circulação (PUBLIABRIL, 2014). Lançada em 11 de setembro de 1968, a *Veja* foi a única no segmento das semanais de informação até maio de 1976, quando foi criada a *Istoé*, sua concorrente direta, embora na época esta ainda não fosse semanal, e sim mensal. Começou a circular semanalmente apenas a partir de abril de 1977 (FERRAZ, 2015).

1980; ZOLA, 1972; CLARKE et al., 2003), os indivíduos se tornam cada vez mais doentes ou potencialmente doentes, singularizando a experiência da doença, sobretudo na mídia, em que a saúde ocupa os assuntos de maior interesse. Mesmo saudável, o sujeito é “convidado” a mudar ou manter o seu estilo de vida no presente, inclusive por meio do consumo de medicamentos.

Na pesquisa, parti do pressuposto de que o jornalismo se converteu, na contemporaneidade, numa das principais esferas a engendrar uma noção de doença, ao lado de outros domínios naturalmente autorizados a falar do assunto, como a medicina e a ciência. Ou noções de doença, no plural, já que a produção de sentidos é múltipla e não única, em virtude da variedade de valores que podem assumir os efeitos de sentido, bem como dos contextos em que os discursos se inserem.

Ao estabelecer uma relação teórica e prática entre jornalismo e doença, considero que a noção de doença não se reduz ao biológico, sendo socialmente construída. O modo como as sociedades definem, conceituam, reagem e atribuem sentido aos agentes patológicos varia conforme os contextos históricos e culturais. Sendo assim, a dimensão biológica não pode ser vista como algo estanque, e sim estruturada simbolicamente em diferentes épocas. Além disso, a concepção de doença não é homogênea, mas implica em diferentes perspectivas, seja a lógica do saber médico-científico, seja a dos pacientes, seja a das autoridades sanitárias, bem como a de outros atores sociais.

Pela posição privilegiada, o jornalismo é uma das esferas que constroem saberes e práticas ligadas aos processos de saúde-doença, considerando o papel essencial de suas produções como marca da sociedade atual (MAIN-GUENEAU, 2013) na qual o “peso das palavras” desempenha um papel de prova para estabelecer a verdade (CHARAUDEAU, 2006). Perpassada por discursos de outros domínios do saber, a produção jornalística não significa assim uma mera reprodução do real. Em vez disso, o jornalismo cria seus próprios discursos a partir de um entrelaçamento de vozes para o estabelecimento da sua própria voz sob a pretensa ideia de objetividade, neutralidade e imparcialidade do relato. Uma peculiaridade que confere autoridade institucional distinta dentre os demais agentes sociais no contrato firmado com o seu público.

Na produção jornalística, as fontes assumem uma função primordial, fornecendo matéria-prima para os meios na compreensão do assunto e na construção simbólica do que vem a ser doença atualmente junto ao seu público: uma experiência cada vez mais crônica e, por isso mesmo, medicalizada por meio de remédios e/ou certos estilos de vida, metaforizados à condição de medicamentos (FERRAZ, 2014, 2015). É nesse panorama que o contrato de comunicação se revela pertinente para avaliar o papel do jornalismo em

fazer a sociedade compreender acerca das fronteiras do que é sadio e doente e entender como o campo constrói seu relato.

Ao ressemantizar o acontecimento a partir de lógicas e protocolos específicos, a instância midiática produz uma ideia de verdade sobre saúde e doença. Balizada por uma ética instituída de não poder mentir nem inventar, essa instância faz conhecer os fatos do mundo relativos ao assunto e busca, com isso, a legitimidade democrática e a credibilidade do seu trabalho (CHARAUDEAU, 2006, 2009). Neste texto, abordarei, inicialmente, a questão da deontologia e do gênero jornalístico, associando às especificidades do contrato estabelecido entre o veículo e o seu público, discutindo, em seguida, em que consiste essa hibridização a que me refiro no título.

### **As configurações do jornalismo moderno**

Associada a um conjunto de normas e regras de carácter prescritivo de uma profissão, a deontologia está ligada aos deveres e à moral. Conceito formulado pela filosofia para tratar da ética, tem a ver com as escolhas assumidas pelos indivíduos e as questões moralmente necessárias para nortear as suas ações. Inseridos no contexto profissional, as normas e os valores defendidos pela esfera jornalística são fundamentais para o reconhecimento do seu papel na sociedade.

Considerando a perspectiva histórica, o século XIX se configurou num momento importante para a expansão da imprensa escrita e a conformação do campo, como também para o estabelecimento da deontologia do jornalismo, pelas mudanças político-econômicas, os avanços tecnológicos, as transformações sociais e o reconhecimento da liberdade como valor democrático. Fase da industrialização e da consolidação do capitalismo, na qual se implantava a ideia do jornalismo como negócio e os jornais eram vistos como empresa, observaram-se o reconhecimento, a estruturação e a regularização da profissão, bem como maior independência dos veículos de comunicação na cobertura dos fatos, ao se tornarem mais independentes dos subsídios políticos.

Especificamente a liberdade, reconhecida como direito de expressão, ao lado do serviço público, constituíram os fundamentos da deontologia jornalística no mundo em geral, originando os valores morais da atividade profissional. Entre eles, estão “a verdade, a integridade, a competência, a lealdade, o respeito, a compaixão, a responsabilidade, a independência, a equidade e honestidade” aponta Camponez (2009, p. 145-146), ao estudar a realidade do jornalismo português nas quatro últimas décadas do século XX, relacionando ao contexto da profissão em outros países.

Dentre as normas criadas, a objetividade teve maior destaque. Predominante nos Estados Unidos, onde surgiu e encontrou terreno fértil de

desenvolvimento e posterior “exportação” da regra para países como o Brasil, a objetividade jornalística representa, simultaneamente, “um ideal moral, um conjunto de práticas de reportagem e de edição, e um padrão de redação noticiosa a ser seguido” (SCHUDSON, 2014, p. 137). Na deontologia, a objetividade faz parte do conjunto de *deveres dos jornalistas para com a informação*, juntamente com outros, como a imparcialidade, a exatidão, a identificação da fonte e o distanciamento em relação a elas, a recusa do sensacionalismo, a distinção entre conteúdo editorial e publicidade, a confirmação da informação, a não deformação e retificação em caso de erros (CAMPONEZ, 2009).

Além dos *deveres dos jornalistas para com a informação*, há os *deveres para com as fontes de informação* (respeito pelos protocolos e as regras de embargo noticioso) e os *deveres para com os outros* (como respeitar o bom gosto, a decência e a privacidade, preservar o nome dos suspeitos de crimes, proteger o nome de testemunhas de crimes, não caluniar, não difamar e não discriminar e não publicar imagens que fira a dignidade das pessoas). Compõem ainda o conjunto mais amplo dos valores e normas de conduta os *deveres para com a própria profissão* (defender a liberdade de expressão e imprensa, ser solidário, ajudar os colegas de trabalho, recusar pressões, não plagiar, não aceitar presentes, não tirar partido da profissão para conseguir o que quer, não exercer funções incompatíveis com a profissão e não noticiar fatos em que esteja envolvido, entre outros). Por fim, há os *deveres para com o próprio sujeito profissional* (defender a consciência e não aceitar trabalhos que a violem de algum modo). Todas essas obrigações compõem um quadro de categorizações proposto por Camponez.

Na esteira da objetividade, a imparcialidade surgiu nos anos 20 do século XX como um dos princípios do código de ética da Associação Americana de Editores de Jornal (*American Society of Newspaper Editors*). Juntamente com as normas de sinceridade, verdade e precisão, foi valorizado em outros países, como o nosso. Inicialmente, tinha a pretensão de tornar o texto isento de opinião e não tendencioso, de certo modo mais confiável aos olhos do leitor. Com o tempo, ambas as noções se consolidaram como regras jornalísticas a serem buscadas pelos profissionais dentro de um código moral, sendo incluído nos manuais.

Ancorada na norma da objetividade, a imprensa adquiriu, então, o “direito legítimo e dever cidadão”, pelo papel desempenhado de informar à sociedade. Tudo em nome da credibilidade, principal capital simbólico do jornalismo. Porém, essa busca pela verdade dos fatos não é uma tarefa assim tão simples quanto parece no discurso da informação. Sendo noções da realidade humana, o verdadeiro e o falso extrapolam a problemática linguística. Conforme explica Charaudeau (2006, p. 88, grifos do autor):

[...] acham-se no domínio lingüístico (sic) noções como as de *significar o verdadeiro* ou *significar o falso*, isto é, produzir um valor de verdadeiro ou de falso por meio do discurso. A verdade, sob esse ponto de vista, avalia-se através de um dizer, logo, é uma questão que pode ser tratada segundo determinadas oposições: o verdadeiro seria dizer o que é *exato*/o falso seria dizer o *erro*; o verdadeiro seria o *que aconteceu*/o falso seria inventar o *que não aconteceu*; o verdadeiro seria dizer a *intenção oculta*/o falso seria  *mascarar a intenção* (mentira ou segredo); enfim, o verdadeiro seria fornecer a *prova* das explicações/o falso seria fornecer explicações *sem prova*.

“Dizer o exato” significa, para ele, fazer coincidir o que foi dito com o fato ocorrido, o qual pode ser verificado pela percepção humana durante a ocorrência desse fato ou por um saber cientificamente comprovado em experiências sobre essa ocorrência. “Dizer o erro”, por sua vez, representa a impossibilidade de comprovar a coincidência entre o que foi dito e o fato ocorrido. Sobre o discurso de informação, que caracteriza o jornalismo e as mídias de um modo geral, afirma o linguista francês:

[...] não se trata da verdade em si, mas da emergência da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das *condições de veracidade*. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas (CHARAUDEAU, 2006, p. 88, grifo do autor).

Dessa forma, vemos que o campo jornalístico trabalha sempre no sentido de produzir *valor de verdadeiro* nos seus textos, ao reconstituir os fatos, revelar o oculto, denunciar e fornecer explicações e provas. Para tanto, o *verdadeiro* como efeito de sentido é jogado dialogicamente com o *valor de falso*, a fim de legitimar os discursos do campo, na tentativa de fazer crer à sociedade que o que está sendo dito é verdadeiro, autêntico, fiel à realidade e o veículo, em decorrência disso, fonte de credibilidade.

“Dizer o que aconteceu”, para Charaudeau, revela a diferença entre os tempos do dito e do fato, levando os veículos a trabalharem simbolicamente a veracidade da reconstituição, já que depende da construção do relato. “Dizer a intenção” instaura uma relação de transparência por relacionar o dito ao pensado. A mentira ou segredo, por sua vez, leva a revelação da intenção oculta, enquanto “fornecer a prova” aponta as razões dos fatos e de seus efeitos. “Esse domínio da verdade é, pois, o do raciocínio, o da possibilidade de remontar ou descer no encadeamento causal, e assegurar sua validade através das provas mais incontestáveis possíveis” (CHARAUDEAU, 2006, p. 90).

Mesmo com a pretensão de atuarem a favor da democracia, as mídias apresentam uma finalidade dúbia. Ambiguidade essa, segundo Charaudeau (2006), que decorre do fato de serem organismos especializados atuando sob duas lógicas: democrático-cidadã e comercial. Na lógica democrático-cidadã, as mídias trabalham para tornar públicas as informações de interesse geral, participando, assim, da construção da opinião pública, enquanto, na lógica comercial, buscam captar o público com um produto economicamente rentável e sedutor, que é a notícia. Uma mercadoria especial que responde aos apelos e demandas mercadológicas, na visão de Marcondes Filho (1986).

## **O gênero jornalístico e sua relação com o contrato de comunicação**

Para melhor entender o jornalismo e a noção do contrato de comunicação, é preciso situar o gênero neste debate. Discursivamente, diz respeito às características formais do texto. Ou textos, já que o domínio jornalístico possui diversas tipologias, como notícias, reportagens, editoriais, comentários e entrevistas. Noção presente desde a Antiguidade para designar tipos da atividade discursiva, o gênero é usado determinar a natureza comunicacional da troca verbal. Bakhtin (2003) afirma que o gênero do discurso é resultado de formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado, “moldando” a maneira como nos comunicamos com o outro.

Com um amplo repertório de gêneros, o sujeito lança mão deles, conforme os diferentes contextos. Em função dessa multiplicidade, Bakhtin (2003) os dividiu em duas grandes categorias: os primários e secundários. Os gêneros primários, classificados como “simples”, referem-se às produções naturais da vida cotidiana, sendo formatados na comunicação imediata com o outro, como o diálogo cotidiano, a réplica e o bilhete. Já os secundários, mais complexos que os primários e, ao mesmo tempo, derivados destes, são normalmente mediados pela escrita, mais desenvolvidos que os primeiros e com maior organização, a exemplo dos gêneros científico e jornalístico.

Em função da separação da forma e do conteúdo dos textos, várias classificações foram propostas por autores da comunicação no sentido de separar os diferentes tipos de textos jornalísticos, uma vez que a divisão sugerida por Bakhtin não é capaz de dar conta das diferentes categorias dentro de um mesmo campo pelo caráter antropológico do conceito gênero (SEIXAS, 2009). No Brasil, Beltrão (1976) e Marques de Melo (1994) classificaram os gêneros jornalísticos em dois grandes grupos (jornalismo informativo e opinativo), com o diferencial de o primeiro ter acrescentado mais uma categoria (jornalismo interpretativo, em função das reportagens em profundidade). Já Chaparro (2007) separou os gêneros em comentário e relato, mas que se

associam às categorias anteriores (comentário-jornalismo opinativo e relato-jornalismo informativo).

Escolhidas como nosso material empírico, as reportagens de capa são um tipo textual de caráter mais interpretativo, refletindo a porosidade dos limites entre os tipos textuais. Não tratando necessariamente de fatos ocorridos na atualidade, pode seguir uma construção diversa do tradicional *lide*<sup>20</sup>, comum do relato noticioso, a depender do assunto abordado e do enfoque. Mesmo considerando a tradicional classificação, o gênero opinativo e o interpretativo se entrelaçam no tipo de jornalismo realizado pelas revistas semanais de informação, indicando a superposição das classificações num só texto, a depender do veículo, do gênero e do estilo jornalístico.

Caracterizar o gênero é importante para associá-lo ao contrato de comunicação, já que indica a utilização de estratégias discursivas específicas para captar o leitor. O contrato funciona como uma espécie de “acordo” tácito no qual se funda a relação entre os interlocutores no ato comunicativo num processo de reconhecimento mútuo, mesmo que imaginário, do veículo com o seu público. É o caso do contrato jornalístico. Segundo Charaudeau (2006), o contrato depende das características da situação de troca social (dados externos) e das características discursivas em questão (dados internos).

Entre os dados externos da situação de troca, estão a finalidade (objetivo da comunicação), a identidade (traços característicos que definem os interlocutores), o propósito (do que se trata o objeto temático) e o dispositivo (as circunstâncias que determinam o ato através de certas estruturas materiais). Já os dados internos se referem aos espaços de locução (tem a ver com a tomada da palavra), à relação (firmada entre o sujeito falante e seu interlocutor) e à tematização (espaço em que são tratados os domínios do saber, a partir de um modo de organizar o discurso).

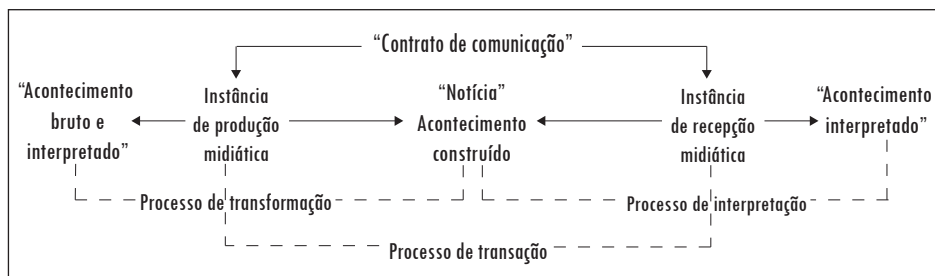
Nas mídias, o acontecimento sempre é construído, pois o sentido nunca é dado antecipadamente. De acordo com Charaudeau (2006), o sentido do discurso se dá por meio de um duplo mecanismo: a) de *transformação*, que consiste em dar significação ao mundo (nomear, qualificar, narrar e argumentar) e b) de *transação*, que tem por finalidade dar significação ao ato da linguagem (identidade do outro, efeito sobre esse outro e relação que se pretende instaurar e regulação de todos os parâmetros anteriores).

O processo de transação é que comanda o processo de transformação, já que o homem fala “para se colocar em relação com o outro porque disso depende a própria existência, visto que a consciência de si passa pela tomada

20 *Lide* (*lead*, em inglês) é primeiro parágrafo de um texto jornalístico no qual deve se relacionar, de forma sintética, os principais aspectos do fato noticiado, respondendo as clássicas perguntas que compõem o relato jornalístico: “o quê?”, “quem?”, “quando?”, “onde?”, “como?” e “por quê?”.

de consciência da existência do outro, pela assimilação do outro e ao mesmo tempo pela diferenciação com relação ao outro” (CHARAUDEAU, 2006, p. 42). A **Figura 1** ilustra esse mecanismo.

**Figura 1 – Modelo esquemático do contrato de comunicação midiático**



Fonte: Charaudeau (2006).

No processo de transformação, o acontecimento percebido num primeiro momento (acontecimento bruto e interpretado) passa por uma construção na instância de produção midiática, sendo transformado em notícia (acontecimento construído), em função de como o veículo imagina o seu interlocutor. Arelado a estes dois, há ainda o processo de interpretação. Ligado à instância da recepção, tem a ver com o modo como o público interpreta a notícia (acontecimento interpretado), revelando a relação que o sujeito tem com o outro não apenas na questão discursiva mais ampla, como também mais específica da instância jornalística. No caso do contrato midiático, os veículos buscam a legitimidade democrática, ocupando uma posição de mediador entre o acontecimento e cidadão. “É o contrato de comunicação midiático que gera um *espaço público* de informação e é em seu próprio quadro que se constrói a *opinião pública*” (CHARAUDEAU, 2006, p. 115, grifos do autor).

Como uma construção social, o texto jornalístico insere o público em um contrato implícito que extrapola a norma da objetividade norteadora da prática profissional do jornalista, “alcançando os ideais de equilíbrio, pluralidade, abrangência temática e responsabilidade no trato da informação” (BENETTI, 2007, p. 3). Aliando as noções de neutralidade e imparcialidade, que predominam alegoricamente na construção do discurso, os *media* advogaram para si a credibilidade como principal capital simbólico, em função da confiança construída através dos acontecimentos retratados.

Para Benetti (2013, p. 48), a credibilidade é uma qualidade reconhecida pelo outro. “É preciso que os atributos sejam construídos fora do enunciador; embora sejam convenientemente replicados por ele”. No contrato midiático, fala-se da atualidade, do que geralmente acabou de ocorrer, gerando uma

ideia de presentificação. Só que, no caso do jornalismo de revista, essa ideia se amplia, devido à mudança de perspectiva sobre o conceito de atualidade, não mais referente ao ocorrido há poucas horas ou ontem, mas uma semana atrás ou mais, a exemplo da própria *Veja*.

Outra característica das revistas de informação é o revezamento temático ao longo das semanas dos assuntos que aparecem com frequência na primeira página, incluindo a saúde. Esse rodízio levou Prado (2009) a identificar a ocorrência de “enunciadores giratórios”, segundo a estruturação dos temas nas capas. Esses enunciados seriam produzidos por meio de certos regimes de visibilidade e veridicção, reforçando uma ideia de “mundo do Mesmo”, isto é, um mundo da noticiabilidade que constrói valores ligados ao imaginário dos leitores. Para Benetti (2013, p. 53, grifos da autora), a seleção dos temas e das falas autorizadas que aparecem nas revistas está determinada por duas lógicas-chave: uma é “isto é o que você deve saber sobre o mundo” e a outra, “isto é o que você pode e deve consumir para estar adequado a este mundo”.

Esses *meta-acontecimentos* dizem respeito aos valores que povoam o imaginário dos leitores, conforme afirma Prado (2009). Ou melhor, reforça e/ou cria determinados valores condizentes com o imaginário coletivo dessa comunidade imaginada de leitores. Considerando os *temas de longa duração* um dos propósitos do contrato de comunicação, conforme as ideias de Charaudeau (2006, 2009), Benetti aponta a autoridade e o vínculo emocional como elementos fundamentais utilizados pelas revistas para a construção dos seus discursos.

Caro ao campo jornalístico de modo geral, o dispositivo de autoridade busca reforçar a credibilidade, a partir de certas estratégias discursivas adotadas pelo veículo, pontuando no jornalismo de revista “o compromisso com os princípios deontológicos do jornalismo” (BENETTI, 2013, p. 54). Na prática, tem a ver com a forma como a revista ressalta o rigor na sua apuração, o fato de estar “antenada” às novidades que ocorrem no mundo e à sua volta, a escolha dos temas noticiados, a pluralidade de opiniões presentes nos textos, o embasamento em dados confiáveis e a ancoragem num saber científico.

O vínculo emocional do jornalismo de revista, por outro lado, busca na sinestesia (a sensação secundária que acompanha uma percepção) o prazer da leitura, reforçando sentidos e sentimentos, na sugestão simbólica proposta pela experiência com o produto. Através de suas práticas discursivas, as revistas semanais falam do mundo, bem como o produzem simbolicamente. Entender a lógica dos *media* nessa construção simbólica é fundamental para compreender a própria posição institucional deles. Isso se dá pelas características de produção que legitimam o jornalismo como gênero discursivo, diferenciando-o de outras esferas midiáticas.

No contrato de comunicação, a credibilidade integra a atividade discursiva, juntamente com a captação. A finalidade de *fazer conhecer* os eventos do mundo (atualidade) à sociedade confere ao jornalismo uma legitimidade de falar em nome do processo democrático. Esse *fazer conhecer* está ligado à factualidade (falar sobre os fatos) e à explicação (expor as causas e efeitos). As normas criadas para orientar as práticas contribuem, então, para a construção dessa ideia de verdade.

A ética de não poder mentir nem inventar os fatos, que faz parte da deontologia do campo, é fundamental nesse sentido. Serve para situar a natureza do contrato, embora a espetacularização vá de encontro a essa ética, por ser uma estratégia discursiva que costuma superdimensionar a notícia com o uso de textos e imagens apelativas, desaguando numa narrativa que beira o ficcional, como percebemos no contexto contemporâneo de midiaticização.

Por estar numa situação de concorrência e diante de um público bastante heterogêneo, essa instância midiática é levada a adotar estratégias de dramaticidade para prender a atenção do público, buscando incentivar e garantir o consumo. A seguir, um esquema proposto por Charaudeau aponta os elementos que compõem o contrato midiático para melhor entender o campo jornalístico<sup>21</sup>:

**Instância midiática:** legitimidade democrática (direito de poder falar em nome de um processo democrático)

**Posição:** mediador entre o evento e o cidadão

**Identidade:** estatuto profissional + situação de concorrência

**Finalidade:** fazer conhecer

**Objeto do discurso:** os eventos do mundo (atualidade)

**Atividade discursiva:** de credibilidade e de captação

**Instância público:** sociedade (cidadão – dever informar-se)

**Deontologia:** ética de que não se pode mentir nem inventar fatos

Nessa dimensão discursiva, o princípio dialógico é fundamental para se entender o contrato de comunicação. Pela noção do dialogismo, o discurso se individualiza na interação viva com outros discursos. Os ecos e as lembranças de outros enunciados se encontram presentes nos nossos enunciados. Mesmo que nós estejamos falando sozinhos ou escrevendo uma carta, o diálogo é permanente no texto oral ou escrito, determinado pelo que Bakhtin (1992, p. 113, grifos do autor) denomina como “discursos-respostas”, aqueles ainda não ditos, mas previstos no ato da enunciação, mesmo que inconscientemente. “Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo

21 Esquema reproduzido com os devidos créditos do conteúdo teórico do minicurso “Da competência linguageira ao discurso de persuasão”, ministrado pelo Prof. Dr. Patrick Charaudeau, entre os dias 8 e 9 de junho de 2015, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, no Rio de Janeiro.

fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*”.

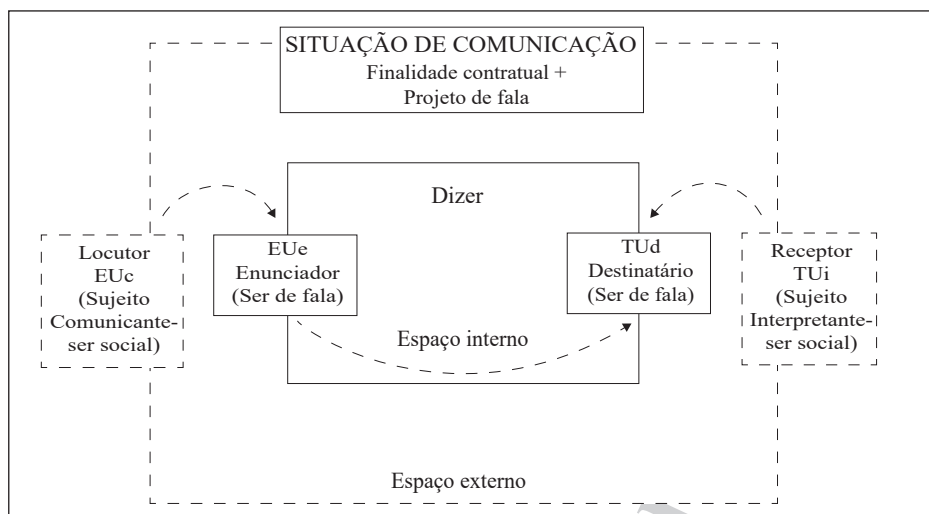
No princípio dialógico do contrato, a situação de comunicação traz sujeitos distantes fisicamente (os parceiros não estão presentes frente a frente), por meio de um canal de transmissão oral ou gráfico. Apesar de o veículo não perceber imediatamente as reações do interlocutor, determinando uma situação de comunicação como monologal ou monolocutiva (a não presença de parceiros e o contrato de não troca), o dialogismo permanece na produção jornalística. Mesmo que os interlocutores não estejam próximos, os enunciados sempre são construídos pensando num outro.

No jornalismo, o interlocutor são milhares ou, às vezes, milhões de pessoas, identificadas por meio de pesquisas de opinião, permitindo ao veículo traçar um perfil da audiência e saber as características desse sujeito interpretante para melhor determinar as características do seu próprio dispositivo. Pelo perfil do leitor da *Veja*, em 2014, o público feminino era um pouco maior que o masculino: 55% constituídos por mulheres e 45%, por homens. Em relação à faixa etária, 41% tinham entre 30 e 49 anos de idade, 33%, até 29 anos, e 26%, com 50 anos ou mais. Quanto à classe social e ao nível de instrução, 19% pertenciam à classe A, 50%, à classe B, 28%, à classe C, e 3%, às classes D e E, 30% tinham concluído o ensino superior, enquanto 52%, o superior incompleto e 18%, até o ensino fundamental completo (ABRIL, 2014).

Entre os 30 assuntos de maior interesse do leitor da revista, saúde e qualidade de vida apareceram em segundo lugar também em 2014. Medicina alternativa, beleza e estética, medicina, descoberta científica e curas, regime, dieta e nutrição figuraram como outros assuntos de maior atenção (ABRIL, 2014). Mesmo com dados sobre a audiência, isso não exime uma construção simbólica imaginada sobre esse destinatário. No momento da apuração, da redação e da edição da matéria, que determinam a produção discursiva, o que pesa mais é a ideia imaginada desse destinatário.

A representação da **Figura 2** traz o dispositivo da encenação da linguagem para se perceber a finalidade contratual e o projeto de fala da situação de comunicação. Nela, os sujeitos são, ao mesmo tempo, seres sociais e psicológicos (parceiros) e seres de fala (internos ao ato de linguagem). No jornalismo, poderíamos exemplificar da seguinte forma: o locutor-emissor como o repórter *x* ou a própria revista *Veja* (o EU-comunicante / EUc) e o interlocutor-receptor, a dona de casa *y* ou o empresário *z* (o TU-interpretante / TUi) que leem a revista. Externos ao ato de linguagem, eles possuiriam nome e sobrenome (mesmo que denominações institucionais, como no caso da *Veja*), bem como identidades sociais e psicológicas definidas.

**Figura 2 – Representação do dispositivo da encenação da linguagem**



Fonte: Charaudeau (2009).

Na enunciação, há também seres internos ao dizer que protagonizam esse ato. São denominados de enunciador e destinatário (ou enunciatário). Inscritos nesse espaço interno, instituem-se como imagens de sujeitos, “oriundos de um saber intimamente ligado às representações linguageiras das práticas sociais” (CHARAUDEAU, 2009, p. 53). Nessa situação, o enunciador (EUe) imagina um destinatário ideal (TUD) que seja adequado para a sua enunciação. São considerados seres de fala, em que o EUe busca ter domínio sobre o TUD, supondo uma intenção de fala transparente a este.

Sendo assim, o ato comunicativo se configura numa “aposta” de reconhecimento e interpretação dos discursos por parte dos sujeitos envolvidos. Isso porque, dentro do duplo espaço externo/interno do dizer, os efeitos buscados pelo comunicante podem ser diversos daqueles interpretados pelo destinatário, razão pela qual Charaudeau (2006) diferencia os efeitos pretendidos (criados de modo ideal pela instância de produção) dos efeitos produzidos (reconhecidos efetivamente pelo outro, na instância de recepção).

## O lugar da doença no noticiário

Para ter ideia do lugar da doença no noticiário da *Veja* e poder entender a relação disso com a “hibridização” do contrato de comunicação na revista, é importante situá-la dentro da cobertura da saúde e em relação à cobertura como um todo. Das 4.531 reportagens de capa contabilizadas entre as edições 1 (11 set. 1968) e 2406 (31 dez. 2014), a temática “Saúde e Medicina” ficou em quinto lugar no noticiário geral, com a publicação de 261 reportagens,

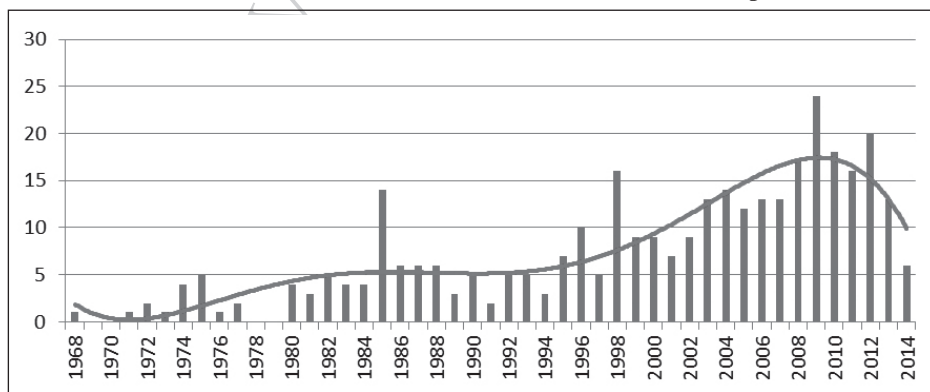
perdendo apenas para “Política”, “Internacional”, “Economia e Negócios” e “Cultura”. Porém, a publicação de assuntos ligados à saúde e doença não ficou restrita a essa temática. Foi observada também em temáticas como “Brasil”, “Ciência e Tecnologia”, “Comportamento” e “Cultura”, a depender do tipo de abordagem, ampliando o número de reportagens para 401.

Com o passar do tempo, “Saúde e Medicina” ganhou destaque no noticiário, com o aumento de seções específicas, bem como de textos produzidos. Na análise da cobertura da revista, foi identificada a ocorrência de três momentos distintos de enquadramento dos textos ligados à saúde e doença: em 1968, quando havia apenas a editoria “Medicina”; em 1983, com a criação da seção “Saúde”, dividindo espaço com “Medicina”, e, em 1996, quando surgem subseções mutáveis tratando de questões mais recorrentes, como “Dieta”, “Cigarro” e “Longevidade”. Com essas modificações, a temática “Saúde e Medicina” passou do 8º lugar, no período de 1968 a 1983, para a 6ª posição, de 1983 e 1996, e, finalmente, para o 3º lugar, entre os anos de 1996 e 2014.

Nas pautas sobre saúde, a doença se configurou como principal assunto de interesse, sendo o principal argumento para a prevenção e ameaça para quem não cuida da saúde. Dos 401 textos publicados sobre saúde na revista, 343 fizeram referência a doenças (86%) de forma restrita, como uma menção dentro de outro assunto, ou mais amplamente, como foco da reportagem, apontando para uma maior assiduidade do assunto na última fase (1996-2014).

O **Gráfico 1** aponta o crescimento da doença de 1995 a 2014 no noticiário, com as manchetes variando de 7 (mínimo) a 24 (máximo) e uma média de 12,5 títulos por ano. Esse aumento ocorreu após um período de estabilidade nos números, com as manchetes oscilando antes entre 0 (mínimo) e 6 (máximo) e uma média de 2,6 chamadas anuais<sup>22</sup>.

**Gráfico 1 – Total de manchetes com referência à doença por ano**



Fonte: Veja, 1968-2014.

22 Foi desconsiderado o ano de 1985 por concentrar grande número de textos acima do normal sobre a doença e a morte do Presidente da República Tancredo Neves, morto às vésperas de tomar posse.

Com a configuração desse quadro mais amplo, foram selecionadas as três doenças mais noticiadas de cada um dos principais grupos, com o intuito de aprofundar o olhar sobre os diferentes conjuntos de enfermidades, bem como das características do contrato. Assim, o câncer (grupo das moléstias crônico-degenerativas), o HIV/AIDS (grupo das doenças infecto-contagiosas) e a depressão (transtornos mentais) apresentaram maior número de menções nas reportagens de capa nesses grupos.

No grupo das crônicas, o câncer foi a doença mais noticiada (163) e a que surgiu primeiro no noticiário de capa, perpassando as três fases da cobertura indicadas anteriormente. Com alto impacto para a saúde, em função dos custos relativos ao diagnóstico e tratamento, bem como nas elevadas taxas de incidência e morte, o câncer ainda representa uma ameaça à vida do indivíduo. Em 2012, foram registrados 14,1 milhões de casos novos de câncer e 8,2 milhões de mortes no mundo pela doença.

Para 2030, a previsão é de 21,4 milhões de casos novos e 13,2 milhões de mortes, devido ao crescimento e envelhecimento da população. “A carga do câncer continuará aumentando nos países em desenvolvimento e crescerá ainda mais em países desenvolvidos se medidas preventivas não forem amplamente aplicadas” (BRASIL, 2014, p. 26). É um dos principais fatores para a noticiabilidade da doença, juntamente com o aumento da ocorrência e das novidades em matéria de terapêutica.

No grupo das infecciosas, o HIV/AIDS foi a que mais apareceu (56), a partir de 1985, dois anos após o começo da segunda fase de enquadramento dos assuntos relacionados à saúde e doença. A ampla difusão de notícias, nos anos de 1980, tornou a aids a primeira doença midiática, do século XX, em grande parte pelo fato de os veículos terem anunciado o seu surgimento, acompanhado de perto a sua evolução e operado “a passagem das informações sobre a doença do domínio médico e científico para o registro social” (SPINK et al., 2001, p. 852).

Entre os transtornos mentais, a depressão foi mais noticiada (89), ganhando relevância, de fato, no noticiário de capa, a partir de 1999, na última fase da revista (1996-2014). Período em que a doença se tornou pauta importante e passou a ser mencionada como um mal instrumentalizado por discursos da medicina, da psicanálise, da psiquiatria e das terapias alternativas (SAINT CLAIR, 2012).

Avaliando a cobertura sobre as três doenças, a cronicidade foi o principal aspecto em comum, demandando um cuidado permanente com a saúde, inclusive do HIV/AIDS, cujo advento da terapia antirretroviral permitiu a extensão da condição soropositiva para toda a vida, ao contrário de antes. Além de causar mudanças no noticiário, com redução do volume de material publicado, em alguns casos, em função do controle da doença e dos contextos de cada

período, o predomínio do caráter crônico enfatizou, com o passar do tempo, a medicalização e o cuidado crônico como principais aspectos discursivos.

Do apelo social, ressaltando as questões mais estruturantes nos determinantes da doença, como a falta de investimentos públicos do Estado, comum na fase inicial da revista, o noticiário foi cedendo espaço, já na última fase, para o aspecto individual, responsabilizando o sujeito quase que exclusivamente pela sua saúde e instando-o a adotar novos hábitos de vida. Sob a lógica do risco, do cuidado crônico e da medicalização, o noticiário passou a recomendar a população, num tom normativo, a cuidar da saúde e do corpo, adotando práticas ditas “seguras” para poder se salvar da possibilidade de vir a adoecer no futuro.

O fator de risco se tornou um elemento capital na produção de sentidos, pela potencialidade que a exposição a certo hábito de vida representa no desenvolvimento de doenças. “Alimentação, bebida, lazer, trabalho, comportamento amoroso – nada parece ser irrelevante para a saúde; se deslocarmos a perspectiva, essa necessidade de constante atenção indica que a saúde se torna um valor maior a orientar nossas ações cotidianas”, comentam Vaz e seus colaboradores (2007, p. 145).

## A questão híbrida do contrato de comunicação da revista

É aí que entra o aspecto híbrido do contrato de comunicação estabelecido pela *Veja* junto ao seu público, muito em função dessa postura normativa assumida pela revista na terceira fase do noticiário (1996-2014). É o momento em que o estilo de vida e a prevenção surgiram como eixos de abordagem em todas as seções do semanário voltadas a tratar especificamente do assunto, ao lado do eixo de terapias, técnicas e medicamentos, enfocando os novos tratamentos e remédios ainda em fase de estudo.

A mudança no tom do discurso produzido ocorre justamente nessa fase, com a ênfase dada à prevenção, através do uso de verbos no modo imperativo, algo corrente no discurso publicitário, mas bastante incomum no discurso jornalístico, devido às normas da neutralidade e da imparcialidade, que vão de encontro a essa estratégia enunciativa. Essa alteração foi sutil e gradual nas reportagens analisadas.

Inicialmente, os imperativos se restringiram às dicas contidas nos infográficos<sup>23</sup>, sendo usados num tom de orientação, a exemplo da reportagem secundária de capa de 2 de setembro de 1998 (edição 1562). No infográfico

23 O infográfico é uma representação visual da reportagem. Funciona como síntese ilustrativa dos dados, combinando fotografia, desenho e texto. É usado quando se quer comunicar de forma clara e concisa.

“Como prevenir o câncer”, orienta-se sobre alimentos que ajudam a prevenir os cânceres de estômago, próstata, boca, esôfago, pulmão, endométrio, cólon, reto e mama e aqueles que devem ser evitados:

(1)

- *Prefira* sempre alimentos de origem vegetal, como frutas e legumes frescos. Pães, cereais, grãos, arroz, massas e feijões também devem entrar na dieta

- *Limite* a ingestão de alimentos de origem animal especialmente os ricos em gordura saturada e as carnes vermelhas. Quando o bife for inevitável, *prefira* os cortes magros, com o mínimo de gordura possível

- *Prefira* alimentos cozidos ou assados aos fritos ou grelhados

- *Limite* as bebidas alcoólicas a um máximo de dois drinques por dia

- *Mantenha* o peso adequado (FRANÇA, 1998, p. 108, grifos nossos).

No trecho em destaque, os verbos na terceira pessoa do singular do imperativo afirmativo (“*prefira*” / “*limite*” / “*mantenha*”) indicam sugestões na dieta que podem ajudar na prevenção dos cânceres, como consumir preferencialmente alimentos de origem vegetal, bem como alimentos cozidos ou assados, além de reduzir a ingestão de comidas gordurosas, carnes vermelhas e álcool. No infográfico, o imperativo tem a função de aconselhar os leitores a mudarem seus hábitos de vida, por meio da adoção de atitudes mais saudáveis ao lado do verbo “dever”, realçando a ideia de recomendação.

Na mesma linha, a reportagem secundária de capa “Pânico exagerado”, veiculada na edição 2450, de 4 de novembro de 2015, também lança mão do imperativo, só que, desta vez, através da declaração entre aspas do cardiologista italiano Marco Bobbio, diretor do Hospital Santa Croce e Carle di Cuneo, sobre o consumo de carnes e outros alimentos: “*Escolham produtos de excelente qualidade. Isso vale para queijo, salame, vinho, sal ou açúcar. Comam com moderação e vivam com serenidade. Não há receita melhor de saúde*” (CUMINALE, 2015, p. 76).

No trecho em destaque, as aspas simulam as falas do entrevistado. Trata-se, conforme afirma Maingueneau (2013), de uma encenação que cria um efeito de autenticidade e faz o enunciador citante (caso da revista *Veja*) se distanciar do que foi dito, buscando denotar certa imparcialidade e neutralidade ao relato, levando-se em conta os riscos apontados entre o consumo de carnes e outros alimentos processados e o câncer, no contexto do vaivém dos estudos científicos sem conclusões definitivas.

Além das reportagens sobre nutrição, o tom de aconselhamento foi percebido em textos abordando os benefícios das práticas alternativas, a exemplo da meditação e da ioga, na prevenção e cura de doenças, como a depressão.

É o caso do infográfico “Como não desperdiçar sua energia mental”, publicada na reportagem principal de capa da edição 1804, de 28 de maio de 2003 (“O corpo é o espelho da mente”). Ao tratar das “receitas básicas” que auxiliam as pessoas a serem felizes, Buchalla (2003, p. 84, grifos nossos) listou alguns conselhos propostos pelo psicólogo americano David Niven, no livro “Os 100 segredos das pessoas felizes”, através do uso dos imperativos:

- (2)
- *Abra-se* para novas (sic) idéias
  - [...]
  - *Não acredite* demais em si
  - *Não deixe* toda a sua vida girar em torno de uma coisa só
  - *Preste* atenção. Você talvez tenha o que deseja
  - *Procure* pensar menos nas pessoas e nas coisas que incomodam.

Nesse exemplo, utiliza-se a referida forma verbal tanto na forma afirmativa (“*abra-se*” / “*preste*” / “*procure*”), quanto na negativa (“*não acredite*” / “*não deixe*”), sintetizando o eixo de cobertura referente à prevenção e ao estilo de vida associados à saúde mental. Também busca recuperar a linguagem utilizada pelos especialistas para focar nas dicas e, assim, evitar problemas de saúde futuros.

Tempo verbal de denota força, o imperativo tem um efeito de persuasão, através de orientações claras e diretas. No ato de comunicação verbal, seu uso indica o foco no destinatário da mensagem, determinando a ocorrência da função conativa (ou apelativa), como definiu Jakobson (1969), ao retomar o modelo triádico da linguagem elaborado por Bühler. É uma estratégia comum na propaganda, usada para influenciar alguém, através de um apelo, um conselho ou uma ordem ao receptor, buscando convencê-lo a respeito do que está sendo dito.

Nos infográficos produzidos pela *Veja*, a utilização do imperativo concorre com o uso do infinitivo em outras reportagens publicadas, por exemplo, sobre a atenção dos pais no diálogo com os filhos acerca da sexualidade em tempos da epidemia de aids na década de 1980 (IDADE, 1988) e os cuidados com o sol para evitar doenças de pele e ser um aliado na saúde e na estética (LOPES, 2008). A diferença é que infinitivo parece amenizar a carga “pesada” em relação ao emprego do imperativo.

A maior transformação ocorreu, em 2003, quando a *Veja* começou a explorar o uso desse tempo verbal no texto da reportagem, denotando a própria fala do repórter e da revista e assumindo mais um tom de ordem que de conselho. Na edição 1830, de 26 de novembro daquele ano, a reportagem “Malignos, comuns e traiçoeiros”, que tomou como mote o caráter funesto

dos tumores para realçar a importância da prevenção, trouxe o imperativo no final do texto em orações condicionais:

(3)

A expectativa em relação à eficácia das novas drogas é grande, mas a maior arma contra todo e qualquer tipo de câncer continua a ser a prevenção. Se você fuma, *largue o cigarro já*. Se você é sedentário, *comece a se mexer*. Se sua dieta é desregrada, *trate de se alimentar direito*. Se você não segue a rotina de exames básicos, *marque uma consulta com o seu médico amanhã* (NEIVA, 2003, p. 151, grifos nossos).

Nesse tipo de sentença, a oração principal está relacionada sempre com uma condição. Indica que a ordem deve ser seguida (“*largue o cigarro já*” / “*comece a se mexer*” / “*trate de se alimentar direito*” / “*marque uma consulta com o seu médico amanhã*”), caso a respectiva condição indicada ocorra (“*Se você fuma*” / “*Se você é sedentário*” / “*Se sua dieta é desregrada*” / “*Se você não segue a rotina*”).

Outro exemplo da força do modo imperativo na expressão de ordem dos textos jornalísticos é quando associada ao uso do vocativo<sup>24</sup>. Na reportagem publicada em 25 de novembro de 2009 (edição 2140) sobre as novas orientações do governo norte-americano sobre a utilização da mamografia na prevenção do câncer de mama, a partir dos 50 anos de idade, e não desde os 40, como era até então, a *Veja* adotou uma postura assumidamente contrária à decisão. Com base no argumento de que a medida tinha um cunho mais econômico que de saúde, a revista escreveu no final do seu texto: “Portanto, *você*, leitora de menos de 50 anos, *ignore o que foi publicado nos Estados Unidos e siga fazendo sua mamografia anual*” (MAGALHÃES, 2009, p. 111, grifos nossos).

No exemplo dado, o emprego do vocativo (“*você*”) é reforçado pelo uso do aposto<sup>25</sup> (“*leitora de menos de 50 anos*”), utilizado com o propósito de especificar o segmento do público-leitor da revista diretamente interessado no assunto. Assim como no caso anterior, o imperativo adquire uma função mais enfática, na tentativa de impor uma prescrição determinada pela revista (“*ignore o que foi publicado nos Estados Unidos*” / “*siga fazendo sua mamografia anual*”).

Há casos em que essa ordem mais incisiva também aparece nos infográficos, como em “Promessa de milagre”, reportagem secundária de capa publicada na edição 1749, de 1º de maio de 2002. Ao abordar terapias alternativas, a *Veja* desaconselha veementemente a cromoterapia através do emprego da terceira

24 O vocativo é uma forma linguística aplicada para interpelação do interlocutor no discurso.

25 O aposto é um termo acessório da oração que, associado a outro termo, tem a função para explicá-lo, esclarecê-lo, enumerá-lo ou detalhá-lo, fornecendo informações novas.

pessoa do singular na forma afirmativa do verbo “esquecer” (“*esqueça*”), complementado pela oração simples categórica de que a modalidade é inútil (“*Não funciona*”).

(04)

As cores teriam propriedades curativas. Azul, por exemplo, seria calmante. Propõe tratar dores crônicas, distúrbios imunológicos e até câncer. O tratamento recomenda concentrar-se em uma cor e imaginar que ela está percorrendo todas as veias, tomando conta do corpo. Sugere que a pessoa beba a chamada “água de arco-íris”, que é água colocada em vários recipientes coloridos expostos ao sol. *Esqueça. Não funciona* (PINHEIRO, 2002, p. 99, grifos nossos).

No jornalismo de informação, o uso do imperativo é pouco recorrente, uma vez que os textos informam e, em alguns casos, comentam, não se dirigindo normalmente ao público dessa maneira, ao contrário do que faz a *Veja*, tentando ordenar ao seu leitor medidas de prevenção. Na revista, a utilização de imperativos é revelador do forte traço de opinião. Uma característica textual iniciada, nos primórdios da publicação, com o uso de adjetivos como forma de resumir os fatos da semana e valorizar as imagens utilizadas, incomum na época aos princípios da objetividade jornalística, e desenvolvida pelo semanário nas últimas quatro décadas, ao correlacionar ainda mais o comentário à informação na construção dos seus relatos.

Dentro das visadas discursivas apontadas por Charaudeau (2010, p. 61) em uma situação de comunicação, “uma intencionalidade psicossociodiscursiva, a do sujeito falante, que tem em perspectiva um sujeito destinatário ideal” (a intenção do “eu” diante do “tu”), o discurso da *Veja* apresenta um traço híbrido entre a visada de informação e de incitação. Enquanto a primeira visada é ligada ao discurso midiático, na qual o sujeito falante “eu” (a *Veja*) se coloca numa posição de *fazer saber* ao “tu” e o “tu” numa posição de *dever saber* dentro do contrato de comunicação, a segunda visada é comum do discurso publicitário e político, em que o “eu” tenta persuadir o “tu”, numa atitude de *fazer crer*, para que este aja ou pense como ele numa posição de *dever crer*.

Levando-se em conta as características indicadas pelo linguista francês sobre o discurso promocional, ligado à publicidade e à propaganda, a *Veja* estaria assumindo, em certos momentos, uma postura de conselheira do seu leitor. A intenção seria fazê-lo adotar comportamentos saudáveis, como não fumar, exercitar-se regularmente, alimentar-se bem e buscar acompanhamento médico, visando a corrigir hábitos que necessitam de mudança, a *falta* que a publicidade busca trabalhar junto ao público nas mensagens. Na campanha promocional, explica Charaudeau (2010, p. 66), essa *falta*:

[...] representa sempre uma ameaça (consequências graves) e o indivíduo destinatário não pode fingir ser inocente. Ele deve se sentir obrigado a reconhecer que seu estado, ou o dos outros, representa um perigo social e ele deve se reprimir para aceitar uma busca não desejada.

Embora o flagelo da doença seja coletivo, como no caso do câncer e da depressão, as recomendações feitas pela *Veja* no modo imperativo através dos seus enunciados buscam incentivar um bem-estar individual, assim como nos anúncios publicitários. Só que, ao contrário do modelo de comportamento sugerido nas campanhas promocionais, a reparação proposta pelo semanário possui uma característica individualizante, e não solidária em nome do coletivo. A meu ver, isso é também um dos reflexos da passagem do aspecto social ao individual na abordagem da revista aos determinantes da doença, identificado na avaliação do noticiário de capa ao longo do tempo.

### À guisa de uma conclusão

A atitude prescritiva assumida pela revista *Veja* de difundir hábitos saudáveis seria uma das formas de sustentar os *temas de longa duração* (BENETTI, 2013) que representam a saúde e a doença dentro o *rol* de assuntos de interesse do noticiário de capa. Tudo isso dentro de uma lógica não apenas de atrair o olhar do leitor para o assunto, como também de chamar atenção para si mesmo. No jornalismo de revista, essa atração passa, necessariamente, pelo vínculo emocional que o semanário busca despertar no leitor através do formato da sua publicação e a maneira como ele constrói o relato através da combinação entre imagens e textos, a sinestesia que explora sentidos e sentimentos na experiência do leitor com o referido produto (BENETTI, 2013).

É justamente nessa maneira de dar sentido ao patológico, através da ênfase à prevenção, que este artigo se situou, com o propósito de analisar a importância do jornalismo de revista na construção da noção de doença, múltipla de sentidos, incluindo aí vida e, sobretudo, morte. Presente em maior ou menor grau nas capas da *Veja*, a dicotomia entre a vida e a morte busca, na verdade, valorizar a razão em contraponto aos excessos cometidos pelo homem e a importância do novo que a ciência anuncia no noticiário como solução dos problemas a fim de prolongar a vida (FRANÇA, 2011).

Por isso, o risco seja uma concepção tão valorosa e valorada na nossa sociedade, na qual a doença representa um risco à saúde e à própria vida, além de apontar para a finitude do homem, sobretudo sob a condição crônica do adoecimento. Considerando a higidez e a longevidade valores positivos comumente associados à saúde na atualidade, “eles só podem ser alcançados

mediante um duro programa que objetiva, a todo custo, driblar os *riscos* prementes de adoecer e de morrer. Portanto, o risco tem claramente uma valoração negativa”, afirma Araújo (2003, p. 82, grifo do autor).

Na *Veja*, esses aspectos estariam transformando a visada discursiva para além da tradicional finalidade discursiva da informação do contrato de comunicação midiático de *fazer saber* (CHARAUDEAU, 2006). Essa visada discursiva parece se aproximar mais do objetivo da incitação. Comum ao discurso propagandístico, a incitação tem a intenção de *mandar fazer e mandar pensar*. Na revista, essa finalidade pode ser vista na construção dos relatos sobre saúde e doença, que mesclam, ao mesmo tempo, informação e análise (opinião). É nos elementos da reportagem que compõem a análise que ela estaria incentivando o seu leitor a adotar certos comportamentos, distanciando-se da pretensa imparcialidade e neutralidade defendida pelos teóricos do jornalismo.

As mudanças observadas no estilo de escrever da revista, aliados à discussão teórica e à contextualização histórica, permitiram identificar pontos importantes para aclarar essa característica discursiva híbrida. Apontaram para a necessidade de olhar mais a fundo para o jornalismo de revista, bem como o jornalismo de maneira geral. Sofrendo modificações no atual contexto da midiatização, o campo jornalístico estaria enfatizando, em muitos momentos, mais o caráter sinestésico das estratégias de captação do público em detrimento do conteúdo explicativo e do aprofundamento do fato, mesmo numa reportagem.

Todas essas questões apontadas funcionam mais como indagações, objetivando a provocar o leitor a pensar no assunto e, quem sabe, incentivar alguns, e inclusive a mim mesmo, à realização de outros estudos para aprofundar certos aspectos teórico-práticos relacionados. Este artigo representa apenas um pequeno fragmento da problematização da categoria doença na sua relação com o jornalismo e o contrato de comunicação para compreensão de parte dos sentidos produzidos pelo campo.

## REFERÊNCIAS

ABRIL. Departamento de Pesquisa e Inteligência de Mercado. **Dossiê do leitor Veja**. São Paulo, set. 2014.

ARAÚJO, J. W. Ciência e senso comum: a divulgação do conhecimento no campo da saúde. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. esp., p. 72-93, jul./dez. 2003.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BELTRÃO, L. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BENETTI, M. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero**, São Paulo, n. 20, p. 37-46, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, F. de M. B.; SCHWAAB, R. (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2014**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva, 2014.

BUCHALLA, A. P. O corpo é o espelho da mente. **Veja**, São Paulo, ed. 1804, n. 21, p. 78-85, 28 mai. 2003.

CAMPONEZ, J. C. C. dos S. **Fundamentos de deontologia do jornalismo**: a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007). 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Coimbra, Portugal, 2009.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3. ed. São Paulo: Summus, 2007.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. **Análises do discurso hoje**. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 57-78.

CLARKE, A. et al. Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness and U.S. Biomedicine. **American Sociological Review**, v. 68, p. 161-94, apr. 2003.

CONRAD, P. Medicalization and social control. **Annual Review of Sociology**, Estados Unidos, v. 18, p. 209-32, aug. 1992.

\_\_\_\_\_. **The medicalization of society**: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2007.

CONRAD, P.; SCHNEIDER, J. W. **Deviance and medicalization**: from badness to sickness. Philadelphia: Temple University Press, 1980.

CUMINALE, N. Pânico exagerado. **Veja**, São Paulo, ed. 2450, n. 44, p. 75-6, 4 nov. 2015.

DIZARD, W. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Tradução de Edmond Jorge. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERRAZ, L. M. R. **Doença, uma noção (também) jornalística**: estudo cartográfico do noticiário de capa do semanário de informação *Veja* (1968-2014). 2015. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. Entre remédios e hábitos saudáveis: a medicalização nos discursos de *Veja* e *Época*. In: LERNER, K.; SACRAMENTO, I. (Orgs.). **Saúde e jornalismo**: interfaces contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p. 219-34.

FRANÇA, R. Cardápio da vida. **Veja**, São Paulo, ed. 1562, n. 35, p. 108-14, 2 set. 1998.

FRANÇA, R. O. **40 anos em revista**: representações e memória social nas capas de **Veja**. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

IDADE da incerteza. **Veja**, São Paulo, ed. 1025, n. 17, p. 68-75, 27 abr. 1998.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

LOPES, A. D. Sol: modo de usar. **Veja**, São Paulo, ed. 2043, n. 2, p. 72-7, 16 jan. 2008.

MAGALHÃES, N. Médicos ou economistas. **Veja**, São Paulo, ed. 2140, n. 42, p. 110-1, 25 nov. 2009.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, J. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEIVA, P. Malignos, comuns e traiçoeiros. **Veja**, São Paulo, ed. 1830, n. 47, p. 144-151, 26 nov. 2003.

PINHEIRO, D. Promessa de milagre. **Veja**, São Paulo, ed. 1749, n. 17, p. 96-103, 1 maio 2002.

PRADO, J. L. A. A experiência e o receituário performático na mídia impressa. **Intertexto**, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 20, p. 34-47, 2009.

PUBLIABRIL: circulação geral. **Veja**. 2014.

SAINT CLAIR, E. T. **A depressão como atualidade midiática no Brasil contemporâneo**: fazendo o arquivo falar (1970-2010). Tese (Doutorado em

Comunicação) Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SCHUDSON, M. A norma da objetividade no jornalismo americano. Tradução de Simone do Vale. In: SACRAMENTO, I.; MATHEUS, L. C. (Orgs.). **História da comunicação**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. p. 137-62.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2009.

SPINK, M. P. et al. A construção da Aids-notícia. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 851-62, jul./ago. 2001.

VAZ, P. et al. O fator de risco na mídia. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 11, n. 21, p. 145-63, jan./abr. 2007.

ZOLA, I. K. Medicine as an institution of social control. **The Sociological Review**, Keele, Inglaterra, v. 20, n. 4, p. 487-504, nov. 1972.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# L'IMPORTANCE DE LA NOTION D'ETHOS DANS LA TRADUCTION

Yana Grinshpun

---

La notion d'éthos est de plus en plus utilisée dans les sciences sociales sans que son usage soit la plupart du temps bien contrôlé. Comme la notion de style, avec laquelle elle interfère parfois, elle est en effet d'une grande plasticité. Cet article est consacré à l'éthos, plus précisément à l'éthos *discursif*, qui intéresse au premier chef les spécialistes des sciences du langage.

Dans la rhétorique traditionnelle l'éthos, à la différence des deux autres pôles de la triade *éthos-logos-pathos*, a constamment eu un statut instable : tantôt on lui accordait un rôle périphérique dans le dispositif rhétorique, tantôt on était tenté de lui attribuer un rôle central. Aristote lui-même, après avoir opéré la distinction entre *logos*, *éthos* et *pathos*, voit dans l'éthos « la plus efficace des preuves »<sup>26</sup>. Mais il modalise doublement son propos : « c'est le caractère (ἦθος) qui, *peut-on dire*, constitue *presque* la plus efficace des preuves », écrit-il. Cette hésitation se retrouve aujourd'hui dans les travaux qui utilisent la notion d'éthos : tantôt l'éthos y joue un rôle circonscrit, voire périphérique, tantôt il semble constituer l'élément clé de l'analyse, ce vers quoi convergent l'ensemble des plans de l'analyse.

Il ne s'agit pas de retracer l'histoire de la notion dans ce travail : un certain nombre d'ouvrages et d'articles qui y font référence figureront dans la bibliographie. Je préciserais, cependant, que le concept d'éthos qui m'intéresse ici a été élaboré dans le domaine de l'Analyse du Discours qui ne l'utilise pas comme cela a été fait dans les analyses rhétoriques ou argumentatives.

L'éthos, comme on l'a vu, est une notion très ancienne, puisque sa première conceptualisation se trouve dans la *Rhétorique* d'Aristote, et elle n'a jamais cessé d'être utilisée et débattue tout au long du développement de la rhétorique occidentale.

Dans le champ sociologique, l'éthos peut s'autoriser des travaux de Max Weber, en particulier *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme* (trad. française 1964) où il essaie de comprendre quel est le *type d'individu requis par le nouveau type d'économie capitaliste*, ou encore ceux Norbert Elias. En particulier, chez ce dernier l'éthos permet de caractériser le comportement aristocratique :

L'éthos de l'homme de la cour en tant que membre d'un ordre n'est pas un éthos économique camouflé, il s'en distingue essentiellement. En effet, le sentiment de faire partie d'une élite, d'être auréolé de prestige, bref d'être un homme de la cour est pour l'homme de la cour une fin en soi» (ELIAS, 1985, p. 95-96).

Dans la sociologie française c'est sans doute Bourdieu qui en fait l'usage le plus constant:

J'ai employé le mot d'éthos, après bien d'autres, par opposition à l'éthique, pour désigner un ensemble objectivement systématique de dispositions à dimension éthique, de principes pratiques (l'éthique étant un système intentionnellement cohérent de principes explicites) [...] nous pouvons avoir des principes à l'état pratique, sans avoir une morale systématique, une éthique (BOURDIEU, 1984, p. 133).

Dans le domaine des sciences du langage, c'est l'analyse du discours, à partir des années 1980 – et non la rhétorique – qui a joué un rôle moteur dans la promotion de l'éthos. Alors que le regain d'intérêt pour la rhétorique est relativement ancien (c'est en 1958 qu'ont paru les ouvrages fondateurs de Chaïm Perelman et de Stephen Toulmin), l'éthos a dû attendre les années 1980 pour être repensé et, du moins dans un premier temps, à l'intérieur de problématiques liées au discours.

Cette notion de la construction de l'image de soi ou de présentation de soi est considérée par les analystes du discours comme une dimension intégrante du discours, comme le sont le dialogisme ou l'argumentativité (AMOSSY, 2010).

La paternité de l'élaboration de ce concept dans les Sciences du Langage est souvent attribuée à Oswald Ducrot, surtout lorsqu'il s'agit d'une perspective énonciative. Ducrot se réfère sur ce point à la tradition rhétorique de la construction de l'image de soi, il s'intéresse particulièrement à la polyphonie verbale en remettant en cause l'unicité factice du locuteur. Il distingue un être extralinguistique (locuteur lambda) avec une source de l'énonciation (locuteur L):

[...] Un des secrets de la persuasion telle qu'elle est analysée depuis Aristote est, pour l'orateur, de donner de lui-même une image favorable, image qui séduira l'auditeur et gagnera sa bienveillance. Cette image de l'orateur désignée comme éthos ou « caractère » est encore appelé quelquefois l'expression est bizarre mais significative-« mœurs oratoires ». Il faut entendre par là les mœurs que l'orateur s'attribue à lui-même par la façon dont il exerce son activité oratoire Il ne s'agit pas des affirmations flatteuses que l'orateur peut faire sur sa propre personne dans le contenu

de son discours, affirmations qui risquent au contraire de heurter l'auditeur, mais de l'apparence que lui confèrent le débit, l'intonation, chaleureuse ou sévère, le choix des mots, des arguments... Dans ma terminologie, je dirai que l'éthos est attaché à L, le locuteur en tant que tel : c'est en tant qu'il est source de l'énonciation qu'il se voit affublé de certains caractères qui, par contrecoup, rendent cette énonciation acceptable ou rebutante (DUCROT, 1984, p. 201).

C'est en réalité chez D. Maingueneau que se trouve exposée la première élaboration proprement discursive de l'éthos dans le cadre de la théorie de l'analyse du discours:

Ce que l'orateur prétend être, il le donne à entendre et à voir : il ne dit pas qu'il est simplement honnête, il le montre à travers sa manière de s'exprimer. L'éthos est ainsi attaché à l'exercice de la parole, au rôle qui correspond à son discours (MAINGUENEAU, 1993, p. 138).

Pour lui il faut admettre «qu'il y a dans le discours une vocalité, une façon de gérer la voix, si bien qu'à travers ses énoncés le discours produit un espace où se déploie une voix qui lui est propre» (1984, p. 98). Il écrit

entre des journaux comme *l'Humanité*, *le Figaro*, *Libération*, il n'y a pas seulement des divergences d'opinion ou de *déixis* instituée mais des divergences de ton qui jouent un rôle essentiel dans le processus d'identification du lecteur à la position du journal» (MAINGUENEAU, 1991, p. 184).

Il en résulte que l'éthos traverse le discours de part en part et apparaît dans les situations de communication les plus diverses, mais aussi qu'il n'est pas nécessairement conscient et programmé.

Dans cette perspective, l'adhésion du lecteur ne passe pas par un assentiment sur ce qui paraît plausible ou raisonnable. Elle est conditionnée par la place qu'occupent les partenaires de l'échange (narrateur/lecteur) dans une configuration socio-historique donnée. La notion d'éthos, permet ainsi de réfléchir sur le processus d'adhésion des sujets à une certaine position discursive.

Cette adhésion se fait «physiquement» à travers une vocalité et une corporalité qui peuvent être transposées à l'écrit. Le lecteur est invité à reconstruire à partir de divers indices textuels un caractère et un corps assignés à la source énonciative.

L'instance énonciative s'y laisse concevoir en tant que *voix* associée à un «corps énonçant», le corps qui est socio-historiquement défini. Tout texte se rapporte ainsi à un corps de «garant» (et non pas un locuteur extradiscursif),

qui à travers son ton atteste ce qu'il dit. La «tonalité» du dit ne concerne pas que l'oral, elle est aussi propre à l'écrit.

Cela implique la conception de l'éthos qui ne recouvre pas seulement la dimension verbale mais aussi l'ensemble de déterminations physiques et psychiques attachées au «garant» par les représentations collectives (les stéréotypes). Cela veut dire, que le rôle du destinataire dans la construction de l'éthos est fondamental et qu'on ne peut pas oublier cette interaction entre le discours et l'éthos qui se construit à travers l'énonciation et qui est aussi reconstitué par le destinataire, lecteur, spectateur, récepteur du texte.

«L'incorporation» du lecteur va au-delà de l'identification ou adhésion à un personnage garant, elle implique «un monde éthique» dont le garant est l'incarnation. La lecture doit permettre d'activer ce «monde éthique» qui implique un certain nombre de situations stéréotypées.

Pour résumer, l'incorporation se passe de la manière suivante:

- énonciation de l'œuvre confère une «corporalité» au garant, elle lui *donne corps*;
- le destinataire *incorpore*, assimile ainsi un ensemble de schèmes qui correspondent à une manière spécifique de se rapporter au monde en habitant son propre corps;
- ces deux premières incorporations permettent la constitution d'un *corps*, de la communauté imaginaire de ceux qui adhèrent au même discours (MAINGUENEAU, 2007, 2013).

*Le concept d'incorporation* développé par D. Maingueneau, est très utile, car il a été élaboré pour l'étude des textes, plus précisément de textes publicitaires, politiques ou littéraires qui sont destinés à circuler loin du lieu où ils sont produits. L'incorporation du lecteur s'appuie sur des stéréotypes langagiers (des manières de parler typifiées) qui circulent dans la société associée à des «mondes éthiques» stéréotypés : ainsi les manières de parler réputées provençales sont-elles associées aux conversations de bistrot, à la pétanque, à certain paysage, les manières de parler de «jeunes des banlieues» impliquent le débit rapide, le lexique particulier associés à la manière «virile» de tenir le corps (et cela pour les hommes comme pour les femmes) et de se vêtir.

Comme le dit, en d'autres termes, un linguiste américain, J. P. Gee:

[...] the key to Discourses is «recognition» If you put language, action, interaction, values, beliefs, symbols, objects, tools, and places together in such a way that others recognize you as a particular type of (what) activity here and now, then you have pulled off a Discourse (and thereby continued it through history, if only for a while longer) (GEE, 2005, p. 26).

Gee illustre son propos par l'exemple des gangs urbains. Les pratiques verbales jouent un rôle d'articulateur dans la mesure où elles sont à la fois du langage et du comportement.

Par conséquent, l'adhésion du destinataire est spontanée, elle passe par le corps et se présente comme assimilation du monde déployé dans l'énonciation. Cette relation d'incorporation peut ne pas être symétrique entre le locuteur-auteur et son public. Cependant, l'incorporation et le monde éthique auquel le destinataire est censé adhérer, n'est pas sans poser quelques difficultés. Chaque conjoncture socio-historique se caractérise par un régime spécifique des éthés (ensembles de situations, de comportements ou de perceptions stéréotypiques). Lorsque l'on n'est pas spécialiste de la période concernée par le texte, la lecture devient gênée par les lacunes dans le savoir encyclopédique et surtout par la difficulté, voire l'impossibilité de définir les éthés qui soutiennent tacitement l'énonciation.

### L'éthos dit vs l'éthos montré

Il ne faut pas non plus oublier la distinction entre l'éthos *dit* et l'éthos *montré*. L'éthos dit c'est ce que le locuteur dit de lui-même et l'éthos montré est celui qui se construit à travers sa manière d'énoncer. A titre d'exemple, je propose ici un post trouvé sur le site: <<http://www.langufrancaise.net/forum/viewtopic.php?id=2462>>.

C'est une réponse à l'appel d'un des participants à créer une association de la défense de l'imparfait du subjonctif, un mode verbal en voie de disparition de l'usage du français standard. Je laisse ici ce post avec toutes les fautes commises par l'auteur: coquilles et fautes d'orthographe.

#### **Re: Défense de l'emploi de l'imparfait du subjonctif**

Je suis aussi un défenseur de ces temps verbaux: les perdre, c'est diminuer la clarté et la capacité d'expression du français. Les utiliser à bon escient, c'est enrichir le français de registres et de styles; y renoncer, c'est faire comme un peintre qui jetterait la moitié de ses tubes de couleur. Dans certains cas, je trouve que l'emploi de l'imparfait du subjonctif est non seulement souhaitable, mais que c'est une faute ne pas l'employer.

*Je sortis, bien que je fusse malade* est incontournable. Si je dis, par souci de modernité, *bien que je sois malade* cela veut dire que ma maladie continue, que je suis toujours malade, tandis que dans la première phrase, j'étais malade à l'époque du récit. En voulant éviter à tout prix ce subjonctif passé, beaucoup de gens chercheront d'autres tours qui ne demandent pas

de subjonctif: n'est-ce pas là limiter ses capacités d'expression? D'autres mettront le subjonctif présent, qui prête à confusion, comme nous venons de le voir. J'ignore la raison pour laquelle le français contemporain a cette aversion pour l'imparfait du subjonctif. En italien, ce temps et tout aussi difficile à conjuguer, mais il faut être vraiment illettré pour ne pas savoir s'en servir: il fait partie de la langue courante. Qu'est-ce que ce subjonctif a bien pu faire aux Français? Quelqu'un a-t-il une réponse? Enseigne-t-on toujours aux élèves des écoles à s'en servir?

Dans une conception naïve du discours, on pourrait penser que l'éthos est délivré par le contenu de ce texte qui représente une certaine idéologie linguistique. Que l'auteur de ce texte est un «puriste» qui se veut connaisseur et défenseur de l'imparfait du subjonctif, styliste, fin sémanticien, et connaisseur de l'italien, qui plus est.

En réalité, le contenu est indissociable avec la manière de dire, de rédiger son message, d'avoir un certain corps discursif tel qu'il se joue dans les raideurs de la langue. Défendre l'emploi de l'imparfait du subjonctif signifie défendre une certaine norme prescriptive qui d'ailleurs ne concerne que l'écrit et que très peu de locuteurs maîtrisent aujourd'hui. Les études sociolinguistiques, les enquêtes sur le terrain, montrent le net recul de cette forme de l'écrit. Son utilisation à l'oral est quasiment inexistante quels que soit le milieu ou l'âge, elle n'est possible qu'à des fins stylistiques et au deuxième degré. Même si on imagine qu'il existe un milieu snob où la pratique de la forme de l'imparfait du subjonctif est en vigueur, elle doit aller de pair avec d'autres manifestations d'aisance langagière tant à l'oral qu'à l'écrit. Or, à la lecture de ce post, on voit que l'auteur a tendance à confondre l'oral et l'écrit : la conjonction de coordination «et» à la place de «est» en témoigne. Si encore cette confusion était faite une seule fois, on pourrait penser à une faute de frappe involontaire, mais elle se rencontre deux fois. L'orthographe de «prête» et de «vraiment» va dans le même sens. Le dédoublement de la consonne «v» dans «aversion» est un clair signe de l'hypercorrection.

On voit bien que l'éthos montré est à l'opposé de l'éthos dit et qu'à travers le post apparaît le corps énonçant d'un petit bourgeois mal à l'aise ayant une certaine maîtrise de la langue, mais en fait, une maîtrise bien incertaine, en quête de la distinction, qui s'exprime à travers l'exhibition de l'incorporation de la norme qu'un locuteur moyen ne maîtrise pas, la maîtrise qui est sabotée par l'écriture oralisée et par moments erronée. L'éthos montré est aussi de celui qui se veut un bon écolier qui croit à la vertu de l'école : encore un trait trahissant les rapports incertains avec la norme, qui selon, l'auteur, passe par l'école dont l'effondrement est surtout connu par les milieux aisés ou intellectuels.

## L'éthos et traduction

A la lumière de cette dimension discursive qu'est l'éthos avec toutes les difficultés qui s'y attachent, on voit bien que le travail du traducteur, outre la compréhension linguistique des nuances sémantiques, lexicales et syntaxiques de l'œuvre, est censé prendre en compte la dimension de l'incorporation des lecteurs. Cette dernière est indissociable du monde éthique qui se déploie dans l'œuvre littéraire. Dans une conception naïve de la traduction, il s'agit de rendre compte du contenu en tenant compte des nuances sémantiques ou lexicales. D'où de nombreux travaux dans le domaine de la traductologie sur les erreurs de la traduction avec divers classifications d'erreurs d'ordre linguistique, cognitif et expressif. Ces catégorisations n'expliquent pas toujours pourquoi la traduction d'une œuvre qui est considérée comme sommet de la création pour une culture donnée « échoue » lorsqu'il est question de la traduire dans une autre langue.

Toutes n'échouent bien évidemment pas. L'échec de la traduction peut souvent être attribué à l'impossibilité de recréer l'éthos discursif du monde éthique de l'œuvre originale. Soit parce que les ressources linguistiques utilisées dans le texte original n'ont pas de correspondant dans la langue de la traduction (cela peut arriver), et que le traducteur n'arrive pas à rendre le «ton» ou «la voix» du texte, soit parce qu'il est impossible de faire adhérer le lecteur de la traduction au monde éthique fondé sur les situations stéréotypiques et des représentations collectives du texte d'origine. Soit les deux. Il n'est pas inutile de rappeler ce que disait P. Bourdieu à propos du rapport du langage et corps:

Le langage est une technique du corps et la compétence proprement linguistique, et tout spécialement phonologique, est une dimension de l'hexis corporel où s'exprime tout le rapport au monde social [...] C'est par intermédiaire de **la discipline corporelle et linguistique** (qui implique souvent une discipline temporelle) que s'opère l'incorporation des structures objectives, et que les «choix» constitutifs d'un rapport au monde économique et social sont intériorisés sous forme de montages durables et soustraits aux prises de la consciences et même, pour une part, de la volonté : la politesse enferme une politique, une reconnaissance pratique et immédiate des classements sociaux et des hiérarchies [...] (BOURDIEU, 1980, p. 32).

Il s'agit ainsi de l'intrication des propriétés psychiques, physiques et verbales attachées au garant par les représentations collectives. L'œuvre «bien» traduite sera donc celle qui non seulement pourra recréer l'éthos discursif de l'œuvre mais de rendre également l'incorporation du lecteur possible, lui faire rentrer dans le «corps» du garant.

Je vais illustrer les problèmes liés à la traduction de l'éthos en donnant un exemple de *Taras Boulba* de Nicolaï Gogol, traduit en français et en espagnol.

Nicolaï Gogol est un écrivain russe, d'origine ukrainienne, de la fin du XIX<sup>e</sup> siècle. Il est également poète et critique littéraire. La nouvelle est publiée pour la première fois en 1835 dans le recueil *Mirgorod*, complétée par l'auteur en 1842. La nouvelle relate un épisode imaginaire de la lutte des cosaques contre les Polonais dans l'Ukraine du XVII<sup>e</sup> siècle. Le vieux Taras Boulba, cosaque des temps héroïques, après avoir initié à la guerre ses deux fils, perd l'aîné sous les coups de l'ennemi et tue de ses propres mains le cadet qui, amoureux d'une Polonaise catholique, a trahi sa famille et la foi orthodoxe. A la suite de deux grandes batailles, Taras Boulba est fait prisonnier et meurt brûlé vif sur le bûcher.

Les cosaques de Zaporozhie est le nom d'une organisation territoriale, politique, militaire et sociale des cosaques ukrainiens de 1552 (date de fondation de la première Sitch) à 1775. La Zaporozhuie était dirigée par un chef militaire, **ataman**, et une assemblée des cosaques. Elle a été constituée en Ukraine du Sud sur les rives du Dniepr. Les Zaporogues ont combattu la Pologne, les Ottomans et plus tard la Russie pour leur indépendance. Les cosaques sont des représentants d'une culture éthno-sociale complexe qui apparaît vers la fin du XVI<sup>e</sup> siècle sur les territoires de l'Ukraine et de la Pologne. A l'origine, ce sont des marginaux, des gens sans attaches, chassés vers les zones frontalières de l'Etat russe par les progrès de la centralisation et l'asservissement progressif de la paysannerie. Le nom « cosaque » s'applique à tous ceux qui viennent chercher fortune dans la vaste zone des steppes qui s'étend de l'Asie centrale jusqu'aux Carpates. Ce sont, en quelque sorte, les cow-boys eurasiens. Les cosaques de « zaporogues » constituent une sorte de république militaire, la Setch. C'est un foyer de résistance au catholicisme et à la domination polonaise. Dans cette œuvre, les cosaques représentent le patriotisme russe et luttent contre l'envahisseur polonais et contre les Juifs : deux groupes qui incarnent le mal absolu.

L'accès au monde éthique de l'œuvre pour les contemporains de Gogol était immédiat, il est aussi évident pour les lecteurs contemporains russes, surtout à l'ère des nationalismes post-modernes renaissants à l'Europe de l'Est. Mais tel n'est pas le cas du lecteur contemporain occidental qui ne dispose pas du modèle culturel correspondant. Or l'éthos se construit à partir d'une représentation pré-existante qui fait partie d'un imaginaire collectif ou l'imaginaire socio-discursif, selon P. Charaudeau, pour qui les « imaginaires sont engendrés par les discours qui circulent dans les groupes sociaux, s'organisent en systèmes de pensées cohérents créateurs de valeurs, jouant le rôle de justification de l'action sociale et se déposent dans la mémoire collective » (2007, p. 85).

L'œuvre présente les problèmes de traduction dès lors qu'il s'agit de traduire l'éthos discursif du narrateur. D'une part, se pose le problème de l'absence du modèle culturel dans l'imaginaire collectif occidental. Ce n'est pas un obstacle à la traduction de manière systématique, le monde éthique nouveau, inconnu ou imaginaire peut provoquer l'adhésion réussie des lecteurs (par exemple, les œuvres A. Chekhov ou les contes de Mille et une nuits sont très lues et appréciées en France et en Espagne). L'obstacle principal à la réussite de cette traduction est dans le fait que l'éthos de l'œuvre émerge de son énonciation et l'énonciation gogolienne n'est pas aisée à transmettre.

Cette impossibilité est étroitement liée aux ressources linguistiques inadéquates du français et de l'espagnol, tant au niveau lexical qu'au niveau énonciatif.

Le problème de traduction existe sur les deux plans: le plan de la traduction de l'énonciation du narrateur témoin<sup>27</sup>, ainsi que l'énonciation des personnages. Il s'agit de la construction de l'éthos à deux étages : celui du garant de l'énonciation du narrateur et celui du garant de l'énonciation cosaque.

Le narrateur gogolien se construit dans une énonciation poétique, très différente de l'énoncé prosaïque caractéristique des romans réalistes. Elle est très rythmée, car elle est traversée par la tradition de l'intonation (*napev*), par le recours à la structure du chant ukrainien traditionnel qu'on appelle «*douma*». Le narrateur lyrique de Taras Boulba déploie son énonciation à l'instar d'un poète lyrique populaire (*aède/kobzar* (en ukrainien)). Les *kobzars*, dans la tradition folklorique ukrainienne, relataient les épopées héroïques accompagnées d'une bandoura (une sorte de guitare). Chez lui la tradition épique orale ukrainienne est également traversée par les procédés suggérés par les grandes épopées antiques. Cette vocalité musicale traverse l'énonciation gogolienne qui se construit comme un énoncé poétique.

«А что же Тарас? А Тарас гулял по всей Польше с своим полком, выжег восемнадцать местечек, близ сорока костелов и уже доходил до Кракова. Много *избил* он всякой *шляхты*, *разграбил* богатейшие и лучшие замки; *распечатали* и *разливали* по земле козаки вековые меда и вина, сохранным сберегавшиеся в панских погребках; *изрубили* и пережгли дорогие сукна, одежды и утвари, находимые в кладовых. «Ничего не жалейте, *повторял* только Тарас. Не уважали козаки чернобровых *панянок*, *белогрудых*, *светлоликих* девиц; у самых алтарей не могли спастись они; *зажигал* их Тарас вместе с алтарями.

27 Narrateur-témoin est une instance narrative qui, tout en faisant partie du monde éthique narré, n'en est pas un des personnages.

Не одни белоснежные руки поднимались из огнистого пламени к небесам, сопровождаемые жалкими криками, от которых подвинулась бы самая сырая земля, и степовая трава поникла бы от жалости долу. Но не внимали ничему жестокие козаки и, поднимая копьями с улиц младенцев их, кидали к ним же в пламя. « Это вам, вражьих ляхи, поминки по Остапе!» приговаривал только Тарас. И такие поминки по Остапе отправлял он в каждом селении, пока польское правительство не увидело, что поступки Тараса были побольше чем обыкновенное разбойничество, и к тому же самому Потоцкому поручено было с пятью полками поймать непременно Тараса»( Николай Гоголь, собрание сочинений, том второй, Издательство Худ. Литературы: Москва, стр. 143).

### Traduction française

«Et Taras ? Taras, avec son régiment, s'en donnait à cœur joie à travers toute la Pologne ; il avait incendié dix-huit bourgades et près de quarante églises, et déjà il approchait de Cracovie. Il avait massacré nombre de gentilshommes de tout rang, pillé les plus beaux et les plus riches châteaux ; ses Cosaques avaient descellé et répandu à terre des vases d'hydromiel de vins séculaires qui se conservaient intacts dans les caves seigneuriales; ils avaient taillé en lambeaux et réduit en cendres les draps coûteux, les vêtements et les objets de prix qu'ils trouvaient dans les remises. « N'épargnez rien», ne faisait que répéter Taras. Et rien n'arrêtait les Cosaques, **pas même les demoiselles aux sourcils de jais, les jouvencelles aux seins de neige et au teint de lis.** Les autels auprès desquels elles cherchaient refuge ne leur étaient d'aucun secours : Taras les livrait aux flammes en même temps que les autels. Que de fois **avait-on** vu des bras de neige s'élever des flammes ardentes et se dresser vers les cieux, tandis que retentissaient des cris à fendre l'âme, qui auraient remué l'humide terre et courbé de pitié l'herbe des steppes. Mais rien ne pouvait émouvoir les féroces Cosaques : à la pointe de leurs lances, ils ramassaient les nourrissons en pleine rue et les jetaient dans les flammes auprès de leurs mères.

«Voilà, Polonais de diable, qui vous servira de messe à la mémoire d'Ostap ! » se contentait de dire Taras. Et cette messe, il la célébra dans chaque localité, jusqu'au jour où le gouvernement polonais vit que les actes de Taras étaient plus que le simple brigandage, et confia au même Potocki, placé à la tête de cinq régiment, la tâche de capturer Taras à tout prix. » (Traduction de Michel Aucouturier, 1966, éditions Gallimard Paris, préface 1991, p. 221).

## Traduction espagnole

«Entre tanto, qué era de Tarás? Tarás galopaba por toda Polonia a la cabeza de su regimiento y se acercaba ya de Cracovia, después de incendiar dieciocho pueblos y cerca de cuarenta iglesias católicas. Los cosacos habían matado a muchos nobles y saqueado los mejores y más ricos castillos. Como estela de su paso quedaban desventrados los toneles de hidromiel y vinos añejos cuidadosamente conservados en las bodegas señoriales: quedaban reducidas a cenizas todos los objetos de valor que contenían los almacenes: telas, ropas, enseres [...] Tarás repetía siempre lo mismo « No tengáis compasión de nada». Y los cosacos no respetaban **siquiera a las mujeres y las doncellas de blancos senos y rostros delicados**, que ni al pie de los altares hallaban salvación, pues los propios altares eran convertidos por Tarás en hogueras donde perecían. Muchos brazos níveos se levantaban hacia el cielo en medio de las llamas y de un coro de voces lamentables que habrían hecho estremecerse incluso a la tierra fría y ajarse de compasión a las hierbas de la estepa. Pero los despiadados cosacos eran inflexibles y aun ensartaban con sus lanzas a los niños en las calles para arrojarlos también a las hogueras donde gemían sus madres. Estos son, **perros polacos**, los funerales que le dedico a mi hijo Ostap ! –profería invariablemente Taras. Y en cada población fue repitiendo esos tan singulares funerales, hasta que el gobierno polaco consideró el conducto de Tarás Bulba como algo más, que el bandolerismo corriente en aquellos tiempos y ordenó al propio Potocki ponerse en campaña con cinco regimientos para capturarlo» (p. 189).

Dans ce passage, l'énonciateur–narrateur témoin des événements (narrateur hétérodiégétique) constituée le garant du monde éthique décrit.

Dans le texte russe, l'énonciation narrative gogolienne est basée sur un savant mélange des passages en prose rythmée et une prose descriptive qui obéit aux principes syntaxiques différents. Ces passages peuvent se faire à l'intérieur du même extrait, comme par exemple, dans celui-ci. Dans le texte russe, il s'agit pratiquement d'une seule phrase, dont les constituants sont séparés par point-virgule à l'écrit, pour marquer l'intonation chantante du narrateur qui raconte les événements à l'instar d'un aède, un conteur épique ou lyrique qui s'inscrit dans la tradition du chant (*napev*) russe.

L'effet de l'intonation (*napev*) s'obtient syntaxiquement par l'inversion fréquente dans le texte russe de sujet et de verbe (ce qui n'apparaît pas dans le texte espagnol ni dans le texte français). L'inversion dans les phrases affirmatives va à l'encontre de l'ordre « ordinaire » des constituants de la phrase. L'inversion dans ce passage est omniprésente et elle octroie un rythme très chantant à la narration. Mais il ne s'agit pas seulement de l'inversion de sujet et de verbe,

mais de l'épithète et le substantif (l'ordre des mots étant plus libre en russe qu'en français ou espagnol), le pronom, souvent *accentué à la fin* de l'énonciation gogolienne. En russe, ce procédé s'intitule «отстав». Il donne à l'énonciation un tempo ralenti, met en relief l'énonciation épique. On peut comparer avec le texte d'Homère, la description des massacres dans les chants de l'*Iliade* :

«De même qu'un vaste incendie gronde dans les gorges profondes d'une montagne aride, tandis que l'épaisse forêt brûle et que le vent secoue et roule la flamme ; de même Achilleus courait, tel qu'un *daimôn*, tuant tous ceux qu'il poursuivait, et la terre noire ruisselait de sang.

De même que deux bœufs au large front foulent, accouplés, l'orge blanche dans une aire arrondie, et que les tiges frêles laissent échapper les graines sous les pieds des bœufs qui mugissent ; de même, sous le magnanime Achilleus, les chevaux aux sabots massifs foulait les cadavres et les boucliers. Et tout l'essieu était inondé de sang, et toutes les parois du char ruisselaient des gouttes de sang qui jaillissaient des roues et des sabots des chevaux. Et le Péléide était avide de gloire, et le sang souillait ses mains inévitables (<http://www.atramenta.net/lire/oeuvre1507-chapitre-20.html>).

On voit comment se déploie le monde éthique du massacre antique : le massacre dure, ainsi dure l'énonciation, pas de points, point-virgule et conjonction de coordination servant de liaison. Il faut remarquer, pour l'exactitude du propos qu'en grec ancien il n'y a pas de ponctuation, c'est propre à la traduction française. Le traducteur d'Homère se trouve dans la même situation que celui de Taras Boulba. Mais on a l'impression qu'il s'en sort mieux car la littérature grecque est fondée sur une culture qui a traversé les siècles : on a en France le stéréotype de l'aède, mais pas celui de *kobzar*. Le narrateur homérique étant lui aussi un aède.

L'énonciation poétique n'est pas seulement une affaire de construction de phrase, c'est aussi la construction douée d'une vocalité, d'une corporalité spécifique. L'allitération et, dans la moindre mesure, l'assonance participent à la création de l'effet rythmique :

On observe une abondance d'allitérations, soulignée dans le texte russe :

[iz], [raz], [is], [ras]

Много **избил** он всякой **шляхты**, **разграбил** богатейшие и лучшие замки; **распечатали и разливали** по земле **козаки** вековые меда и вина, сохранны **сберегавшиеся** в панских погребях; **изрубили** и пережгли дорогие сукна, одежды и утвари, находимые в кладовых.

[3]

Не уважали козаки чернобровых **панянок**, белогрудых, светлоликих девиц; у самых алтарей не могли спастись они; **зажигал** их Тарас вместе с алтарями. Не одни белоснежные руки поднимались из огнистого пламени к небесам, сопровождаемые жалкими криками, от которых подвинулась бы самая сырая земля, и степовая трава поникла бы от **жалости** долу. Но не внимали ничему жестокие козаки и, поднимая копьями с улиц младенцев их, кидали к ним же в пламя. « Это вам, **вражьи** ляхи, поминки по Остапе!»

Lorsque l'énonciateur témoin narre les événements liés aux activités cosaques, fussent les massacres des polonais ou les pogroms des juifs, (car la première description littéraire du pogrom (massacre des juifs) dans la littérature russe se trouve justement dans *Taras Boulba*,) son énonciation est toujours caractérisée par la rime interne, tonalité lyrique et les procédés poétiques que nous venons de décrire.

En revanche, elle devient « ordinaire » lorsque le narrateur décrit les mesures anti-cosaques, ce qui se voit dans l'extrait cité en russe. Ce changement de registre énonciatif disparaît complètement dans la traduction.

La différence entre « l'énonciation ordinaire » et « l'énonciation poétique » permet la construction de l'éthos du garant, qui, rappelons-le, implique le monde éthique dont ce garant est partie prenante et auquel il donne accès. Le monde éthique active le stéréotype culturel à travers lequel la force virile des patriotes, associées à leur gaillardise, leur ivrognerie et leur patriotisme sans limite, leur haine de l'étranger que le narrateur admire.

Plus le massacre est féroce, plus l'énonciation ressemble à un chant. Il n'est pas sans intérêt de remarquer que les deux traductions en français et en espagnol « adoucissent » cette férocité admirative du narrateur par la concession:

«Et rien n'arrêtait les Cosaques, **pas même les demoiselles** aux sourcils de jais, les jouvencelles aux seins de neige et au teint de lis. (fr.)»

«Y los cosacos no respetaban **siquiera a las mujeres y las doncellas de blancos senos y rostros delicados**» (esp.)

Or, dans le texte d'original il n'y a pas de concession (**pas même, siquiera**). Tout se passe comme si les traducteurs essayaient d'adoucir l'éthos du narrateur qui a une position très empathique avec ces massacres. Cet « adoucissement » se voit également dans la traduction de ce qu'on considère comme la première description du pogrom juif en littérature russe:

Comment! Que les Juifs aient affirmé nos églises chrétiennes? Que les curés polonais attellent à leurs brancards des chrétiens orthodoxes? Comment! Que nous tolérions en terre russe que de maudits renégats nous infligent de semblables tourments? Qu'on traite de la sorte les colonels et le hetman? C'est ce que nous ne permettrons pas, non, jamais.

Les exclamations fusaient de toutes parts. La foule gronda et prit conscience de sa force. Ce n'étaient plus les remous d'un peuple léger : on voyait s'agiter des hommes au caractère tenace et posé, lents à s'échauffer, mais qui, une fois échauffés, conservaient longtemps et obstinément la flamme qui les dévorait.

Qu'on pendre toute la juiverie! cria-t-on dans la foule. Ça leur apprendra à faire des jupes pour leurs Juives avec des soutanes de popes. Ça leur apprendra à tracer des marques sur le gâteau de Pâques! Qu'on les noie tous dans le Dniepr, les païens maudits!

Ces mots lancés par quelqu'un dans la foule, passèrent comme un éclair sur toutes les têtes, et la foule se rua vers les faubourgs, décidée à massacrer tous les Juifs.

Les malheureux enfants d'Israël, perdant décidément le peu qu'ils avaient de courage, couraient se cacher dans des barriques d'eau-de-vie, dans leurs fours, et même sous les jupons de leurs Juives ; mais les cosaques les dénichaient partout. [...] C'était un signal attendu. Les Juifs furent empoignés à bras-le-corps et on commença à les précipiter dans les flots. Des hurlements de détresse s'élevaient de toutes part, mais les rudes zaporogues ne faisaient que rire en voyant s'agiter désespérément des jambes juives chaussées de savates et couvertes de bas (p. 87).

## Traduction espagnole

¿Cómo? ¿Que los **judíos** tienen arrendadas las iglesias cristianas? ¿Qué los curas católicos enganchan entre las varas de sus coches a cristianos ortodoxos? ¿Se puede consentir que los malditos infieles apliquen semejantes tormentos en tierra rusa? ¿Se puede consentir que cometan esas tropelías con los coroneles y con el hetman? ¡No! ¡No le consentiremos! [...] ¡A la horca toda **la judería!** –grito alguien. ¡Para que sus mujeres no hagan faldas con las casullas de los popes! ¡Para que no profanen con sus manos el pan de Pascua! ¡Al Dniepr con todos esos malditos! Estos llamamientos que alguien lanzó entre la muchedumbre, atravesaron todas las mentes como un relámpago, y la gente corrió en tropel hacia el arrabal, ansiosa de degollar a los **judíos**, desde el primero hasta el último.

Perdida toda su presencia de ánimo, ya de por sí escasa, los pobres hijos de Israel se escondían en los barriles de *gorelka* vacíos, en las estufas y incluso bajo las sayas de sus mujeres; pero los cosacos daban con ellos en

todos sus escondites. [...] esos gritos fueron la señal para empezar a agarrar a los **judíos** por los brazos y arrojarlos al agua. Se oyeron alaridos y lamentos por todas partes, pero los rudos zaporogos no hacían más que reírse viendo cómo se agitaban en el aire los pies de los **judíos** con media y zapatos (p. 63).

Dans le texte russe, le mot « juif » n'est jamais employé. Les cosaques, en fait n'utilisent jamais le terme neutre « juifs », ils utilisent une injure à connotation très négative « zhid ». Le mot qui existe toujours sous cette forme en polonais, était considéré en russe comme péjoratif déjà à partir du XII<sup>e</sup> siècle. En 1787, la tsarine Catherine II ordonne d'utiliser dans les papiers administratifs de l'Empire russe uniquement le mot « juif ». A l'époque où Gogol écrit *Taras Boulba*, on remarque deux utilisations spécialisées : « juif » -usage neutre, « zhid » usage très insultant et méprisant. Au XIX<sup>e</sup> siècle, ceux qui utilisaient le terme « zhid » en Russie, étaient plutôt des conservateurs, des monarchistes et des nationalistes et ceux qui utilisaient le terme neutre « juif » étaient des socialistes et des libéraux.

Le français dispose bien des insultes analogues « youtre » et « youpin ». Là où le traducteur utilise le terme « juiverie », en français et « judería » en espagnol qui sont des termes normatifs, le narrateur-énonciateur et les énonciateurs cosaques n'utilisent que la forme péjorative « youpin », « youpine-rie ». L'espagnol ne dispose pas d'analogues de « youpin » et de « youtre », le texte de la traduction aplatit complètement cette facette de l'éthos discursif nationaliste. Le choix de ne pas traduire cette nuance linguistique, ne rend pas possible l'éthos montré du narrateur. Alors que dans le texte russe, l'éthos nationaliste et antisémite n'est pas seulement dit, mais également montré, dans les traductions respectives, la transmission de cet éthos ne se fait pas, pour des raisons, qui dans le cas du français sont imputables au traducteur, et dans le cas de l'espagnol, à l'impossibilité de trouver un équivalent linguistique.

A plusieurs reprises, j'ai entendu des amis très lettrés et connaisseurs de la littérature russe que *Taras Boulba* ne présentait pour eux aucun intérêt. La réponse, il me semble, se trouve dans l'impossibilité de traduire le jeu subtil de la position énonciative du narrateur qui passe d'une description narrative à l'énonciation poétique (ou épique). Cet aspect se perd complètement dans la traduction française et la traduction espagnole qui ne gardent que l'aspect narratif.

L'éthos narratif du conteur épique ne traverse pas l'épaisseur de la langue et n'est pas transmis dans les traductions espagnole ou française. Toute la force de l'énonciation spécifique de Gogol se perd ainsi que le relief épique de la parole du narrateur. L'éthos montré du narrateur disparaît derrière les impossibilités linguistiques ou les choix personnels du traducteur.

## RÉFÉRENCES

AMOSSY, R. **La présentation de soi**. Paris: PUF, 2010.

ARISTOTE. **Rhétorique**. Livres I et II, (texte établi par M. Dufour). Paris: Gallimard.

CHARAUDEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux», In: BOYER, H. (éd). **Stéréotypage, stéréotypes**: fonctionnement ordinaire et mise en scène. t. 4. Paris: l'Harmattan, 2007.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire**. L'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.

ELIAS, N. **La société de la cour**. Paris: Flammarion, 1985.

GRINSHPUN, Y. Introduction au n°149. **Langage et Société** «Ethos discursif», 2014.

MAINGUENEAU, D. **De l'éthos, de la rhétorique à l'analyse du discours**, 2002.

\_\_\_\_\_. **L'analyse du discours**. Hachette: Paris, 1991.

WEBER, M. (trad. française 1964/1989). **L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme**. Paris: Essai, poche, 1989.

### Œuvre étudiée

ГОГОЛЬ, Н. **Тарас Бульба**. Собрание сочинений, том второй, Издательство Худ. Литературы: Москва, 1835, 1842 [1949].

GOGOL, N. **Taras Boulba**. Traduction française par Michel Aucouturier. Paris: Gallimard, 1966.

\_\_\_\_\_. **Tarás Boulba**. Traducción Isabel Vicente. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

# OS LUGARES DA MEMÓRIA NO DISCURSO

*Wander Emediato*

---

Diferentes aspectos da memória têm interessado um amplo espectro disciplinar nas ciências humanas e sociais, dos psicólogos sociais aos linguistas, como o funcionamento das atitudes sobre o funcionamento desta faculdade (STOEZEL, 1978), a construção de memórias coletivas e a relação dessa com as memórias individuais (HALBWACHS, 1925, 1950), a consciência pessoal, a política de memória e o dever de memória (RICOEUR, 2000), o problema das representações sociais (MOSCOVICI), as ideologias (ALTHUSSER, 1971; PÊCHEUX, 1975), o acontecimento (COURTINE, 1981; MOIRAND, 2006, 2007; LAMIZET, 2006), a influência (CHABROL, 2006), a cognição social (van DIJK, 2006; PAVEAU, 2006), os imaginários sociais (CASTORIADIS, 1971) e discursivos (CHARAUDEAU, 2004), entre outros. Seja como influência ou fenômeno social, ou como fundamento da discursividade, as ciências da linguagem não podem prescindir da investigação das atitudes, discursivas e axiológicas, que ultrapassam o indivíduo, e da relação destas com a constituição de espaços de memória que funcionam como *discursos de referência*<sup>28</sup>, orientando, em grande medida, as práticas discursivas.

A análise do discurso se debruça sobre o problema da memória praticamente desde a sua constituição, na medida em que situa o interdiscurso como o lugar de (re)atualização constante da enunciação, como base do já-dito, do pré-construído. Para além dos lugares que a AD tradicionalmente percorreu (as relações entre memória e interdiscurso), ela deve observar a natureza complexa da memória e de seus múltiplos lugares de fabricação e de circulação. A reflexão sobre este tema é essencial para que a análise do discurso explicita, o melhor possível, sua concepção sobre a natureza da atividade discursiva e seus pressupostos epistemológicos sobre a relação entre indivíduo e sociedade.

Para Althusser, que influenciou de modo incisivo a teoria do discurso de Michel Pêcheux (1969, 1975), a memória do sujeito está associada às formas de seu assujeitamento e aos espaços responsáveis pela inculcação ideológica e pela dominação, como os aparelhos ideológicos do estado (AIE). A memória, nessa perspectiva, vincula-se, portanto, ao funcionalismo estruturalista do

---

28 Os discursos de referência constituem assim uma memória que comporta elementos dos imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2005) circulando numa dada comunidade discursiva.

modelo marxista pela interação determinista entre a infraestrutura econômica e as superestruturas ideológicas da sociedade, materializadas nos AIE, como a Escola, a Família, a Mídia, a Igreja, o sistema Jurídico, o sistema partidário etc. Nessa via, a análise do discurso primeira inscreveu, com Pêcheux (1975), o problema da memória na ideologia e em seus espaços de reprodução social, na interdiscursividade e no retorno dos já-ditos sociais. Para justificar a teoria do sujeito coletivo e de como o indivíduo “sofre” da ilusão de sua autonomia –, Pêcheux crava a subjetividade no seu esquecimento das diferentes determinações que lhe vêm do exterior. Como se sabe, o *esquecimento número 1*, pelo qual o sujeito “esquece” que ele não é a fonte de seu dizer, ou seja, que o sentido lhe chega do exterior; o *esquecimento número 2*, zona em que o sujeito constitui o seu enunciado, movendo-se entre o “dito” e o “não dito”, entre o poder e o não poder dizer, o permitido e o rejeitado. Nessa dimensão da memória-esquecimento, os enquadres sociais e ideológicos do sujeito dominam completamente sobre sua autonomia e (in)consciência, negando-lhe por completo a possibilidade – e a liberdade – de uma consciência pessoal.

Ainda que a terceira fase da AD de Pêcheux tenha se conscientizado do fenômeno da heterogeneidade enunciativa, tornando mais complexa a ação das memórias coletivas sobre os sujeitos do discurso (e sobre o discurso dos sujeitos), a dimensão constitutiva da heterogeneidade discursiva, traço de seu efêmero encontro intelectual com Authier-Revuz (1984), ainda situa a memória de modo contundente no interdiscurso, o que mantém o relativo desinteresse da análise do discurso pela individualidade e, por consequência, pela consciência pessoal, ou memória individual dos sujeitos.

Paveau (2006) propõe a noção de *prediscurso* ou *níveis prediscursivos* para integrar ao mesmo tempo o preconstruído de Pêcheux e outras formas de representação « do antes » que impregnam explícita ou implicitamente as produções discursivas (saberes partilhados, conhecimentos enciclopédicos, estereótipos, quadros, *frames*, *scripts* etc.). Para a autora, o discurso não se reduz aos parâmetros enunciativos nem à situação de comunicação ou à posição do sujeito. Deve-se levar em conta os dados sociohistóricos (as condições de produção de Pêcheux) e ambientais (relações entre os humanos e seus quadros de saberes, crenças e práticas – os prediscursos –, mas também os ambientes materiais e concretos, naturais ou artificiais, espaços, objetos, artefatos, suportes). Como se pode notar, a memória (e a cognição) se encontra distribuída em diferentes ambientes externos, como um caderno, um mapa, uma lista, mas também uma árvore, um edifício, uma praça, uma estátua ou mesmo nomes de logradouros. Atualmente, por exemplo, uma luta discursiva, ideológica e política está em curso no Brasil travada por lideranças ligadas à *comissão da verdade*, que investiga e reúne documentação relacionada com

o período da ditadura militar, a tortura, o desaparecimento de pessoas etc. O objetivo desses agentes sociais é mapear pelo país nomes de logradouros ligados a militares e agentes do período militar e substituí-los por nomes de vítimas, desaparecidos, torturados, assassinados e perseguidos, em nome da “memória histórica” e da verdade, conforme declaram seus líderes. Para eles, a presença de logradouros com nomes de torturadores e ditadores legitima uma memória oficial que não condiz com a verdade histórica. A substituição deles pelos nomes de vítimas restabeleceria o sentido da memória histórica e cumpriria com o dever de memória reivindicado por Ricoeur.

Os pré-discursos funcionam para Paveau como tipos de operadores da partilha, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais, o que nos parece próximo do conceito de *representações partilhadas* de Charaudeau. Eles orientam a produção e a interpretação do sentido do discurso, constituindo diferentes níveis de saberes, de crenças e de práticas disponíveis no espírito dos indivíduos e na cultura dos grupos (sua natureza representacional). Estão *distribuídos* nos meio-ambientes materiais da produção discursiva (sua natureza prática, técnica). Por sua natureza representacional, não são identificáveis ou explícitos, ressaltando-se as seguintes características: *coletividade* (resultado de uma colaboração entre indivíduos e entre o indivíduo e a sociedade); *materialidade* (não formuláveis explicitamente); *transmissibilidade* (eixo horizontal da comunicabilidade enciclopédica (partilha) e vertical, da transmissão via linhagens discursivas); *experientialidade* (permite ao sujeito antecipar seu comportamento discursivo); *intersubjetividade* (critérios veri-relacionais e não lógicos); *discursividade* (linguageiramente assinalados).

As formulações de Paveau possuem o mérito de buscar organizar a atividade discursiva e os elementos preconstruídos em diferentes momentos e níveis de construção da memória coletiva pelas ações dos sujeitos, especialmente as características da coletividade, da experientialidade e da intersubjetividade. Sendo o resultado de uma colaboração entre indivíduos e entre o indivíduo e a sociedade (coletividade), ressalta-se, aqui, a devida interdependência entre o individual e o coletivo. A dimensão da experientialidade, que permite ao sujeito antecipar o seu comportamento discursivo, também aponta para a dimensão da experiência individual e da consciência pessoal que age estrategicamente sobre a conformidade social do comportamento presente e futuro.

Paveau tem razão ao dizer que “se as manifestações do indivíduo não podem ser contestadas, elas não existiriam sem os ambientes sociais que o circulam”. No entanto, o contrário também é verdadeiro e o mito do indivíduo se une ao mito do coletivo e o mais próprio é admitir uma continuidade entre os dois. Como a própria autora admite, há uma coelaboração entre as produções discursivo-cognitivas individuais de cada um e entre as produções

individuais e sociais (meu comportamento individual está impregnado de social e os fenômenos coletivos marcados por inovações individuais).

O postulado da intersubjetividade dá conta de que os prediscursos (saberes, crenças, práticas anteriores coletivos dos locutores de uma comunidade) são mobilizados por locutores individuais em versões *aparentemente individuais e originais*. Essa proposição vai ao encontro de nossa reflexão sobre o lugar da autonomia do indivíduo na formulação de sua consciência pessoal e na sua relação com a memória social e coletiva. Também não nos parece dissonante da formulação de van Dijk sobre a natureza subjetiva, via interpretação individual, dos modelos de situação. Tampouco da noção de comportamento estratégico de Charaudeau, formulada como uma *margem de manobra* do sujeito individual diante dos parâmetros contratuais que orientam e constroem a atividade discursiva. Como se pode notar, apesar de haver um lugar, nos estudos contemporâneos do discurso, para a presença do componente individual na subjetividade discursiva, o componente representacional (sociodiscursivo) continua sendo determinante, ainda que sua organização seja distinta nos quadros teóricos.

Explicar, todavia, o comportamento individual pelos componentes sociais não é mais evidente e objetivo do que postular que o social é produto de interações entre indivíduos. Aos problemas da memória coletiva e das atitudes individuais, do interdiscurso e do intradiscurso, do sujeito social e discursivo, se juntam os processos de formação da identidade, ao mesmo tempo individual e social. Individual e sempre descontínua e cambiante, a identidade pessoal remete ao sentimento que cada um possui de sua subjetividade e singularidade (ilusão do sujeito?); social, porque em constante relação com a alteridade e com a necessidade de agir em conformidade com o grupo.

## **Memória coletiva e o problema do sujeito**

O conceito de memória coletiva é, em geral, atribuído a Halbwachs (1950), e está vinculado a uma comunidade afetiva que compartilha o sentido construído sobre os acontecimentos sociais, suas experiências vividas, suas lembranças comuns, os episódios marcantes vividos ou celebrados em diferentes lugares de consagração da memória. A memória pessoal, ou individual, seria, pois, na perspectiva de Halbwachs (1925), dependente dos enquadres sociais da memória, concepção que caminha junto com a de uma subjetividade social determinante que sempre dominou os trabalhos da primeira geração de analistas do discurso, assim como de gerações seguintes. A externalidade da memória sempre predominou sobre a consciência pessoal, interna.

Paul Ricoeur (2000) fará deste tema – a memória (mas também o esquecimento) e a autonomia do sujeito – um de seus objetos privilegiados não só como filósofo, mas também como cidadão, o que fica evidente na introdução a uma de suas obras mais importantes:

Fico perplexo pelo inquietante espetáculo que dão o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento ali, para não dizer da influência das comemorações e abusos de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, a esse respeito, um de meus temas cívicos confessos (RICOEUR, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000, p. 1, tradução nossa).

A memória histórica é, para Ricoeur, produto do relevo e do esquecimento. Consciente do papel da influência da memória social sobre os indivíduos – entendida como uma política social da memória histórica –, Ricoeur fará, porém, a crítica de concepções deterministas, sobre a relação hierárquica entre consciência pessoal e memória coletiva ou memória histórica. Uma das preocupações de Ricoeur reside no *dever de memória* – daí a sua reflexão sobre a *política da memória* – capaz de ligar os indivíduos em sua experiência comum e coletiva, assim como fundar uma responsabilidade com a história (anistia, crimes imprescritíveis, crime contra a humanidade, holocausto) e não conceber a história como linear e determinada, a partir da qual os homens teriam senão que seguir como uma fatalidade ou imperativo. Para Ricoeur, a conclusão de um enredo histórico nunca é dedutível ou previsível (RICOEUR, 1986).

Ricoeur não nega a função da memória coletiva e social sobre a consciência pessoal, mas procura compreender e ressaltar, também, a relativa autonomia do sujeito e de sua consciência pessoal através, por exemplo, da interpretação. Para Barash, «Ricoeur está à procura de um princípio de coesão capaz de explicar ao mesmo tempo a experiência pessoal em sua autonomia e a dimensão metapessoal da experiência coletiva com a qual ela está estreitamente ligada» (BARASH, 2006, p. 187-8). O ponto de divergência entre Ricoeur e Halbwachs reside, nesse ponto preciso, no problema da autonomia e da determinação do sujeito. Para Ricoeur, a interpretação é o mecanismo pelo qual a consciência pessoal se junta à memória social e histórica. E no que diz respeito à construção da narrativa histórica, vale lembrar, aqui, seu trabalho sobre as três *mimesis*<sup>29</sup> (figuração, configuração e refiguração), em que o processo interpretativo (a refiguração) faz com que a narrativa não se torne um objeto fixo e estático na história, mas algo vivo e dinâmico no interior da imaginação criativa do leitor e do interpretante. Esse ponto permite a

29 Ricoeur. *Temps et récit*, Paris: Seuil, 1983-1985.

Charaudeau justificar epistemologicamente seu conceito de contrato de comunicação através dos dois processos de construção do discurso, processo de transação e processo de transformação. A transformação de um mundo a significar (figuração) em um mundo significado (configuração) e, em seguida, em um mundo interpretado (refiguração) se faz em consonância com o princípio de alteridade (transação), base de toda atividade comunicativa.

Ainda sobre a história e o modo como ela nos impõe, em suas versões oficiais, uma dominação legítima, lembrar Foucault é resgatar uma memória. A crítica de Foucault aos métodos da historiografia tradicional conduziu a espaços de ruptura, sobretudo no meio acadêmico, dedicados a uma nova forma de fazer história, a História Nova, a começar pela crítica do documento como matéria prima da reconstituição histórica: reconstituir o passado a partir do que diziam os documentos oficiais é legitimar a linguagem de uma voz reduzida ao silêncio. Para Foucault, com efeito, é preciso criticar, ainda e sempre, a ideia de continuidade, a tradição de origens, a idealização das relações de causa e efeito na história, elementos imaginários que tanto seduzem e confortam. Para Foucault, não se pode, com efeito, reduzir a diferença às raízes e origens contínuas, ao contrário, é importante fazer aparecer a divergência, as lutas, as disparidades, os cortes, as rupturas, as raridades.

A mudança radical de posição sobre o documento não consiste apenas em interpretá-lo ou dizer se diz a verdade ou não, mas trabalhá-lo no interior e elaborá-lo em uma análise do discurso histórico que o organiza, recorta, distribui, ordena em níveis, séries, define unidades, descreve relações e, através desses procedimentos, exerce a dominação sobre os sujeitos – tornando-os sujeitos da ordem do discurso – o que impede a consciência individual de se manifestar livremente. Se, de um lado, o projeto filosófico de Foucault e seu ideal de história lançam as bases de uma história crítica que produziu resultados importantes, inclusive na prática escolar, de outro lado os lugares de consagração de uma memória histórica acrítica não cessam de se materializar e de exercer influência na construção de memórias coletivas, ainda que num terreno de lutas e conflitos.

Uma via imperativa, portanto, para a reflexão sobre os processos individuais que incidiriam sobre a construção de fenômenos sociais, como memórias coletivas e acontecimentos, nos leva necessariamente ao problema da interpretação. A interpretação é apenas um resultado previsível de posições ocupadas no interdiscurso pelos seus porta-vozes ou um espaço relevante para se pensar a autonomia do sujeito, ainda que relativa, diante das determinações externas, estruturais e funcionais? A relação pessoal do sujeito com a experiência deixa os traços de seu processo interpretativo individual ou todo ele está determinado pela experiência coletiva?

## Memória e acontecimento: a dupla fabricação

A relação entre memória e acontecimento é um dos temas que nos permite pensar a história no interior do processo de sua enunciação e de sua interpretação. Relação que resulta em um fenômeno reflexivo, pois ao mesmo tempo que a construção do acontecimento é um fenômeno social que reflete as memórias coletivas – e individuais – de seus agentes, que interpretam os fatos no espaço próprio de suas ações e no tempo, individual e social, da experiência, o acontecimento é um processo de atualização e de reatualização constante da memória social. A memória fabrica o acontecimento e o acontecimento fabrica memória.

Jean-Jacques Courtine desenvolve o conceito de memória discursiva na análise do discurso numa perspectiva interdisciplinar com a história, a filosofia, a teoria das ideologias e a linguística, concretizando, assim, o projeto de Pêcheux: “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no campo das práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (COURTINE, 1981, p. 52-3, tradução nossa). É essa concepção, aliás, que orienta os trabalhos de Sophie Moirand (2006b, 2007a, 2016) sobre a relação entre memória discursiva e acontecimento, análise que consiste em se construir um *corpus* de palavras-acontecimento (CHERNOBIL, vaca-louca, crise das periferias na França, imigração etc.) e investigar sua circulação e movimento, assim como as posições que tais palavras assumem no interdiscurso. Para Moirand, cujos trabalhos são, ao meu ver, os mais desenvolvidos empiricamente no âmbito de uma linguística da memória e do acontecimento no discurso, a perspectiva de Courtine pode ser vista como uma reformulação da de Pêcheux, mas permite melhor fundar a análise do discurso e sua relação com o conceito de memória sobre uma teoria essencialmente discursiva que leva em conta a língua e a história, apreendida “... a partir da contradição de forças materiais que nela se afrontam” (COURTINE, 1981, p. 121, apud MOIRAND, 2016, p. 4). Assim, para a autora,

Analisar as construções discursivas do acontecimento repousa em parte sobre a identificação das inscrições dessas operações na materialidade textual (o que é a hipótese de uma abordagem linguística do discurso), e consiste igualmente em perseguir os traços de uma interdiscursividade (os fios verticais do discurso, os discursos transversos...) que se inscreve nas palavras, as construções, os dizeres identificáveis na ordem do discurso (o fio horizontal, o intratexto [...]) (MOIRAND, 2016, p. 7, tradução nossa).

A relação dessa perspectiva com a noção de memória coletiva é evidente e é esse o fator que interessa, de acordo com Moirand, a uma análise do discurso e que repousa sobre a relação entre discurso e história. Não se trata de negar

a atividade locutória do indivíduo, nem sua consciência pessoal, mas de fazer da memória coletiva inscrita nos discursos circulantes o objeto privilegiado de investigação. “[...] as categorizações operadas pelos locutores quando eles tomam a palavra inscrevem nelas mesmas uma vez formuladas uma história e, portanto, domínios de memória provenientes do interdiscursivo, contribuindo, assim, à construção de memórias coletivas” (MOIRAND, 2016, p. 7, tradução nossa).

Para a constituição de seu corpus de trabalho, Moirand se serve, com bastante frequência, de enunciados publicados na imprensa, o que justificaria questioná-la se esses “locutores... que tomam a palavra [...]” se referem, em alguma dimensão, a indivíduos no mundo social (construindo, pela interação de suas memórias individuais as memórias coletivas) ou se estamos novamente diante dos aparelhos ideológicos do estado, responsáveis pela inculcação e pela circulação da memória social. E aí, nessa perspectiva, teríamos as memórias coletivas, de alguma forma instrumentalizadas por dispositivos hegemônicos, controlando as memórias individuais e suas representações, o que se harmonizaria, nesse ponto apenas, com as hipóteses de uma análise crítica do discurso (Fairclough, Wodak, van Dijk, Ramalho & Vieira, entre outros). No entanto, diferentemente dos objetivos da ACD, os trabalhos de Moirand se limitam à identificação e descrição das palavras-acontecimento e à interpretação de seus valores interdiscursivos, numa perspectiva mais propriamente explicativa e discursiva do que política e sociológica.

A relação entre acontecimento e memória também interessa a uma *semiótica do acontecimento* (LAMIZET, 2006), sem reivindicar a análise do discurso. A semiótica do acontecimento preconizada por Lamizet se constrói na interface com as ciências da informação e da comunicação e as ciências políticas e se interessa, notadamente, pelo problema da mediação cultural. No entanto, também para o autor, acontecimento é representação. Nessa perspectiva, a construção do acontecimento não se desvia do problema essencial que nos interessa aqui que é a relação entre sujeito e representação, representação e memória. Vejamos a definição de Lamizet:

A representação do acontecimento e sua interpretação – que lhe dá sua dimensão semiótica – exprime a relação com o tempo engajada pelo sujeito (o acontecimento é o que lhe chega, o que *e-venit*) e a que é engajada pela sociedade (o momento em que ela é confrontada com o acontecimento é, antes de tudo, fundamentalmente, a de uma experiência que faz aparecer a mediação entre a dimensão singular da identidade (o sujeito) e sua dimensão coletiva (o pertencimento à sociedade). Um acontecimento é o que, surgido de fora, do real da sociedade, vem colocar à prova a sociabilidade e as lógicas de pertencimento e de identidade. São, assim, duas semióticas que são articuladas uma na outra: a do acontecimento, que é uma semiótica do

espaço e do tempo, e a da identidade, que é uma semiótica da mediação entre sua dimensão singular e sua dimensão coletiva. (Bernard Lamizet. *La sémiotique de l'événement: une sémiotique de l'espace et du temps*, 2011, <halshs-00604452>, p. 1, tradução nossa).

Duas considerações são necessárias aqui: uma, a que coloca a interpretação como base da dimensão semiótica do acontecimento; outra, a mediação operada entre a dimensão singular – individual – e a dimensão coletiva, social, da experiência. Para Lamizet, O acontecimento, que remete a uma semiótica do tempo e do espaço (portanto, a uma cronografia e uma topografia, nos termos de Maingueneau), articula-se com a identidade, que surge da mediação entre o individual (o singular) e o coletivo (o social). Porém, a maneira como Lamizet capta a singularidade é, a meu ver, indireta, pois o acontecimento é construído no interior de um dispositivo social, as mídias, e ainda que estas sejam operadas por atores singulares, estes se encontram constrangidos pelo dispositivo midiático. O acontecimento (com seus sujeitos e objetos) está inscrito nos processos de mediação simbólica, política e cultural.

Um fato se torna um acontecimento a partir do momento em que as mídias e os atores das mediações políticas, culturais e simbólicas lhe dão uma significação e o situam na história do espaço público no qual ele surge. Mas essa significação o articula, ao mesmo tempo, com as lógicas singulares dos sujeitos da comunicação e as lógicas coletivas dos atores dos poderes e das instituições (LAMIZET, 2011, p. 1, tradução nossa).

A mediação institucional dá ao acontecimento sua força simbólica, articulando a temporalidade singular e social ao espaço simbólico, cultural ou político, resultando, assim, na dimensão semiótica do acontecimento. É importante ressaltar que toda mediação cultural e política implica o exercício de um poder simbólico sobre sujeitos que se encontram na temporalidade e espacialidade do acontecimento. O poder simbólico se exerce sobre a própria configuração da memória coletiva. A memória possui uma dimensão intangível e abstrata relacionada à sua natureza representacional e simbólica. Ela é matéria viva, concreta, distribuída em diferentes objetos, artefatos, formas semióticas, rituais, dispositivos. Representação e materialidade configuram as memórias e lhes atribuem um poder simbólico, como faz questão de ressaltar Widmer (2010),

Em sentido geral, o poder simbólico é uma maneira de impor aos outros uma definição da realidade. É, portanto, um processo ao mesmo tempo de poder e de comunicação, incluindo a disponibilidade da população alvo e a recepção que esta faz dele (WIDMER, Jean. *Discours et cogniton sociale. Une approche sociologique*. Paris: Editions des archives contemporains 2010, p. 90, tradução nossa).

Widmer ressalta, a justo título, que o poder simbólico é um processo ao mesmo tempo argumentativo e social, o que coloca em evidência a dimensão pragmática da memória coletiva, dos enquadres sociais que agem sobre a percepção dos indivíduos e os faz, em certa medida, aderirem (ou não) ao dispositivo que busca conformar a consciência pessoal em um consenso comunitário.

Essa perspectiva nos permite articular, para os fins de uma análise do discurso, a semiótica do acontecimento (a captação do fato no interior dessa temporalidade singular e social e de um espaço simbólico, político e cultural) com as formas linguísticas propriamente ditas que constroem o acontecimento como discurso (as palavras-acontecimento, como propõe Moirand, ou outras formas de configuração e de tratamento da notícia, como os títulos, as pequenas frases, os discursos relatados, os comentários, análises, narrativas etc.).

Se a perspectiva de análise do acontecimento de Moirand, com base em Courtine, é bem diferente, nos objetivos e nos procedimentos, dos trabalhos de Lamizet, ambos buscam identificar a sua construção (discursiva ou social, respectivamente) em um espaço social (e discursivo) comum: a mídia. É nesse espaço que um e outro irão recolher dados empíricos para a análise do processo de construção do acontecimento. Ao passo que Lamizet se lança na análise dos componentes individual e social do acontecimento, Moirand se ocupa, especificamente, de sua discursividade, ou seja, do processo interdiscursivo inscrito nas palavras-acontecimento. O problema de sua natureza individual só poderia ser representado em termos marginais, mas ainda assim relacionados a formas-sujeito e não a sujeitos *stricto sensu* (um ator social, uma pessoa). Embora em Lamizet o problema do indivíduo esteja explicitamente colocado, é na mídia que ele busca identificar a sua possível inserção, como um ator social implicado, por exemplo, pelo acontecimento, e não como uma fonte enunciativa responsável por sua coconstrução.

O problema, como vemos, é imenso, mas se encontra na crítica ou na retomada dos postulados da sociologia de Durkheim, para quem uma representação individual se limitaria aos elementos sensoriais do indivíduo e só ganharia significado a partir do ponto de vista coletivo, ou seja, o indivíduo carrega o fardo da realidade (do lugar, da classe) social que vive. O ponto de vista coletivo seria, assim, o “elo psíquico da sociedade”, um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média da sociedade. Os indivíduos seriam entes passageiros, enquanto a consciência social é o que fica.

Resistir à anulação do indivíduo em Durkheim (e em tantas outras teorias sociais e discursivas) exige pensar o individual no funcionamento do discurso e na construção social de fenômenos sociais, como o acontecimento. A análise do processo de mediação entre o singular e o coletivo, porém, exige, metodologicamente, a identificação dos procedimentos de apropriação e interpretação

dos sujeitos, de um lado, e sua relação com dispositivos destinados a dar às interpretações individuais uma relevância social aos procedimentos singulares. A psicologia social (cf. CHABROL; RADU, 2008) busca estudar essa complexa mediação através de protocolos experimentais, mas sabemos a dificuldade que consiste em separar o individual do coletivo quando se trata de estudar representações e interpretações, pois estas, em geral, se dirigem à conformidade social, especialmente quando externadas em situações sociais (como experimentos universitários) e não na intimidade do indivíduo. No entanto, Chabrol e Radu (2008) mostram, em vários trabalhos, como o processo de persuasão se choca com a resistência das pessoas à influência, o que coloca em evidência o interesse maior do indivíduo a se manter na conformidade de suas crenças já instaladas a muda-las diante de uma ação persuasiva ou mesmo de um discurso convincente e lógico.

Os estudos discursivos mais contemporâneos reivindicam a análise do “fator individual” no âmbito, por exemplo, da organização enunciativa, da modalização e da gestão do dialogismo interno na construção discursiva e textual, estando sempre atenta às relações, aparentemente indissociáveis, entre o *dialogismo interno* (o modo como um locutor principal gere locutores segundos e enunciadorees na construção de sua perspectiva interpretativa) e o *dialogismo externo* (a inevitável associação que virá entre tal gestão do dialogismo interno e seu vínculo com a interdiscursividade – ou suas determinações externas). Nos estudos sobre enunciação, os trabalhos de Rabatel (2008, 2017, entre outros) são esclarecedores e instigantes a esse respeito. Na análise do discurso, são os trabalhos de Charaudeau os que mais tentam recuperar o papel do sujeito e de sua individualidade, ainda que na forma de estratégias que funcionam como uma margem de manobra (e de liberdade) diante das determinações psicossociocomunicativas, ou seja, determinantes dos contratos de comunicação.

Tal debate é também recorrente entre os analistas do discurso mais contemporâneos que oscilam entre uma concepção mais dura, que nega a autonomia ao sujeito em proveito das ideologias (linhas ligadas a Pêcheux), e versões mais enunciativas e pragmáticas que procuram recuperar essa autonomia e, por consequência, a própria noção de subjetividade e de ação interindividual (Charaudeau, Chabrol etc.). A análise crítica do discurso (Fairclough, Wodak, van Dijk etc.), ao fazer da ideologia, da dominação e da luta de classes o foco dominante da investigação, se torna herdeira de Pêcheux, mas considera a necessidade de conceder certa autonomia aos agentes sociais nos processos de dominação e de resistência. Van Dijk, aliás, é o que mais acentua o papel da interpretação individual no processo cognitivo e no que ele chama de *modelos subjetivos de situação*. Para van Dijk, que contesta os modelos deterministas,

a situação social não determina o discurso, embora possa exercer sobre ele poder e influência, através de procedimentos ligados ao exercício do poder e de construção de hegemonias ideológicas, vinculando-se, assim, à ACD.

O problema central em van Dijk permanece sendo o papel da interpretação no processo social de cognição. A capacidade interpretativa dos participantes permite que eles construam modelos subjetivos da situação que vivenciam como experiências únicas. Nessa perspectiva, a “[...] a *definição, interpretação, representação* ou *construção* pelos participantes de sua situação social, em termos de modelos de contextos subjetivos, é que influencia o modo como eles falam, escrevem, leem, entendem” (p. 169).

No entanto, os participantes que se encontram em posições mais passivas, de recepção do discurso e não de produção, estão mais suscetíveis de terem suas interpretações orientadas por discursos hegemônicos, que agiriam sobre o modo como eles constroem seus modelos subjetivos de situação, ou seja, suas experiências sociais e comunicativas. Nesse sentido, percebe-se que o modelo da análise crítica preconizada por van Dijk, assim como para o conjunto da ACD, exige uma postura militante do analista do discurso no sentido de desvelar, desconstruir e denunciar os abusos do poder do discurso e o uso da força hegemônica para orientar ideologicamente as interpretações dos indivíduos. As memórias coletivas seriam, nesse caso, construídas pelas forças hegemônicas, através do poder discursivo, com o objetivo de dominação. Os lugares dessa hegemonia, do exercício – e do abuso – do poder pelo discurso não são diferentes dos postulados por Althusser no clássico artigo de 1971 – os aparelhos ideológicos do estado: a escola, a mídia, a igreja etc., mas o foco recai sobre a análise dos agentes sociais no exercício de suas atividades discursivas e nos seus eventuais abusos de poder de orientar ideologicamente as interpretações de sujeitos sob sua influência.

## **Charaudeau e os lugares de pré-compreensão do mundo da ação**

Para Charaudeau (2004 [2001]), o discurso está relacionado a um conjunto de saberes compartilhados construído por um dado grupo social. Os imaginários sociais mostram a maneira como as práticas são representadas em um dado contexto sociocultural, o que sugere uma relação complexa entre a atividade de produção de discurso e a memória. A proposta de Charaudeau para a discussão do problema é pragmática e sociocomunicativa, o que a diferencia de todas as outras tendências da análise do discurso, notadamente representacionais. Para o autor, existem no sujeito três memórias e cada uma delas revela a maneira como são constituídas as comunidades:

- *A memória dos discursos*, na qual são construídos os saberes de crença e de conhecimento sobre o mundo. Tais discursos circulam como representações sociodiscursivas em torno das quais se formam as identidades coletivas e fragmentam a sociedade em *comunidades discursivas*. Por exemplo, é a partir dessas representações sociodiscursivas que os sujeitos partilham os mesmos sistemas de valores e de posicionamentos, como opiniões políticas, culturais, ideológicas, etc.

Essa definição de memória é a que mais se aproxima das teorias do discurso precedentes, como a de Pêcheux, em que é dominante a noção de representação (ideológica) sobre todas as atividades do sujeito. Charaudeau, porém, não reduz as representações às ideologias (por isso prefere falar de representações sociodiscursivas). As ideologias são, para ele, um tipo de representação sociodiscursiva, o que o aproxima epistemologicamente da teoria dos imaginários sociais de Castoriadis (1975). Castoriadis, ao fazer a crítica do excesso de funcionalismo do marxismo, situa as ideologias de classe, e a própria luta de classes, como significações imaginárias sociais, ao lado de outras tantas significações imaginárias, e não como a única forma de explicação e de compreensão da sociedade. Tais significações não são produto de “determinações funcionais” ou “economicistas”, nem das necessidades preexistentes à própria sociedade e anteriores aos indivíduos. A própria ideia de determinações funcionais e de necessidades é uma instituição significativa – e imaginária – da sociedade. Tal explicação se contrapõe aos diversos conceitos de ideologia, desde Marx em diante, que implicam uma determinação social do saber e da significação. O conceito de imaginário destaca a dimensão da indeterminação última de toda significação a fim de deixar um espaço para a criatividade social radical. Por isso, a noção de imaginário social confere uma dinâmica ao processo de construção social, gerando uma tensão entre determinação e indeterminação sociocultural das significações e distanciando-se da noção mais dura de ideologia que se dedica mais propriamente aos processos de reprodução. Com efeito, apesar da expressão “processos de reprodução/ transformação” se repetir várias vezes em Pêcheux (1975), ele sempre explicou melhor os processos de reprodução do que os de transformação.

Juntamente com a memória dos discursos, Charaudeau também define outros dois lugares de memória, bem distintos do lugar das representações e mais propriamente praxeológicos e linguísticos.

- *A memória das situações de comunicação*, por meio de dispositivos que normatizam as trocas comunicativas através de um conjunto de

condições psicossociais de realização, fundando as expectativas praxeológicas e o reconhecimento dos comportamentos conformes e não conformes, constituindo, assim, as *comunidades comunicacionais*.

Nota-se que, aqui, Charaudeau propõe reservar um lugar social à parte na análise do discurso para o estudo das situações comunicativas, sugerindo, portanto, que o lugar social dos posicionamentos constitui o espaço para os estudos das representações no discurso, mas não o único lugar social. A análise do discurso deve também estudar as diferentes formas da interação social e discursiva, seus parâmetros, suas condições de funcionamento, suas implicações sobre as atitudes enunciativas e enuncivas, sobre a organização do dizer e da própria legitimidade e direito à palavra. Enfim, esse é o lugar dos dispositivos do discurso e da enunciação, em toda a sua complexidade. A análise do discurso anterior jamais propôs esse tipo de investigação, pois se dedicou exclusivamente ao estudo das representações ideológicas e sempre compreendeu e definiu o discurso como *representação*. A teoria semiolinguística é nesse sentido, inovadora ao propor a análise dos formatos de interação (dos dispositivos) como um dos objetos centrais da análise do discurso. A partir do modelo de Charaudeau, se justifica falar – na análise do discurso – de discurso midiático, discurso publicitário, discurso didático, discurso religioso, discurso político etc. Antes, como se sabe, a AD se ocupava prioritariamente do discurso político, como se fosse este espaço o lugar privilegiado das representações ideológicas. E nos parece justificado também propor este espaço como um lugar distinto de memória, pois se a memória dos discursos é um lugar de representações de sistemas de valor e de crença, e portanto, fundador de competência axiológica nos sujeitos, a memória das situações de comunicação se dedica a promover competência situacional e praxeológica.

- *A memória das formas dos signos (verbais, icônicos, gestuais)*, não necessariamente enquanto sistema linguístico, mas como *maneiras de dizer*, memória que permite aos sujeitos avaliarem a sua adequação situacional, assim como seu valor social (os socioletos). Essa memória fundaria, segundo Charaudeau, as *comunidades semiológicas*.

Vale ressaltar que não se trata, aqui, de fazer referência a uma gramática ou um sistema linguístico, mas do valor social e situacional dos signos. Aliás, na parte introdutória da sua *Grammaire du sens et de l'expression* (CHARAUDEAU, 1992), ele já trazia uma reflexão importante sobre o valor social do signo. O autor poderia vincular essa memória semiológica à competência situacional, ou seja, à memória das situações, incluindo nesta última as formas

de configuração semiológica apropriadas. No entanto, preferiu fazer dela um espaço próprio de memória, o que lhe permite, em seguida, desenvolver uma reflexão sobre tipologias de texto e formas de configuração. É inevitável, contudo, articular as duas memórias entre si, ainda que considerando que, com efeito, uma situação de comunicação, como a midiática, pode ser estudada em sua esfera mais específica, global e sistêmica, e de maneira mais própria, tipos de textos que circulam em seu interior e suas formas típicas, como editoriais, títulos, pequenas frases, reportagens, entrevistas etc. Aliás, em um sentido mais amplo, deve-se considerar a articulação entre as três memórias, pois cada uma delas inclui uma memória de representações, uma avaliação axiológica possível sobre dispositivos e formas semiológicas.

Seja como for, o que fica claro – e comum – nas proposições de Charau-deau sobre os diferentes tipos – e lugares – de memória, é que todas elas se destinam a formar “comunidades”, o que denota seu vínculo com a dimensão coletiva da memória que segue sendo o paradigma nos estudos do discurso.

### **A ética cidadã como memória coletiva e consciência pessoal**

Para concluir esta reflexão sobre memória, gostaria de retornar a um problema anterior que venho tratando como a ética cidadã na mídia. O que é a ética cidadã? O fato de existir um enquadre social tal como uma ética cidadã que deveria valer para toda uma comunidade sugere a existência de uma memória coletiva contendo um conjunto de representações específicas, tais como valores e boas atitudes cidadãs. A definição mais simples, e mais elegante (*simplexa*), é a seguinte: cidadania é a prática dos direitos e deveres de um indivíduo em um Estado democrático. Os direitos e deveres de um cidadão dependem, essencialmente, da relação do indivíduo com a alteridade e com o espaço público, com a *pólis*. A despeito de toda a história dessa expressão, desde sua aparição na Grécia antiga até os dias atuais, passando pela sua redefinição ideológica na Revolução francesa (*Liberdade, Igualdade, Fraternidade*), a memória coletiva carrega em si um modo de viver, de ser livre e de se submeter a uma ordem comunitária.

A existência, contudo, dessas representações organizadas como uma memória coletiva não garante que os indivíduos empíricos no mundo se comportem em conformidade com elas, nem que eles as reconheçam efetivamente nas situações sociais que vivenciam. A consciência pessoal da memória coletiva não é algo dado ou determinado. Ela precisa, antes, estar em contato com dispositivos e espaços capazes de promover a experiência pessoal e subjetiva com as representações de cidadania, seus enquadres sociais e sua materialidade (os ambientes e ferramentas sociocognitivas, naturais e

tecnológicos, de Paveau). A ética cidadã não é um imperativo da consciência humana, mas um ordenamento social e discursivo. O processo cognitivo depende da estruturação social (AUROUX, 1998) e nem sempre a sociedade garante uma estruturação capaz de promover o espírito de cidadania. Muitas vezes o que ela produz é a exclusão. Portanto, a ética cidadã é uma idealidade social, como, aliás, toda memória coletiva.

Como expressão da memória coletiva nela investida, e idealizada, a ética cidadã pode ser compreendida como um conjunto de representações de valores, alguns abstratos como a justiça (regra de justiça pública que exclui a *privata lex*), outros concretos como a liberdade, a solidariedade, a honestidade, a nação. Desse conjunto de valores a ética cidadã coloca um conjunto de atitudes conformes, tais como ser justo, honesto, solidário, defender a liberdade e a nação, exigir justiça para todos (a igualdade de todos perante a lei comum), e repudiar os privilégios (a *privata lex*). A plena cidadania individual é a consciência pessoal dessa ética coletiva e radical. Assim, podemos dizer que a ética cidadã é uma representação sociodiscursiva de cidadania que podemos observar em diferentes lugares de sua encarnação material: o comportamento efetivo de um indivíduo, uma organização urbana (presença de espaços de cidadania, como parques, bibliotecas de referência públicas, transportes públicos, espaços consagrados à saúde, à infância, aos idosos, aos portadores de necessidades especiais, escolas, espaços culturais, lixeiras de coleta de lixo etc.); formas de mídia e de informação, organizações políticas etc. A ética cidadã é, assim, mais uma significação imaginária social.

A mídia de referência circula uma ética cidadã como memória coletiva, convocando o seu leitorado a interpretar os fatos em conformidade com ela, ou seja, coletivamente. É o que eu chamei de *problematicidade ética* (EMEDIATO, 2010). No entanto, se a ética cidadã figurada como memória coletiva situa os leitores em posições de leitura conformes, os sujeitos interpretantes podem situar suas posições de leitura de maneira singular, ou seja, fora dos enquadres sociais e éticos da mídia e da figura de destinatário que busca interpelar a todos. Assim, é na figura do sujeito interpretante – livre para interpretar e se situar ou não na conformidade – que se situa a consciência pessoal, a liberdade e a autonomia do sujeito. O sujeito interpretante não precisa negar a memória coletiva que o interpela, mas ele pode situar-se criticamente diante dela. Para isso, é necessário por em prática o pensamento crítico, ou sistema lógico-crítico, capaz de resistir aos automatismos do sistema heurístico, entre elas, as ideologias e representações coletivas e homogêneas. Para Piaget, justamente, pensar é resistir aos seus automatismos. A inteligência humana consiste em aprender a resistir: ou seja, a inibir o sistema de automatismos para ativar o sistema lógico. A memória, portanto, que se impõe a nós como um *dever de*

*memória* (RICOEUR, 2000), exige também que diante dela o indivíduo se situe criticamente e reflexivo de modo a evitar a constante reprodução social.

Em um momento em que se alardeiam pesquisas em neurociências sobre implante artificial de memórias em ratos, percebemos o quanto é relevante pensarmos, sempre, na fabricação e na inculcação de memórias e na sua (in)determinação face ao pensamento crítico. Cientistas de física e química desenvolveram mecanismos para poder agir física e quimicamente sobre as memórias, abstraindo memórias “ruins” e implantando memórias “boas”, em ratos, por enquanto. A despeito do efeito chocante – e ético – que tais pesquisas podem suscitar em nós, o que devemos nos perguntar, de fato, não é se poderemos num futuro próximo implantar em humanos memórias artificiais (fala-se, atualmente, em 30 ou 40 anos para sua efetiva implantação em humanos), mas se o processo de fabricação, reprodução e inculcação de memórias já não é, como sempre foi, uma realidade entre nós. Até agora, claro, como um processo social.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Idéologie et appareils idéologiques d'État. (Notes pour une recherche). **La Pensée**, n. 151, juin 1970.

AUROUX, Sylvain. **La raison, le langage et les normes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

BARASH, Jeffrey Andrew. Qu'est-ce que la mémoire collective? Réflexions sur l'interprétation de la mémoire chez Paul Ricœur. **Revue de métaphysique et de morale**, n. 50, p. 185-195, 2006/2.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

CHABROL, Claude. «Identités» Sociales et discursives», **Questions de communication** [En ligne], 9 | 2006, mis en ligne le 6 juin 2006. Disponible en: <<http://questionsdecommunication.revues.org/7920>>. Accès le: 1 octobre 2016. DOI: 10.4000/questionsdecommunication.7920.

\_\_\_\_\_. **Le Tiers du discours en tant que meta-enonciateur autorisé dans l'espace d'interdiscursivité idéologique**. Paris: no prelo, 2001.

CHABROL, Claude; RADU, Miruna. **Psychologie de la communication et de la persuasion**. Théorie et applications. Paris: De Boeck, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Le discours politique**. Les masques du pouvoir. s/d.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I.; MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004 [2001].

COURTINE, J.-J. (Éd.). Analyse du discours politique. **Langages**, 62, 1981.

DURKHEIM, Émile. **Representações individuais e representações coletivas**. Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970 [1898].

EMEDIATO, Wander. Argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato (Org.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

\_\_\_\_\_. Contrato de leitura, figuras e parâmetros de leitor. In: MARI, H. et al. **Ensaio sobre leitura**. v. 2. Belo Horizonte: Puc-Minas, 2007.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1997 [1950].

\_\_\_\_\_. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994 [1925].

JACQUES, Francis. La mise en communauté de l' énonciation. In: PARRET, Herman (Org.). La mise en discours. **Langages**, Paris, Larousse, n. 70, p. 47-71, jun. 1983.

JACQUET-FRANCILLON, François. «Le discours de la mémoire», **Revue française de pédagogie** [En ligne], 165 | octobre-décembre 2008, mis en ligne le: 1 octobre 2012. Disponible en: <<http://rfp.revues.org/1024>>. Accès le: 1 février 2017. DOI: 10.4000/rfp.1024.

LAMIZET, Bernard. **La sémiotique de l'événement**: une sémiotique de l'espace et du temps, 2011. <halshs-00604452>.

\_\_\_\_\_. **Sémiotique de l'événement**. Paris: Hermes Science Publications, 2006.

MOIRAND, Sophie. **Discours, mémoires et contextes**: à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. Corela [En ligne]: HS-6, 2007.

\_\_\_\_\_. «Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse», dans **SEMEN**, n. 22, p. 45-60, 2006a.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos**: sentido, memória, cognição. Tradução Graciely Costa e Débora Massmann. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013 [2006].

RABATEL, Alain. **Homo narrans**. Tomos 1 et 2. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2008.

RABATEL, Alain. **Pour une lecture linguistique et critique des médias.** Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

RICCEUR, Paul. **Du texte à l'action.** Paris: Seuil, 1986.

\_\_\_\_\_. **La mémoire, l'histoire, l'oubli.** Paris : Éd. du Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. **O conflito das interpretações:** ensaios de hermenêutica. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

\_\_\_\_\_. **Temps et récit.** Paris: Seuil, 1983-1985.

STOETZEL Jean. **La psychologie sociale.** Paris: Flammarion, 1978.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto:** uma abordagem sociocognitiva. Tradução Rodolfo Ilari. SP: Contexto, 2012.

WIDMER, Jean. **Discours et cognition sociale.** Une approche sociologique. Paris: Editions des archives contemporains, 2010.

Versão final

# UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE O CARISMA EM NARRATIVAS DE VIDA

*Aline Torres Sousa Carvalho*

---

Como se sabe, uma das características da Análise do Discurso é o fato de ela ser uma disciplina aberta a metodologias e a referenciais teóricos de outras áreas e de possuir interesse por diferentes *corpora*, inseridos nas mais variadas esferas do conhecimento. Essa característica pode ser explicada pelo fato de o discurso ser constitutivo de todo e qualquer processo de construção de saber, seja do tipo científico, filosófico, político ou mesmo do senso comum.

Como parte da AD, a Teoria Semiolinguística traz uma grande colaboração no sentido de abranger cada vez mais novos campos do conhecimento, novos métodos de análise, novas temáticas, dentre as quais destacamos, neste capítulo, a narrativa de vida e o carisma.

A narrativa de vida é uma materialidade discursiva inserida na Análise do Discurso, sobretudo, pela pesquisadora Ida Lucia Machado (2009), em seus estudos junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da UFMG, e encontrou um campo fértil na disciplina. Muitos trabalhos têm sido realizados em torno de narrativas de vida de políticos, santos, pessoas públicas e até anônimas.

Por sua vez, o carisma é tratado por Charaudeau (2012) em seu texto *Um regard sémiologique: Charisme quando tu nous tiens. Les paradoxes du charisme en politique* (2012), sob a rubrica *Notes de campagne* (texto este transposto mais tarde em um livro).

A fim de elucidarmos os dois termos mencionados, analisaremos fragmentos das narrativas de vida intituladas *Vida de um homem Francisco de Assis*, da historiadora medievalista Chiara Frugoni (2011) e *As vidas de Chico Xavier*, do jornalista Marcel Souto Maior (2003).

## **Narrativa de vida: uma re(construção) discursiva do vivido**

*Narrar é preciso, viver não é preciso.* Essa parece ser uma máxima da sociedade atual, na qual os sujeitos contam, fotografam, publicam suas vidas, ou episódios delas em demasia. De livros impressos às redes sociais, são cada vez mais variados os suportes nos quais as narrativas de vida são encontradas.

Primeiramente, algumas palavras acerca do sintagma. *Narrativa de vida* é um termo que, ao lado de *escritas de si*, *narrativas de si*, *autobiografia*, corresponde a um texto no qual alguém conta sua vida. E, ao lado de *biografia*, relaciona-se ao texto no qual um sujeito conta a vida de um terceiro. Assim, consideramos como narrativa de vida “todo processo discursivo assumido por um sujeito que tenha como objetivo contar a vida de um ser que existe ou existiu, seja ele próprio ou outro” (CARVALHO, 2016, p. 27).

Nossa preferência pelo termo *Narrativa de vida* aos demais é explicada pelo fato de nele estar explícito o interesse do analista do discurso: a narrativa, ou o fazer narrativo. Assim, uma narrativa de vida interessa à AD mais como um processo que como um produto (CARVALHO, 2016), ou seja, interessam suas estratégias, suas artimanhas que, no discurso, configuram a história contada.

Para Machado (2014), o analista do discurso frente à narrativa de vida preocupa-se com:

a prática narrativa com tudo o que ela implica: o fato de contar algo enquanto representação do mundo, do outro, das interações desse sujeito com o mundo e a relação que ele mantém com sua narrativa (MACHADO, 2014, p. 132).

Nesse sentido, a narrativa de vida, cujo contrato comunicacional propõe, a princípio, o relato de uma vida tal como ela é/foi, se constitui não como a própria vida, mas como a *vida contada*, de um *sujeito-que-(se)conta*, com determinados objetivos e em determinada situação social. Essa *vida contada* possui as nuances que o autor-narrador lhe confere, ainda que de modo inconsciente.

Assim, em vez de uma vida em sua totalidade, a narrativa de vida, enquanto um discurso e, portanto, socialmente localizada, apresenta uma versão possível da vida, elencada a partir de lembranças, memórias, documentos, fotos, depoimentos que, no momento da escrita, ficam a crivo de reflexões, análises e julgamentos sociais, culturais e ideológicos do autor-narrador.

## Os três elementos do carisma: a transcendência, a atração e o corpo

Conforme Charaudeau (2012), o carisma (do grego *Kharis*, *Kharisma*, dom, favor, graça divina) é um termo cuja origem se encontra na teologia católica, mais precisamente com Paulo<sup>30</sup>, e que passou a ser utilizado também na sociologia política, com o sentido de “autoridade, fascinação irresistível que um homem exerce sobre um grupo humano” (CHARAUDEAU, 2012, p. 2).

Em seu texto *Um regard sémiologique: Charisme quando tu nous tiens. Les paradoxes du charisme en politique* (2012), sob a rubrica *Notes de campagne*

(texto este transposto mais tarde em um livro), Charaudeau (2012) propõe três condições para que ocorra o carisma: a transcendência, a atração e a existência de alguém que as corporifique, de um corpo. Em suas próprias palavras:

Percebem-se dois conceitos essenciais que caracterizam o carisma: a transcendência e a atração. Mas há a necessidade de uma dimensão, a que faz a ponte entre a transcendência e a atração, a saber, a presença de uma pessoa, em outras palavras, um corpo. Essas são as três condições para a existência do carisma<sup>31</sup> (CHARAUDEAU, 2012, p. 2).

Nessa linha de pensamento, a transcendência corresponde ao misticismo, ao que é mágico, inexplicável, a algo localizado em um além, que pode ou não pertencer à esfera do divino. Essa transcendência, inicialmente era atribuída aos profetas, que transmitiam mensagens apocalípticas ou de epifania, de forma que “[...] podemos dizer que há qualquer coisa de sagrado que impregna o carisma<sup>32</sup>” (CHARAUDEAU, 2012, p. 2).

Ao longo do tempo, a noção de transcendência expandiu-se da esfera do divino para o mundo laico, como aponta Charaudeau (2012) quando escreve:

Mas essa transcendência é secularizada no decorrer da história, o “além” pode ser um lugar de onde surge uma energia particular, fora do comum dos mortais, que não é nem definível nem atingível, sempre escondida, mas onipresente<sup>33</sup> (CHARAUDEAU, 2012, p. 2).

A transcendência, que, para o autor, pode estar relacionada às forças do bem ou às do mal, é algo que não podemos ver ou tocar, nem mesmo definir precisamente, mas cuja existência se faz perceber.

Podemos pensar, então, que a transcendência, relacionada ao místico, ao inexprimível, seja um elemento um tanto “abstrato” para atingir o ser humano. E, talvez, seja nesse sentido que Charaudeau (2012) afirme que, para que haja o carisma, a transcendência deva ser corporificada. Ou seja, ela precisa existir em uma pessoa, em um corpo humano, que estabelece a ligação entre o poder transcendental e os homens. Temos, então, o segundo elemento apontado pelo autor: o corpo.

31 Tradução nossa de: “On voit là deux des notions essentielles qui caractérisent le charisme: celle de transcendance, celle d’attraction. Mais il y manque une dimension, celle qui fait pont entre la transcendance et l’attraction, à savoir la présence d’une personne, autrement dit: un corps. Ce sont les trois conditions pour qu’existe du charisme”.

32 Tradução nossa de: “on peut dire qu’il y a quelque chose de sacré qui impregne le charisme”.

33 Tradução nossa de: “Mais cette transcendance s’est sécularisée au cours de l’histoire, l’“au-delà” pouvant être un lieu d’où sourd une puissance particulière, hors du commun des mortels, qui n’est ni définissable, ni atteignable, toujours cachée mais onniprésente”.

Conforme Charaudeau (2012):

[...] o carisma vem ao corpo por um processo de *encarnação* de uma energia, de uma densidade, de uma inspiração que lhe habita de onde irradia qualquer coisa indefinível que atrai, que hipnotiza. O carisma é “presença”<sup>34</sup> (CHARAUDEAU, 2012, p. 3).

Nesse ponto, chegamos ao terceiro elemento do carisma, a atração. O carismático é alguém que, por possuir uma energia ou uma força própria, atrai as pessoas ao seu redor, representando para elas um objeto de identificação que é, ao mesmo tempo, um ideal inatingível; alguém que pode ser como um “espelho mediador do além” (CHARAUDEAU, 2012, p. 3). Para o autor:

É necessário que a pessoa carismática se apresente como um espelho-mediador desse além, de modo que o público seja atraído em um movimento de identificação, mas ao mesmo tempo haja, por trás desse espelho, um ideal (uma pureza, um absoluto, um mal) inatingível. É um tipo de desejo “inessencial” que faria o público se mover a ele, desejo de um objeto que se esvaz, fluido, e se recompõe mais longe quando se acredita ter apreendido.<sup>35</sup>

Assim, a pessoa dotada de carisma tem forte presença diante das outras, chamando-as à atenção, como se houvesse uma hipnose. Em outras palavras, o carismático parece encantar o outro a tal ponto que este não consiga pensar ou agir segundo a razão; como se aquele que o olha estivesse de algum modo à sua mercê.

Para uma melhor visualização da concepção de Charaudeau (2012) sobre o carisma, propomos o esquema seguinte:

#### O carisma na concepção de Charaudeau (2012)



Fonte: a própria autora.

34 Tradução nossa de: “Le charisme vient du corps par un processus d’*incarnation* d’une énergie, d’une densité, d’une inspiration qui l’habite d’où rayonne quelque chose d’indefinissable qui attire, qui hypnotise.”

35 Tradução nossa de: “Il faut que la personne charismatique se présente comme un miroir-médiateur de cet au-delà, de sorte que le public soit attiré dans un mouvement d’identification, mais en même temps mesure que derrière le miroir il y a un idéal (une pureté, un absolu, un mal) inatteignable. C’est une sorte de désir “inessentiel” qui ferait se mouvoir le public à son insu, désir d’un objet qui s’efface, fuit, et se recompose plus loin quand on croit l’avoir saisi”.

Nesse sentido, o sujeito carismático (uma pessoa, um corpo) é alvo tanto de um elemento místico, quanto de um sujeito que o observa e que por ele é atraído. Essa relação, explicitada no esquema, pode ser exemplificada pela seguinte passagem da narrativa de São Francisco de Assis:

A visão do pobre corpo esquelético de um homem que todos reconheciam como santo causou uma forte comoção e teve efeito imediato, despertando entre os espectadores a disposição ao arrependimento e a uma vida melhor (FRUGONI, 2011, p. 47).

Esse fragmento corresponde a um episódio no qual Francisco de Assis pediu a um amigo que o amarrasse em uma corda e o levasse pela cidade, nu, como se fosse um ladrão, pois, estando muito doente, havia comido um pedaço de frango na quaresma. Consideramos que haja, aqui, os três elementos do carisma: a transcendência (“todos reconheciam como santo”) e a atração (“causou uma forte comoção”) no “corpo esquelético” de Francisco. O protagonista parece ter sido considerado um “espelho mediador”, à medida que foi apresentado como elemento de identificação e, ao mesmo tempo, como ideal inatingível (“despertando entre os espectadores a disposição ao arrependimento e a uma vida melhor”).

Podemos observar que, nesse excerto, o carisma não é representado a partir de uma imagem positiva, agradável, alegre, como imagináramos, a princípio, que deveria ser, mas é incorporado em alguém que sofre. Segundo Charaudeau (2014):

O sofrimento pode ser considerado um tipo de carisma, já que o ser humano é tão pequeno diante do amor divino, que sofre por não poder retribuí-lo. Temos carismáticos que são santos, místicos, que se fizeram conhecer, como Santa Tereza. O carisma do homem político comumente é atrelado ao sofrimento, formando uma imagem de quem, mesmo sofrendo, faz seu papel na política (CHARAUDEAU, 2014<sup>36</sup>).

Se, no excerto observado, notamos o carisma ligado ao sofrimento, observamos que a imagem carismática se encontra na narrativa de vida de São Francisco de Assis em diversos momentos, segundo diferentes formas, conforme veremos a seguir.

36 Notas de uma conversa pessoal sobre o tema com Patrick Charaudeau durante o I CIED – Congresso Internacional de Estudos do Discurso, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), em 2014.

## O carisma nas pregações de São Francisco de Assis

As pregações de Francisco de Assis podem ser destacadas como uma das formas mais recorrentes da representação do carisma do personagem na narrativa de vida escrita por Frugoni (2011). O discurso da autora relata diversos momentos em que Francisco, com suas palavras, com sua oratória e, sobretudo, com sua presença, atraía pessoas. Um desses episódios é representado no excerto seguinte:

Francisco tinha sucesso por causa de sua maneira especial de falar à multidão: pregava em vernáculo simples e espontâneo, usava gestos, mímica, cantos e melodias; era como assistir a um espetáculo (FRUGONI, 2011, p. 47).

A atração que Francisco de Assis exercia sobre as pessoas pode ser percebida, no trecho acima, à medida que Frugoni (2011) afirma que ele “tinha sucesso” diante da “multidão” e que o povo, diante de suas palavras, parecia “assistir a um espetáculo”, ou seja, ficava encantado, fascinado. Ainda conforme o excerto transcrito, as pregações de São Francisco eram marcadas pela simplicidade, pela gestualidade e pela música, elementos que, a nosso ver, contribuem para a constituição de uma imagem de atração, de carisma.

Ainda nesse mesmo sentido, destacamos a passagem a seguir, na qual Frugoni (2011) se vale do discurso de Tomás de Spalato (1222), quando ele mostra a reação das pessoas da cidade, enfatizando os homens letrados, diante das palavras de São Francisco:

O arqui-diácono e cronista Tomás de Spalato lembra uma memorável homilia de Francisco sobre o tema “Anjos, homens e demônios”, proferida em 1222 em Bolonha diante do Palácio Público, onde parecia estar reunida toda a cidade. O autor registra o espanto e a admiração de homens letrados, isto é, doutos que dominavam o latim, perante o sermão de um inculto, porém capaz de se comunicar de forma inédita e cativante (FRUGONI, 2011, p. 47-8).

Inferimos, nesse fragmento, a construção de uma imagem de carisma para o personagem pela maneira com a qual a homilia de Francisco é qualificada, como “memorável”, ou seja, inesquecível; pela descrição da reação dos “homens letrados”, com “espanto” e “admiração” e pela descrição da pregação de Francisco como de “forma inédita e cativante”, em outras palavras, como algo que cativa, que prende, que atrai o público.

Seguido ao fragmento acima descrito, Frugoni (2011) atribui um comentário ao discurso de Tomás de Spalato, corroborando a imagem de carisma atribuída a Francisco de Assis, ao afirmar que:

Francisco sabia prender a atenção do público, às vezes com surpreendente desenvoltura, interpretando, por exemplo, em sentido cristão, os pensamentos do apaixonado impaciente em se unir à sua amada (FRUGONI, 2011, p. 47-8).

Ainda no excerto a seguir, notamos o destaque que Frugoni (2011) confere à capacidade de Francisco de Assis ao falar à multidão:

Chegando ao castelo, São Francisco entra e vai até a praça, onde estava reunida toda a multidão desses senhores, e com o espírito fervoroso subiu numa mureta e começou a pregar, apresentando como tema de sua pregação as seguintes palavras em vernáculos: “Tamanho é o bem que espero, que toda pena me é alegria”. E, por inspiração do Espírito Santo, pregou tão devota e profundamente sobre o tema, demonstrando-o com diversas penas e martírios dos santos apóstolos e dos santos mártires, com as duras penitências dos santos confessores, e com muitos tormentos e tentações das santas virgens e dos outros santos, que todas as pessoas ficaram com a mente e os olhos presos em sua direção, como se fosse um anjo de Deus a falar (FRUGONI, 2011, p. 48-9).

Até o momento, observamos que a constituição de uma imagem de carisma para São Francisco de Assis é realizada, sobretudo, pelo destaque à sua oratória, ao seu dom de falar ao público. No entanto, essa imagem ultrapassa a qualidade de bom orador do personagem e abrange uma dimensão mais ampla, que é relacionada à sua capacidade de converter as pessoas. No fragmento seguinte, no qual a autora destaca que Francisco “consegue converter ladrões”, podemos inferir que ele exerce o papel de *espelho-mediador* diante daqueles que o ouviam, uma vez que a conversão pode ser compreendida como decorrente de um processo de identificação/projeção. Os excertos a seguir demonstram essa característica de Francisco, segundo a visão de Frugoni (2011):

Com uma risonha e afetuosa compreensão da psicologia humana, ele consegue converter ladrões que, às vezes, “impelidos por grandes necessidades, vinham pedir um pouco de pão” (FRUGONI, 2011, p. 74).

[...] os irmãos, que se revelavam homens excepcionais, cada qual à sua maneira, estão ligados por grande afeto e caridade, sobretudo devido ao entusiasmo com a nova vida e pela fé em Francisco (FRUGONI, 2011, p. 83).

Nos dois fragmentos acima, inferimos a presença da transcendência, pois, além de ser capaz de converter as pessoas, São Francisco possuía seguidores que, conforme a autora, tinham “fé” nele. Tais características, que configuram o carisma de Francisco de Assis, parecem remeter à construção de uma

imagem de “santidade” para o homem Francisco de Assis – ainda que o título do livro *Vida de um homem: Francisco de Assis*, parece ter como objetivo narrar a vida de um ser humano comum.

Em suma, observamos que, na narrativa de Frugoni (2011), o carisma de São Francisco de Assis manifesta-se principalmente em suas pregações, estando vinculado, portanto, à sua oratória e ao seu poder de levar as pessoas a um novo modo de vida, de convertê-las. De tal modo, a imagem de “santidade”, no discurso de Frugoni (2011), segundo nosso ponto de vista, é perpassada pela imagem da transcendência que se incorpora em alguém e que se faz atrair, logo, ao carisma.

## O carisma na popularidade de Chico Xavier

Assim como na narrativa de Frugoni (2011) podemos observar uma imagem de carisma para São Francisco de Assis, destacada essencialmente por suas pregações capazes de atrair e converter o público, em *As vidas de Chico Xavier* (2003) podemos identificar o carisma do personagem, marcado, também, por sua capacidade de atrair e cativar multidões, tanto pessoalmente, quanto pela mídia.

A primeira dessas formas, a que nos pareceu mais recorrente e enfática, ocorre pelas constantes narrativas de episódios que marcam a popularidade e a fama de Chico Xavier, as quais são representadas em fragmentos que remetem a diversos momentos de sua vida, desde seu velório e sepultamento, no início do livro, até a narrativa de seu crescente reconhecimento, ocorrido diante da população.

Nesse sentido, destacamos o excerto abaixo, que relata a multidão que compareceu ao velório de Chico Xavier, conforme Maior (2003):

Uma fila de admiradores logo dobrou o quarteirão e se prolongou dia e noite, por dois dias. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros foram mobilizados e, de todo canto do país, chegaram os devotos de Chico Xavier. Mães e pais que perderam filhos e foram consolados por ele; pobres que teriam morrido de fome ou de frio sem a ajuda dos mutirões que ele promovia; espíritas e não-espíritas de todo país, que aprenderam a ter fé com a ajuda de Chico.

As 48 horas de velório foram suficientes para que as caravanas de ônibus chegassem em paz. A Polícia Militar fez as contas: 2.500 pessoas por hora, em média, se despediram de Chico no Grupo Espírita da Prece. Ao todo, 120 mil pessoas. A fila para ver o corpo atingiu quatro quilômetros e chegou a exigir uma espera de aproximadamente três horas.

Coroas de flores foram enviadas de todo o país por políticos, artistas, admiradores anônimos, enquanto o prefeito decretava feriado na cidade,

o Governador anunciava luto oficial por três dias, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso divulgava uma mensagem sobre a importância do líder espírita para o país e para os pobres (MAIOR, 2003, p. 13).

Analisando o fragmento supracitado, localizado logo no início da obra de Maior (2003), inferimos que a imagem do carisma de Francisco Xavier ultrapassa os limites de sua vida, abrangendo, também, sua morte e o velório de seu corpo.

Conforme já apresentado, o corpo é um dos elementos do carisma (CHARAUDEAU, 2012) e é, também, uma figura que participa da constituição de uma imagem de “santidade” para o personagem. Nesse sentido, enquanto na narrativa vida de São Francisco de Assis escrita por Frugoni (2011), o corpo foi representado, em determinado momento, como “esquálido”, na narrativa de vida de Chico Xavier é o corpo sem vida que é apresentado ao leitor, logo no início do texto.

Na obra de Maior (2003), o corpo morto de Chico Xavier configura-se, a nosso ver, como um corpo ligado à transcendência, um corpo místico, dotado de “forças do além”. E, assim sendo, um corpo que atrai e fascina a pessoas vindas “de todo canto do país”, “pobres”, “mães e pais” que foram consolados por Chico Xavier, pessoas “espíritas e não espíritas”, uma multidão de “120 mil pessoas”.

Ainda no mesmo fragmento, inferimos que, assim como ocorre no discurso de Frugoni (2011) sobre São Francisco de Assis, há, conforme a narrativa de Maior (2003), a representação de Francisco Xavier como alguém que possuía “devotos”. Segundo o autor, muitas pessoas “aprenderam a ter fé com a ajuda de Chico”, o que nos permite considerar que Chico Xavier também tinha a capacidade de converter as pessoas. Tal característica reverbera a hipótese de que são construídas imagens de transcendência e, por conseguinte, de atração e carisma para o médium espírita.

Essa atração, representada principalmente pela ênfase no grande número de pessoas que participaram do velório e do sepultamento de Chico Xavier, pode ser observada, também, no fragmento abaixo, que destaca que “30 mil pessoas acompanharam o cortejo a pé”.

Na terça-feira – 48 horas depois da morte, um carro do Corpo de Bombeiros estacionou em frente ao Grupo Espírita da Prece para transportar o corpo de Chico até o cemitério.

Mais de 30 mil pessoas acompanharam o cortejo a pé. O trânsito parou e um clima de comoção tomou conta da multidão (MAIOR, 2003, p. 14).

Além de enfatizar a presença da multidão que participou do sepultamento de Francisco Xavier, Maior (2003) também relata a homenagem que o médium

espírita, ou melhor, que seu corpo recebeu na porta do cemitério: “uma chuva de pétalas de 3 mil rosas lançadas de um helicóptero”, conforme o excerto a seguir:

Na porta do cemitério, o caixão foi recebido com uma chuva de pétalas de 3 mil rosas lançadas de um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal, ao som de músicas como Nossa Senhora, o canto de fé de Roberto Carlos, e Pra não dizer que não falei das Flores, canção protesto de Geraldo Vandré (MAIOR, 2003, p. 14).

A nosso ver, essa homenagem também pode, de certo modo, ser interpretada como o reconhecimento do carisma de Francisco Xavier, que parecia possuir uma espécie de energia que cativava o povo ao longo de sua vida e, quiçá, após sua morte, haja vista, por exemplo, o fato de que seu túmulo recebe peregrinações até os dias atuais (MAIOR, 2003)<sup>37</sup>. Destaquemos também que músicas que louvavam à Maria, mãe de Jesus, foram tocadas, parecendo haver um enlaçamento entre a religião católica e a espírita. O carisma de Chico Xavier era tanto que ultrapassava convenções ou fronteiras religiosas.

Dando sequência à nossa análise, ainda no primeiro capítulo do livro, podemos perceber a constituição de uma imagem de carisma de Chico Xavier ligada à sua popularização, a uma condição de ídolo, o que pode ser inferido no fragmento:

Verdade irrefutável mesmo é que Chico, menino pobre e mulato do interior de Minas, filho de pais analfabetos, se transformou em mito, venerado, idolatrado, atacado, perseguido – um ídolo popular (MAIOR, 2003, p. 15).

Nesse trecho, percebemos a representação de Francisco Xavier como alguém que saiu de uma vida humilde e de uma condição de anonimato e passou a ter a condição de um “mito”, “venerado”, “idolatrado”, “um ídolo popular”.

Sobre essa nova condição de Chico Xavier, Maior (2003) ainda escreve:

Em fevereiro do ano 2000, Chico foi eleito o Mineiro do Século em votação que mobilizou a população de todo o estado de Minas Gerais e o consagrou, mais uma vez, como fenômeno popular. Couberam a ele exatos 704.30 votos – o suficiente para derrotar concorrentes poderosos como Santos Dumont (segundo colocado), Pelé, Betinho, Carlos Drummond de Andrade e Juscelino Kubitschek (o sexto colocado) (MAIOR, 2003, p. 20).

Os fragmentos analisados nesse tópico até o momento encontram-se todos no primeiro capítulo, parte do livro em que o autor apresenta o

37 Ver comentários e foto do túmulo de Francisco Xavier na página 103 deste trabalho.

personagem, narra sua morte e seu sepultamento. A partir de agora, observaremos como, ao longo da narrativa organizada em *flashback*, o autor representa o processo de popularização e de gradativo reconhecimento de Francisco Xavier como figura pública.

Assim sendo, apresentamos o trecho a seguir, ocorrido quando Chico Xavier ainda era jovem. Levado a um bordel por uns amigos a pedido do pai, que gostaria que o filho deixasse de ser virgem, o médium espírita foi reconhecido e respeitado pelas mulheres. O episódio é transcrito a seguir:

Meses depois, um amigo de seu pai o convidou para dar um passeio à noite e o levou ao bordel. [...] A entrar no salão, ele foi reconhecido.  
– Vejam quem está aqui [...] Vamos fazer uma prece juntos.  
As mulheres não estavam brincando. De repente, o bordel virou um centro espírita improvisado. Preces, passes, “uma grande alegria cristã”, segundo Chico (MAIOR, 2003, p. 40-1).

Esse fragmento sugere, de certo modo, uma espécie de manifestação da transcendência atrelada a Francisco Xavier, uma vez que são as prostitutas que lhe pedem para fazerem uma “prece juntos”, o que transforma completamente o lugar que, em vez de centro de prazer, se converte em local de prece. Nesse local considerado por muitos como profano, ou dedicado aos prazeres da carne, onde sexo e bebida se aliam, instaura-se, como por milagre, o sagrado.

Para além da esfera da transcendência, em outros momentos da narrativa, observamos a construção de uma imagem de Francisco Xavier como uma figura que atrai, como uma figura conhecida, famosa, tal como ocorre no título de um dos capítulos do livro: “A nova atração de Uberaba” (MAIOR, 2003, p. 149). E, também, no excerto a seguir, no qual se destacam as visitas de pessoas de outros estados que Chico Xavier recebia e que ficavam comovidas diante dele: “A maioria dos visitantes saía do Rio de Janeiro e de São Paulo atraída pelo porta-voz dos poetas mortos e voltava para casa impressionada com as consultas médicas do Dr. Bezerra” (MAIOR, 2003, p. 63).

Nesse mesmo sentido, o reconhecimento do líder espírita mineiro também é mostrado por Maior (2003) em outros momentos de seu texto, como nos seguintes: “Em meio à polêmica, o rapaz de Pedro Leopoldo ficava famoso e virava atração principal de sessões espíritas de outras cidades” (MAIOR, 2003, p. 67); “Em 1962, Chico Xavier já mobilizava milhões de espíritas e católicos no Brasil” (MAIOR, 2003, p. 168).

Maior (2003) relata, ao longo da narrativa, como Francisco Xavier torna-se uma pessoa famosa, uma celebridade, condição que pode estar relacionada ao carisma. Para John Potts (2009), o carisma não é uma

característica essencial para a criação de uma celebridade, mas é um elemento a mais, que pode ser “aplicado somente para aqueles raros indivíduos que parecem transcender a celebridade normal” (POTTS, 2009, p. 180 apud BAPTISTA, 2014, p. 3).

De tal modo, acreditamos que na narrativa de Maior (2003) faz-se perceber uma imagem de Chico Xavier como um desses indivíduos que transcendem a esfera do sujeito comum e, também, das celebridades comuns. Parece tratar-se de um homem célebre, cuja presença pode ser considerada transcendental, como já vimos em excertos anteriores, e como ainda podemos observar no trecho abaixo: “Mães levavam os filhos para ele tocar, outras se limitavam a chorar em silêncio, alguns desmaiavam. As cenas de idolatria se seguiam madrugadas adentro” (MAIOR, 2003, p. 169).

Esse fragmento remete à imagem de Chico Xavier como um tipo de “salvador”, cuja presença causava emoção, comoção: “alguns desmaiavam”. Um “salvador” venerado, idolatrado e cujo toque parecia ter o poder de curar, conforme algumas mães acreditavam. Nesse sentido, ainda destacamos o trecho a seguir:

Uma senhora chega diante de Chico, começa a tremer, empalidece, desmaia. Quinze minutos depois volta, coloca o rosto de Chico em suas mãos, chora como criança e se afasta, ainda aos prantos, sem dizer uma palavra. Homens e mulheres beijam suas mãos, ele beija de volta. Seus bolsos ficam cheios de cartas (MAIOR, 2003, p. 208-209).

No episódio narrado, notamos a imagem de Chico Xavier como alguém extremamente místico, cuja presença parece traduzir as “forças do além”, como um carismático, como um santo a quem recorriam os “desesperados” e entristecidos. Maior (2003) ainda relata que Chico “Não podia andar pelas ruas sem ser interrompido por admiradores e por desesperados em geral. Muitos agarravam suas mãos, imploravam conselhos, choravam” (MAIOR, 2003, p. 221). Em outro momento da narrativa, notamos o relato da mesma reação das pessoas diante de Francisco Xavier, quando, já com certa idade, o médium saía de uma sessão espírita.

Algumas mulheres mandaram beijos para ele, outras avançaram sobre seu corpo arqueado em busca de autógrafos. Sem êxito. Ele precisava ir embora. Os dez metros até o portão pareciam quilômetros. Para alcançar a rua e chegar ao carro, atravessou mais uma vez o beco dos aflitos, um corredor estreito entre uma das paredes da casa e o muro do vizinho. A multidão se aglomerou ali para tocar no santo, para enfiar bilhetes em seus bolsos, para gritar:

- Chico, olha para mim.  
Ele olhava.
  - Chico, você é maravilhoso.  
Ele acenava.
  - Chico, você é lindo.  
Ele sorria.
- (MAIOR, 2003, p. 263-4).

Inferimos, nesse excerto, a criação de uma imagem de objeto de identificação para Francisco Xavier, de um ser venerado, adorado pela “multidão”, de um “santo” no qual as pessoas gostariam de “tocar”, conforme o próprio autor descreve. E, mais que isso: alguém capaz de provocar certa histeria coletiva, aqui representada por mulheres que dizem que ele é bonito e lhe enviam beijos... De certa maneira, Chico Xavier tornou-se, aos olhos de muitos, uma “estrela” como as “estrelas” de cinema. Uma vedete. Um ser a ser adorado. É claro que, para isso, houve a contribuição (positiva ou negativa?) das mídias que o (per)seguiam.

Assim, a presença de Francisco Xavier, segundo a narrativa de Maior (2003), fez-se visível, ainda, nas casas dos brasileiros, por meio da televisão, um dos principais veículos de produção e divulgação de imagens de celebridades. Ao relatar a participação de Francisco Xavier no programa de entrevistas *Pinga-Fogo*, da extinta *TV Tupi*, em 1975, Maior (2003) enfatiza a audiência do programa, conforme o fragmento seguinte:

[...] 75% dos televisores paulistas ficaram ligados no *Pinga-Fogo* até o fim, às 3h da manhã. Pobres, milionários, céticos, políticos, psiquiatras dormiram de madrugada naquela terça-feira para acompanhar as opiniões extravagantes de Chico Xavier sobre reencarnação, sexo, catolicismo, fornos crematórios e bebês de profeta. Nada menos que 200 telespectadores telefonaram ao longo das quase três horas de entrevista (MAIOR, 2003, p. 191).

No texto supracitado, a descrição proposta pelo autor corrobora para construção de uma imagem de celebridade para o médium espírita tanto pela quantificação, “75% dos televisores paulistas”; “200 telespectadores”, quanto pela qualificação do público que, segundo Maior (2003) assistiu à entrevista, “pobres”, “milionários”, “céticos”, “políticos”, “psiquiatras”.

De tal modo, conforme esse fragmento, Chico Xavier é representado como alguém que atraía às atenções, que era alvo de interesse de um público grande e heterogêneo. Corroborando o que dissemos acima sobre a “vedetização” de Chico Xavier, lançamos mão de comentários do autor: “De repente, ele se transformou em um ídolo de massa, um *showman*, um *pop star*” (MAIOR, 2003, p. 199) e “Chico já era um fenômeno” (MAIOR, 2003, p. 207).

Ainda em relação à participação de Francisco Xavier no *Pinga-Fogo*, Maior (2003) afirma: “O censo daquele ano revelou a presença de 1,5 milhão de espíritas no país – ou seja, desde o primeiro *Pinga-Fogo* o número de kardecistas confessos tinha triplicado” (MAIOR, 2003, p. 226). Essa citação vai ao encontro de nossa hipótese da representação de Francisco Xavier como alguém dotado de grande carisma, capaz de “converter” as pessoas à doutrina espírita e, de modo mais amplo, à fé.

Se, por um lado, a história de Francisco Xavier relata sua inserção na televisão brasileira, por outro, mostra sua importância no cenário cultural, quando afirma que ele “Já tinha virado verbete até mesmo da *Enciclopédia Delta Larousse*” (MAIOR, 2003, p. 201). E quando narra sua forte presença no meio editorial, conforme observamos nos trechos abaixo:

Na *Bienal do Livro* daquele ano, a fila até Chico Xavier, no estande da *Livraria Modelo*, assumiu proporções desconhecidas. Quase 1500 pessoas se esforçaram para chegar a ele. Distribuiu autógrafos das duas horas da tarde até às sete da manhã seguinte (MAIOR, 2003, p. 206).

Em 1973, Chico foi atração em outra tarde-noite-madrugada de autógrafos. Nos dias 3 e 4 de agosto, no Clube Atlético Ipiranga, em São Paulo, ele deixou sua assinatura em nada menos que 2.243 livros após dezoito horas de maratona (MAIOR, 2003, p. 206).

Em 1973, Chico era um best-seller recorde no Brasil. Tinha escrito 116 livros e vendido mais de 4 milhões de exemplares (MAIOR, 2003, p. 208).

A fama de Chico Xavier, segundo a narrativa de vida analisada, ultrapassa o contexto nacional. Maior (2003) narra que o líder espírita viajou por outros países, levando a doutrina e publicando livros, de modo a ser reconhecido e respeitado em âmbito internacional. Destacando a primeira dessas viagens, que fora para os Estados Unidos, o autor afirma: “A viagem renderia. Livros como *Agenda Cristã e Nosso Lar* seriam vendidos para o inglês, japonês e tcheco” (MAIOR, 2003, p. 179).

Desse modo, observamos que Chico Xavier é representado, ao longo da obra de Maior (2003) como uma figura popular, cuja vida é, gradativamente, marcada pela fama e, de certa forma, pela idolatria. Essa popularidade teve início nas sessões espíritas presididas por Francisco Xavier, em sua cidade natal, as quais atraíram a um público cada vez maior, e foi, aos poucos, ganhando visibilidade midiática e ultrapassando os limites territoriais, culturais e, mesmo, religiosos.

## Considerações

Sob o olhar da Análise do Discurso, a narrativa de vida configura-se como um *processo discursivo* cujas estratégias e procedimentos são os elementos a serem investigados. Em outras palavras, interessa ao analista do discurso não os próprios dados e a veracidade (ou não) dos mesmos, mas a organização destes, os *efeitos* do discurso identificados, as artimanhas do autor na tessitura do texto.

Vimos, neste capítulo, que a noção de carisma proposta por Charaudeau (2012) pode ser encontrada na representação discursiva dos personagens São Francisco de Assis e Francisco Xavier, nas respectivas narrativas de vida, escritas por Frugoni (2011) e Maior (2003). Notamos que, em tais narrativas, cada um desses personagens possui suas peculiaridades, as quais nos permitem pensar neles como seres – ou corpos – marcados pela transcendência e pela atração.

Nesse sentido, conforme explicitamos anteriormente, o discurso de Frugoni (2011) enfatiza o dom da oratória e a forte presença de São Francisco de Assis em suas pregações, enquanto o relato de Maior (2003) destaca a popularidade e a fama de Francisco Xavier, também marcadas pela representação do médium espírita como um ser de presença forte.

Notamos, de tal modo, que os dois personagens são representados pelos autores como seres capazes de atrair e de encantar, de serem tomados como objetos de identificação pelo público, de converterem pessoas à fé. A uma fé que pode estar relacionada ao Catolicismo ou ao Espiritismo, mas que, acima de tudo, relaciona-se ao universo Cristão.

## REFERÊNCIAS

- BERTAUX, D. **Les récits de vie**. Collection 128. Paris: Nathan, 1997.
- CARVALHO, A. T. S. **O discurso da “santidade” em narrativas de vida de São Francisco de Assis e de Francisco Cândido Xavier**. 2016. 221p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- \_\_\_\_\_. Relações teórico-metodológicas entre a AD e a Narrativa de Vida. In: MACHADO, I. L.; MELO, M. S. S. (Orgs.). **Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - FALE/UFMG, 2016. p. 21-42.
- CHARAUDEAU, P. Contrato de comunicação. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise de Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Grammaire du sens et de l’expression**. Paris: Hachette, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FRUGONI, C. **A vida de um homem**: Francisco de Assis. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MACHADO, I. L. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 187-207, jan./jun. 2012a.
- \_\_\_\_\_. Le rôle du récit de vie dans le discours politique de Lula. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 7, p. 1-14, 2011. Disponible en: <<http://aad.revues.org/1166>>. Accès le: 10 jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. O Prefácio visto como uma prática discursiva onde diferentes vidas e obras se entrecruzam. **Revista de Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1129-1139, set./dez. 2014.

MACHADO, I. L. Percursos de vida que se entremeiam a percursos teóricos. In: SANTOS, S. P.; MENEZES, W. A. (Orgs.). **Discurso, identidade, memória**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015. p. 83-96.

\_\_\_\_\_. Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade... e na adversidade. In: GOMES, M. C.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (Orgs.). **Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade**. Viçosa: Arca, 2009. p. 103-117.

\_\_\_\_\_. Uma analista do discurso face aos ditos de dois políticos: narrativas de vida que se entrecruzam. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 3, p. 68-81, nov. 2012b.

\_\_\_\_\_. Uma teoria de análise do discurso: a Semiologia. In: MARI, H. et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 39-61.

MAIOR, M. S. **As vidas de Chico Xavier**. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

OROFIAMMA, R. Les figures du sujet dans le récit de vie en sociologie et en formation. **Informations sociales**, n. 145, p. 68-81, jan. 2008.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA: enriquecimento e produtividade em terras cariocas e fluminenses

Maria Aparecida Lino Pauliukonis

*Comprender uma linguagem significa dominar uma práxis.*  
(Wittgenstein, 1975)

## Introdução

*Todo ato não significa a não ser em função da situação de comunicação em que é produzido, da identidade e da intencionalidade dos interagentes, do que é proposto e das circunstâncias materiais em que ele se encontra.* (Charaudeau, 2008)

Neste texto fazemos uma abordagem do texto como discurso, o que possibilita analisar a enunciação, a qual consiste na ação e influência do sujeito enunciador sobre o sujeito destinatário, com quem interage em determinada situação comunicativa. Sob essa perspectiva, a linguagem deixa de ser considerada um meio de comunicação ou de referência sobre o mundo, para ser um instrumento que coloca os sujeitos em interação a fim de transformarem um “mundo a significar” em um “mundo discursivo”.

Dessa forma, importa observar os processos de transformação e de transação ou o percurso que vai da frase ao texto, o que possibilita a passagem do significado da língua para o sentido do discurso. Focalizamos a enunciação como um evento acional dialógico entre sujeitos sociais e consumidores/leitores de textos da mídia impressa, televisiva e da Internet, objeto de pesquisa de vários projetos desenvolvidos em Universidades do Rio de Janeiro.

A presente proposta tem os seguintes objetivos e disposição: primeiramente um breve histórico das teorias da enunciação, com o fim de situar os precursores e destacar os mais recentes pensadores que possibilitaram a mudança dos enfoques estruturalistas e representativos do Código para os estudos sob o prisma discursivo; depois um especial destaque será dado à contribuição da Teoria Semiolinguística, como fundamento da análise da ação de sujeitos interagentes na “mise-en-scène” enunciativa de gêneros textuais, regidos por um contrato comunicativo; e também uma apresentação

dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo CIAD-Rio, relativos às operações linguístico-discursivas realizadas por enunciadores, nos diversos gêneros midiáticos e literários.

Ao propor a análise discursiva de textos, nossa abordagem conta com o aporte teórico de teorias da enunciação, cujo objetivo principal é verificar como se dá a apreensão dos sentidos, pelo reconhecimento de estratégias discursivas utilizadas por sujeitos enunciadores, em uma determinada situação social, regulada por um *contrato* comunicativo. Esses são conceitos-chave propostos pela Teoria Semiolingüística do discurso (CHARAUDEAU, 2007) de base interativa e comunicacional e que fundamentam nossas observações.

Por se tratar de uma análise que opera tanto com o universo linguístico como com o situacional, a Teoria Semiolingüística do discurso permite verificar como se dá a apreensão dos sentidos de um texto, se considerado discursivamente. Assim, trataremos de algumas de suas temáticas básicas: o ato de linguagem como enunciação; as operações linguístico-discursivas a serviço da construção da imagem dos sujeitos do discurso em uma situação social; o contrato de comunicação e a *mise-en-scène* dos dispositivos utilizados para a construção dos gêneros e dos modos de organização do discurso. O objetivo principal é analisar, enfim, como se realiza a inclusão de marcas da identidade dos sujeitos da enunciação, no processo de exame dos índices de subjetividade mais frequentes nos textos.

O ponto de vista invocado busca, assim, abranger o que a análise discursiva denomina de problematização dos sentidos ou interpretação de um texto em função de reconhecimento de operações linguístico-discursivas específicas. Tal perspectiva consiste em compreender e analisar o significado textual em função do projeto de influência e da ação do sujeito enunciativo sobre o sujeito receptor/destinatário em determinado contexto, temática de base enunciativa.

## Breve histórico da enunciação

Tido como um conceito central em Filosofia, o termo *enunciação* tornou-se recorrente na referência aos estudos linguístico-enunciativos, a ponto de hoje tornar-se central nas discussões sobre a relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo.

Se recuarmos no tempo, dentre os precursores dessa nova abordagem da língua, podem ser citados Bréal (1897) que, no capítulo sobre a subjetividade na língua, destaca que as escolhas lexicais que os sujeitos realizam estão em função das circunstâncias de seu tempo, o que caracteriza a intervenção da subjetividade na construção do texto, e também Bakhtin (1929) que propôs a análise da dinamicidade da linguagem e da natureza social da enunciação,

claramente expostas no dialogismo e na polifonia de todo ato discursivo. Segundo tais perspectivas, a língua aponta possibilidade de orientação de sentido para o interlocutor, sinalizando os contextos constitutivos e as inter-relações com outras enunciações.

Podem ser lembrados ainda outros expoentes, mas as contribuições de Benveniste (1966) foram decisivas para o desenvolvimento dos estudos enunciativos e da intersubjetividade na linguagem. Ao apregoar a impossibilidade de se reconhecerem certos elementos linguísticos dissociados da atividade dos falantes, ele instaurou, de vez, a Teoria da Enunciação, que direcionou vários estudos enunciativo-discursivos posteriores.

O tratamento dado à enunciação sempre foi relevante para a perspectiva do discurso; desde o início, colocou-se em pauta a produção discursiva de uma dada sociedade por meio de suas distintas formas de expressão. Nesse sentido, tornaram-se centrais as noções de intersubjetividade, os princípios da Pragmática e os desdobramentos e os avanços das teorias sobre o texto considerado como discurso.

Atualmente a Análise do Discurso configura-se em várias correntes de investigação da linguagem que guardam entre si um ponto comum: um modo de reflexão sobre as relações intersubjetivas e as condições enunciativas de realização, base de seu funcionamento. Dessa forma, as abordagens do discurso privilegiam a compreensão dos mecanismos que são inerentes à prática linguística, concebem a ação interativa e cognitiva das entidades subjetivas e propiciam um questionamento sobre a real participação do ambiente social (situação) na produção dos atos de comunicação.

Em meio à profusão de teorias sobre o discurso, atualmente não se pode mais considerar uma única abordagem para os diversos enfoques discursivos, e os vários aportes teóricos mantêm pontos de contato, mas, conservam suas especificidades. Dentre eles, serão feitas aqui considerações mais detalhadas sobre a corrente de base interativo-comunicacional, que focaliza a *problemática* dos sentidos do ato interativo de linguagem, a partir das perspectivas da *Enunciação* e da ação intersubjetiva dos enunciadores.

Trata-se da *Teoria Semiollingüística*, de Patrick Charaudeau, (1983, 1992), segundo a qual a construção do sentido se faz por meio de uma relação forma/sentido, que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos, de modo que todo significado é resultante de operações discursivas de entidades subjetivas, a partir de uma situação bem determinada, sob a égide de um *contrato comunicativo*. Seu ideólogo, Patrick Charaudeau, é criador do *CAD, Centre d'Analyse du Discours* da Universidade de Paris 13, Laboratório de Pesquisa que durante muito tempo, congregou vários pesquisadores de outras Universidades europeias. O linguista Charaudeau mantém também convênios de

cooperação científica com pesquisadores de vários países, destacando-se os da América Latina.

No Brasil, pesquisadores das Universidades UFRJ, UFF, UERJ e UNIRIO (Grupo CIAD-Rio), da UFMG (Grupo NAD), da USP e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre outras, realizam diversas pesquisas em cooperação científica com Patrick Charaudeau e utilizam suas perspectivas teóricas para fundamentar seus trabalhos, bastante enriquecidos pela análise de *corpora* diversos e por um “enfoque regional”, que o Autor sempre incentiva. Os simpatizantes da teoria entendem que ela apresenta uma proposta de trabalho integradora de diferentes domínios de estudos da linguagem, sobretudo os questionamentos acerca de aspectos internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos) aplicados a vários gêneros de textos.

Situam-se nessa direção os trabalhos de pesquisa do Grupo CIAD-Rio, (Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso), Laboratório de pesquisa, coordenado por mim, de janeiro de 1993 a setembro de 2017 – e a partir de então pela Profa. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa – com sede na UFRJ e que congrega pesquisadores das principais Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, (UFRJ, UFF, UERJ e UNIRIO). Esses pesquisadores são engajados em projetos integrados que se subdividem em vários subprojetos, os quais apresentam como principal diretriz investigações sobre as “*Operações enunciativas e a (co)construção do ethos e do pathos dos sujeitos enunciadores em textos midiáticos e literários*”.

Com esse objetivo, o CIAD-Rio já realizou, na UFRJ, quatro encontros franco-brasileiros, de nível internacional, em 1994 e em 1996, em 1999 e 2003, que versaram sobre Análise do Discurso e aplicação acadêmica. Também organizou o I e o II Congressos Internacionais de AD, na UFRJ, em 2005 e em 2010, com participação de expoentes pesquisadores, além de participar de outros Simpósios inter-regionais brasileiros e Congressos internacionais, para divulgação de suas pesquisas. Seus membros sempre atuaram na Graduação e na Pós, com orientação de Teses e Dissertações, com apresentação de resultados em publicações que refletem os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Grupo.

Por meio de uma visão do texto como discurso, podem ser destacadas algumas temáticas que têm direcionado as pesquisas: (1) estudos sobre diferentes entidades subjetivas – os sujeitos sociais e os sujeitos discursivos – no quadro da interação social; (2) pesquisas que privilegiam análise das situações sociais de comunicação languageira (o uso desse termo abrange além do discurso, os elementos da *mise-en-scène* enunciativa); (3) análises que articulam as funções linguístico-discursivas com a situação de produção/recepção textual de diferentes gêneros textuais (posições ideológicas

e sociais); e (4) trabalhos que focalizam, em primeiro plano, a organização macro e micro textual dos textos, os tipos e gêneros do discurso. A análise das marcas linguístico-discursivas dos sujeitos da enunciação tem finalidade interpretativa de discursos institucionalizados com propostas de aplicação ao ensino de leitura e de produção textual.

De um modo geral, essas abordagens apresentam uma reação ao estruturalismo do Código, em que a língua é considerada um reflexo ou espelho da realidade, cuja função básica é informar sobre o mundo. Pela visão da teoria de base comunicativa, como é a Semiologia, a língua serve, primeiramente, para colocar os indivíduos em interação, para que eles possam falar sobre o mundo, recriando-o e semiotizando-o de diferentes formas.

Considerada a relevância dessa noção de texto como discurso, ou como fruto de um processo enunciativo, prevê-se uma mudança de enfoque no ensino tradicional de língua e de leitura e interpretação textual: em vez de se focalizar a língua como uma forma ou como fonte portadora de conteúdos proposicionais, por meio de signos que se ligam a referentes extralinguísticos para expressar o *real*, evidencia-se sua natureza dialógica e acional, construtora de identidades sociais e discursivas.

O ato de linguagem coloca em cena, além de valores referenciais, também conceitos e informações sobre os enunciadores e a situação de enunciação. Esses são dados importantes que, ao serem desvendados, acarretam mudanças na significação global dos textos e na metodologia de ensino.

Com interfaces e novas propostas para uma didática mais produtiva da língua, as pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do Grupo CIAD-Rio têm constatado a relevância das estratégias linguístico-discursivas, ao serem reconhecidas pelo leitor/produtor de textos nos processos de interpretação e de produção textual.

Para melhor situar o enfoque semiológico, em comparação com outras correntes sobre o discurso, faremos breves considerações sobre conceitos relacionados à teoria da enunciação, que orientam e embasam as propostas da Teoria, com a qual temos dialogado em nossos Projetos.

Como as temáticas sobre o discurso são bastante abrangentes e os conceitos são analisados por correntes teóricas diversificadas, apenas as temáticas da enunciação e da intersubjetividade serão objeto de considerações, a seguir, com o fim de situá-las sob o prisma da Teoria Semiológica.

## **Enunciação: a perspectiva da Semiologia**

No âmbito das teorias da Enunciação, a Semiologia apresenta como proposta a análise das operações enunciativas, levadas a efeito pelos sujeitos

interagentes. Considera todo ato de linguagem como resultante da combinação de dois componentes – o verbal e o situacional – privilegiando a análise da imagem que o sujeito enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, num emprego de restrições e de manobras.

A constituição dessa imagem pode ser visualizada por meio de um duplo recorte: o da *enunciação ampliada* – em que se faz o exame do contexto, incluindo os *protagonistas* e *parceiros* e as circunstâncias de produção do *ato comunicativo* – e o da *enunciação restrita* – com enfoque maior sobre os procedimentos linguísticos que se constituem como marcas sinalizadoras (pistas) na construção de uma imagem ou de um *ethos* legitimador da fala enunciada.

No espaço enunciativo considerado de forma mais ampla, ganham relevância dois princípios básicos que fundamentam o ato comunicativo: o *princípio da alteridade* e o *princípio da identidade*.

O *princípio da alteridade* postula que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (presentes ou ausentes) que devem se reconhecer tanto como semelhantes – pois compartilham saberes e possuem finalidades comuns – como diferentes – cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor/produzidor do *ato de comunicação* (o *sujeito comunicante*) e de sujeito receptor desse ato de comunicação (o *sujeito interpretante*).

Dessa forma, cada um dos parceiros da troca linguageira está engajado num processo recíproco – mas não simétrico – de reconhecimento do outro e de diferenciação. Segundo Charaudeau, cada um vai se legitimando e também legitimando o outro através de uma espécie de olhar avaliativo, o que permite dizer que a identidade social se constrói por meio de um “cruzamento de olhares” (CHARAUDEAU, 2008).

O *princípio da identidade*, por sua vez, centra-se no próprio indivíduo. É ele que permite dizer: quem sou realmente? Que imagem de mim projeto para o outro? A identidade desse sujeito é bastante complexa, pois nela se articulam dados biológicos, dados psicossociais atribuídos pelos outros e dados construídos pelo próprio comportamento discursivo (o que se pretende ser). Todos esses componentes conduzem à construção de duas identidades: a *identidade social* e a *identidade discursiva*.

A *identidade social* precisa ser também criada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, podendo ser, portanto, reconstruída ou mascarada. Já a *identidade discursiva* necessita de uma base que se encontra na identidade social. É esta última que dá ao sujeito seu “direito à palavra”, o que está fundamentado na sua *legitimidade* e na sua *credibilidade*.

Por sua vez, todo ato de comunicação constitui-se como um problema, pois comunicar é também se arriscar à incompreensão ou à negação, o que faz o Autor afirmar que comunicar é sempre se lançar em uma “aventura”.

A ameaça constitui o próprio *ato de comunicação* em si e o reconhecimento recíproco que tem de ser construído socialmente pelos parceiros envolvidos no *ato de comunicação*. Como todo sujeito se situa no centro de uma *situação comunicativa* e está em relação com um parceiro, é essa relação que define as características identitárias e *contratuais* do ato comunicativo: presença ou ausência (física) dos parceiros, o canal usado na transmissão, a diversidade de códigos, os comportamentos discursivos esperados na troca, enfim, inúmeros são os elementos que participam dos rituais, caracterizam uma situação interativa e têm consequências no processo de interpretação do ato de comunicação.

Além dos dois princípios citados – *alteridade e identidade* –, no ato de linguagem, estão presentes dois outros que o fundamentam: o da *influência* e o da *regulação*, que contribuem para completar o quadro enunciativo. Enquanto o princípio de influência procura envolver e afetar emocionalmente o parceiro, o princípio da regulação, que consiste no conjunto de restrições do sistema, torna possível e necessário recorrer-se a estratégias que regulam e permitem a intercompreensão.

Se, para comunicar-se, como se está vendo, há sempre a necessidade de um *outro*, o modelo comunicacional da Semiologia compreende um ato de troca entre dois parceiros, ligados pelo princípio da intencionalidade e da regulação, realizado em uma determinada situação de influência comunicativa e regulado por um *contrato comunicativo*. Por se tratar de um conceito-chave da Semiologia na constituição do ato de linguagem, serão feitas considerações a respeito da noção de *contrato*, mais detalhadamente, a seguir.

## O contrato de comunicação

A noção de *contrato* assenta-se no pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem uma relação de cumplicidade, quanto ao uso dos elementos de sua comunicação, por isso lançam mão de estratégias que permitirão colocar em cena suas intenções (o que pode ser feito de forma consciente ou não).

Pode-se afirmar, então, que todo ato de comunicação social supõe um determinado *contrato* social. Esse termo, tomado de empréstimo ao domínio jurídico, pressupõe que os indivíduos sejam capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem. Nas palavras de Charaudeau (2008, p. 56), o contrato pressupõe:

[...] conjunto de condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja a sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira

reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objetivo temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias).

Segundo o linguista, a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes às mesmas práticas sociais cheguem também a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante espera que o outro possua uma competência de reconhecimento análoga à sua, o que lhe permite esperar por receber uma contrapartida de convivência.

Assim, o *contrato de comunicação* também permite aos parceiros que se reconheçam um ao outro por meio de traços identitários que reúnem as condições necessárias para a realização do ato de comunicação: o seu objetivo, o objeto temático de troca e as coerções materiais determinadas pelas circunstâncias. Dessa forma, todo ato compõe-se de um *espaço de restrições*, isto é, de regras que não podem ser infringidas pelos parceiros, sob pena de não haver a interação, e de um *espaço de manobras* que compreende os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para atingir seus objetivos.

Ao propor que no ato de linguagem há uma situação de troca que depende de uma intencionalidade e se realiza em espaços de coerção e restrição, Charaudeau propõe um modelo de estruturação desse *contrato* em três níveis: *situacional*, *comunicacional* e *discursivo*. O atendimento a essas condições permite que se chegue à construção do texto como processo discursivo, foco de interesse de nossas análises e que discutimos nesta abordagem.

Desse modo, o *nível situacional* dá conta do espaço externo, do *lugar* que determina a *finalidade* do ato, (para que se fala?), a *identidade dos parceiros* (quem fala a quem?), o *domínio do saber* que é veiculado pelo objeto da troca (sobre o que se fala?) e o dispositivo (por meio do que se fala?). O nível *comunicacional* constitui o *lugar* onde estão as maneiras de falar, ou seja, o que vai definir os papéis languageiros dos sujeitos, o que vai também lhes garantir o direito à fala, em função dos dados situacionais (como se fala?). Por fim, o *nível discursivo* corresponde à forma de intervenção do sujeito enunciador e deve atender às condições de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *captação*.

De acordo com a Teoria Semiolinguística, portanto, o *ato de comunicação* é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*, articulados num duplo circuito comunicativo – *circuito externo (fazer)* e *circuito interno (dizer)* – indissociáveis um do outro. O *fazer* pertence à *instância situacional* em que atuam os

parceiros – sujeitos comunicante e interpretante – que são os seres sociais da troca. Já o *dizer* é o lugar da *instância discursiva*, é o espaço da *encenação* do dizer, da qual participam os *protagonistas* – sujeitos enunciador e sujeito destinatário – que são *seres da palavra*.

Nesse sentido, o *ato de comunicação* não pode ser visto como uma simples produção de uma mensagem feita por um Emissor em direção a um Interlocutor, mas como um encontro dialético de quatro instâncias subjetivas que vai determinar os dois processos:

*o processo de Produção: um EU-comunicante que se dirige a um Tu-destinatário;*

*o processo de Interpretação: um Tu-interpretante que constrói uma imagem do Eu-comunicante pelo que ele apresenta como sujeito enunciador.*

Os sujeitos comunicantes (EUC) e interpretante (EUI) são, portanto, na concepção do autor, “sujeitos de ação” que realizam uma encenação ou *mise-en-scène* discursiva no *ato de comunicação*, quando atuam como *parceiros*. A esses sujeitos, porém, se ligam mais dois, que são de “ordem discursiva”: o sujeito comunicante se anuncia como sujeito enunciador (EUE) e constrói uma imagem de si, ao mesmo tempo em que se dirige a um destinatário (TUD), também idealizado. Assim, por esse processo interlocutivo, ocorre um desdobramento dos lugares enunciativos, realizados por quatro enunciadores.

Dessa forma, considera-se o *ato de comunicação* como um “jogo”, pois ele se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas (restrições) de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso aos enunciadores, seres sociais e discursivos.

Nessa perspectiva, todos os atos de comunicação são considerados como *encenações* (no sentido teatral mesmo do termo), que resultam da combinação de uma determinada situação de comunicação com uma determinada organização discursiva e com um determinado emprego de marcas linguísticas. Isso mostra a necessidade de uma competência de produção/interpretação, que ultrapassa o simples conhecimento das palavras e suas regras de combinação, pois requer um saber bem mais global, sobre as operações discursivas realizadas e que compreende os elementos contextuais próprios de cada interação social.

## **Operações discursivas de semiotização do real**

O processo de semiotização do mundo, ou seja, a operação de discursivização na língua possibilita a passagem de uma referenciação externa à língua para um *real* construído pelo discurso, o que corresponde a um conjunto de

operações estratégicas que permitem fazer a passagem do significado (sentido de língua) para a significação (sentido de discurso). De fato, vocábulos, como *homem*, *mulher*, *viagem*, por exemplo, têm sentido potencial e só ganham sentido real quando atualizados discursivamente. Assim, no enunciado “O *homem* é mortal” (Sócrates), o termo refere-se ao ser humano, mas “homem” colocado numa placa, em uma porta ao fundo de um bar, por exemplo, **HOMEM** ganha significação de banheiro masculino e **MULHER**, de banheiro feminino.

A criação de um significado discursivo, portanto, não depende apenas de relações morfosintáticas ou semânticas entre os elementos da língua (entidades, atributos e processos no contexto verbal), mas ganham sentido na relação desses elementos com a situação social dos interagentes, ou com o conjunto de fatores extralinguísticos ou contextuais em sentido amplo.

Nesse processo de semiotização do mundo, ou nessa passagem do mundo a significar – *o real* – para o mundo significado discursivamente – *o real construído* –, distinguem-se duas operações fundamentais – o processo da transformação e o processo da transação –, que ocorrem em níveis frasal e textual, permitindo a transferência do *mundo real para o mundo do discurso*.

Em um primeiro nível, o emprego da língua envolve diversas *operações discursivas de transformação*: as operações de *identificação*, ou nomeação de todos os seres, processos e entidades, as operações de *caracterização*, ou de adjetivação em sentido amplo, as de ação ou *processualização*, que pertencem ao universo do processo verbal, as de *modalização* ou de cunho enunciativo modalizador e as de *relação*, responsáveis pela conexão entre os elementos, estabelecendo-se o processo coesivo.

Em um segundo nível, estão as operações que concorrem para a construção textual, constituindo-se o *processo de transação*, ou de expressão do conteúdo em forma de gêneros textuais. As operações do *processo de transformação* são efetuadas sob liberdade vigiada, segundo as diretivas que ocorrem no *processo de transação* (CHARAUDEAU, 2008, p. 68), já que confere a elas uma orientação de sentido. Ou seja, não se pode considerar isoladamente cada processo, uma vez que são interdependentes e sempre complementares.

Resumindo, qualquer *ato de comunicação* pode ser representado por um dispositivo, cujos componentes são os seguintes:

- (a) a *situação de comunicação*, de ordem psicossocial, quadro físico e mental no qual se encontram os parceiros de uma troca linguageira, ligados pelo contrato comunicativo, em função da identidade dos parceiros e das intenções comunicativas do sujeito e de seu *projeto de fala*.
- (b) os *modos de organização do discurso*, que se constituem de princípios de organização da matéria linguageira, que constam do processo de *transação* e são dependentes da finalidade comunicativa do sujeito falante (descrever,

narrar, argumentar). Esses procedimentos são expressos em quatro modos: o *enunciativo*, o *descritivo*, o *narrativo* e o *argumentativo*, cada um deles com uma *função de base*, que é a finalidade discursiva do projeto de fala do locutor, a saber: enunciar, descrever, narrar e argumentar, e mais um *princípio de organização* ou modo enunciativo que marca a posição do locutor em relação ao interlocutor, ao dito e aos outros discursos.

(c) a *língua*, que constitui o material verbal organizado em sistemas formais significantes e

(d) o *texto* – resultado material do *ato de comunicação* – que é testemunha das escolhas conscientes ou inconscientes que os sujeitos realizam dentro das categorias de língua e dos modos de organização do discurso, em função das restrições linguístico-discursivas impostas pelo quadro físico e mental de cada situação.

O modo enunciativo, perante os demais modos, determina tanto a organização peculiar da construção descritiva, quanto o encadeamento narrativo ou a lógica argumentativa, como também todos os aspectos da encenação de cada um desses modos, seus efeitos e procedimentos. Assim, no descritivo, por exemplo, observa-se a forma de caracterizações dos referentes, identidades e *status* do narrador e dos demais atores; no narrativo, os procedimentos semânticos e discursivos que se dão no decorrer das ações e dos acontecimentos; e, no argumentativo, elementos que compõem o *status* próprio de cada um dos argumentos e dos demais elementos constitutivos desse modo.

A preferência do linguista pela expressão *modo de organização* do discurso, em lugar do termo *tipo textual*, empregado por alguns teóricos da Linguística do Texto, como Marcuschi (2009), Koch (2002), parece atender prioritariamente à necessidade de se destacar o *papel da pessoa do discurso* em todos os passos da escolha das categorias da língua e da organização do discurso. Mais ainda, parece atender à relação de dependência de tudo quanto acontece no *ato de comunicação* aos parceiros desse ato, que são os verdadeiros organizadores de cada “encenação” discursiva onde representam seu papel.

A função desses sujeitos é, então, atualizar o discurso no *ato de comunicação*, adotando o signo verbal como suporte. Por outro lado, a expressão *modo de organização* sinaliza a organização dos componentes que são associados e gerenciados pela subjetividade dos interlocutores que produzem os sentidos, de acordo com situações interativas de comunicação.

Por fim, uma observação importante a respeito do *modo de organização enunciativo* – que se define como um direcionador dos outros modos de organização e que, por isso também, dispõe de um *status* especial na organização do discurso: o modo enunciativo “comanda” os outros e intervém na *mise-en-scène* de cada um dos outros três. Ele dá testemunho da maneira pela qual o “sujeito comunicante” se apropria da língua e intervém para organizar todo

o discurso. Em decorrência, ressalta-se aqui a importância do tratamento da Enunciação, em toda abordagem discursiva.

São três as funções do *modo enunciativo*, as quais apontam, respectivamente, para o estabelecimento de três *atos* locucionários, de acordo com o propósito ou ação do locutor/enunciador:

modo alocutivo: estabelece uma *relação de influência* do locutor sobre o interlocutor (posição em relação ao interlocutor: EU→TU).

modo elocutivo: revela o *ponto de vista* do locutor (posição que assume em relação ao mundo: EU→ELE).

modo delocutivo: testemunha o dito objetivado (posição que se toma em relação a outros discursos: ELE).

Convém lembrar que, sempre ao tomar a palavra, o sujeito comunicante constrói uma imagem de si próprio e uma outra de seu interlocutor e é inegável que toda “maneira de dizer” induz a criação de uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto. Em outras palavras, por meio da enunciação, revela-se a personalidade, o caráter dos enunciadores e, por isso mesmo, ela é caracterizadora de intersubjetividades e de suas variadas faces, que constituem os “*ethé*” discursivos.

Essa imagem de si, projetada pelo locutor através de seu discurso, coloca em jogo a capacidade de transmitir credibilidade, de persuadir o alocutário e se apoia mais no discurso do que no caráter real propriamente dito do locutor. Melhor dizendo, é a imagem que o locutor passa de si pela enunciação que testemunha a construção desse *ethos*. Todas essas considerações reiteram a importância do tratamento enunciativo na abordagem de um texto visto como discurso.

## Considerações

No âmbito da análise até aqui defendida, deve-se enfatizar a importância desse novo paradigma enunciativo que prioriza observar a presença do sujeito emissor em relação direta com seu interlocutor, durante a realização de operações e manobras enunciativas.

Sob essa perspectiva, a língua deixa de ser vista como um meio de proposição informativa ou de referência ao real e passa a ser analisada em relação ao nível da influência e da interatividade dos seres discursivos, nos processos de reconstrução ou semiotização da realidade. Tudo que ocorre realiza-se por meio das operações discursivas regidas tanto por coerções de ordem linguístico-gramaticais como por imposições de ordem sociointeracionais.

Dentre as várias tendências da AD, os estudos enunciativos de base comunicacional da Semiologia têm-se mostrado bastante promissores na análise de *corpora* variados, pois permitem verificar as marcas enunciativas mais recorrentes nas operações estratégicas que tornam possível o *processo de semiotização do mundo*. O Grupo CIAD-Rio tem dialogado com tal aparato teórico e contribuído para o desenvolvimento e enriquecimento das discussões e para a colocação em prática de seus princípios em terras brasileiras.

Como realçam seus analistas, a teoria consegue aliar conceitos enunciativos derivados da Semântica da Argumentação na Língua, propostos por Ducrot e Anscombe, com os da Pragmática de Austin e Searle, privilegiando, assim, o poder da enunciação das palavras, tanto a partir de uma visão de mundo mais interno a elas, como em função dos níveis psicossocial e institucional dos sujeitos comunicantes, nas mais diversas situações discursivas (MACHADO, 2001, p. 60).

Enfim, uma das razões por que reiteramos sua produtividade e importância reside no fato de que essa corrente de análise do discurso intenta compreender como o ser humano tem acesso a informações, cria e compartilha visões de mundo, produz conhecimento e interage com seus parceiros. Ela se constitui, enfim, num excelente instrumental teórico que pode ser aplicado para a compreensão de diferentes gêneros textuais considerados como discurso.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979 [1929].

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. v. 1. Campinas: Pontes, 1966.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes/EDUC, 1992 [1897].

CHARAUDEAU, Patrick. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, Caracas, ALED, v. 1, n. 1, p. 7-22, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (Org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009. p. 309-326.

\_\_\_\_\_. **Langage et discours**. Eléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Orgs.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-29.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Contexto, 2002.

MACHADO, Ida Lúcia. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Núcleo de Análise do Discurso (NAD), UFMG, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2009.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Texto e contexto. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; VIEIRA, Sílvia Rodrigues (Orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2010. p. 239-258.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena; MONNERAT, Rosane dos Santos. Modalização em textos midiáticos: estratégias de construção de sentido. **Revista ALED**, Puebla, v. 1, n. 2, p. 230-245, 2012.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena; MONNERAT, Rosane dos Santos. Texto, cotexto e contexto: processos de apreensão da realidade. In: PAULIUKONIS, M. A. L. et al. (Orgs.). **Linguística textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 49-69.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975/2005. p. 36. Grupo CIAD - Rio. Disponível em: <[www.lettras.ufrj.br/projetociad](http://www.lettras.ufrj.br/projetociad)>.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA NO CONTEXTO DA OBRA DE JOSÉ SARAMAGO: o imbricamento entre análise do discurso e literatura

Tatiana Emediato Corrêa

---

## Para início de conversa...

Ao falarmos de discurso literário, imaginamos diversos campos dos quais podemos levar em conta dentro de uma análise discursiva. É a partir do *corpus* escolhido que iremos desvendar os caminhos pelos quais um autor teceu seu texto e criou nele diversos efeitos de sentido. Durante a pesquisa de mestrado, nos propusemos a fazer uma análise descritiva e interpretativa do romance de Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, utilizando algumas categorias da Semântica Global, de D. Maingueneau. Portanto, chegamos a um resultado final de que a riqueza da obra nos propunha diversos outros estudos dentro da AD francesa, bem como a interseção entre outros segmentos da Ciência da Linguagem. Contudo, nesse artigo, iremos fazer uma análise intertextual, uma vez que o texto saramaguiano é um verdadeiro emaranhado da categoria da intertextualidade. Nesse cruzamento de informações de outros textos já ditos, estão presentes, no romance, formações discursivas que se entrecruzam para dar sentido ao texto e fazer com que o leitor identifique o contexto da narrativa à realidade.

Dentro da pesquisa, apresentaremos alguns trechos analisados demonstrando a intertextualidade e comprovando o dialogismo presente no texto saramaguiano, uma vez que são detectados artifícios que buscam no leitor um conhecimento prévio do texto anterior.

## Análise do discurso e literatura

A análise do discurso pode nos conduzir a uma apreensão bem mais profunda do sentido dos textos literários, relacionando-os com as condições que possibilitam sua emergência, com as regulações que agem e normatizam a prática discursiva, com as representações de que o texto se faz suporte, enfim, com a problemática que envolve sujeitos diversos numa relação intersubjetiva de comunicação. Faz-se necessário captar um sentido implícito

do texto, mais ou menos codificado, pois a configuração textual, o seu lado “interno”, remete-nos sempre a uma exterioridade que também o constitui como sua condição de possibilidade.

O discurso literário pode ser visto como uma prática na qual existe a intenção de interpelar o leitor a realizar uma reflexão sobre o tema proposto no enredo de uma dada narrativa. Num romance, por exemplo, podemos encontrar diversas formações discursivas (doravante denominada FDs) que nos permitem analisar os sujeitos enunciadoreis ali presentes, bem como os caminhos que eles tomam para, de certa forma, apresentar seus posicionamentos e ideologias. A teia interdiscursiva permite desvelar as FDs, os diversos discursos e a memória discursiva que se imbricam na/com a narrativa. O romance não se restringe, pois, ao ato de contar uma história. Ele transmite imaginários existentes na sociedade e revela representações dos sujeitos que nela se inserem. Logo, nesse mundo interdiscursivo podemos traçar identidades que, por sua vez, podem revelar esses diversos discursos e memórias.

Nosso embasamento teórico sobre a relação entre literatura e discurso passa, naturalmente, pelos estudos de Bakhtin (2005), autor fundamental para o trabalho de mestrado. Nesses estudos, ele afirma que a língua não é algo somente de ordem estrutural e que é através da linguagem que o indivíduo se comunica com alguma intenção de interpelar o outro. A partir daí Bakhtin (2005), inicia suas reflexões sobre o dialogismo – e a noção correlata de polifonia<sup>38</sup> – e analisa as personagens de Dostoiévsky para demonstrar que, no discurso literário, há a presença de uma consciência construída por meio dos discursos e dos imaginários de uma dada sociedade. A enunciação é o produto da interação entre indivíduos socialmente organizados, entre o eu e o outro, sendo, pois, esse “outro” imprescindível para a própria concepção de sujeito da teoria bakhtiniana. Nessa perspectiva, para o autor russo, “a vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo, interrogar, escutar, responder, concordar etc.” (BAKHTIN, 1963, apud CLARK; HOLQUIST, 1998, p. 13).

Portanto, a linguagem incorpora o social e, por meio dessa incorporação, revela os traços da interação entre os sujeitos, o que nos permite ir ao encontro da interdiscursividade. O ato comunicacional se constitui pela presença de um discurso que se liga a outros discursos e ao “outro”. Essa multiplicidade de vozes, que se perpetua de discurso a discurso, constitui o dialogismo da/na linguagem.

38 Em consonância com a posição de Barros (1997), entendemos que “dialogismo” e “polifonia” se aproximam, na medida em que, se o primeiro faz referência à alteridade constitutiva do sujeito, que se constrói no seu “diálogo” com o outro (seja esse outro tomado como o(s) interlocutor(es) ou outros discursos), o segundo se refere a textos em que esse “diálogo” se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, em que essas vozes se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz. No entanto, a própria autora reconhece que “dialogismo e polifonia [são] termos muitas vezes utilizados como sinônimos nos escritos de Bakhtin” (BARROS, 1997, p. 35).

## O discurso literário como prática de reflexão

No âmbito do discurso literário não nos deparamos simplesmente como uma narrativa que conta um fato, que remete a acontecimentos, que possui um clímax e um desfecho, características próprias do modo narrativo. Na literatura, temos inseridos posicionamentos que podem (ou não) veicular a visão de mundo do autor. Logo, devemos ter cautela ao afirmar que as ideologias que perpassam as falas das personagens de um romance correspondem apenas a pontos de vista do autor.

Um autor, além disso, pode ter a intenção de fazer com que o leitor reflita sobre um dado problema social ou até mesmo sobre a condição humana. Para tanto, ele mobilizará representações existentes na sociedade, o que remete à presença da memória discursiva no âmbito do discurso literário (como no de qualquer outro discurso, diga-se de passagem). Maingueneau (2014a, p. 163) afirma que [...] como todo discurso constituinte<sup>39</sup>, o discurso literário mantém uma relação essencial com a memória. Em consequência, todo ato de posicionamento implica um certo percurso do arquivo literário, a redistribuição implícita ou explícita dos valores vinculados com as marcas legadas por uma tradição. Para se posicionar, para construir para si uma identidade, o criador deve definir trajetórias próprias no intertexto.

As obras são construídas através dessas memórias, da intertextualidade e dos posicionamentos. O território literário não é limitado, não é previamente demarcado. Ele possui múltiplas práticas verbais, ou seja,

[...] as obras se alimentam não só de outras obras como também de relações com enunciados que, numa dada conjuntura, não vêm da literatura, sem que com isso possamos nos contentar com a oposição entre literatura e aquilo que não seria literatura (MAINGUENEAU, 2014a, p. 166).

A literatura, portanto, é um campo complexo, composto de práticas ligadas a um dado contexto do espaço de produção, possuidora de conflitos e pontos de vista que levam o leitor a refletir sobre o mundo ao qual ele pertence. Existe, pois, uma relação intrínseca entre os posicionamentos (as FDs), a memória intertextual/interdiscursiva e as condições do gênero (discursivo) que constituem uma obra.

39 Por discurso constituinte, o autor entende aqueles discursos que têm a pretensão “de não reconhecer outra autoridade que não a sua própria, de não admitir quaisquer discursos acima deles” (cf. MAINGUENEAU, 2006, p. 33). Além do discurso literário, teríamos como discursos constituintes o filosófico, o religioso e o científico.

## Um passeio pelo legado saramaguiano

José Saramago, importante nome da literatura portuguesa contemporânea, construiu seu legado, dirigindo à condição humana um olhar crítico, com a intenção de despertar em seu leitor uma reflexão sobre a vida. Lançou, assim, na literatura, discursos advindos da sociedade ocidental. Sua intenção está descrita no enunciado: “escrevo para desassossegar meus leitores”. (Apresentação de Caim, novembro de 2009).

José da Silva Saramago nasceu em 16 de novembro de 1922, numa pequena cidade chamada Azinhaga, em Portugal. Aos dois anos mudou-se com os pais para Lisboa. Cursou uma escola industrial e tornou-se serralheiro. Entretanto, parece-nos que sua vocação era bem diferente: em 1947, aos 25 anos, lançou-se no meio literário e publicou seu primeiro romance, *Terra do Pecado*. Retomou sua vocação somente em 1966, com a publicação de *Os Poemas Possíveis*, “passeando” a partir daí por diversos gêneros literários, além do poema: pelo conto, pelo teatro e pela crônica. Porém, foi somente a partir de 1980 que Saramago começou a se dedicar ao gênero que o consagrou: o romance. A partir dessa década, os romances foram surgindo: *Levantado do Chão* (1980), seu segundo romance; *Memorial do Convento* (1982); *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984); *A jangada de pedra* (1986); *História do cerco de Lisboa* (1989); *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991); *Ensaio sobre a cegueira* (1995); *Todos os nomes* (1997); *A caverna* (2000); *O homem duplicado* (2002); *Ensaio sobre a lucidez* (2004); *As intermitências da morte* (2005); *As pequenas memórias* (2008); *A viagem do elefante* (2008) e *Caim* (2009).

Seus romances possuem marcas de originalidade, mesmo recebendo influências do neo-realismo português. Tais marcas são perceptíveis nos romances pela criatividade do autor no que se refere às paródias de difícil interpretação, à ironia, sempre presente como modo de ver/explicar comportamentos e inquietudes humanos, à forma do texto, tal como a falta de pontuação no final dos parágrafos e períodos e à presença de termos eruditos. Essas características, entre outras, tornam o estilo de Saramago único na literatura atual, sendo ele considerado por seus leitores e críticos um mestre no tratamento da língua portuguesa.

O escritor português faleceu em 18 de junho de 2010, aos 87 anos, consagrado como um dos maiores nomes da literatura contemporânea. Foi traduzido em mais de 20 idiomas. Em 1998, ganhou o prêmio Nobel de Literatura e, em 1995, o prêmio Camões, um dos mais importantes de seu país natal.

## A intertextualidade nos romances de José Saramago

Numa definição ampla, entendemos por intertextualidade, o processo que se constitui pela utilização ou recuperação de um texto já existente para a produção de um novo texto. Para que consigamos apreender e compreender a intertextualidade nesse novo texto, precisamos conhecer o primeiro. A intertextualidade é estudada em diversos campos e disciplinas e também sob diversas perspectivas teóricas. Tais estudos tiveram origem na Linguística Textual e na Teoria Literária, sendo que o conceito – proposto por Kristeva e já apresentado ao público francês logo após a sua tradução do livro *Poética de Dostoiévski* (1970) – teve como base o postulado bakhtiniano de dialogismo: o de que não se pode produzir ou compreender um texto sem estabelecer um diálogo com outros textos produzidos anteriormente. Lembremo-nos de Bakhtin:

O texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto de contato entre textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior como o anterior, juntando dado texto a um diálogo. Enfatizamos que esse contato é um contato dialógico entre textos... por trás desse contato está um contato de personalidades e não de coisas (BAKHTIN, 1986, p. 162).

A intertextualidade é, pois, um critério fundamental para a textualidade, pois se insere no conjunto das características de um texto, permitindo sua interpretação. Além disso, põe fim à antiga visão do texto como uma mera sequência de frases. E até mais, se pensarmos no texto literário, nosso objeto de estudo:

Pois a intertextualidade não é só um outro nome para os estudos das fontes ou das influências, ela não se reduz à simples constatação que os textos entrem em relação (intertextualidade) com um os mais textos (o intertexto). Ela engaja uma reflexão sobre nosso modo de compreensão dos textos literários, nos leva a ver a literatura como um espaço ou uma rede, uma biblioteca se assim quisermos, na qual cada texto transforma os outros que o modificam também por sua vez (RABAU, 2002, p. 15).

Como já dissemos, a obra como um todo de Saramago possui muitos traços de originalidade; por esse motivo, o escritor é considerado um dos maiores romancistas da atualidade mundial. De todas as características inovadoras de sua obra, destacamos mais uma: a intertextualidade, baseada no uso frequente da paródia. Para Machado (2013, p. 31)<sup>40</sup>, “[...] a paródia pode ser classificada entre os fenômenos da heterogeneidade [...]. A pesquisadora admite a captação

40 Tradução nossa de: «la parodie peut être classée parmi les phénomènes d'hétérogénéité [...]. Elle admet la captation et l'imitation d'un genre ou d'un contenu, et sa subversion».

e a imitação de um gênero e sua subversão”. Logo, percebemos nesse fenômeno linguageiro a presença da hipertextualidade (*hipertexto* e *hipotexto*).

Identificar esses outros textos no texto saramaguiano não é tarefa fácil. Nem sempre o autor previne o seu leitor sobre seus “jogos linguageiros”, e esse último pode muitas vezes nem identificá-los. A intertextualidade se faz mais presente em alguns romances de Saramago do que em outros. Seja como for, os textos saramaguianos dialogam bastante com textos bíblicos, entre outros. Para exemplificar a intertextualidade com a Bíblia, observemos este fragmento do livro analisado:

A mulher do médico tinha perguntado, Que se terá passado com os bancos, não que lhe importasse muito, apesar de ter confiado suas economias a um deles, fez a pergunta por simples curiosidade, apenas porque o pensou, nada mais, nem esperava que lhe respondessem, por exemplo assim, No princípio, Deus criou os céus e a terra, a terra era informe e vazia, as trevas cobriam o abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre a superfície das águas, em vez disso, o que sucedeu foi o velho da venda preta dizer enquanto seguiam avenida abaixo, Pelo que pude saber quando ainda tinha um olho para ver, no princípio foi o diabo, as pessoas com medo de ficarem cegas e desmunidas, correram aos bancos para retirarem os seus dinheiros, achavam que deveriam acautelar o futuro [...] (SARAMAGO, 1995, p. 253-4).

Esse trecho contém uma passagem do *Gênesis*, nas linhas 5, 6 e 7. Mas a ela segue-se a ironia, quando o narrador “convoca” o senhor cego, da venda preta: no interior da fala deste, vê-se que Deus foi trocado pelo Diabo no momento da evasão de dinheiro.

A aproximação do autor com o processo intertextual nos revela que existe uma literatura experimental, na qual transita uma dimensão crítica do ser humano, sem perder de vista uma criatividade de aparência inovadora, apesar de em toda literatura haver a presença de textos anteriores ao texto de origem. Todas as paródias, independentemente de serem irônicas ou não, têm uma função: a de aproximar o romancista da tradição literária.

Para finalizarmos, apresentamos mais um exemplo da presença marcante da intertextualidade em *EC*: trata-se da parábola do cego, retratada na pintura de Bruegel (1568), em que temos um cego guiando outros cegos.

O trecho a seguir confirma a presença dessa intertextualidade com a pintura: “[...] ou teria de suceder-lhes o mesmo que os cegos da pintura, caminhando juntos, caindo juntos e juntos morrendo.” (SARAMAGO, 1995, p. 125). A grande diferença é que, no romance de Saramago, os cegos são guiados pela mulher que vê.

**Figura 1 – A parábola do cego de Bruegel:1568.  
Museo Nazionale Capodimonte, Nápoles**



Fonte: Disponível em: <[http://www.auladearte.com.br/historia\\_da\\_arte/brueghel.htm#axzz3uuaDmyqz](http://www.auladearte.com.br/historia_da_arte/brueghel.htm#axzz3uuaDmyqz)>. Acesso em: 20 nov. 2015. Acervo do autor.

### ***Ensaio sobre a cegueira: uma reflexão no âmbito da literatura saramaguiana***

*Ensaio sobre a cegueira* retrata, por meio de uma mistura entre o mundo real e o de ficção, as inquietudes humanas. Por se tratar de um romance em que existe presença de criticidade, de posicionamentos e pontos de vista bastante evidentes que circulam nos imaginários sociodiscursivos, o autor opta por não nomear as personagens e o espaço onde acontece a trama.

Para falarmos da cegueira, tal como a descreveu Saramago, passemos rapidamente pelos princípios da ótica, com base nos quais podemos dizer que o preto e o branco não são exatamente cores. A cor branca é concebida pela mistura de todas as cores existentes no arco-íris, enquanto o preto implica a ausência total de luminosidade. Em outras palavras, o branco pode ser o reflexo total da luz, e o preto, a retenção total. Quando falamos de cegueira, pensamos imediatamente na escuridão. Não remetemos a cegueira a outras cores. A cegueira é, basicamente, negra. No romance, no entanto, a cegueira não é descrita dessa forma que diríamos lógica; ao contrário, ela é clara, branca a ponto de ser comparada a um “mar de leite”.

O enredo fala de uma epidemia que se alastra por todo um país: uma cegueira contagiosa que não tem explicação científica. Acreditamos que Saramago teve a intenção de colocar em evidência as relações humanas, o

comportamento humano diante do caos e de nos fazer pensar na verdadeira insignificância da raça humana ao se deparar com a falta de um sentido tão importante para a vida como a visão (sua e do outro). No romance são despertados instintos selvagens nas pessoas, instintos esses caracterizados por violência, agressividade, ira e individualismo, sintomas tão evidentes no mundo de hoje. As personagens do livro não são nomeadas, são supostamente anônimas (supostamente porque mesmo sem nomes próprios são individualizadas). Não há também uma precisão de onde acontece a epidemia, de onde se desenrola a história. Com referência a esses aspectos, podemos pensar que existe uma intenção de universalizar as pessoas e o ambiente, ou seja, o texto como um todo.

Julgamos que, na obra em foco, a cegueira é uma metáfora do que estamos vivenciando hoje no mundo dito pós-moderno<sup>41</sup>: alienação, perda da individualidade ou seu excesso, inquietudes, massificação da vida etc. A essência do romance está em mostrar como o ser humano está decadente, como estamos cegos perante tudo o que nos cerca e como banalizamos as coisas na vida.

Numa entrevista, Saramago (1997) respondeu o seguinte a um jornalista que lhe indagou o porquê do sucesso da sua obra, apesar de ela ser considerada uma leitura difícil: “Eu ousou pensar que os leitores encontrem nesses livros, não digo, uma resposta, mas os ecos das suas próprias inquietações e, sendo assim, não permitem que as dificuldades os vençam” (CALBUCCI, 1999, p. 14). Portanto, por essa resposta, fica claro que Saramago realmente quer tocar seus leitores e fazê-los pensar e repensar a verdadeira condição humana. Isso fica bem explícito nas falas e comportamentos de suas personagens, trazendo para elas imaginários sociodiscursivos que construímos ao longo dos tempos.

## Um romance que abre para muitos efeitos de gênero

No que diz respeito ao estudo dos gêneros de discurso, Bakhtin um dos autores mais citados em função de suas pesquisas sobre o assunto, tais como: a defesa do romance como gênero literário; a abordagem do romance polifônico em Dostoiévski; o destino do discurso literário ligado ao destino dos demais gêneros; o papel e o lugar dos gêneros nos estudos marxistas da linguagem etc. A concepção de gênero para ele se relaciona com outros

41 Segundo Bauman (1998), por “era pós-moderna” ou pós-modernidade devemos entender um processo histórico que tem como algumas características: o consumismo, o individualismo, o desenvolvimento de novas tecnologias e formas de comunicação, o maior contato entre nações etc. Tais desenvolvimentos repercutiriam nos indivíduos, dando-lhes, por exemplo, o sentimento de fluidez, desestabilidade e até desordem. Trata-se de um conceito que se refere a um estado de coisas, e não a um marco cronológico, propriamente dito.

conceitos que permeiam diversos campos, tais como os de ideologia, enunciado, texto, discurso e língua. Apesar de aparecer frequentemente em sua obra, tal terminologia é flutuante.

*EC* já carrega em seu título uma suposta ambiguidade no que se refere à delimitação do gênero. Pensamos que exista aqui um efeito de gênero (CHARAUDEAU, 1992), podendo ter sido ou não introduzido propositalmente pelo autor, uma vez que a palavra “ensaio” pode aparecer na literatura contemporânea sem os contornos do “ensaio” como gênero. De todo modo, o ensaio é um texto que possui características peculiares, pois caminha pela linguagem poética e edificante.

Pode ser que Saramago tenha pensado nesse título como uma forma de avisar seu leitor de que se trata de um romance, uma ficção, mas que esta contém um viés crítico sobre as inquietudes humanas. Talvez o autor quisesse também despertar a curiosidade do leitor mais erudito. Se o gênero ensaio é tomado, em geral, como um texto crítico literário, o título provocaria um efeito de alerta anterior à leitura. Na verdade, *Ensaio sobre a cegueira* é um romance, mas que trata de temas relacionados com a sociedade, bem como com o ser humano.

Isso nos leva a formular a pergunta: afinal, estamos diante de um ensaio ou de um romance? Optemos por uma solução intermediária: digamos que é um romance, mas com efeitos do gênero ensaio. É ficção; entretanto o leitor é levado a realizar uma reflexão sobre a condição humana, devido ao enredo proposto no livro.

Essas indeterminações estão cada vez mais presentes na produção de um texto no que se refere à delimitação dos gêneros. Patrick Charaudeau (1992, p. 698)<sup>3</sup>, em sua *Grammaire Du Sens*, explica tal fenômeno da seguinte maneira:

Esse efeito resulta do emprego de certos procedimentos discursivos que são suficientemente repetitivos e característicos de um gênero para dar sinal de que é ele mesmo. Por exemplo, começar uma história ou uma narrativa com “era uma vez”, é, qualquer que seja a sequência, produzir o efeito de contos de fadas. Sabemos da importância da primeira frase de um romance que tem por função dar o tom de história, quer dizer, afinal de contas, produzir um efeito de gênero. Todas as formas de pastiches, paródias, plágios etc, utilizam procedimentos que permitem preservar (além das variações temáticas), as funções discursivas de texto de partida para produzir um efeito de semelhança (CHARAUDEAU, 1992, p. 698).

A questão de denominar cada gênero literário com características mais ou menos pré-definidas pela sociedade atual provoca discussões no meio acadêmico no que se refere à delimitação de cada gênero, principalmente

daqueles que surgem em todo momento com o advento da internet. Os textos são susceptíveis a várias influências, tal como a de outros gêneros. Tentando desvendar o mundo complexo que gira em torno do gênero “ensaio”, Glaudes e Louette (1999, p. 11) afirmam o seguinte:

Dificuldade suplementar, o impasse que parece conduzir toda tentativa para se constituir um gênero a partir de obras particulares se acentua consideravelmente no caso do ensaio. O gênero parece ter um efeito que não satisfaz a nenhuma norma ou as desafia totalmente ou quase isso. Barthes dá uma definição paradoxal quando afirma que o ensaio é caracterizado por uma desorganização sistemática que é sua regra.<sup>42</sup>

Diante desse quadro, entendemos que o fato de o gênero ensaio ocupar um lugar incerto e ser afeito à complexidade talvez seja o motivo que levou Saramago a inseri-lo no título da obra. Se o título nada mais é que a síntese do que foi tratado no texto, nesse caso, o romance em foco, movido pelas múltiplas vozes e formações discursivas, é também sinônimo desse mundo polifônico tratado por tantos escritores.

## Considerações

Os *corpus* escolhidos pelos analistas do discurso são amplos e diversificados de acordo com os interesses de pesquisa. Diversos são os tipos de discursos analisados. No que se refere ao corpus literário, antes da linguística do texto e do discurso, ele era analisado pelos literários passando pelo viés da estética. Hoje, a linha da AD toma o corpus literário como um texto ligado ao contexto social e aos imaginários que circulam a sociedade: num romance, por exemplo, vimos que o autor se vale do cenário social e amplia as buscas de interpretação revisando as visadas que ali constroem o sentido e viabilizam a construção do texto. Um corpus literário, seja ele qual for o gênero discursivo, é rico em amplos sentidos, e, para nós analistas, um material de grande relevância para diversas problemáticas abordadas dentro das pesquisas voltadas à interpretação textual.

A junção entre a literatura e a AD tem despertado o interesse de muitos estudiosos renomados e seus seguidores. Os estudos sobre o sujeito é uma grande questão dentro da linguística contemporânea pós-estruturalista. Sabemos

42 Tradução nossa de: «*Difficulté supplémentaire, l'impasse où paraît conduire toute tentative pour constituer un genre à partir d'œuvres particulières s'accroît considérablement dans le cas d'essai. Le propre de ce genre semble être en effet de ne satisfaire à aucune norme ou de les défier toute ou presque. Barthes en donne une définition ténue et paradoxale quand il affirme que l'essai est caractérisé par une désorganisation systématique qui est sa seule règle.*».

que esse movimento se deu, na verdade, como um ponto inicial a uma crítica ao estruturalismo, cujo sujeito era voltado dentro de uma análise estática e não como um sujeito inserido no mundo. Entretanto, o sujeito tornou-se o grande objeto de estudos linguísticos dentro da história da Ciência da Linguagem. Portanto somente com a Teoria da Enunciação trazida pelos grandes nomes da linguística: Bakhtin, Jakobson e Benveniste (MELLO, 2003) que o sujeito volta a ser parte integrante dos estudos da linguagem.

A intertextualidade é uma categoria presente em todos os discursos, uma vez que sabemos que todo dito em parte de um já dito. Um *corpus* literário é carregado de outros textos e cabe ao leitor detectar estes já ditos que aparecem em forma de intertextualidade como pudemos observar nas análises apresentadas. D. Maingueneau trata fortemente da troca linguageira dentro do texto literário, bem como quais são as condições de produção destes textos. Para ele, “como qualquer enunciado, a obra literária implica uma situação de enunciação” (1995, p. 121).

Desse modo, a AD e a Literatura são campos que se entrecruzam e possibilitam uma análise mais profunda da questão dos sujeitos da linguagem e da construção do sentido no texto sem passar pelo caminho da estética, mas sim pelo caminho da interpretação e da inserção dos sujeitos em um mundo coletivo.

Nossas considerações analíticas levaram em conta a visão de mundo e a experiência dos sujeitos participantes da enunciação, o autor da obra e leitor analista do discurso. O corpus literário é rico e perpassa qualquer noção limitada de que a literatura é um mundo de estética, pois aqui nos consideramos a literatura como espelho da própria sociedade, mesmo dentro de um texto ficcional. O sujeito se torna parte integrante das pesquisas linguísticas sobre a construção do sentido no texto.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013. p. 25-36.

BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CALBUCCI, E. **Saramago, um roteiro para os romances**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette Éducation, 1992.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GLAUDES, P.; LOUETTE, J. F. **L'essai**. Paris: Armand Colin, 1999.

GOMES, A. C. **A voz itinerante**. São Paulo: Edusp, 1993.

MACHADO, I. L. **Parodie et analyse du discours**. Paris: L'Harmattan, 2013.

MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2014a.

\_\_\_\_\_. O discurso literário contra a literatura. In: MELLO, Renato (Org.). **Análise do discurso e literatura**. Belo Horizonte: NAD; FALE; UFMG, 2005.

MAINGUENEAU, D. Os discursos constituintes. In: \_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. Curitiba, PR: Criar Edições, 2006. p. 33-51.

MELLO, R. Os múltiplos sujeitos do discurso no texto literário. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2003. p. 33-50.

RABAU, S. **L' intertextualité**. Paris: Flammarion, 2002.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# O PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ponte narrativa entre os discursos do passado e do presente

Adriana do Carmo Figueiredo

## Introdução

Os estudos sobre a Análise do Discurso e suas *afinidades epistêmicas franco-brasileiras* têm ocupado um espaço considerável nos debates envolvendo as ideologias do poder e sua organização retórico-argumentativa. Segundo Machado e Mendes (2011), a Análise do Discurso é uma área do saber pluridisciplinar que está composta por três eixos que trazem diferentes nuances para as pesquisas realizadas no Brasil, tendo em vista a diversidade de materialidades discursivas que são analisadas por pesquisadores brasileiros. O primeiro eixo se refere aos estudos da ideologia no discurso; o segundo, em linhas gerais, está voltado para a análise crítica do discurso; e o terceiro tem reunido várias metodologias, cuja prática analítica converge em alguns aspectos, mas diverge em outros.

Assim, a primeira vertente, criada em torno das ideias de Michel Pêcheux e Louis Althusser, foi difundida, no Brasil, por Eni Orlandi (1983) e seus colaboradores, colocando a noção de ideologia no centro dos debates da época, por volta dos anos de 1970 e 1980<sup>43</sup>, num período difícil marcado pelas censuras da ditadura militar brasileira. Machado e Mendes (2011) destacam a obra *Le langage et son fonctionnement – les formes du discours* (2009 [1983]), em que Orlandi traz fundamental contribuição para difundir as ideias de Pêcheux no Brasil. A proposta pecheutiana traz a noção do *assujeitamento dos indivíduos pela ideologia*, e no leva a examinar as propriedades discursivas da *forma-sujeito* ou do *sujeito do discurso* em seus diálogos com as *formações discursivas ideológicas* e seus *processos de interpelação*. Trata-se de uma

43 Nesse sentido, Machado e Mendes (2011) destacam que não é possível estabelecer a data precisa da divulgação das ideias de Michel Pêcheux no Brasil. Ao que parece ser, a obra de Pêcheux de 1975 (*Les Vérités de la Palice*) foi traduzida para o português, em 1988, por Eni Orlandi et al, sob o título *Semântica e Discurso, crítica à afirmação do óbvio*. Esse marco temporal é interessante se levarmos em consideração o período da redemocratização no Brasil que culmina com o constitucionalismo de 1988 e consequente promulgação da nossa Constituição Cidadã, repleta de ideologias e discursos que refletem os clamores populares desencadeadores da *Assembleia Nacional Constituinte* e dos fundamentos do *Estado Democrático de Direito*.

problemática mais representacional que descritiva, pois está centrada na relação entre *formação discursiva* e *formação ideológica*. O foco dessa geração parece se concentrar na compreensão das *formações ideológicas*, por meio de uma interpretação do discurso, subsistindo a ideia de que *discurso é representação de sistema de valores*.

O segundo eixo, conforme Machado e Mendes (2011), traz as noções da Análise Crítica do Discurso (ACD) e recebe as influências de Norman Fairclough, Teun A. van Dijk e outros pensadores. Em linhas gerais, essa perspectiva tem como objetivo a ideia de *agir no mundo e transformá-lo*. Ao que parece ser, essa abordagem chegou ao Brasil com seus *corpora* diversificados ligados a diferentes contextos brasileiros e em múltiplas formas de manifestação, envolvendo temáticas discursivas em torno das noções de pós-colonialismo, das questões de gênero, dos debates sobre identidade e alteridade, dos discursos das minorias sociais e das problemáticas raciais. A Análise Crítica do Discurso propõe uma visada analítico-discursiva que “estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político” (van DIJK, 2012, p. 113).

O terceiro eixo, por sua vez, possibilita o uso de metodologias diversificadas e traz uma forte marca teórica por meio do diálogo franco-brasileiro. Nessa perspectiva, Machado e Mendes (2011) destacam as *alianças que surgiram nos trópicos*, associando conceitos vindos dos estudos de Dominique Maingueneau, com as noções da semiótica greimasiana, com a polifonia de Mikhail Bakhtin e também com a Teoria Semiológica de Patrick Charaudeau<sup>44</sup>. Trata-se, a nosso ver, de um eixo eclético que capta percepções diversas dos modos de pensar a linguagem e que considera as noções de sujeito, não apenas como um ente individual, mas, sim, como um ser coletivo que se compõe de ideologias e se materializa em desdobramentos discursivos. Nessa abordagem, há influências da antropologia, sociologia e psicologia social. O discurso é entendido como *lugar da encenação da significação* que “ultrapassa os códigos de manifestação languageira”, e é analisado por meio de vários *códigos semiológicos* (CHARAUDEAU, 2001, p. 25). Em sua Teoria Semiológica, Charaudeau (2001) propõe que a Análise do Discurso deverá problematizar o fenômeno da significação, levando em consideração as condições de produção dos discursos e sua dimensão psicossocial.

É especialmente nesse terceiro eixo que localizamos a pesquisa que apresentamos neste capítulo, em que buscaremos resgatar algumas das ideias da

44 Cf.: MARI, Hugo et al. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG; FALE, Núcleo de Análise do Discurso, 1999.

semiologia francesa (CHARAUDEAU, 2001, 2006, 2015) para aplicá-las às realidades discursivas brasileiras que se constroem pelo viés das *narrativas de vida* (MACHADO, 2014, 2015, 2016). Assim, apresentaremos uma proposta analítica do Preâmbulo da *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (CRFB/88) que inaugura a base valorativa do discurso constitucional. Buscaremos compreender as narrativas que sustentam o *Estado Democrático de Direito* pelas vozes discursivas dos enunciadores<sup>45</sup> que são convocados para pensar as noções político-jurídicas da Carta de Valores que orienta o constitucionalismo em vigência no Brasil, herdeiro também de memórias do passado. Partiremos do entendimento de que as *narrativas de vida* podem ser construídas por sujeitos coletivos que deixam entrever os seus *imaginários sociodiscursivos* nos arranjos linguageiros das assembleias constituintes.

Entendemos que essas narrativas são relevantes para a interpretação das normas jurídicas, pois revelam os alicerces da Carta Política que rege o núcleo de direitos e garantias fundamentais da nossa sociedade pelos discursos do Direito Constitucional.

### Notas sobre o Preâmbulo da Constituição Federal de 1988

Segundo o jurista José Afonso da Silva (2014), o intérprete da lei não tem destacado a relevância do *contexto* nas leituras que faz do texto constitucional. Assim, destaca que a Constituição, como produto textual, “tem seu *ser* nas palavras”, e estas, por sua vez, possuem certos arranjos, “que nem sempre exprimem com clareza sua intencionalidade” (SILVA, 2014, p. 16). A função do intérprete, portanto, é revelar as significações que são produzidas no discurso e que transcendem o seu conteúdo de natureza material. Com essa função analítica, o intérprete da Constituição deve se perguntar: “De onde vem o sentido desse texto? Como chegar a ele?” (SILVA, 2014, p. 16).

Silva (2014) destaca que, para a compreensão do sentido do texto constitucional, o intérprete deve buscar um *pré-conhecimento* e uma *pré-compreensão*, estes são os primeiros passos que guiam sua interpretação da Constituição e que levam em conta sua experiência de leitura do mundo. Desse modo, para se chegar ao sentido do texto constitucional, o intérprete tem que “penetrar no horizonte do seu significado” e buscar a reconstrução das significações. Dessa perspectiva analítica, surge o “círculo hermenêutico” evocado pela ciência do Direito, “sem o qual o sentido do texto não pode emergir” (SILVA, 2014, p. 16). Esses passos para a compreensão do texto constitucional não

45 A respeito dos enunciadores, utilizamos a abordagem de Patrick Charaudeau (2001) sobre os *sujeitos da linguagem* e seus papéis sociais, mas não vamos nos deter nas particularidades existentes entre esses sujeitos, conforme o “quadro teórico” proposto em sua teoria Semiolinguística.

são de natureza passiva, pois é necessário decifrar os sentidos enunciativos e, talvez, conjugá-los à sua natureza original, buscando compreender, por exemplo, “o impacto das emendas e modificações sobre sua compreensão” (SILVA, 2014, p. 16)<sup>46</sup>.

No que se refere ao Preâmbulo constitucional, Silva (2014) comenta:

É a expressão solene de propósitos, uma afirmação de princípios, uma síntese do pensamento que dominou na Assembleia Constituinte em seu trabalho de elaboração constitucional. Enuncia por quem, em virtude de que autoridade e para que fim foi estabelecida a Constituição. Não raro exerce a função de cláusula de promulgação e ordem de obediência, como têm sido os Preâmbulos das Constituições Brasileiras, desde a do Império (SILVA, 2014, p. 23)<sup>47</sup>.

Assim, os Preâmbulos constitucionais trazem referências a fatos passados, às vezes indesejados, e “postulam a construção de uma ordem constitucional com outra direção” (SILVA, 2014, p. 24). Esse breve texto que inaugura a Constituição pode revelar “uma situação de luta na perseguição de propósitos de justiça e liberdade”, podendo também estabelecer “um princípio básico, político, social e filosófico do regime instaurado pela Constituição” (SILVA, 2014, p. 24).

Sem dúvida, conforme voto da ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2008, relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 2649/DF, o Preâmbulo da Constituição Federal de 1988 possui importante carga axiológica. Assim, os enunciados preambulares servem como “orientação para a interpretação e aplicação das normas constitucionais”, dado que os valores ali expressos possuem “eficácia interpretativa e integrativa” (SILVA, 2006, p. 22, apud min. rel. LÚCIA, 2008, p. 42).

Em seu voto, como relatora da ADI 2649/DF, a ministra Cármen Lúcia faz referência a vários juristas (Kelsen, Schmitt, Silva e outros), apresentando alguns pontos de convergência e divergência que existem entre eles, a respeito da natureza jurídica do Preâmbulo constitucional. Para Kelsen, por exemplo, o Preâmbulo, geralmente, não determina normas jurídicas em relação às condutas humanas (BRASIL, rel. LÚCIA, 2008). Segundo Cármen Lúcia, o jurista Schmitt, numa posição diversa à de Kelsen, entende que o Preâmbulo é “parte integrante da ordem jurídica constitucional” e revela “o verdadeiro significado das normas que a compõem” (BRASIL, 2008, rel. LÚCIA, p. 41).

46 A respeito da hermenêutica jurídica e do “círculo-hermenêutico”, José Afonso da Silva (2014) esclarece que suas ideias dialogam com as propostas de Richard E. Palmer, Emilio Betti, Enrique Alonso Garcia e outros pensadores.

47 Silva (2014) menciona que essas noções sobre o Preâmbulo trazem referências das doutrinas de Themistocles Brandão Cavalcanti (*A Constituição Federal Comentada*), Rafael Bielsa (*Derecho Constitucional*) e João Ramalho (*Constituição Federal Brasileira, Comentários*).

A ministra conclui essa discussão com palavras de Silva (2006) e afirma que, especialmente, no Preâmbulo da Constituição de 1988, existe um apelo enunciativo contextual para o seguinte fundamento: “o Estado Democrático de Direito destina-se a assegurar o exercício de determinados **valores supremos**” (SILVA, 2006, p. 22, apud min. rel. LÚCIA, 2008, p. 42, grifos da jurisprudência). E, desse modo, Cármen Lúcia argumenta que o *princípio jurídico da solidariedade* está entre esses valores expostos no Preâmbulo de 1988. Essa fundamentação principiológica se materializa discursivamente como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 3º, inciso I, que determina: “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (BRASIL, 1988).

No entanto, é sabido que o STF brasileiro já havia se posicionado em relação à força normativa do Preâmbulo constitucional, jurisprudência de 2002, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 2076/AC, que teve como relator o ministro Carlos Velloso. Na ocasião, discutia-se a supressão do sintagma nominal “sob a proteção de Deus” na Constituição do estado do Acre. Nessa ação, o Plenário do Supremo Tribunal Federal considerou improcedente, por unanimidade, o pleito do Partido Social Liberal (PSL), contra a Assembleia Legislativa do Acre, em razão da omissão dessa expressão na Constituição daquele estado. Foi decidido pelo STF que o Preâmbulo não constitui norma central da Constituição e que, portanto, não é de reprodução obrigatória nas Constituições dos estados brasileiros (BRASIL, 2002).

O relator da ADI 2076/AC, ministro Carlos Velloso, argumentou, em seu voto, que o Preâmbulo da Constituição Federal não cria direitos e deveres, por isso, não possui força normativa, pois reflete apenas a posição ideológica do constituinte ou um “sentimento religioso” (BRASIL, 2002). Nesse sentido, questionamos essa posição defendida pelo STF, em 2002, pois o Preâmbulo brota do *poder constituinte originário*<sup>48</sup> e, por isso, sem dúvida, é justificável sua influência para a interpretação dos discursos provenientes da Constituição Federal, especialmente, nos controles de constitucionalidade. Do ponto de vista discursivo, entendemos que, o sintagma “sob a proteção de Deus” apresenta forte carga valorativa, pois evoca o discurso religioso e as ideologias de crença que se perpetuam por ele. Por outro lado, lembramos que o Estado brasileiro é laico e, por isso, a evocação do discurso religioso no Preâmbulo

48 Em linhas gerais, podemos afirmar que o *poder constituinte originário* é uma força política que busca estabelecer uma nova ordem constitucional. A ideia de supremacia da Constituição decorre desse poder instituidor e de sua força normativa, cuja titularidade pertence ao povo, responsável por traçar os fundamentos de validade da Lei Fundamental da nação. Cf.: BÖCKENFÖRDE, Ernst. *Estudios sobre el Estado de Derecho y la democracia*. Madrid: Trotta, 2000.

da Constituição Federal pode trazer uma série de questionamentos sobre a laicidade prevista na norma jurídica, especialmente, na Norma Fundamental.

Assim enuncia o texto preambular da Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988).

Essa declaração textual que inaugura a nossa Carta Política de 1988 tem, pois, uma especial enunciação valorativa para o sistema de direitos e garantias constitucionais, do qual faz parte o grande contingente de cidadãos brasileiros, convocados pela pluralidade do “nós” que abre a declaração de vontade na *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC). Os enunciadores convocados pelos “representantes do povo brasileiro” nos levam a pensar nas diferentes vozes sociais, políticas e jurídicas que fizeram parte da expressão da Constituinte de 1988. Essas vozes são reveladoras das condições de produção do sistema de direitos e das narrativas militantes que desencadearam na promulgação da Carta Magna. Assim, os enunciados que integram a base preambular parecem revelar uma significativa metáfora ou um apelo simbólico valorativo que retrata os desejos da sociedade brasileira na instituição do *Estado Democrático de Direito*, alicerçado em *valores supremos e fundamentais*.

Conforme afirmamos, o *Preâmbulo* brota, no cenário constitucional, como um conjunto de enunciados oriundos do *poder constituinte originário*, e traz as origens, as metas, as justificativas, os princípios valorativos e os ideais de uma Constituição democrática e cidadã. Dessa forma, a Constituição de 1988 instaurou um novo regime político que trouxe os fundamentos de validade para as noções de Direito que emergiam da realidade histórica narrada pelo povo brasileiro.

Segundo Peter Häberle (2003), o *Preâmbulo* exerce a função de “ponte no tempo”, pois os elementos enunciativos que o compõem revelam as expressões da *dimensão temporal*, marcada ora pela recusa de um passado determinado, ora pela lembrança de determinadas tradições que fazem parte dos imaginários históricos das sociedades. Assim, por meio dos *Preâmbulos* constitucionais, há uma recordação (ou negação) do passado e também uma

invocação do presente, com perspectivas futuras, que se orientam por meio dos “desejos”. Assim, destaca Häberle:

Enquanto os preâmbulos contam a “história” e fazem profissões de fé em relação a ela, pretendem fazer justiça à necessidade de identidade e de tornar presente a história que tem o ser humano. Não no sentido de um tratamento científico para um público especializado, mas, sim, no sentido de uma história “que se sinta comprometida com o leigo” (HÄBERLE, 2003, p. 277, tradução nossa).

Ao analisarmos os elementos *sociodiscursivos* (CHARAUDEAU, 2006, 2015) do Preâmbulo da *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, sem dúvida, reconheceremos as vozes do *poder constituinte originário* que trouxeram as marcas identitárias caracterizadoras da comunidade política da época e das suas ideologias. Essas marcas também trazem as cicatrizes do período de transição da ditadura militar para o processo de redemocratização do país. Essas vozes revelam as *narrativas de vida* (MACHADO, 2014, 2015, 2016), implícitas e explícitas, dos vínculos de comprometimento entre os cidadãos que compõem a coletividade da qual fazem parte na inauguração do *Estado Democrático de Direito*. Trata-se, assim, de convocar enunciados e enunciadores, em resposta ao regime ditatorial que esteve vigente no país durante vinte anos (1964 a 1984), que expressam a crença na democracia e nas possibilidades da liberdade democrática.

### **As narrativas de vida como espelho dos imaginários sociodiscursivos: “todo o poder emana do povo”**

A nossa reflexão sobre a aplicação da Análise do Discurso na leitura que fazemos do Preâmbulo constitucional parte do entendimento de que a *materialidade discursiva* é composta de um plano enunciativo, “dotado de uma autonomia relativa de significação, que emerge a partir de uma lógica espontânea, configurada pelo crivo da história, da memória e da subjetividade constituinte de um acontecimento discursivo” (MACHADO et al., 2016, p. 16).

Nesse ambiente de rememoração, percebemos que as práticas narrativas brotam de situações diversas, inclusive, daquelas que se referem aos discursos jurídicos e suas subjetividades. Quando analisamos o Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, notamos situações linguísticas relevantes para pensarmos a noção desse *sujeito que se narra*, por meio da voz coletiva convocada pelo “nós” ou pelo enunciado “promulgamos”. Trata-se do *poder soberano do povo brasileiro* que se deixa entrever nos sistemas representacionais democráticos, oriundos das assembleias constituintes. Assim, o Preâmbulo constitucional revela os anseios dessa voz coletiva e de suas crenças, construídas nos embates

ideológicos que se instauraram nos momentos que antecederam o processo democrático. Essa declaração de vontade popular apresenta um valioso legado discursivo que retrata os alicerces esperados para a sustentação do *Estado Democrático de Direito* e da nova ordem constitucional que brotava do interior das lutas sociais e de seus movimentos reivindicatórios.

Desse modo, justificamos a nossa preferência pelas noções teóricas de *narrativas de vida*, pois é nesse arranjo linguageiro do “nós” preambular que identificamos diferentes *imaginários sociodiscursivos* caracterizadores das vozes que construíram os pilares do Direito Constitucional vigente no país. Além disso, no campo epistemológico franco-brasileiro, podemos afirmar que o sintagma *narrativas de vida*, proposto pela pesquisadora Ida Lucia Machado (2014, 2015, 2016)<sup>49</sup>, permite significativas análises conjugadas com a Teoria Semiollingüística francesa, de Patrick Charaudeau (2001, 2006, 2015)<sup>50</sup>. A junção desses elementos nos permite verificar um hibridismo teórico que revela conceitos da lingüística discursiva conjugados a outros sistemas de análise, provenientes de universos de saber diversificados, como a sociologia, a antropologia, a etnologia e a psicologia social. Nessa proposta híbrida, pretendemos colaborar com os diálogos provenientes da ciência jurídica, pois acreditamos que essa fusão transdisciplinar nos leva a pensar as condições de produção dos diversos discursos e suas possíveis relações com os sujeitos enunciadoreis, a cultura, a história e o Direito.

Charaudeau (2006) afirma que os *imaginários sociodiscursivos* transitam em um espaço interdiscursivo que gera uma pluralidade de significações. Esses *imaginários* são relevantes para a Análise do Discurso, pois eles “dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2006, p. 207). Nesse sentido, a noção de *imaginários sociodiscursivos* é fundamental para a compreensão das vozes enunciadoras presentes na manifestação política da Constituinte de 1988. Sem dúvida, é por meio do viés polissêmico dessas vozes, como seus diferentes papéis sociais, que podemos rememorar a história da elaboração da Carta Política que determina o sistema de direitos e garantias fundamentais.

49 Importante comentar que a pesquisadora brasileira Ida Lucia Machado vem tratando dessa temática das *narrativas de vida*, na Análise do Discurso, desde 2009. Trata-se de uma abordagem dos estudos discursivos que dialoga com a Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau, aberta também a outros diálogos teóricos. A produção bibliográfica de Machado sobre o tema é bastante diversificada, pois a pesquisadora tem publicado vários trabalhos em formato de livros, artigos, capítulos de livros, seminários e outras fontes sobre o assunto. Não pretendo fazer aqui um mapeamento completo desta produção intelectual, pois farei esta discussão teórica mais robusta na minha tese doutoral.

50 Nesta pesquisa, abordaremos apenas os trabalhos de Charaudeau referentes aos *sujeitos da linguagem* (2001), aos *imaginários sociodiscursivos* (2006) e *socioculturais* (2015), pois o nosso foco de análise se centra na compreensão desses *imaginários* presentes na construção identitária do povo brasileiro, que se materializa no plano enunciativo do Preâmbulo constitucional.

As *narrativas de vida* também nos permitem compreender atos de linguagem de seres sociais pertencentes a uma sociedade democrática. Nesse sentido, as vozes discursivas, sintetizadas naquele “nós” preambular, trazem a rememoração de suas lutas políticas e de suas concepções de mundo, enunciadas no espaço da Assembleia Constituinte. É nesse espaço discursivo que o “nós” se corporifica, evocando o protagonismo do povo brasileiro, titular legítimo do poder soberano positivado no parágrafo único, artigo 1º da Constituição de 1988, que assim enuncia: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Ao assegurar “o exercício dos direitos sociais e individuais” e ao estabelecer valores como “a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”, o Preâmbulo parece revelar uma clara demonstração de esperança nas bases democráticas, convocadas pelo povo brasileiro.

Entendemos que a Teoria Semiolinguística de Charaudeau é relevante para a compreensão do *récit de vie* (BERTAUX, 1997) que brota no Parlamento, pois traz como foco de análise o estudo da *comunicação social*. Essas práticas comunicacionais nos permitem refletir sobre temáticas que envolvem as questões identitárias, em suas perspectivas sociais e culturais. Charaudeau (2015) comenta que as sociedades modernas passam por diversas crises, quais sejam, identitária, cultural, comunitária e, inclusive, crises referentes aos valores e projetos que envolvem as práticas da cidadania e seus desafios para o século XXI. Sem dúvida, há também crises que envolvem o sistema de direitos e as interpretações que são feitas da legislação, especialmente, no que se refere às garantias individuais e coletivas. Muitas vezes, o aplicador da lei e o intérprete do Direito deixam de considerar a dimensão contextual presente nos discursos jurídicos, em todas as suas dimensões e também em seus desdobramentos ambivalentes. Isso nos leva, frequentemente, a questionar a noção de justiça ou os valores que sustentam o *Estado Democrático de Direito*.

Assim, reafirmamos que o Preâmbulo da Constituição de 1988 pode ser interpretado como uma grande metáfora da crença na democracia como resposta ao regime ditatorial anterior à redemocratização. Os valores ali expressos, por meio de enunciados que evocam as noções de uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social” (BRASIL, 1988), revelam os fundamentos do Estado que deve estabelecer a primazia das vozes coletivas em todas as suas particularidades. Esses são os pilares do *poder constituinte originário* que trazem uma clara noção de *justiça social* que se materializa no sistema de direitos e garantias fundamentais, conforme artigo 5º da CRFB/88 que preceitua: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988).

As vozes enunciadoras sintetizadas no “nós” preambular sugerem mecanismos discursivos e ideológicos que revelam a noção de que somos iguais, ainda

que construídos pela diferença. A respeito dessa noção da *percepção da diferença*, Charaudeau (2015) sustenta que a tomada da consciência da nossa existência acontece quando reconhecemos a existência de um outro que é diferente. Essa “percepção da diferença do outro constitui, antes de mais nada, a prova da própria identidade. É o princípio da *alteridade*” (CHARAUDEAU, 2015, p. 18). Os *imaginários socioculturais* brotam desse “encontro de si com o outro” que “se realiza não apenas por meio de ações que os indivíduos praticam na vida em sociedade, mas também por meio de seus julgamentos sobre a legitimidade dessas ações” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21). Portanto, a análise dos *imaginários* nos permite compreender “a dimensão das identidades coletivas, pois eles representam aquilo ‘em nome do que’ tais identidades se constroem (CHARAUDEAU, 2015, p. 21).

Nesse sentido, e analisando enunciados extraídos do Preâmbulo, como a noção de “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais” (BRASIL, 1988), notamos tanto as ideologias atinentes à *justiça social*, quanto os valores que se extraem dos direitos individuais relativos aos desejos dos titulares desse direito. Segundo Araújo (1999), a *justiça social* é o “fenômeno ideológico maior que condiciona todas as demais metas traçadas no Preâmbulo” (ARAÚJO, 1999, p. 8). Por outro lado, os “direitos individuais são valores objetivos em normas jurídicas” que buscam atender às demandas humanas (ARAÚJO, 1999, p. 8). Esses valores trazem a proposta de um vínculo comunitário solidário, que se constrói por meio de uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988).

Assim, o Preâmbulo da Constituição de 1988 nos mostra um ideal de justiça que se constrói por meio do universo das *representações* que se instauram na Assembleia Constituinte, onde o povo, representado pelo “nós”, traz esclarecedoras percepções da sociedade e da época em que foi promulgada a Carta Política. Nesse texto que inaugura a Constituição, percebemos juízos valorativos que definem a vontade popular e marcam o poder soberano legítimo que emana do povo. Trata-se de *representações* que “evidenciam imaginários coletivos que são produzidos pelos indivíduos que vivem em sociedade, imaginários esses que manifestam, por sua vez, valores por eles compartilhados” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21). A *memória identitária* que se constrói nessas trocas languageiras, no Parlamento, espelha os arquivos das bases constitucionais que definem a noção de Direito, fruto do processo democrático. Bases estas que se ergueram pelas narrativas das militâncias e dos clamores provenientes dos atos pré-constitucionais.

Talvez sejamos um pouco ousados em considerar essa voz coletiva preambular como indicadora de *narrativas de vida*. No entanto, concordamos com Machado (2014), no sentido de que as narrativas podem surgir de uma prática discursiva “quanto menos se espera”, e não apenas de relatos a ela

consagrados” (MACHADO, 2014, p. 132). O próprio ambiente da Assembleia Constituinte e os movimentos que se fizeram, antes da promulgação da Constituição de 1988, nos parecem indicativos de vozes que traziam as marcas identitárias das lutas políticas e das crenças na nova ordem constitucional.

Sem dúvida, a promulgação da *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* simbolizou o fim de um período conturbado e obscuro da história do nosso país. Os movimentos pré-constituintes funcionaram como uma catarse, em que emergiram as lutas reivindicatórias e os movimentos de resistência com seus apelos de liberdade, igualdade e dignidade. A instalação da *Assembleia Nacional Constituinte*, em 1º de fevereiro de 1987, marcou um momento que anunciava grandes mudanças para a realidade brasileira. Houve uma retirada estratégica dos militares, e um processo de transição que implicou em rupturas provenientes da força das *narrativas de vida* que vieram à tona, por meio das Audiências Públicas.

A reunião dessas forças, dentro e fora do espaço da Assembleia Constituinte, transformou o Congresso Nacional no centro das principais decisões políticas do país. Assim, as Audiências Públicas trouxeram as condições de produção das principais demandas da sociedade brasileira, vindas de diferentes vozes enunciativas. O Preâmbulo da Constituição de 1988 brotou desse ambiente de transformações e, por isso, nos faz lembrar os valores convocados por essas vozes populares que fervilhavam nos corredores e nas redondezas das dependências do Congresso. Dali, saíram as propostas enunciativas de milhares de pessoas que buscavam a configuração de um *Estado Democrático de Direito* comprometido com a “ordem interna e internacional”, e também “com a solução pacífica das controvérsias” (BRASIL, 1988).

Segundo relatos da época<sup>51</sup>, as reivindicações populares se faziam presentes nos corredores, nos gabinetes dos políticos e em diferentes espaços da sociedade civil, onde o povo apresentava seus pareceres e suas opiniões. Havia uma forte crença nas causas defendidas pelos movimentos populares que protagonizaram o cenário político pré-constituinte. As pautas giravam em torno das reivindicações das mulheres militantes, das pessoas com deficiência, dos movimentos representativos dos interesses das crianças, dos adolescentes, dos idosos e de tantos outros seres sociais que viam a Constituinte como uma esperança de significativas transformações sociais.

Assim, as *narrativas de vida* eram compostas de uma multiplicidade de dizeres e de *formações discursivas ideológicas* vindas de diferentes instâncias

51 Cf.: A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA (programa completo). Direção: TV Senado. Documentário da elaboração do texto constitucional pela Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro de 1987. Publicado em 4 de outubro de 2013, (63 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Nc-1GIZD1t0&t=1000s>>. Acesso em: 29 out. 2017.

legitimadoras: Ministério Público, Poder Judiciário, sindicato, indústria, agricultura, entre outras. A palavra estava aberta para a manifestação dos representantes de diversos setores da sociedade brasileira: garimpeiros, indígenas, banqueiros, bancários, sem-terra, operários, todos em busca de uma nova ordem constitucional. Havia, inclusive, organizações de prostitutas, meninos de rua e de setores da sociedade que normalmente não eram organizados (A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA, 2013)<sup>52</sup>.

O regimento interno da Constituinte de 1987 abriu a oportunidade para a sociedade brasileira participar do processo democrático de forma ativa. Os ambientalistas, por exemplo, foram ao Congresso Nacional e trouxeram as suas reivindicações que se materializaram no Preâmbulo, por meio do enunciado “bem-estar”, convocado como um *dos valores supremos do Estado Democrático*. Essa carga valorativa anunciada no Preâmbulo foi positivada no artigo 225 da CRFB/88, que determina o direito à “sadia qualidade de vida” e ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, tendo em vista sua defesa e preservação “para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva de uma Constituinte que pudesse promover uma *cidadania verde* e uma sociedade “pluralista”, “sem preconceitos”, os indígenas tiveram papel relevante e marcaram o seu espaço de luta. Deixaram na *Assembleia Nacional Constituinte* a defesa dos seus direitos e a expressão dos interesses dos povos indígenas em suas diferentes etnias. Os enunciadores indígenas, ali presentes, simbolizaram essa luta colocando um cocar na cabeça de Ulysses Guimarães, responsável pela condução do processo constituinte, e cantaram em seu gabinete.

A Igreja também estabeleceu mecanismos de diálogo com os interesses constituintes, pois muitas demandas da sociedade eram conduzidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, quando o Preâmbulo da Constituição de 1988 convoca o enunciado “sob a proteção de Deus” para o plano enunciativo, há um apelo explícito dos domínios da fé e do discurso religioso, herança dos *imaginários de crença*, da filosofia cristã de Tomás de Aquino e de Santo Agostinho, que também deixaram as suas marcas no nosso Direito brasileiro, ainda que erguido sob os alicerces do Estado laico. Conforme mencionamos, o Supremo Tribunal Federal (ADI 2076/AC) reconheceu a relevância dos princípios jurídicos que se extraem dos valores enunciados no Preâmbulo, mas decidiu que não se trata de uma norma jurídica a ser copiada pelas constituições dos estados brasileiros, especialmente, no que se refere ao sintagma “sob a proteção de Deus”.

52 Cf.: informações coletadas dos depoimentos de Adriano Pilatti, Neuto de Conto, Fábio Feldmann, João Gilberto Lucas Coelho et al. In: programa A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA, TV Senado, 2013.

Juristas do processo constituinte e ativistas sociais<sup>53</sup> argumentam que havia uma frase utilizada na época de que “constituente sem povo não cria nada de novo”. Esta enunciação traz as marcas da reação da sociedade frente à hipótese de se fazer “uma constituinte de cima para baixo” (A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA, 2013)<sup>54</sup>. Para dar corpo às *narrativas de vida* que compuseram o constitucionalismo brasileiro dos anos de 1980, a Universidade de Brasília (UnB) teve um papel importante. Segundo relatos<sup>55</sup>, a UnB marcou presença no acompanhamento das vozes populares que se manifestaram na Assembleia Nacional, pois promovia reflexões sobre a viabilização das propostas populares e discutia textos técnicos com representantes da sociedade civil.

Algumas temáticas foram priorizadas a partir dessas vozes que traziam suas demandas para o espaço público da Assembleia. O movimento negro<sup>56</sup>, por exemplo, trouxe suas reivindicações e deixou suas narrativas de luta pela “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”, conforme aponta o Preâmbulo. Assim, a militância negra também conquistou a determinação de que o crime de racismo fosse inafiançável, segundo a Constituição de 1988. Desse modo, o artigo 5º, inciso XLII, determina: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988).

Essas demandas chegavam ao Parlamento por meio de “emendas populares”<sup>57</sup>. Essas propostas legislativas conseguiram a adesão de milhares de assinaturas, o que trouxe, inclusive, desdobramentos para o sistema de direitos como um todo. Nesse sentido, destacamos os interesses relativos à proteção das crianças e dos adolescentes, que culminou no próprio *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Também foram significativas as propostas de proteção aos direitos dos consumidores, pois a Constituinte decidiu que o Congresso Nacional estipulasse um prazo para a elaboração da Legislação cabível. Isso desencadeou no *Código de Defesa do Consumidor*, Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990.

53 Entre eles, destacam-se as vozes de José Afonso da Silva, Dalmo Dallari, Sepúlveda Pertence, Francisco Whitaker e outras personalidades.

54 Cf.: depoimento de Francisco Whitaker, Fórum Pró-participação popular na Constituinte, Programa A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA, TV Senado, 2013.

55 Cf.: depoimentos de Glória Moura e João Gilberto Lucas Coelho, Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte – UnB, Programa A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA, TV Senado, 2013.

56 Cf.: depoimento de Glória Moura sobre a militância negra, Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte – UnB, Programa A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA, TV Senado, 2013.

57 Este é o termo utilizado pelos entrevistados no programa A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ, TV Senado, 2013. Importante comentar que a Constituição de 1988 não determina explicitamente a propositura de “emendas populares”, mas preceitua a possibilidade de lei de iniciativa popular. Cf.: artigo 61, §2º: “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles” (BRASIL, 1988).

No entanto, entre *sujeitos da linguagem* e seus discursos, a Constituinte de 1987-1988 não trouxe apenas as vozes desses enunciadores populares. Segundo José Afonso da Silva (2014), os *representantes do povo brasileiro* que promulgaram a Constituição de 1988 eram compostos “por 487 deputados e 49 senadores eleitos em 15 de novembro de 1986, mais 23 senadores eleitos em 15 de novembro de 1982 (SILVA, 2016, p. 24). Assim, se analisamos as condições de produção do texto constitucional, como um todo, especialmente, o Preâmbulo, nosso foco neste estudo, podemos afirmar que esse *sujeito comunicante*, responsável pela promulgação da Constituição, é formado por parlamentares que não correspondem exatamente à realidade dos enunciadores “representantes do povo”, dado que havia senadores, representantes dos estados e dos interesses da organização político-administrativa estatal. Isso, do ponto de vista jurídico, não afeta a legitimidade da Constituição de 1988, uma vez que esses políticos foram eleitos para elaborar a nova Constituição com o consentimento do povo e houve significativa participação popular nessa elaboração (SILVA, 2014).

Ao expressar a existência de poderes que são inerentes à soberania, o Preâmbulo enuncia as formas de participação popular, que podem ser exercidas por representantes eleitos ou por *mecanismos de participação popular direta*, conforme artigo 1º, parágrafo único da CRFB/88, já exposto neste estudo. Sem dúvida, essa declaração preambular revela uma decisão política importante para pensarmos os processos democráticos no Brasil. Assim, o Preâmbulo de 1988 propõe uma abertura “para um regime de democracia participativa que poderia desenvolver-se mesmo que o texto constitucional não consignasse qualquer forma de participação direta” (SILVA, 2014, p. 24).

Sem dúvida, a partir de 1985, houve um forte apelo popular com movimentos reivindicatórios diversos pela promulgação de uma nova Constituição. Desse modo, a fase pré-constituinte foi marcada pela expressiva participação da sociedade civil com suas *narrativas de vida* que trouxeram os pleitos do povo brasileiro. Eram vozes que buscavam a construção de um Direito que vinha das experiências do povo. Segundo Melo (2015, p. 107), as discussões sobre a saúde, por exemplo, procuraram estabelecer “um sistema único e descentralizado no setor”, com uma proposta de agenda ligada à perspectiva da redemocratização. Melo (2015) cita um dos *relatos de vida* que brotaram sobre a Constituinte 1988, o que nos faz pensar na *força ideológica* dos discursos e das memórias daqueles que se narram:

Todo o trabalho era em cima de direito dos pobres, direitos dos trabalhadores. A gente ia lá e pensava: “Putz, esse pessoal sabe mais das coisas do que o pessoal lá na universidade”. Eles sabiam perfeitamente; tinham aquela noção de direito. [...] Porque é gente que veio das lutas, das greves

de 1977-1978-1979. E que viu que, pela correlação de forças, tinham tido algumas vitórias, mas não conseguiram tudo. [...] Querem ver outro slogan que havia e que era dos mais fortes? “A luta faz a lei”. E por que a lei é importante? A lei é importante porque ela vai definir os seus direitos (BENEVIDES, 2011, p. 54 apud MELO, 2015, p. 107).

Portanto, entendemos que as *narrativas de vida*, conforme propõe Machado (2014), privilegiam um espaço de expressão das vozes de múltiplos sujeitos que, em situações de opressão, trazem as suas defesas ou as suas lutas pelos direitos e pelas garantias fundamentais que se materializam em seus discursos. Essa *materialidade discursiva* funciona como um espelho que nos permite compreender os *imaginários sociodiscursivos* (CHARAU-DEAU, 2006) que definiram as bases do Direito Constitucional. É como se estivéssemos olhando para dentro de nós mesmos e reconhecendo as nossas lutas que definiram e definem os nossos fluxos identitários.

## Considerações

Ponte entre o passado e o presente, o Preâmbulo da *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* nos permite fazer a travessia necessária para a compreensão das noções de Direito que brotaram dos discursos dos *sujeitos comunicantes* e dos *sujeitos enunciadores*, presentes na *Assembleia Nacional Constituinte de 1987*. Assim, o texto inaugural da Constituição Cidadã revela, por meio do cruzamento dos seus enunciados, as demandas do povo brasileiro, provenientes do cotidiano das práticas sociais e de suas trocas linguageiras, bem como os interesses políticos, administrativos e econômicos convocados pelas vozes estatais dos parlamentares.

As *narrativas de vida*, nessa perspectiva, possuem um expressivo papel para o resgate das memórias do constitucionalismo brasileiro, pois elas trouxeram os pilares que ergueram o sistema de direitos e garantias fundamentais. Por meio dos *relatos* oriundos da Constituinte de 1987-1988, estampados no espaço enunciativo do Preâmbulo constitucional, podemos compreender os valores almejados pelo povo brasileiro para a instituição do *Estado Democrático de Direito*. São valores provenientes do *poder constituinte originário*, desencadeador da Carta Política de 1988, e que revelam o entrecruzamento dos interesses e das demandas das múltiplas identidades que compõem a nossa sociedade.

Desse modo, a proposta deste capítulo foi problematizar a natureza jurídica do Preâmbulo da Constituição de 1988, dado que a força ideológico-normativa proveniente desse discurso ainda desperta discussões entre os pensadores do Direito. Como Analistas do Discurso, entendemos que, no domínio das

*formações discursivas ideológicas*, nenhum ato de linguagem é construído desprovido de intencionalidade. Assim, não há dúvidas de que o Preâmbulo constitucional não é apenas um texto decorativo que inaugura a Carta Política de 1988. Existe, certamente, uma forte representação do Direito que o povo espera receber, alicerçado sob as crenças na *liberdade, justiça, igualdade*, além de outros princípios estruturantes da *sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos*, conforme enunciam as vozes preambulares.

Ao traçar os valores do *Estado Democrático de Direito*, o Preâmbulo da Constituição de 1988 estabelece um *contrato comunicativo* e um *pacto social* entre o Povo e as Instâncias responsáveis pela criação e aplicação do Direito. Assim, no plano enunciativo preambular, podemos reconhecer a crença no *princípio da solidariedade* e o compromisso de todos esses seres sociais em assegurar uma sociedade *comprometida com a solução pacífica das controvérsias*.

Ao evocar o sintagma *sob a proteção de Deus*, as vozes constituintes que promulgaram a Constituição de 1988 parecem professar a fé que trazem como herança de seus *imaginários de crença*. Sem dúvida, essa enunciação proveniente do discurso religioso provoca uma interminável discussão sobre a laicidade do Estado e sua relação com os valores político-ideológicos da sociedade. Ao que parece ser, essa referência a Deus indica uma expressão do legado cultural que o próprio Direito recebe de suas bases filosóficas cristãs, com ideias provenientes da filosofia de Tomás de Aquino e de Santo Agostinho. Lembramos que a laicidade do Estado está atrelada à ideia de que a religião não deve interferir nos assuntos estatais. Importante comentar também que o Estado laico não é aquele desprovido de crença, mas, sim, aquele que permite a liberdade de cultos em todas as suas formas de expressão. Além disso, A Constituição de 1988 traz essa liberdade de crença como direito fundamental em seu artigo 5º, inciso VI, que preceitua: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 1988).

Acreditamos que o Preâmbulo da Constituição de 1988, na condição de *materialidade discursiva*, revela inúmeras *representações dos imaginários sociodiscursivos* do povo, que nos permitem pensar as noções de Direito em suas bases mais diversas e primitivas, aquelas provenientes dos apelos populares. Talvez, se nós (Povo e Instituições) fizéssemos esse resgate no tempo, e se buscássemos, cotidianamente, as origens democráticas do nosso Direito, poderíamos compreender melhor a noção de Justiça ou o que se espera dela em tempos atuais. Assim, teríamos uma significação que, certamente, se deslocaria de suas formas paradigmáticas, pois buscaria seus fundamentos nas militâncias populares e no saber jurídico das práticas sociais.

## REFERÊNCIAS

A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA (programa completo). Direção: TV Senado. Documentário da elaboração do texto constitucional pela Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro de 1987. Publicado em 4 de outubro de 2013, (63 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Nc-1GIZD1t0&t=1000s>>. Acesso em: 29 out. 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARAÚJO, Sérgio Luiz Souza. O Preâmbulo da Constituição brasileira de 1988 e sua ideologia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 36, n. 143, p. 5-14, jul./set. 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/498>>. Acesso em: 29 out. 2017.

BERTAUX, Daniel [1997]. **Le récit de vie. L'enquête et ses méthodes**. 2. édition. Paris : Armand Colin, 2005.

BÖCKENFÖRDE, Ernst. **Estudios sobre el Estado de Derecho y la democracia**. Madrid: Trotta, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela emenda constitucional nº 96 de 2017. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 27 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2076 AC**. Preâmbulo. Normas centrais. Constituição do Acre. Partes: Partido Social liberal – PSL, Wladimir Sérgio Reale, Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Relator: Ministro Carlos Velloso. Distrito Federal. Jurisprudência. Julgamento: 15 de agosto de 2002. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=375324>>. Acesso em: 23 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2649 DF**. Alegação de afronta aos princípios da ordem econômica, da

isonomia, da livre iniciativa e do direito de propriedade. Partes: ABRATI – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Interestadual, Intermunicipal e Internacional de passageiros, Flávio Botelho Maldonado, Presidente da República, Congresso Nacional. Relator: Ministra Cármen Lúcia. Distrito Federal. Jurisprudência. Julgamento: 8 de maio de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=555517>>. Acesso em: 23 out. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. In: \_\_\_\_\_. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. p. 184-208.

\_\_\_\_\_. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-29.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo, et al. (Orgs.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. Orgs. Hoffnagel, J. e Falcone, K. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London; New York: Logman, 1995.

HÄBERLE, Peter. **El estado constitucional**. Estudio Introductorio: Diego Valadés. Trad. Héctor Fix-Fierro. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2003.

MACHADO, I. L. A narrativa de vida como materialidade linguística. **Revista da Abralín**, Curitiba/PR, v. 14, n. 2, p. 95-208, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufbr.br>>. Acesso em: 30 out. 2017.

\_\_\_\_\_. O prefácio visto como uma prática discursiva em que diferentes vidas e obras se entrecruzam. **Revista GEL**, Campinas/SP, v. 43, série 3, p. 1129-1139, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/511>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MACHADO I. L. et al. A língua como materialidade discursiva. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Análise do discurso – afinidades epistêmicas Franco-Brasileiras**.

Coord. Prof. Sérgio Nunes de Jesus. Curitiba: CRV, 2016. p. 15-27. (Coleção Ciência Aberta. n. 12).

MACHADO, I. L.; MENDES, E. «Avant-propos», **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], 7 | 2011, mis en ligne le 15 octobre 2011. Disponible en: <<http://aad.revues.org/1220>>. Accès le: 24 août 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. Estudos de discurso e análise do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015. Parte I, p. 15-57.

MARI, Hugo et al. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG; FALE; Núcleo de Análise do Discurso, 1999.

MELO, Daniela Tranches de. **Movimentos sociais e institucionalização de políticas públicas de saúde no Brasil**: a experiência do movimento sanitário e do Sistema Único de Saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2015.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. [*Le langage et son fonctionnement – les formes du discours*]. São Paulo: Pontes, 2009 [1983].

\_\_\_\_\_. L'analyse du discours et ses entre-deux: notes sur son histoire au Brésil. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (Éds.). **Un dialogue atlantique**: production des sciences du langage au Brésil. Lyon: ENS Éditions, 2007. p. 38-61.

PÊCHEUX, Michel. Discurso e ideologia(s). In: **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1988. cap. III, p. 141-185.

\_\_\_\_\_. **Les vérités de la palice**. Paris: Maspero, 1975.

SILVA, José Afonso. **Comentário contextual à Constituição**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

*Versão final*

# LINGUAGEM, DISCURSO E CONDIÇÃO HUMANA<sup>58</sup>

Rui Alexandre Grácio

---

## Introdução

O presente texto visa abordar dois tópicos que, no campo dos estudos da linguagem, suscitam sempre alguma dificuldade e controvérsia: por um lado, o do significado e implicações da afirmação segundo a qual a linguagem é inerentemente retórica; por outro – mas não sem relação com o tópico anterior – o da explicitação das relações entre análise do discurso, retórica e argumentação.

O pano de fundo filosófico das reflexões aqui apresentadas é a assunção de que o homem, mais do que dominar a linguagem, está exposto e ela, caracterizando-se a sua condição por, simultaneamente, falar e ser falado e por habitar tensionalmente uma zona intermédia entre o saber absoluto e a ignorância total, entre o pleno e o vazio. Esta tese sobre a condição humana e a linguagem articula-se, por sua vez, com os três pares – implícito/explicito, resposta/problematização, saliência/filtragem – escolhidos para explicitar as relações entre análise do discurso, retórica e argumentação.

## A natureza retórica da linguagem

Sendo constitutivo da nossa própria humanidade, o fenómeno da linguagem nunca foi fácil de apreender e levantou sempre questões enigmáticas. Uma das primeiras formas de o conceber – ainda hoje corrente – foi pensar a linguagem como um *instrumento* de expressão, um meio através do qual o homem faz algo, ou seja, comunica.

De acordo com esta visão, a linguagem aparece como uma ferramenta criada pelo homem e corresponde à sua necessidade de se expressar e comunicar. É como se o homem existisse antes ou independentemente da linguagem – digamos, como alma – mas dispusesse também da potencialidade de se exprimir – digamos, um corpo – e de uma ferramenta que permite comunicar

---

58 A grafia do presente texto é do Português de Portugal e permanece como no original para que não se perca o sentido dado pelo referido autor que é nativo. Desta maneira, valorizamos a essência textual como contribuição à presente obra.

aos outros aquilo que exprime – digamos, um código linguístico. Temos assim a linguagem como uma atividade humana, um fenómeno de exteriorização e uma forma de expressão.

No fundo é com se falar fosse produzir uma ação dos órgãos de fonação e de audição de modo a permitir a expressão sonora e a comunicação compreensível das ideias e das afeções íntimas.

A abordagem da linguística enquanto ciência fixou-se precisamente nesta ideia de *código linguístico* e procurou estudar a linguagem a partir do conceito de língua e, mais precisamente, da língua enquanto sistema de signos. Ou seja, com esta abordagem, estamos perante a redução da linguagem a um instrumento ou veículo, e da palavra ao seu carácter de signo.

Esta ideia vem de longe, como podemos constatar através do seguinte texto de Aristóteles:

As palavras faladas são signos das afeções da alma e as palavras escritas são signos das palavras faladas. E como a escrita não é igual em toda a parte, também as palavras faladas não são as mesmas em toda a parte, ainda que as afeções da alma de que as palavras são signos primeiros sejam idênticas, tal como são idênticas as coisas de que as afeções da alma referidas são imagem (ARISTÓTELES, 2016, p. 1).

Tudo neste texto aparece sob a estrutura do signo, remetendo para uma visão técnica e instrumental que aliás é retomada pela linguística enquanto ciência.

Lembremos que, para esta, a palavra é signo, sendo este um elemento essencial da língua (não da linguagem). Enquanto signo, a palavra não fala e é vista como uma entidade psíquica de duas faces: o significado (conceito) e o significante (imagem acústica). Um signo, por si só, não tem sentido. Ele apenas constitui uma unidade de sentido por oposição a todas as outras unidades de sentido. Por isso escreveu Ricoeur, no artigo intitulado “Signe et Sens” e publicado na *Encyclopedia Universalis*, que

[...] aquilo a que chamamos sentido de um termo é constituído por tudo aquilo que está ‘em torno’ desse termo: o signo lexical não tem outro sentido do que aquele que o seu lugar dentro de um sistema lhe confere.

A perspetiva da linguística não deixa, assim, de ser herdeira de uma tendência mecanizadora e formalizadora do pensamento e da linguagem. De algum modo ela aspira a colocar o problema do sentido ao nível dos efeitos combinatórios.

Para a linguística saussuriana a linguagem é separada da fala. Aliás, a própria constituição da linguística enquanto ciência repousa na distinção entre

língua e fala, sendo a primeira tomada como um sistema que funciona pela combinação dos seus elementos (signos).

A linguagem aparece assim como um momento de utilização instrumental da língua. É claro que a própria linguística evoluiu e expandiu as suas linhas de investigação (hoje existe, por exemplo, uma sociolinguística, uma pragmática interacionista, uma análise do discurso) e é muito relevante o papel que se atribui à *enunciação*. No entanto, ficando no plano da descrição de funcionamentos, estas linhas de investigação não alcançam o patamar mais amplo da interrogação sobre o *sentido do ser da linguagem*, nem refletem sobre a relação entre linguagem e condição humana.

Sem adotar propriamente um ponto de vista filosófico, mas antes psicanalítico, quer Freud, quer Lacan, vincaram a ideia de que, se, por um lado, controlamos a linguagem, por outro, somos controlados por ela. Freud falou de uma linguagem dos sintomas e Lacan afirmou que o inconsciente está estruturado como uma linguagem.

O que aqui nos importa reter é que, de um ponto de vista da psicanálise, a linguagem é constitutiva do sujeito: ela não é um mero instrumento pois a sua apropriação é determinante na estruturação do indivíduo *enquanto* sujeito.

Por outro lado a cultura e os usos da língua estão sempre relacionados e – assinala Ruth Amossy – nas tocas verbais há sempre

[...] constrangimentos sociodiscursivos e institucionais que variam de cultura para cultura: os componentes linguísticos, com as suas relações internas múltiplas, não podem ser isolados da dimensão social do discurso (AMOSSY, 2009, p. 253-4).

Se adoptarmos um ponto de vista filosófico, podemos ver que há um paralelo com as ideias anteriormente expostas, pois a questão filosófica sobre a linguagem consiste em interrogar os poderes da linguagem assumindo que não apenas falamos, mas também somos falados. Ou seja – embora aqui não possamos aprofundar este assunto – podemos dizer que pensar a linguagem fora de um quadro da soberania do sujeito equivale a tentar interrogar os poderes da linguagem enquanto linguagem e assumir a ideia de que o falar dos humanos está inscrito no falar da própria linguagem. Podemos dizer isto em outros termos: o interdiscurso é constitutivo de qualquer discurso e há sempre algo de ventríloquo no falar humano. Fala-se a partir de um já falado, o que não impede o falante de inscrever modulações únicas e inovadoras no seu dizer situado. Por outro lado, como por exemplo propõe a hermenêutica de Gadamer, falar é sempre, de algum modo, dialogar, ideia também presente na concepção dialógica e polifónica da linguagem de Mikhail Bakhtin.

Ou seja, nesta perspectiva filosófica, vemos a linguagem, a retórica e a argumentação menos como um método ou um meio (ponto de vista epistémico-funcional) do que como uma característica existencial da humanidade do homem (ponto de vista ontológico).

Um dos filósofos que mais refletiu sobre o tema da linguagem foi Martin Heidegger e ele propôs que se pensasse a linguagem a partir da ideia de habitação. Aliás é bem conhecida a frase na qual afirma que:

[...] a linguagem é a casa do ser. Nesta habitação do ser mora o homem. Os pensadores e os poetas são os guardas desta habitação. A guarda que exercem é o ato de consumir a manifestação do ser, na medida em que a levam à linguagem e nela a conservam (HEIDEGGER, 1985, p. 27).

Sem me deter numa análise da proeminência que este texto confere aos pensadores e aos poetas, penso que aquilo que esta passagem salienta é, por um lado, a dimensão reveladora ou desveladora da palavra, na medida em que ela é, por assim dizer, o lugar da «mostração», o lugar onde, por exemplo, a nomeação está ligada ao acontecer da realidade. Mas na citação é também enfatizada a posição do homem como alguém que, sendo detentor de linguagem, está submetido ao jogo – e tem responsabilidade no jogo – das possibilidades de desvelamento ou de ocultação daquilo que se manifesta.

Devo contudo, dizer que, do meu ponto de vista, este acolhimento do ser e do sentido do que é tem uma dimensão comunitária e social, implica convivialidade e coexistência humana e não é dissociável da retórica enquanto dimensão onde se joga a articulação entre sentido, interpretação, persuasão e crença na realidade.

Foi precisamente essa ligação entre instauração de sentido e retórica que Kenneth Burke incisivamente assinalou ao escrever que, onde quer que haja persuasão, há retórica. E onde quer que haja ‘sentido’, há ‘persuasão’ (BURKE, 1969, p. 172).

Encontramos também em Chaïm Perelman um excerto onde é expressa uma ideia muito próxima desta e que surge, talvez não inocentemente, num livro intitulado *O império retórico*:

[...] identificando esta [nova retórica] com o discurso persuasivo, que visa ganhar adesão, tanto intelectual como emotiva, de um auditório, seja ele qual for, afirmamos que todo o discurso que não aspira a uma validade impessoal depende da retórica. Desde que uma comunicação tenda a influenciar uma ou mais pessoas, a orientar os seus pensamentos, a excitar ou a apaziguar as emoções, a dirigir uma acção, ela é do domínio da retórica (PERELMAN, 1977, p. 177).

A minha perspectiva é ainda mais radical do que aquela que é expressa neste excerto, na medida em que penso que o próprio discurso que aspira a uma “validade impessoal” pertence também ao domínio da retórica e, mais precisamente, veicula aquilo que designo como a *retórica da objetividade*. No entanto, este não é um ponto que aqui aprofundarei (Cf. GRÁCIO, 2014).

O que por agora me interessa realçar é que, para a *perspectiva retórica da linguagem*, a consideração daquilo que nos *mobiliza* (seja porque é considerado com sentido, como manifestação da verdade ou porque de algum modo tem impacto sobre nós), está ligada à ideia de persuasão, associando-se justamente o sentido, o reconhecimento de algo como verdadeiro ou a captação da nossa atenção, a efeitos persuasivos inseparáveis dos outros com quem vivemos.

Repare-se que estou aqui a referir o termo *persuasão* de um modo muito alargado. Com efeito, estou a tomar a noção de persuasão como a articulação das forças necessárias para tornar algo suficientemente apelativo, consistente e com capacidade de penetrar, como comunicação, na esfera da intersubjetividade. Mas, voltemos à linguagem e à retórica.

A propósito das relações entre linguagem e retórica, F. Nietzsche falava da inexistência de uma naturalidade não retórica da linguagem. Escreveu ele:

[...] não é difícil provar [...] que o que se chama ‘retórica’, para designar os meios de uma arte consciente, estava já em acto, como meios de uma arte inconsciente, na linguagem e no seu devir, e mesmo que a retórica é *um aperfeiçoamento* (Fortbildung) *dos artificios já presentes na linguagem*. [...] Não existe de maneira nenhuma uma ‘naturalidade’ não-retórica da linguagem à qual se pudesse apelar: linguagem ela mesma é o resultado de artes puramente retóricas (NIETZSCHE, 1995, p. 44-5).

Digamos que a linguagem a que poderíamos chamar «linguagem natural» – ou seja, aquela que não é construída como sistema formal mas está, antes, ligada aos usos sociais e simbólicos formados por vivências, usos, valores e tradições – é sempre atravessada por uma retoricidade que é instituinte e constitutiva de modos de ver, sentir e significar.

Dito de outra forma, a intencionalidade retórica não é uma dimensão que se pode vir a acrescentar ao uso da linguagem (como, por exemplo, é patente na conhecida e recorrente acusação «isso é retórica», sendo aqui a retórica vista como uma técnica): ela está em ação em qualquer forma de dar a ver, de perspetivar, de apelar à compreensão, de articular o sentido ou de comunicar inteligibilidades. Qualquer destas formas se torna consistente pela força da dimensão persuasiva que apresenta e é também por isso que, *a posteriori* podemos procurar assinalar as estratégias persuasivas que lhe conferem força (ou seja, os pressupostos de que parte, os caminhos que seguiu e as estratégias por que optou).

Podemos assim falar, a propósito do uso da linguagem, da sua inevitável associação a lances retóricos, de uma retoricidade que, podendo ser traduzida em perguntas simples como «com que palavras e sem que palavras se diz, se dá a ver e se apela à compreensão?», «Salientando e filtrando o quê?», pode também ser entendida como algo que cobre o carácter seletivo sempre presente nos processos de comunicação e interação humanas.

No entanto, se a intencionalidade retórica, consciente ou inconsciente, é inescapavelmente constitutiva dos usos da linguagem enquanto produtores de sentido e se o sentido é sempre dimensionado humana e socialmente, então, podemos dizer com Maria Lúcia Lepecki que:

[...] a primeira e mais radical intencionalidade da retórica é socializar, humanizar os falantes, *e só depois, e dentro disto, se podendo colocar outras intenções*. Se for assim mesmo, a retórica é o lugar onde em primeira instância partilhamos a humanidade do homem. Partilhamos com os nossos semelhantes a posse de instrumentos linguísticos e a competência para os articular: tecemos na sintaxe o acervo léxico, trasladamos significações na metáfora, exploramos, na metonímia, relações de contiguidade entre palavras (conceitos, e realidades). Na ironia mergulhamos de cabeça em sobrepostos estratos de significações. Vamos aprendendo a administrar estes recursos desde a aquisição da fala, e deles nos servimos, melhor ou pior, para denominar, organizar e interpretar o mundo que nos rodeia (LEPECKI, 2003, 16, *itálico meu*).

Heidegger tinha também afirmado, na mesma direção, que:

[...] ao contrário da orientação tradicional do conceito de retórica como uma espécie de ‘disciplina’, ela deve ser apreendida como a primeira hermenêutica sistemática da convivência quotidiana com os outros (HEIDEGGER, 2005, p. 193).

Pelo meu lado, identifico a retórica com a estruturação em que se produzem dinamicamente as perspectivas e em que as questões do apelo ao sentido se associam a posicionamentos, ou seja, a visões pelas quais nos deixamos, ou não, orientar e que estão indissociavelmente ligadas ao agir, remetendo para algum ponto da dialéctica entre teoria e prática, entre pensamento e ação.

Em linha com esta mesma perspetiva — ou seja, da linguagem enquanto matriz da sociabilidade e das práticas sociais — está a seguinte passagem do *Tratado da Argumentação*:

Toda a linguagem é linguagem de uma comunidade, quer se trate de uma comunidade unida por laços biológicos ou pela prática de uma disciplina ou de uma técnica comum. Os termos utilizados, o seu sentido, a sua definição,

não se compreendem senão num contexto fornecido pelos hábitos, pelas formas de pensar, os métodos, as circunstâncias exteriores e as tradições conhecidas dos utentes. [...] A linguagem faz parte de tradições de uma comunidade e, como elas, ela não se modifica de uma forma revolucionária senão em caso de inadaptação radical a uma situação nova; doutra forma, a sua modificação é lenta e insensível. Mas um acordo sobre o uso dos termos, tal como o que diz respeito à concepção do real e à visão do mundo, mesmo se ele é não discutido, não é indiscutível: está ligado a uma situação social e histórica a qual condiciona fundamentalmente toda a distinção que se queria estabelecer entre juízos de realidade e juízos de valor (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 580).

Deste modo se faz justiça à historicidade da linguagem e do pensamento, aos condicionalismos sociais e institucionais que moldam os seus usos, às ambiguidades e à flexibilidade das significações bem como aos contextos propícios à própria persuasividade.

De notar também que, segundo esta perspetiva se opera um deslocamento importante entre a noção de verdade como adequação ou correspondência do discurso à realidade, para a ideia de que não há verdade senão admitida e que essa admissão deve ser considerada em termos de persuasão ou de convicção de que algo tem o estatuto de verdadeiro. De alguma forma a presença da retórica desdogmatiza a ideia de verdade e permite o seu questionamento crítico. Dito de outro modo, a verdade pode permanecer indiscutida mas nem por isso é indiscutível nem definitiva.

Uma forma de ilustrar o que acabei de referir é citar um texto que fala sobre o estatuto de facto.

Só estamos em presença de um facto, do ponto de vista argumentativo, se podemos postular a seu respeito um acordo universal, não controverso. Mas, por conseguinte, a nenhum enunciado é assegurada a fruição definitiva desse estatuto, pois o acordo sempre é suscetível de ser questionado e uma das partes do debate pode recusar a qualidade de facto ao que afirma seu adversário. Haverá, portanto, dois modos normais para que um acontecimento perca o estatuto de facto: quando são levantadas dúvidas no seio do auditório ao qual ele fora apresentado e quando se amplia esse auditório, acrescentando-lhe outros membros cuja qualidade para julgar é reconhecida e que não admitem que se trata de um facto. Esse segundo processo entra em jogo a partir do momento em que é possível mostrar eficazmente que o auditório que admitia o facto é apenas um auditório particular, a cujas conceções se opõem a dos membros de um auditório ampliado.

Não contamos com nenhum critério que nos possibilite, em qualquer circunstância e independentemente da atitude dos ouvintes, afirmar que alguma coisa é um facto. Não obstante, podemos reconhecer que existem certas condições que favorecem esse acordo, que permitem defender sem

dificuldade o facto contra a desconfiança ou a má vontade de um adversário: será este o caso, nomeadamente, quando se dispõe de um acordo acerca das condições de verificação; no entanto, assim que temos de fazer esse acordo intervir efetivamente, estamos em plena argumentação. O facto como premissa é um facto não-controverso. O simples questionamento basta, pois, para fazer que um enunciado perca seu estatuto privilegiado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 75-6).

Por fim, realço também que, a partir de uma perspetiva retórica da linguagem, a questão do pensamento crítico coloca na mesa a argumentação porquanto é nesta que se dá o confronto das provas retóricas que influenciam a nossa liberdade de assentir ou de recusar ponderadamente os modos de interpretar e de ver que nos são propostos e sobre os quais somos convocados a decidir.

## **Relações entre análise do discurso, retórica e argumentação**

A melhor maneira de abordar as relações entre análise do discurso, retórica e argumentação é, talvez, partir dos pares *implícito-explicito* e *resposta-problematização*.

Podemos dizer que, o que permanece implícito (e o discurso comporta sempre implícitos que, sendo necessários à afirmação do que é explicitado, funcionam como algo de assente e dado, no sentido de funcionarem como *valores de entrada* subtraídos à problematidade) funciona como uma resposta a uma pergunta que não foi formulada, nem foi levada à discussão (remeterá, provavelmente para um lugar comum, para o senso comum ou para um acordo tácito vigente).

Uma vez que é constitutivo do discurso um não erradicável jogo entre dito e não dito, entre revelação e ocultação (por um lado, não há afirmações sem pressupostos e para que algo seja «posto» outro algo ficará sempre «presuposto»; por outro, não é viável, do ponto de vista prático e da premência da ação, uma regressão ao infinito, nem uma atitude «pura» e permanente de questionamento), a articulação entre implícito e explícito é, também, sempre, uma articulação entre respostas que se pretende serem aceites, ou fazer passar sem questionamento (lembramos, de novo, que não podemos estar o tempo todo a questionar os pontos de partida), e afirmações explícitas e apresentadas como teses ou posicionamentos susceptíveis de serem problematizados e argumentados.

É dentro deste quadro que julgo podermos perceber as relações entre análise do discurso, retórica e argumentação.

No caso da análise do discurso, trata-se, em muitos casos, não só de compreender melhor e mais amplamente o que é dito (veja-se a procura pelo

«significado»), como de procurar explicitar os aspetos subjacentes ao que é apresentado na materialidade textual do discurso.

Esta dupla tarefa tem uma visada não só hermenêutica, ou seja, procura proporcionar uma melhor e mais aprofundada compreensão e interpretação, como tem ainda, intrinsecamente, uma dimensão crítica, na medida em que obriga a evidenciar e a questionar aquilo que é apresentado implicitamente como não problemático e, dessa maneira, proporciona uma distância reflexiva consonante com a interrogatividade. Por exemplo, podemos enriquecer a compreensão de um discurso se considerarmos o interdiscurso e o dialogismo para que remete, tal como podemos detetar preconceitos inaceitáveis que não queremos deixar passar em branco.

Do mesmo modo que, na análise do discurso, o par implícito-explicito é essencial, ele também se revela central na retórica. Na realidade é o seu jogo que está na origem da retoricidade do discurso. Se, como anteriormente dissemos, não podemos questionar em permanência e temos sempre de partir de algo que permanece inquestionado (o que não significa que assim tenha de permanecer) e se, por outro lado, na retórica estão em jogo as relações intersubjetivas e a capacidade de nos influenciarmos uns aos outros, então, porquanto somos seres de linguagem, estamos desde-já-sempre no jogo retórico que nos constitui.

Nesse sentido, aos pares anteriormente referidos, a saber, implícito-explicito e resposta-problematização podemos agora acrescentar um outro que define a própria dinâmica do jogo retórico: o par *filtragem-saliência*. Discorrer é sempre filtrar certos aspetos e salientar outros.

Podemos ter opção na escolha daquilo que salientamos ou filtramos mas, na medida em que, no plano da linguagem natural, não há discurso puro, pleno e unívoco – na realidade o discurso, qual palimpsesto, tem múltiplas camadas e está aberto a uma pluralidade de interpretações – não temos alternativa a este mecanismo de filtragem-saliência constitutivo da enunciação e, mais ainda, precisamos dele para personalizar e particularizar os nossos modos de ser, sentir e pensar.

Aquilo que fazemos – independentemente da questão da intencionalidade – é procurar que os outros entendam da maneira que gostaríamos que eles entendessem e é precisamente a isso a que, num sentido lato, se chama persuasão, ou seja, a um regime de influência que, antes da questão da adesão ou da identificação, tem a ver com a questão da construção do sentido, sua receção e aceitação.

Ao convocarmos esta distinção, estamos a retomar as ideias de Jean-Blaise Grize (1996, p. 73 a 77) e, mais precisamente, a sua proposta de

diferenciação entre *recepção*, *aceitação* e *adesão*. Vale a pena determo-nos um pouco sobre elas.

A primeira – a recepção – tem a ver com os requisitos que o discurso deve ter ao nível da interpretação, ou seja, atender ao facto de se estar a produzir um discurso que será exposto à interpretação – e que levantará, nomeadamente, questões ao nível da articulação de sentido, da coerência, da oportunidade etc., ou seja, de elementos que tornam um discurso interpretável e confiável, evitando que se gerem situações de *non sense* ou que se levantem mal-entendidos. A sensibilidade ao contexto, as referências partilhadas, a concisão, as escolhas terminológicas apropriadas e o nexos estrutural do que se comunica e daquele(s) com quem se comunica são, aqui, fundamentais.

A segunda têm ver com o reconhecimento da coerência e de legitimidade posicional veiculado pelo discurso; podemos não concordar, mas aceitar um discurso como legítimo e possuidor de coerência. A situação que melhor se ajusta a esta situação é aquela em que as pessoas se entendem mas não estão de acordo (o que aliás é uma condição para que se gere uma situação de argumentação, seja porque temos um díptico argumentativo inicial, uma oposição de pontos de vista, seja porque a dimensão ética do respeito pela posição do outro possibilita que eventualmente se progrida para lá da situação inicial de confrontação).

A terceira, por fim, já implica um movimento de identificação que faz com que quem se identifica acabe por manifestar a sua adesão por um ato de subscrição que não significa apenas compreender e que é algo de diferente do reconhecer como coerente e legítima uma posição: aderir significa concordar e partilhar do que foi dito e argumentado num dado momento de um episódio comunicativo. De algum modo, ela estabelece uma situação de aliança argumentativa na medida em que reúne e agrega pessoas debaixo de um mesmo guarda-chuva, para o dizer metafóricamente.

Esta proposta de Grize (1996) possibilita também enfatizar que devemos contemplar três planos na elaboração ou da composição do discurso:

- o plano em que estamos preocupados com a passagem da mensagem do *ponto de vista da sua recepção em termos de interpretação*. Aquilo com que nos preocupamos aqui é conseguir que o outro interprete corretamente o que pretendemos dizer (evitando que ele pense coisas que não quisemos dizer ou que eventualmente não façam sentido) e, por conseguinte, procurando evitar que se gerem mal-entendidos; neste sentido a preocupação incide no controlo daquilo que se quer dizer e no que se dá a interpretar. São importantes, aqui, a estruturação das ideias em termos discursivos, a correção gramatical (e,

nesta, os tempos verbais), o uso de uma terminologia que gere o mínimo possível de ambivalências interpretativas, a elaboração de uma mensagem coerente e coesa e a aliança entre a simplicidade e o rigor comunicativo. Todos estes requisitos são ainda mais imprescindíveis quando falamos de texto escrito pois, nesse caso, é a materialidade textual fixada pela escrita aquilo que vai instruir ou desencadear, em grande e decisiva medida, os processos de interpretação do receptor. Modelar, através do uso de meios verbais, falados ou escritos, aquilo que se quer exprimir de modo a circunscrever e tornar mais óbvia a sua interpretação é, por conseguinte, algo de fundamental quando pensamos na elaboração e controlo do discurso do ponto de vista da sua receção ou interpretação. De facto, trata-se de usar a linguagem apropriada para proporcionar um registo comum cuja partilha permita que a comunicação não seja perturbada por mal-entendidos, ambiguidades, significados equívocos ou sentidos obscuros. É claro que, quando estamos a falar deste controlo técnico do discurso em termos de comunicação, não estamos a afirmar que todo o discurso deva ser modelado pela facilidade e pela eficácia comunicativa. O discurso literário, poético, artístico ou filosófico, por exemplo, seguem outro tipo de exigência.

- o plano em que estamos preocupados com a pertinência que faz com o discurso seja tido em consideração e aceite *como posição*; com efeito, é sempre importante marcar o discurso com a característica da relevância, a qual se refere não apenas à pertinência do conteúdo relativamente à situação de comunicação como, também, ao sentido de oportunidade da intervenção relativamente às variáveis contextuais que tornam mais oportuno dizer certas coisas e não outras. Por outro lado, se se trata especificamente de se sublinhar um posicionamento, então é importante que este seja apresentado de uma forma clara e explícita.
- o plano em que nos preocupamos em agir discursivamente sobre o outro de modo a *criar identificação*, um acordo e a construir uma posição reforçada pelo comum. Neste caso a atenção ao retorno expectável que o discurso terá em termos da sua subscrição é um fator que importa considerar, sendo de destacar a importância que aqui assume a boa percepção que o orador deve ter do seu auditório.

Por fim, vejamos a argumentação. Tipicamente a argumentação envolve discurso e retórica, mas a sua especificidade é a de ocorrer em torno de *assuntos explicitamente em questão*. Neste sentido, a argumentação faz parte

da retórica mas diferencia-se dela na medida em que ocorre sob o signo do que é problemático, discutível e discutido. Tem no entanto uma relação incontornável com a retórica na medida em que não se discutem os assuntos sem os enquadrar ou sem colocar os termos em que as questões se colocam (o que remete para o mecanismo retórico anteriormente referido). Pense-se, a este respeito, como é frequente – sem que tal seja apresentado como uma tese, mas “apenas” como algo de consonante com um modo de ver o mundo – os argumentadores procurarem definir, durante a interação, «o que está em questão» ou «o ponto é», sendo que é sempre a partir de enquadramentos implícitos que se discute – e argumenta – explicitamente.

## Considerações

Independentemente das circunscrições disciplinares que se possam querer fazer para as caracterizar diferencialmente, análise do discurso, retórica e argumentação estão indissociavelmente interligadas quando pensamos no fenómeno da linguagem de uma forma ampla e tomando em consideração a finitude, a historicidade, a dimensão situada e os contextos vividos em que o discorrer ocorre.

A tese de que a argumentatividade é inerente ao discurso, tal como a vemos afirmada, por exemplo, na linha teórica desenvolvida por Ruth Amossy sob o nome de “a argumentação no discurso”, é um bom exemplo do reconhecimento da necessária articulação destas três áreas. O mesmo acontece com o cada vez mais generalizado reconhecimento de que o discurso argumentativo é atravessado por uma incontornável dimensão retórica. Finalmente, e de uma forma ainda mais radical, é ainda para a interligação das três áreas referidas que remete a afirmação de que a própria retórica está presente na incontornável seletividade com que aos humanos é dado corresponder à dimensão problematológica da linguagem<sup>59</sup> naquilo que ela representa de limites, mas também de abertura a múltiplas possibilidades, para articular a questão do sentido, aderir a visões de mundo ou optar por determinados posicionamentos.

59 Remetemos, neste ponto, para a conceptualização que Michel Meyer dela faz. Cf. *De la problématique. Philosophie, science et langage*.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Informal logic**, v. 29, n. 3, 2009.

ARISTÓTELES. **Categorias da interpretação**. Trad. de António Pedro Mesquita. INCM – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Retórica e objetividade. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 6, p. 171-184, jun. 2014.

GRIZE, Jean-Blaise. **Logique naturelle & communications**. Paris: P.U.F., 1996.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ser e tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LEPECKI, Maria Lúcia. **Uma questão de ouvido**: ensaios de retórica e de interpretação literária. Lisboa: D. Quixote, 2003.

MEYER, Michel. **De la problématique**: philosophie, science et langage. Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur, 1986.

NIETZCHE, Frederich. **Da retórica**, Lisboa: Vega, 1995.

PERELMAN, Chaïm. **O império retórico**: retórica e argumentação. Trad. Rui Alexandre Grácio e Fernando Trindade. Porto, Edições ASA, 1993.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RICOEUR, Paul. Signe et sens. In: **ENCYCLOPEDIA Universalis**. Paris, v. XIV.

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

# “É PRECISO COLOCAR O BRASIL NOS TRILHOS”: análise discursiva das representações do país em propaganda do Governo Temer

*Millaine de Souza Carvalho  
Virgínia Barbosa Lucena Caetano  
Luciana Iost Vinhas*

---

“Nosso mote é recolocar o Brasil nos trilhos”. Desde o dia 31 de agosto de 2016, quando o Senado Federal condenou a ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à perda de seu cargo, esse tem sido o lema do atual governo brasileiro. Em seu discurso de posse, proferido ainda no último dia de agosto do mesmo ano, o presidente Michel Temer afirmou: “Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos”.

Desde que assumiu a Presidência do país, a representação do Brasil enquanto um trem a ser (re)colocado nos trilhos encontra-se em seus discursos oficiais. Em mais de trinta deles, Temer expressa ser este o objetivo de seu governo nos anos de 2017 e 2018. Ao completar um ano na Presidência, em maio de 2017<sup>60</sup>, seu governo lançou a campanha publicitária “Brasil nos trilhos: um ano de coragem, trabalho e avanços”. A referida campanha colocou em circulação diversas peças e anúncios publicitários, com o objetivo de mostrar aos brasileiros as ações realizadas pela atual gestão nos doze meses de mandato.

Ancorados no argumento de que o Brasil estaria passando por uma das piores crises econômicas de sua história, por intermédio das propagandas divulgadas através dessa campanha, o Governo Federal busca apresentar quais medidas estaria adotando sob a justificativa de minimizar os impactos da crise sobre a população. Assim, torna-se de extrema importância que reflitamos criticamente sobre textos que buscam naturalizar os saberes dominantes na nossa formação social, considerando as bases antidemocráticas e, portanto, impositivas que dominam as relações de poder da atual sociedade brasileira.

---

60 No ano de 2015, após deputados petistas votarem, no Conselho de Ética, a favor da cassação do mandato do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, este, em 2 de dezembro, anunciou ter aceitado as denúncias dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal. Sob alegação de que a ex-presidenta cometera crime de responsabilidade fiscal, em abril de 2016, a Câmara dos Deputados votou pela admissibilidade do processo, encaminhando-o ao Senado Federal, o qual, em agosto, destituiu Dilma de seu cargo.

A Análise de Discurso de Michel Pêcheux (AD), conforme será ainda discutido, mostra-se como um dispositivo extremamente produtivo para a realização de reflexões teórico-analíticas a partir de diferentes materialidades, tal como proposta neste texto.

No presente trabalho, analisaremos a propaganda audiovisual “Campanha Brasil nos trilhos”, elaborada pela equipe de marketing do governo Temer, e divulgada nacionalmente em julho de 2017. De acordo com o supramencionado, a análise será desenvolvida com base na AD pêcheuxtiana, e, com a reflexão proposta, pretendemos compreender quais saberes do interdiscurso são colocados em circulação a partir dos elementos materiais presentes na propaganda. Fundamentalmente, trata-se, portanto, de um trabalho baseado na relação entre interdiscurso e intradiscurso, cujo ponto de encontro provoca a atualização de discursos vinculados a uma determinada Formação Discursiva (FD) relacionada ao neoliberalismo, conforme será debatido.

Para compreender a função dessa campanha no processo de divulgação das ações do atual governo, é necessário que direcionemos nosso olhar de forma mais atenta para esses doze meses de gestão. Primeiramente, é importante lembrar que a posse de Temer se dá após um golpe jurídico-político-midiático orquestrado pela elite econômica, a direita política e a mídia para interromper o mandato da então Presidenta Dilma Rousseff, que culminou em um processo ilegítimo de impeachment.

Nesse sentido, nossa proposta de debate sustenta a posição de que o processo de impeachment, apesar de aparentemente legítimo em função de os ritos do processo jurídico terem sido cumpridos, possui, na verdade, motivação política, advinda do ressentimento da direita, representada, principalmente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por ter sido derrotado nas eleições presidenciais de 2014. Assim, trata-se de um golpe de estado amparado na retórica jurídica, e, por isso, falaremos um pouco sobre as condições sócio-histórico-ideológicas de produção do discurso em análise, tentando compreender como a ideologia dominante se rearranja no poder a partir de uma posição neoliberal.

Ao assumir a gestão do país, Michel Temer rompe seu compromisso em seguir o plano de governo da chapa pela qual foi eleito, propondo um projeto de governo ideologicamente incompatível com o anterior. Dentre as mudanças impostas estão: uma maior parceria com instituições privadas, redução de gastos com projetos sociais, além de um conjunto de reformas – trabalhista, previdenciária e educacional – que afetam, notoriamente, os direitos da população, os quais levaram décadas de luta para serem conquistados. Todas essas modificações estão, ainda, sendo impostas de maneira escusa através de medidas provisórias e compra de votos do congresso, bem como por meio do

perdão de dívidas bilionárias de receita que poderia ser arrecadada através do pagamento de impostos de megaempresas. O cenário que se forma no Brasil é o de um severo aumento da desigualdade social e, conseqüentemente, de apagamento da classe média, a qual foi fortalecida pelas políticas adotadas pelos governos de esquerda que antecederam o golpe de estado.

Pesquisas de popularidade mostram que a aprovação do governo Temer foi declinando desde o momento em que assumiu a Presidência. Ao final desses doze meses de mandato, a proporção de pessoas que considera seu governo bom ou ótimo, de acordo com a Agência CNI de notícias, é inferior a 5%. Em discurso proferido no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Temer afirma não se importar com a sua baixa popularidade, uma vez que, segundo ele, esse índice estaria atrelado às reformas propostas por sua gestão, as quais, na sua visão, são necessárias para o reestabelecimento do equilíbrio econômico do país.

Apesar disso, desde que assumiu a Presidência, seu governo tem investido incessantemente em campanhas publicitárias milionárias, pagas com dinheiro público. Na busca ganhar a confiança da população brasileira, a diretoria de marketing de Temer tem se utilizado de propagandas para, como o nome diz, propagar ideias sobre ditas benfeitorias feitas por sua gestão, tentando interpelar os sujeitos a se identificarem com seus projetos. Segundo o cientista político Rubens Figueiredo (apud LYVIO, 2013), o marketing político tem por objetivo adequar um candidato ou governo aos interesses de seu eleitorado, procurando diferenciá-lo de adversários. O marketing político pós-eleitoral, como o é o do governo Temer, utiliza-se de diferentes ferramentas de comunicação para buscar manter a imagem do governo atrelada a uma boa administração.

Refletir sobre os processos de significação do dizer requer que atentemos aos elementos extralinguísticos (assim como aos interiores à língua) que compõem a materialidade, o que realizamos através da recuperação das condições de produção amplas (sócio-histórico-ideológicas) e imediatas (o contexto imediato de produção: quem, quando, onde, como) envoltas na proposta de análise aqui apresentada. Com vistas ao acima exposto, passaremos à descrição do *corpus* do presente estudo, já lançando mão de elementos teóricos da AD francesa.

A propaganda audiovisual “Campanha Brasil nos trilhos”, escolhida para análise neste trabalho, foi publicada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República. Ela é iniciada com imagens do interior de um trem abandonado: os assentos estão quebrados, as laterais sujas, há goteiras, ratos caminhando, teias de aranha cobrindo as janelas e algumas plantas invadindo o espaço. Todo esse cenário produz um efeito de abandono dos vagões do trem. Enquanto a câmera percorre esse espaço, focando em

pontos específicos nos quais as marcas de deterioração são mais aparentes, surge a voz de um narrador dizendo o exposto na sequência discursiva de referência (SDR) número 01.

*SDR01: Em 2015, o Brasil estava assim: abandonado, com as contas no vermelho, inflação em alta, desemprego crescendo a cada dia. A maior crise da sua história.*

**Figura 1 – Interior do trem deteriorado**



Fonte: BRASIL, 2017. Acervo dos autores.

Em seguida, uma lâmpada começa a piscar e a câmera foca na mão de trabalhadores que passam a reformar o trem. O narrador aparece entrando no local enquanto fala com o espectador (SDR02), ao passo que a câmera o segue em ângulo frontal, mostrando todos os seus movimentos. A partir desse instante, aparecem *flashes* de trabalhadores uniformizados, limpando e fazendo reparos no trem, até o momento abandonado e deteriorado. O foco da câmera volta para o narrador que aí caminha, à medida em que, em segundo plano, os últimos reparos são feitos no trem agora limpo e reformado. Enquanto essas imagens são exibidas, o narrador diz as seguintes palavras:

*SDR02: Mas há um ano, o Governo Federal deu um basta e as mudanças começaram. O brasileiro trabalhou duro e o governo tomou medidas sérias. Com isso, a inflação caiu, os juros bancários foram reduzidos e foi aprovado o teto dos gastos públicos. Com novas regras, o Minha casa, Minha vida ficou mais acessível. A liberação do FGTS movimentou a*

*economia do país inteiro. A reforma da previdência está sendo proposta para diminuir o rombo e garantir a aposentadoria das novas gerações. A mudança é visível: a inflação de maio é a menor dos últimos 10 anos. Os empregos estão voltando e, aos poucos, estamos retomando o nosso crescimento. Conheça as mudanças que estão fazendo nosso país seguir em frente. Com responsabilidade, o Governo Federal está colocando o Brasil nos trilhos.*

**Figura 2 – Narrador e trabalhadores no trem em reforma**



Fonte: BRASIL, 2017. Acervo dos autores.

Além do texto oralizado pelo narrador na propaganda, transcrito nas SDRs 01 e 02, também aparece uma série de enunciados, ao longo do vídeo, sobrepostos às imagens. Enquanto é exibida a imagem do trem deteriorado, são apresentadas tais informações: (i) R\$ 34,9 bilhões de prejuízo na Petrobras em 2015; (ii) R\$ 14 bilhões de prejuízo na Eletrobras em 2015; (iii) R\$ 54,3 bilhões de despesas do PAC não pagas; e (iv) R\$ 170 bilhões de contas públicas no vermelho. Quando os trabalhadores aparecem e o trem passa a ser reformado, são apresentados os enunciados: (v) Inflação em queda; (vi) Juros reduzidos; (vii) Teto dos gastos aprovado; (viii) Minha casa, Minha vida mais acessível; (ix) Liberação do FGTS; e (x) Proposta da reforma da Previdência. A propaganda constitui-se, portanto, simultaneamente de texto verbal-oral, texto verbal-escrito e texto não verbal (imagético).

Nos últimos segundos do comercial, o narrador senta-se em um banco do trem que começa a andar nos trilhos. A câmera, no lado externo, tem por foco tanto o trem já em movimento quanto a janela na qual o narrador aparece

sentado. A última oração da SDR2 é dita nesse momento. A última imagem do vídeo é o trem em movimento, filmado de cima para baixo, percorrendo os trilhos, ou seja, o trem não está mais parado. Por fim, aparece na tela a logomarca do governo Temer, enquanto uma voz masculina enuncia o lema da atual gestão: *Governo Federal. Ordem e Progresso.*

**Figura 3 – Trem andando nos trilhos**



Fonte: BRASIL, 2017. Acervo dos autores.

Como sabemos, na AD, a língua não é compreendida como transparente, tampouco enquanto um sistema abstrato de signos. Sua opacidade e o caráter sócio-histórico-ideológico dos sentidos permitem-nos remeter ao enunciado *o sentido pode ser sempre outro, mas não qualquer um*, o qual circula fortemente na Análise de Discurso. A partir disso, consideramos que os limites para o processo de significação são estabelecidos a partir da própria materialidade na qual ganha existência. Partindo de Ferreira (2011), podemos arrolar algumas considerações importantes sobre o caráter da língua na Análise de Discurso: (i) a língua é relativamente autônoma; (ii) é passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos; (iii) todos os fatos linguísticos devem ser objeto de análise (inclusive aqueles considerados “com problemas”); e (iv) ela é compreendida como lugar material de realização dos processos discursivos. Apesar de a AD pêncheuxtiana ter como foco o funcionamento da língua como lugar material próprio para a materialização da ideologia, estendemos as definições supracitadas para qualquer forma de existência material, sendo possível, portanto, dimensionar elementos de ordem visual (imagética) para a teorização sobre o

discurso (INDURSKY, 2011; QUEVEDO, 2012; ERNST; QUEVEDO, 2013; BRUM, 2015; GALVÃO; VINHAS, 2016).

Entendemos, portanto, que o processo de atualização do discurso se dá a partir de dois eixos, os quais podem ter como base material elementos de ordem linguística ou imagética, por exemplo. Os eixos dizem respeito ao interdiscurso e ao intradiscurso, conforme conceituados por Courtine (2009). Orlandi (2005) baseia-se na teorização de Courtine (2009) para tratar do processo de constituição, formulação e circulação dos sentidos. Em resumo, o interdiscurso concerne à constituição dos sentidos, o qual determina o funcionamento do intradiscurso, a saber, a formulação. Os sentidos só se materializam porque existe a intervenção do interdiscurso, cuja organização se efetiva através de formações discursivas, as quais garantem a presença do contraditório na forma como o sujeito se subjetiva. O papel da AD está justamente em trazer o contraditório (cuja existência só é possível porque a ideologia determina os processos de significação) para a discussão sobre o sentido. Os sentidos só são atualizados porque o interdiscurso se encontra com o intradiscurso, e é nesse ponto de encontro que os sentidos são colocados em circulação.

Como um primeiro elemento elencado para o processo analítico, trazemos a metáfora. No âmbito teórico da AD, esta é entendida atrelada à capacidade da língua de historicizar-se, produzir diferentes sentidos a partir das condições de produção em que o discurso é realizado. Diferente da forma como a metáfora é comumente trabalhada na retórica e nos estudos literários – como figura de linguagem –, na AD, ela é compreendida como deslizamento de sentido. Segundo Pêcheux (2014, p. 123):

a concepção do processo de *metáfora* consiste como processo sócio-histórico que serve como fundamento da “*apresentação*” (*donation*) *de objetos para os sujeitos*, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado “natural”, literalmente *pré-social e pré-histórico* [grifo do autor].

Mariani (2005) discorre sobre a noção de metáfora em três perspectivas: 1) Linguística, a partir dos estudos de Jakobson; 2) Psicanalítica, a partir das formulações de Lacan; e 3) Discursiva, a partir das considerações de Pêcheux. Na primeira perspectiva, a metáfora é compreendida como uma falha na performance linguística dos afásicos, permitindo, assim, pensar sobre o funcionamento metafórico e metonímico da linguagem. Na segunda perspectiva, pensar a metáfora permite a Lacan estabelecer algumas diferenças entre o discurso psicótico e neurótico. Por fim, em AD, a metáfora é compreendida como deslizamento de sentido, colocando ao analista a responsabilidade de

analisar esses movimentos de significação da língua. Mariani (2005, p. 16) acrescenta, ao final de seu resgate teórico sobre a noção de metáfora, que o ponto em comum entre as três perspectivas é o fato de que, nelas, “discutir a metáfora é discutir algo que diz respeito à ordem da língua, ou seja, está em jogo uma concepção de língua sujeita a falhas e a deslizamentos significantes”.

Ao tratar do efeito metafórico<sup>61</sup>, Pêcheux (2010a, p. 96) o define como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y”. Esse processo de substituição, de acordo com o autor, pode gerar um discurso totalmente distinto, mas que mantém, entretanto, relações de sentidos entre si. A metáfora, então, longe de ser compreendida como um mecanismo linguístico, é entendida como a própria forma como o discurso opera, cujas relações de substituição podem apontar para a manutenção do efeito de sentido ou para o seu deslizamento no interior de como as formações discursivas funcionam.

Na propaganda analisada, o Brasil é representado como um trem, ou seja, a operação de manutenção dos efeitos de sentido busca representar o país através da materialidade do trem (ora parado, ora em movimento). O Governo Federal, através do funcionamento do esquecimento número 2, busca estabilizar os sentidos instaurados pelas imagens do trem à mudança de gestão do país ocorrida no ano de 2016. Nesse processo de representação, temos um trem apresentado em dois momentos distintos. Primeiramente, ele aparece deteriorado, abandonado, estagnado, e, em um segundo momento, aparece sendo reformado por um grupo de trabalhadores. No último momento da propaganda, o trem supostamente retoma o seu percurso ao ser colocado em movimento. Podemos organizar, então, três Secções Discursivas<sup>62</sup> (SD), conforme Quevedo (2012), as quais representam, por sua vez, três momentos políticos vividos pelo país:

61 Indursky (2011, p. 79 [grifos da autora]) delimita uma diferença entre *efeito metafórico* e *processo metafórico*: “Esse funcionamento discursivo dos lugares de memória permite avaliar a diferença que se estabelece entre o *processo metafórico*, que ocorre no âmbito de uma matriz de sentido, e o *efeito metafórico* que se instaura pelo deslizamento entre saberes produzidos a partir de diferentes posições-sujeito, inscritas numa mesma FD”.

62 Valendo-nos do dispositivo metodológico proposto por Quevedo (2012) com base nos princípios teóricos da Análise de Discurso pêcheuxiana, denominaremos como Secções Discursiva (SD) as segmentações do vídeo que compõem o *corpus* deste estudo, enquanto as formulações verbais serão segmentadas em Sequências Discursivas de Referência (SDR). Pensar sequência implica pensar direcionalidade, fator que não se aplica a leitura de imagens, uma vez que entendemos ser a leitura de textos imagéticos possuidora de múltiplas direções, por isso nos apropriamos da expressão proposta pelo autor.

- SD01 (Figura 1): Trem deteriorado e parado (o passado).
- SD02 (Figura 2): Trem passando por reforma e ainda parado (o presente).
- SD03 (Figura 3): Trem reformado e em movimento (o futuro).

Através da SDR01, enunciada pelo narrador enquanto o interior do trem deteriorado é apresentado (SD01 – Figura 1), nota-se como esta primeira imagem do trem é atrelada ao modo como estaria o Brasil no ano de 2015, até o momento da destituição da Presidenta eleita. As informações enumeradas após os dois pontos (SDR01) buscam expressar como estava o país frente à gestão anterior, buscando construir, narrativamente, uma memória de insatisfação dos brasileiros em relação ao governo da ex-presidenta Dilma. A memória, nesta perspectiva discursiva, é entendida como o que face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010b, p. 52).

Se entendermos que os textos verbal-oral, verbal-escrito e não verbal (imagético), juntos, corroboram para a representação do trem enquanto o próprio país, é necessário pensar como a SDR01 e a SD01 movimentam sentidos postos em evidência, concomitantemente às informações verbo-visuais aparentes no vídeo. Na propaganda, enquanto o Brasil de 2015 é caracterizado, informações relativas ao sistema econômico do país naquele ano são mostradas através de texto escrito.

Nesse contexto, observamos como o estado do trem no início da propaganda, atrelado à fala do narrador e às informações exibidas no vídeo, funcionam para caracterizar o Brasil de 2015. O efeito metafórico produzido pela substituição de *Brasil em 2015* pela imagem de um trem deteriorado e *Brasil 2017* pela imagem de um trem sendo reformado produz um efeito semântico de diferenciação entre essas gestões. O objetivo do Governo Federal é “(re)colocar o Brasil nos trilhos”, pois, como é possível notar, o trem que se encontra parado é o do governo Dilma.

É importante atentar para o fato de que a campanha indica que o Brasil deve ser colocado nos trilhos. No entanto, apesar de se fazer apelo para esse enunciado que circula na cultura popular brasileira (*Colocar algo nos trilhos*), observamos que o trem está nos trilhos ao longo de toda a propaganda. A forma como a propaganda significa o “não estar nos trilhos” diz respeito a dois elementos que podem ser recortados das formulações visuais: o trem está deteriorado por efeitos da falta de reformas e o trem não está em movimento. No entanto, nas formulações visuais não se depreende, em momento algum,

que o trem está *descarrilhado*. A pressuposição que se estabelece a partir do enunciado “colocar o Brasil nos trilhos” é de que o Brasil não está nos trilhos, isto é, o Brasil está descarrilhado; contudo, o efeito de sentido que pode ser estabelecido a partir da propaganda é de que *não estar nos trilhos* significa *estar sem reforma* ou *estar parado*.

Compreendemos uma não coincidência entre os sentidos estabelecidos a partir dos elementos linguísticos e dos elementos visuais colocados em circulação a partir da propaganda, e só podemos concluir que essa não coincidência faz parte do funcionamento do esquecimento número 2, o qual tenta controlar enunciativamente a forma como os sentidos podem e devem ser estabelecidos. Parece que o processo de interpelação ideológica pode ser mais efetivo ao mostrar-se a deterioração interna dos vagões do trem, bem como a sua estagnação, ao invés de apontar para um possível descarrilhamento, como se o trem tivesse tomado um rumo impróprio. No entanto, apesar de não evidente visualmente, esse efeito de sentido também passa a circular a partir do enunciado verbal. Para que o trem possa andar, é preciso reformar (reformular o trem e reformar o Brasil através da reforma da previdência).

O emprego da conjunção adversativa, *mas*, presente no início da SDR02, enunciada pelo narrador quando o trem passa a ser reformado (SD02), corrobora para o efeito de distanciamento entre a gestão de 2015 e a atual. Interessante reparar no funcionamento desse efeito, uma vez que Michel Temer era vice-presidente de Dilma Rousseff na gestão de 2015, isto é, fez parte do governo dito anterior. Tal distanciamento, dessa maneira, não se justificaria, a não ser no que se refere à filiação ideológica. Dilma, representante do PT, assume uma posição de fala atrelada a discursos de esquerda, enquanto Temer, representante do PMDB, assume uma posição de fala mais atrelada a discursos à direita.

Ainda na SDR02, é preciso reparar no verbo *bastar*. Através deste, o governo busca recuperar, novamente, o que seria uma antiga memória de insatisfação em relação ao governo Dilma. Diante disso, em 2016, o atual Governo Federal *teria dado um basta*. Como sabemos, em tal ano, a ex-presidenta foi afastada de seu cargo sob alegação de que cometera crime de responsabilidade fiscal. Em meio ao processo de *impeachment*, o PMDB rompe com a base do governo. A atual gestão, através desse verbo, busca estabilizar um imaginário de governantes há muito discordantes com a gestão *anterior*, o que justificaria o distanciamento entre ambas e o *basta*. O curioso, no entanto, é de que se trata do *mesmo* governo, posto que Temer e Dilma foram eleitos juntos.

Através do adjunto adverbial modal *com responsabilidade*, o qual inicia a última oração da SDR02, subentende-se que a gestão anterior não agiria com responsabilidade. Assim, neste processo metafórico, seria preciso representar o país por intermédio de um trem em três momentos distintos. Enquanto o

trem deteriorado é associado ao governo Dilma, a imagem do trem posto nos trilhos, tal como podemos ver na Figura 3, seria atrelada, então, ao Governo Federal após a aprovação da Reforma da Previdência. O momento atual, anterior à aprovação da reforma, pode ser compreendido como o momento em que a Presidência realiza o lobby com os deputados federais que votarão o projeto na Câmara bem como busca o apoio popular. Sendo assim, o trem ainda não foi colocado nos trilhos, ou melhor, o trem ainda não está se movimentando, pois, a sua reforma ainda não está pronta. A reforma do trem substitui o sintagma *Reforma da Previdência* metaforicamente: enquanto o projeto de Temer não for aprovado no Congresso, a reforma do Brasil não estará completa e, desse modo, o trem não será colocado nos trilhos (apesar de já lá estar). Esses processos metafóricos têm origem, então, na FD a partir da qual o texto publicitário se materializa. Passaremos a considerar, com base em todos os elementos já aqui discutidos, que essa FD se denomina Formação Discursiva Neoliberal.

Segmentando a Figura 2 em duas SDs, temos, como **SD02a**, a imagem do narrador, a qual aparece em primeiro plano, e, como **SD02b** a imagem dos trabalhadores fazendo reparos no trem, que aparece ao fundo. Temos, dessa maneira, pela organização das seções, um pré-construído, advindo de uma formação discursiva neoliberal, que sustenta os sentidos ali produzidos: a representação do trabalhador como agente das reformas, aquele que dedicou seu esforço e sacrifício para que o trem possa “voltar aos trilhos”. As SD02a e SD02b, juntamente com o enunciado *O brasileiro trabalhou duro e o governo tomou medidas sérias*, materializam a memória das reformas propostas pelo Governo Temer e significam a partir do confronto com outras representações dessas reformas que também circularam na mídia em 2017, como os depoimentos de pessoas públicas se posicionando contra as reformas em programas de televisão e os textos colocados em circulação, principalmente na internet, por partidos de esquerda alertando sobre os prejuízos que essas reformas causarão à classe trabalhadora – e somente à classe trabalhadora.

Se atentarmos para as SD02a e SD02b, perceberemos que, enquanto os trabalhadores aparecem uniformizados, com máscaras escondendo o rosto, fazendo apenas gestos relacionados ao trabalho de reformar o trem, o narrador, por sua vez, é representado por um homem branco, considerado socialmente como bem-vestido, o qual se move dentro do trem com naturalidade, apropriando-se deste espaço. No final do vídeo, quando o trem já aparece reformado e começa a se movimentar, não há mais nenhum trabalhador dentro do tem, resta apenas o narrador que se senta à uma janela e, com olhar de satisfação, viaja no trem posto em movimento.

Percebemos, nessas SDs, uma estratégia para que o público-alvo não se identifique com a imagem do trabalhador e, sim, com a imagem do narrador. Para que a interpelação funcione e o sujeito se convença de que as reformas são boas para o país, é preciso que o espectador não se coloque no lugar daquele que se sacrifica para a melhoria do país (os trabalhadores) e, sim, no lugar daquele que, após as modificações serem implantadas e o país “melhorar” (conforme promete a propaganda), usufruirá desse novo país *colocado nos trilhos*.

No entanto, assim como o trabalhador não está presente no interior do vagão do trem quando ele começa a se movimentar, tampouco o trabalhador metaforizado – o trabalhador brasileiro que precisará se sacrificar para que a reforma seja aprovada – está quando este é posto em movimento. O trabalhador deu lugar somente à figura do homem branco que narra a história: é ele quem se beneficiará dos efeitos da reforma da previdência. O trabalhador que efetivamente fez a reforma no trem – aquele que será prejudicado com a Reforma da Previdência – foi expulso. O trem foi arrumado pelos trabalhadores e, caso a reforma seja aprovada, será com o apoio deles e pelo voto dos deputados federais, todos reproduzindo os saberes da FD hegemônica: a Formação Discursiva neoliberal. Mesmo que o trabalhador seja oprimido e explorado pelos efeitos da dominação dessa FD, o objetivo é que o processo de interpelação ideológica seja bem-sucedido, a fim de que o trabalhador reproduza os saberes da FD que o oprime.

A forma como a ideologia toma corpo através da peça publicitária de autoridade governamental almeja, portanto, a determinação da forma como o sujeito se subjetiva aliada ao funcionamento discursivo de saberes de ordem neoliberal. Compreendemos, ao encerrar o presente trabalho, que a peça publicitária elaborada pela equipe de governo do Presidente Michel Temer busca naturalizar determinados efeitos de sentido, sob a aparência do discurso da autoridade da Presidência da República, a fim de causar a identificação do sujeito com saberes de uma determinada região do interdiscurso, a FD neoliberal. Longe de se tratar de uma propaganda *neutra* (já que a neutralidade não existe, conforme se pressupõe pelo dispositivo teórico-analítico da AD), esta revela uma faceta perversa do funcionamento da política no seio de uma das mais graves crises democráticas pela qual a República Federativa do Brasil vem passando. A AD nos ajuda a questionar essas evidências e a trazer o contraditório que opera nos processos discursivos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Campanha Brasil nos trilhos**. 3 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/publicidade/videos/campanha-brasil-nos-trilhos>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

BRUM, J. C. **Sentidos em desalinho**: o fantasma da liberdade entre a evidência e o equívoco. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2015.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck. et al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

ERNST, A. G.; QUEVEDO, M. Pré-construído e discurso transversal: ferramentas de derrisão em uma charge de Latuff. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 325-339, jul./dez. 2013.

FERREIRA, M. C. L. O discurso do corpo. In: MITTMANN, S.; SANSEVERINO, A. M. V. (Orgs.). **Trilhas de investigação**: a pesquisa no I. L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2011.

GALVÃO, A. S.; VINHAS, L. I. Imagem e resistência no cartum pelo olhar da análise de discurso: uma reflexão a partir de um texto sobre Aylan Kurdi. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 52, p. 182-198, dez. 2016.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

LYVIO, E. O que é marketing político e por que ele é importante. **SGP**. 05. jul. 2013. Disponível em: <<http://gerenciamentopolitico.com.br/o-que-e-marketing-politico/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MARIANI, B. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In: **SEAD, Seminário de Estudos em Análise de Discurso**. 2. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/BethaniaMariani.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2017.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Tradução de Bethania S. Mariani. et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 59-158.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 3. ed. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2010b. p. 49-56.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

QUEVEDO, M. Q. **Do gesto de reparar a (à) gestão dos sentidos**: um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

Versão final

# O ESTIGMA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DISCURSIVAS

Gilmar Bueno Santos  
Liozina Kauana de Carvalho Penalva

*Eu e o Outro. O Outro e eu. Há um “eu” e há também esse Outro “eu”, esse outro sujeito que é o Outro. Mas o Outro não é um sujeito quando eu olho para ele. O Outro é objeto do meu olhar; é objeto do meu discurso ou, simplesmente, é a negação do meu eu plural e do meu eu individual (Achugar, 2006, p. 313).*

## Introdução

Ao refletirmos sobre as representações sociais que envolvem o universo da mulher, na e pela Literatura, e seus aspectos subjacentes, é pertinente considerar as estratégias linguístico-discursivas que são mobilizadas pelo narrador, a multiplicidade de sentidos que as personagens reverberam por meio de falas, ações, sentimentos, pensamentos e de seus modos de estar-sendo histórico e culturalmente. Nessa perspectiva, a produção de sentido envolve a tríade narrador, leitor e contextos sociodiscursivos evocados.

Destarte, buscamos identificar em nossas análises dos contos “A Caolha”, de Júlia Lopes de Almeida, e “Vestido Longo”, de Marcelino Freire, os elementos estigmatizantes e as estratégias linguístico-discursivas que são utilizados como balizas para a construção das identidades discursivas das personagens femininas.

Quanto à investigação detalhada de particularidades das personagens, considerando-se também os diversos contextos em que estão inseridas, adotamos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de tendência francesa, mais precisamente uma metodologia de análise qualitativa, de cunho representacional e interpretativo, em consonância com os postulados de Patrick Charaudeau (2009). Assim, abordamos e formulamos conjecturas acerca das representações, dos imaginários circulantes em nossa sociedade que permeiam o discurso e forjam identidades discursivas.

As análises discursivas do *corpus* se pautam em pressupostos teóricos que busquem desvelar o processo de construção de identidades de personagens

a partir das relações que nós, leitores, estabelecemos para com os construtos sociais, históricos e culturais acerca de corpos, de gêneros, de representações sociais que permeiam as narrativas literárias. Por conseguinte, observamos como as identidades sociais e discursivas das personagens estão imbricadas em relações de papéis sociais desempenhados pela mulher, jovem e adulta, nos âmbitos familiar, urbano, psicossocial e discursivo, revelando-se concepções arraigadas acerca do corpo, da sexualidade, da maternidade e suas multifacetadas interpretações como estruturantes do processo contínuo de (re) construção da estigmatização.

Os dois contos brasileiros selecionados como *corpus* de análises, apesar de publicados em séculos distintos (XX e XXI), dialogam com as nossas premissas contemporâneas de que o estigma utilizado em narrativas literárias funciona como instrumento legitimador de construção de identidades discursivas e, por conseguinte, evoca a multiplicidade de sentidos por meio das interações estabelecidas entre os leitores e as narrativas, ou seja, impele os leitores a se atirarem à insegurança, aos vazios, aos entrelugares, às coisas que não estão ditas explicitamente, às projeções das interioridades dos sujeitos.

### **Identidades sociais e discursivas: o estigma como instrumento de construção**

Os pressupostos teóricos que utilizamos em nossas considerações sobre identidades sociais e discursivas se baseiam em Charaudeau (2009), Hall e Silva (2012); e sobre estigma, em Goffman (1963).

Segundo Charaudeau (2009, p. 309), a identidade é o elemento que proporciona ao sujeito a tomada de consciência de sua existência por meio de seu corpo (um estar-aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer). Nessa perspectiva, a identidade implica a tomada de consciência de si mesmo e necessita do fator diferença, ou seja, o princípio de alteridade se torna fundamental para que os indivíduos se reconheçam como semelhantes e/ou diferentes, pois a consciência de si mesmo está atrelada a consciência da existência do outro.

Ademais, o referido autor afirma que a identidade é resultante de traços identitários, pois a identidade do sujeito comunicante inclui dados biológicos (“somos o que nosso corpo é”), dados psicossociais atribuídos ao sujeito (“somos o que dizem que somos”) e dados construídos por nosso próprio comportamento (“somos o que pretendemos ser”). As três categorias de dados estão relacionadas à identidade social e à identidade discursiva.

Charaudeau (2009, p. 312) afirma que:

A identidade social necessita ser reiterada, reforçada, recriada, ou, ao contrário, ocultada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, e a identidade discursiva, para se construir, necessita de uma base de identidade social. Postulamos, pois, que existe uma diferença entre estes dois tipos de identidade, e que é pela sua combinação que se constrói o poder de influência do sujeito falante. A identidade social tem como particularidade a necessidade de ser reconhecida pelos outros. Ela é o que confere ao sujeito seu “direito à palavra”, o que funda sua legitimidade. É necessário, então, verificar em que consiste esta legitimidade. A identidade discursiva tem a particularidade de ser construída pelo sujeito falante para responder à questão: “Estou aqui para falar como?”. Assim sendo, depende de um duplo espaço de estratégias: de “credibilidade” e de “captação”. A credibilidade está ligada à necessidade, para o sujeito falante, de que se acredite nele, tanto no valor de verdade de suas asserções, quanto no que ele pensa realmente, ou seja, em sua sinceridade. O sujeito falante deve pois defender uma imagem de si mesmo (um “*ethos*”) que lhe permita, estrategicamente, responder à questão: “como fazer para ser levado a sério?”.

Ao propormos, neste capítulo, analisar a construção de identidades de personagens femininas, torna-se importante compreendermos que essas identidades desveladas em narrativas literárias abarcam os processos sociais de significação em que estão envolvidos narrador, leitor e contextos sociodiscursivos. Segundo Hall (2012, p. 106),

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui.

As premissas de Hall (2012) permite-nos conjecturar que o leitor interage com as narrativas literárias, com as identidades discursivas das personagens e seus efeitos de fronteiras evocando perspectivas culturais, históricas, sociais e discursivas, sejam pessoais ou de outrem, em um jogo de expectativas e de alteridades. Isto é, a produção de sentidos não ocorre estritamente na materialidade linguística, mas sim na interação estabelecida entre narrador, estratégias discursivas e leitor.

No que diz respeito às categorizações de identidade e de diferença, Silva (2012, p. 76) declara:

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são resultados de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são elementos da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas, ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem.

As concepções de identidade e de diferença são substanciais para compreender como são fundadas as identidades discursivas de personagens femininas em nosso *corpus* de análise, pois, apesar de os contos terem sido publicados em séculos diferentes, carregam em si facetas que implicam contemporaneidade. Nesse viés, a interação entre narrador, discurso e leitor provoca deslocamentos do leitor por entrelugares, ou seja, a disposição de produção de sentidos compele o leitor a buscar estratégias interlocutoras que especulam a intencionalidade do escritor e narrador à época em que o texto literário fora produzido, bem como as representações sociais, culturais e históricas que emergem das instâncias de enunciação e recepção – brechas coexistentes do passado vinculadas ao presente reciprocamente.

Em se tratando do processo de diferenciação, Silva (2012, p. 81-82) afirma que:

Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam estreita relação. São outras tantas marcas de presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”); (“racionais e irracionais); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

Esses pressupostos são basilares para que abordemos, na seção seguinte, a conceptualização de estigma e, por conseguinte, o uso deste como instrumento de construção de identidades. A estigmatização ocorre de modo assemelhado à diferenciação, uma vez que se perpetua em estreitas relações de criação de vínculos e desvínculos.

Hall (2012, p. 106) considera que:

[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, “ganhá-la” ou perdê-la”, no sentido que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença.

Face ao exposto, o processo de estigmatização e as identidades discursivas das personagens femininas que analisamos provocam no leitor, por meio da interação para com o discurso e o narrador, a imprescindibilidade de se (re) conhecer as regulações públicas e privadas, as finalidades e as consequências impostas histórica, cultural e socialmente aos nossos corpos.

Os gregos criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo extraordinário ou ruim acerca do *status* moral de quem os possuía. Os sinais feitos com cortes ou fogo lhes permitiam identificar o portador como sendo um escravo, um criminoso ou um traidor, ou seja, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, principalmente, em lugares públicos (GOFFMAN, 1963, p. 11).

Posteriormente, na Era Cristã, dois outros sentidos foram acrescentados ao termo estigma, um referia-se a sinais corporais de graça divina, manifestados sob a forma de flores em erupção sobre a pele e, o outro referia-se a sinais corporais de distúrbios físicos.

Contemporaneamente, o estigma representa algo ruim, que deve ser evitado, pois é uma ameaça à sociedade, e nesse particular, representa uma identidade deteriorada por uma ação social. Sendo assim, a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e, também, os atributos considerados recorrentes, para os membros que compõem uma determinada categoria, ou seja, estabelece um padrão externo ao indivíduo, prevendo os atributos, a categoria, a identidade social deste.

De acordo com Goffman (1963, p. 14) existem três tipos de estigmas nitidamente diferentes:

- a) as abominações do corpo, as várias deformidades físicas;
- b) as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo estas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo,

- distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical;
- c) os tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

Sob esse ponto de vista, o estigma é construído para explicitar a inferioridade do outro por meio de termos específicos, por exemplo, aleijado, retardado, bastardo etc. Esses termos são fontes de metáfora e representação pejorativa.

No processo de construção de identidades sociais e discursivas, ele torna-se um elemento que governa, domina e prevalece. Isso ocorre em virtude de o estigma ser visto como um aspecto histórico, social e cultural totalizador da identidade dos indivíduos, das personagens literárias, independentemente, na maioria das vezes, do contexto em que estão inseridos (esfera pública ou privada), de quaisquer outras atividades que exerçam, de outros traços identitários que possuam etc.

Assim sendo, emergem analogias nas quais os estigmatizados não possuem virtudes, não são honestos, saudáveis, dignos e, com efeito, não se encaixam em modelos tradicionais idealizados de constituição familiar etc. No entanto, torna-se necessário enfatizar que também existem em nossa sociedade analogias que contradizem essas associações estigmatizadas como, por exemplo, as que evidenciam que todos possuem virtudes e, encaixando-se ou não em todas as esferas sociais, são indivíduos que possuem vínculos e desvínculos como outrem.

Ao discorrermos acerca dos diversos processos de construção de identidades e relações imbricadas, nota-se o caráter dinâmico e engendrado das identidades (não são estáticas), uma vez que podem também ser contestadas e rejeitadas. Todavia, o estigma e o processo de estigmatização podem ser utilizados como recursos que, no âmago da vida social e pessoal, contribuem para emergir e para arraigar limites simbólicos, criando-se efeitos de ubiquidade e unicidade nas identidades sociais e discursivas.

Os limites simbólicos envolvem contextos geográficos, culturais, econômicos, históricos, bem como as vestimentas e os adereços, as relações que estabelecemos com aqueles que fazem parte de nosso cotidiano ou não, as práticas afetivas e sexuais (na vida particular e/ou vida profissional), as questões de higiene, de segurança, de violência etc.

Nossas análises tentam, sob essa perspectiva, desvelar como o estigma exerce influência na construção de identidades discursivas de personagens femininas em dois contos brasileiros.

## Contextualização e análise dos contos

O conto “A Caolha”, de Júlia Lopes de Almeida, foi publicado em 1903. A respeito dessa escritora, Zanchet (2006, p. 143) declara:

Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida – nascida e falecida no Rio de Janeiro (1862-1934) – autora de vários romances, contos e peças teatrais, além da intensa atividade jornalística nos periódicos da época, é um exemplo de intelectual preterido pela crítica. Entretanto, no contexto de sua produção literária, nas primeiras décadas do século XX, a escritora era conhecida e respeitada como uma das romancistas mais populares, representante e porta-voz das questões femininas. Talvez, a forma equilibrada e pouco agressiva de discutir temas polêmicos tenha contribuído para granjear-lhe posição de destaque nos círculos literários oficiais da época, indiscutivelmente sob o forte monopólio masculino. Júlia Lopes de Almeida teve papel de destacada relevância na defesa de questões ligadas às oportunidades educacionais e profissionais da mulher fora do circuito doméstico, quer em seus romances, quer em seus artigos jornalísticos ou em suas conferências.

A contextualização da produção literária de Julia Lopes de Almeida é importante para que possamos discutir a estreita relação estabelecida entre estigma, representações sociais, identidades sociais e discursivas, nas quais está imersa a personagem principal, a Caolha. Ademais, a submissão e a inserção sociocultural da mulher – papel fortemente delimitado nos séculos XIX e XX – estavam associadas ao âmbito doméstico, ou seja, as normas e as virtudes da época compeliavam as mulheres a permanecerem em suas casas para cuidarem do lar e de seus filhos, e o amor materno era associado à imagem de mãe dedicada, sofredora, pura e submissa.

Por meio da representação sociocultural em que a mulher é delineada em diferentes culturas, percebe-se a criação de rígidos mecanismos de controle ideológico para a domesticação do sexo feminino, ou seja, era necessário que tais mecanismos não fossem tão somente impostos pelo homem e funcionassem na presença destes, mas internalizados pela mulher e que esta exercesse o autocontrole (LEAL, 2004, p. 13-14).

Zanchet (2006, p.147) afirma que:

O conto em questão, “A caolha”, exemplifica as duas vertentes de análise: de um lado, a preocupação com a escritura voltada ao caráter missionário, à exemplificação de enredos moralistas, a situações em que a doutrinação subjaz como ensinamento; do outro lado, a utilização de recursos textuais e estilísticos – notadamente a descrição – como forma composicional da narrativa em perfeita sintonia com o papel ambíguo desempenhado pela autora: ao mesmo tempo desbravador, mas também, conservador.

Essa dualidade é manifesta, ao longo do conto, por meio dos estigmas que são circunscritos à personagem principal e das relações familiares em que está envolvida. Assim, o leitor apreende visões maternas e sociais que se constroem a partir de marcas físicas da personagem.

Em síntese, o conto aborda a história de uma mãe (a Caolha) e suas relações com o filho único (Antonico). Eles moravam em uma casa pequena e miserável. O filho era operário em uma oficina de alfaiate e a mãe lavava a roupa para hospitais, sendo também a única responsável pelos serviços domésticos.

A personagem principal é descrita por meio de adjetivos pejorativos como, por exemplo:

A caolha era uma mulher magra, alta, macilenta, peito fundo, busto arqueado, braços compridos, delgados, largos nos cotovelos, grossos nos pulsos; mãos grandes, ossudas, estragadas pelo reumatismo e pelo trabalho; unhas grossas, chatas e cinzentas, cabelo crespo, de uma cor indecisa entre o branco sujo e o louro grisalho, desse cabelo cujo contato parece dever ser áspero e espinhento; boca descaída, numa expressão de desprezo, pescoço longo, engelhado, como o pescoço dos urubus; dentes falhos e cariados. O seu aspecto infundia terror às crianças e repulsão aos adultos; não tanto pela sua altura e extraordinária magreza, mas porque a desgraçada tinha um defeito horrível: haviam-lhe extraído o olho esquerdo; a pálpebra descera mirrada, deixando, contudo, junto ao lacrimal, uma fístula continuamente porejante. Era essa pinta amarela sobre o fundo denegrido da olheira, era essa destilação incessante de pus que a tornava repulsiva aos olhos de toda a gente (ALMEIDA, 2000, p. 49)<sup>63</sup>.

O narrador descreve a caolha como sendo uma mulher que não correspondia às representações sociais (femininas e estereotipadas) do que era/é considerado belo, maternal, saudável etc. A personagem apresenta materializados em seu corpo reflexos de sofrimento, de miséria, de repulsa (em adultos e crianças). O nome da personagem “Caolha” traduz de modo unívoco o estigma do qual é portadora e, com efeito, revela a construção de uma identidade discursiva fixa, totalizante e consolidada. O estigma é refletido na designação de uma mulher e mãe (caracterização de um indivíduo por meio do vocábulo caolha) como uma pena perpétua que lhe fora imposta.

No que diz respeito à relação maternal e submissa ao filho, destacamos o seguinte excerto:

63 Todos os excertos do conto “A Caolha” foram extraídos da obra: MORICONI, Ítalo (Org.). *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. Utilizaremos a referência ALMEIDA para prestigiarmos a autora do conto Júlia Lopes de Almeida.

O filho, enquanto era pequeno, comia os pobres jantares feitos por ela, às vezes até no mesmo prato; à proporção que ia crescendo, ia-se-lhe a pouco e pouco manifestando na fisionomia a repugnância por essa comida; até que um dia, tendo já um ordenadozinho, declarou à mãe que, por conveniência do negócio, passava a comer fora [...]. Ela fingiu não perceber a verdade, e resignou-se (ALMEIDA, 2000, p. 49).

Observa-se que a repugnância em relação à mãe e às refeições por ela preparadas é proporcional ao desenvolvimento da não dependência do filho. À mãe apenas coube conformar-se pacientemente, sem se revoltar.

A submissão da mulher ao seu filho é marcada, narrativa e discursivamente, por meio da descrição de gestos, de expectativas e, com efeito, de vozes sociais que ecoam e também são inerentes à representação social da consecução afetiva e materna, isto é, o estar-sendo mulher-mãe se realizara no e pelo filho, sua única razão de viver:

Daquele filho vinha-lhe todo o bem e todo o mal. Que lhe importava o desprezo dos outros, se o seu filho adorado lhe apagasse com um beijo todas as amarguras da existência? Um beijo dele era melhor que um dia de sol, era a suprema carícia para o seu triste coração de mãe! (ALMEIDA, 2000, p. 49).

No excerto acima, o narrador nos indica a existência e a probabilidade de algo: o filho representava à mãe todo o bem e todo o mal. Essa dualidade é esclarecida somente no encerramento do conto e cria entre nós, leitores, uma repugnância em relação ao filho e a todos os atos e sentimentos expostos por ele. Essa repugnância é, de certo modo, irredutível, mesmo após o remorso de Antonico.

Em relação ao estigma e à construção da identidade discursiva da personagem principal, é patente a influência das esferas privada (lar) e pública (demais contextos). Conforme o filho crescia, aumentava a repulsa pela mãe e a percepção de que esse estigma era passível de condenação por outros membros da sociedade. O estigma da Caolha não era biologicamente hereditário, mas sim social e nominalmente: o filho da caolha. Desta forma, em ambientes privados e públicos, ao filho apenas restou a opção de renegar o estigma/mãe. A designação de “caolha” era estigma para a personagem principal, assim como a designação de “filho” passaria a ser vista como fator estigmatizante para Antonico.

Portanto, o processo de construção de identidade discursiva de Antonico ocorre entremeio ao subentendido: apesar de mãe e filho não possuírem o mesmo fenótipo (característica aparente ou observável de um indivíduo),

o filho era visto socialmente por outros indivíduos como “filho da caolha”, ou seja, um estigma relacionado às abominações do corpo é notado e tido como elemento transmitido compulsoriamente a todos os membros de uma família. Essa estratégia discursiva (busca incessante de diferenciação do filho em relação à mãe) adotada pelo narrador é de extrema relevância para o desfecho do conto.

No trecho seguinte, podemos constatar a influência do estigma nas relações do Antonico, fora do ambiente doméstico:

Mas [...] os beijos foram escasseando também, com o crescimento do Antonico! Em criança ele apertava-a nos bracinhos e enchia-lhe a cara de beijos; depois, passou a beijá-la só na face direita, aquela onde não havia vestígios de doença; agora, limitava-se a beijar-lhe a mão! Ela compreendia tudo e calava-se. O filho não sofria menos. Quando em criança entrou para a escola pública da freguesia, começaram logo os colegas, que o viam ir e vir com a mãe, a chamá-lo – o filho da caolha. Aquilo exasperava-o; respondia sempre (ALMEIDA, 2000, p. 49-50).

A mãe deixa de frequentar alguns ambientes em virtude do desejo do filho em não ser designado como “filho da caolha”. Assim, nós leitores, somos conduzidos a interpretações que reverberam a ingratidão, a vergonha e o desprezo do filho pelo papel maternal (incondicionalmente submisso). Nota-se também que o estigma extrapola os ambientes familiar e escolar, passando a fazer parte, habitual e sucessivamente, da vida do filho, forçando-lhe a recusar presentes de outras pessoas:

Os outros riam-se e chacoteavam-no; ele queixava-se aos mestres, os mestres ralhavam com os discípulos, chegavam mesmo a castigá-los — mas a alcunha pegou, já não era só na escola que o chamavam assim. Na rua, muitas vezes, ele ouvia de uma ou de outra janela dizerem: o filho da caolha! Lá vai o filho da caolha! Lá vem o filho da caolha! Eram as irmãs dos colegas, meninas novas, inocentes e que, industriadas pelos irmãos, feriam o coração do pobre Antonico cada vez que o viam passar! As quitadeiras, onde iam comprar as goiabas ou as bananas para o lunch, aprenderam depressa a denominá-lo como os outros e, muitas vezes, afastando os pequenos que se aglomeravam ao redor delas, diziam, estendendo uma mancha de araçás, com piedade e simpatia:

– Taí, isso é pra o filho da caolha!

O Antonico preferia não receber o presente a ouvi-lo acompanhar de tais palavras; tanto mais que os outros, com inveja, rompiam a gritar, cantando em coro, num estribilho já combinado:

– Filho da caolha, filho da caolha!

O Antonico pediu à mãe que o não fosse buscar à escola; e, muito vermelho, contou-lhe a causa; sempre que o viam aparecer à porta do colégio os

companheiros murmuravam injúrias, piscavam os olhos para o Antonico e faziam caretas de náuseas! A caolha suspirou e nunca mais foi buscar o filho (ALMEIDA, 2000, p. 50).

Com a intenção de se desvencilhar do estigma da “mãe caolha” e, por conseguinte, dos efeitos negativos e de grandes proporções causados pelo fato de ser o “filho da caolha”, Antonico, aos onze anos de idade, sai da escola e começa a trabalhar em uma oficina de marceneiro. No entanto, ele encontra os mesmos problemas de outrora, causados pelo estigma “herdado”. O estigma é quase autônomo, em ascendência sobre os outros e suas respectivas vidas. A mãe intervém novamente e solicita um lugar para o filho em uma oficina de alfaiate, que, ao longo do tempo, apesar dos rumores, torna-se um lugar mais tolerável, sob o ponto de vista do rapaz.

Aos onze anos o Antonico pediu para sair da escola: levava a brigar com os condiscípulos, que o intrigavam e malqueriam. Pediu para entrar para uma oficina de marceneiro. Mas na oficina de marceneiro aprenderam depressa a chamá-lo — o filho da caolha, a humilhá-lo, como no colégio. Além de tudo, o serviço era pesado e ele começou a ter vertigens e desmaios. Arranjou então um lugar de caixeiro de venda; os seus ex-colegas agrupavam-se à porta, insultando-o, e o vendeiro achou prudente mandar o caixeiro embora, tanto que a rapaziada ia-lhe dando cabo do feijão e do arroz expostos à porta nos sacos abertos! Era uma contínua saraivada de cereais sobre o pobre Antonico! Depois disso passou um tempo em casa, ocioso, magro, amarelo, deitado pelos cantos, dormindo às moscas, sempre zangado e sempre bocejante! Evitava sair de dia e nunca, mas nunca, acompanhava a mãe; esta poupava-o: tinha medo de que o rapaz, num dos desmaios, lhe morresse nos braços, e por isso nem sequer o repreendia! Aos dezesseis anos, vendo-o mais forte, pediu e obteve-lhe, a caolha, um lugar numa oficina de alfaiate. A infeliz mulher contou ao mestre toda a história do filho e suplicou-lhe que não deixasse os aprendizes humilhá-lo; que os fizesse terem caridade! Antonico encontrou na oficina uma certa reserva e silêncio da parte dos companheiros; quando o mestre dizia: Sr. Antonico, ele percebia um sorriso mal oculto nos lábios dos oficiais; mas a pouco e pouco essa suspeita, ou esse sorriso, se foi desvanecendo, até que principiou a sentir-se bem ali (ALMEIDA, 2000, p. 50-1).

O desenvolvimento do conto e das relações estabelecidas entre estigma e construção de identidades discursivas propiciam aos leitores atuais a intensificação de nosso repúdio acerca das atitudes do filho e da nossa indignação pela submissão da mãe. Convém ressaltar, que os leitores atuais, possivelmente, têm essa recepção do texto, diferentemente do que era recorrente à época de sua publicação, pois as concepções dos papéis desempenhados pelas mulheres e dos elementos que envolvem o estigma “caolha” sofreram

alterações e modificações históricas, sociais e culturais (apesar de ainda não serem suficientes). Todavia, há leitores atuais que se colocam de acordo com os modelos projetados, à época de publicação, e reafirmam as concepções arraigadas e discriminatórias.

A descoberta amorosa de Antonico faz parecerem reais, no seio familiar, as mudanças radicais nas relações tradicionais e conservadoras que se estabeleceram após o estigma “herdado”, pois, ao se apaixonar, o filho voltou a ser assíduo em casa e também beijou o lado esquerdo da face da mãe (lado que antes ignorava em razão do estigma físico). A mãe estava muito contente e cantarolou a tarde inteira. Ao adormecer dizia a si mesma que estava muito feliz e que o seu filho era um anjo.

Decorreram alguns anos e chegou a vez de Antonico se apaixonar. Até aí, numa ou outra pretensão de namoro que ele tivera, encontrara sempre uma resistência que o desanimava, e que o fazia retroceder sem grandes mágoas. Agora, porém, a coisa era diversa: ele amava! Amava como um louco a linda moreninha da esquina fronteira, uma rapariguinha adorável, de olhos negros como veludo e boca fresca como um botão de rosa. O Antonico voltou a ser assíduo em casa e expandia-se mais carinhosamente com a mãe; um dia, em que viu os olhos da morena fixarem os seus, entrou como um louco no quarto da caolha e beijou-a mesmo na face esquerda, num transbordamento de esquecida ternura!

Aquele beijo foi para a infeliz uma inundação de júbilo! tornara a encontrar o seu querido filho! pôs-se a cantar toda a tarde, e nessa noite, ao adormecer, dizia consigo:

– Sou muito feliz... o meu filho é um anjo! (ALMEIDA, 2000, p. 51).

No entanto, a correspondente amorosa de Antonico enviou-lhe uma carta em que consentia ser sua mulher, desde que ele se separasse completamente da mãe. Os argumentos eram contrários à ideia de tornar-se a “nora da caolha” ou algo semelhante. Antonico chorou em virtude desses argumentos serem muito práticos e, com efeito, o seu rancor se voltou para a mãe. Percebe-se que o narrador aguça os sentimentos de indignação dos leitores para com Antonico e suas relações familiares permeadas de estigmatização. O filho, em troca de um amor, desperta a repulsa “adormecida” e decide abandonar novamente a mãe submissa e estigmatizada.

[...] por fim recebeu uma carta em que a bela moreninha confessava consentir em ser sua mulher, se ele se separasse completamente da mãe! Vinham explicações confusas, mal alinhavadas: lembrava a mudança de bairro; ele ali era muito conhecido por filho da caolha, e bem compreendia que ela não se poderia sujeitar a ser alcunhada em breve de — nora da caolha, ou coisa semelhante! O Antonico chorou! Não podia crer que a

sua casta e gentil moreninha tivesse pensamentos tão práticos! Depois o seu rancor voltou-se para a mãe (ALMEIDA, 2000, p. 51).

Os sentimentos que foram despertados em Antonico eram de ódio, vergonha, arrependimento, por ter nascido de uma mulher tão feia e responsável pelo fardo que carregava há muitos anos: ser “filho da caolha”. Entretanto, em razão da responsabilidade de protetor, comprometeu-se a ir poucas vezes à casa de sua mãe e, às escondidas, à noite.

Ela era a causadora de toda a sua desgraça! Aquela mulher perturbara a sua infância, quebrara-lhe todas as carreiras, e agora o seu mais brilhante sonho de futuro sumia-se diante dela! Lamentava-se por ter nascido de mulher tão feia, e resolveu procurar meio de separar-se dela; considerar-se-ia humilhado continuando sob o mesmo teto; havia de protegê-la de longe, vindo de vez em quando vê-la à noite, furtivamente [...]. Salvava assim a responsabilidade de protetor e, ao mesmo tempo, consagraria à sua amada a felicidade que lhe devia em troca do seu consentimento e amor [...] (ALMEIDA, 2000, p. 51-52).

Antonico foi à casa de sua mãe e a viu agachada no quintal lavando umas panelas. Ele teve pena em dizer-lhe que estava saindo definitivamente de casa em virtude da imposição de sua correspondente amorosa. A caolha virou-se e ele, ao ver o pus na face dela, disse para limpar. Ele a questiona por nunca ter explicado bem o devido “defeito”. Ela responde, vagamente, que o agente responsável foi uma doença e é melhor não lembrar isso. O filho diz que é sempre a mesma resposta. Outrossim, ele alega que a mudança tem como motivação a exigência do patrão. No excerto a seguir, observamos que o filho ainda tem remorsos acerca do estigma da mãe, e o narrador, por meio da cena descritiva e dos pensamentos do Antonico, indica-nos medo, desconfiança e “zelo” do filho (mesmo que ínfimo) pela mãe.

A velha, agachada à porta do quintal, lavava umas panelas com um trapo engordurado. O Antonico pensou: “A dizer a verdade eu havia de sujeitar minha mulher a viver em companhia de... uma tal criatura?” Estas últimas palavras foram arrastadas pelo seu espírito com verdadeira dor. A caolha levantou para ele o rosto, e o Antonico, vendo-lhe o pus na face, disse: – Limpe a cara, mãe [...] – Ela sumiu a cabeça no avental; ele continuou: – Afinal nunca me explicou bem a que é devido esse defeito! – Foi uma doença, – respondeu sufocadamente a mãe – é melhor não lembrar isso! – E é sempre a sua resposta: é melhor não lembrar isso! Por quê? – Porque não vale a pena; nada se remedeia [...] – Bem! agora escute: trago-lhe uma novidade: o patrão exige que eu vá dormir na vizinhança da loja... já aluguei um quarto: a senhora fica aqui e eu virei todos os dias a saber

da sua saúde ou se tem necessidade de alguma coisa... É por força maior; não temos remédio senão sujeitar- nos! [...] Ele, magrinho, curvado pelo hábito de costurar sobre os joelhos, delgado e amarelo como todos os rapazes criados à sombra das oficinas, onde o trabalho começa cedo e o serão acaba tarde, tinha lançado naquelas palavras toda a sua energia, e espreitava agora a mãe com um olho desconfiado e medroso (ALMEIDA, 2000, p. 52).

Apesar de ao longo do conto, a personagem mesmo sendo submissa, desvelar traços fortes por não ceder em sua totalidade à pressão sofrida socialmente em virtude de seu estigma, há um momento em que ela simula ser severa e implacável para com as atitudes do filho: desdenha, afirma ter vergonha do filho e bate a porta com força.

A caolha levantou-se e, fixando o filho com uma expressão terrível, respondeu com doloroso desdém: – Embusteiro! O que você tem é vergonha de ser meu filho! Saia! Que eu também já sinto vergonha de ser mãe de semelhante ingrato! O rapaz saiu cabisbaixo, humilde, surpreso da atitude que assumira a mãe, até então sempre paciente e cordata; ia com medo, maquinalmente, obedecendo à ordem que tão feroz e imperativamente lhe dera a caolha. Ela acompanhou-o, fechou com estrondo a porta, e vendo-se só, encostou-se cambaleante à parede do corredor e desabafou em soluços (ALMEIDA, 2000, p. 52).

O desfecho do conto revela-nos que o filho era o responsável pelo estigma físico da mãe. A madrinha foi com o Antonico até a casa da caolha com o intuito de resolver as desavenças criadas no dia anterior e de contar-lhe a verdadeira causa da cegueira.

A madrinha do Antonico começou logo:

– O teu rapaz foi suplicar-me que te viesse pedir perdão pelo que houve aqui ontem e eu aproveitei a ocasião para, à tua vista, contar-lhe o que já deverias ter-lhe dito!

– Cala-te! – murmurou com voz apagada a caolha.

– Não me calo! Essa pieguice é que te tem prejudicado! Olha! rapaz, quem cegou tua mãe foste tu!

O afilhado tornou-se lívido; e ela concluiu:

– Ah, não tiveste culpa! eras muito pequeno quando, um dia, ao almoço, levantaste na mãozinha um garfo; ela estava distraída, e antes que eu pudesse evitar a catástrofe, tu enterraste-lho pelo olho esquerdo! Ainda tenho no ouvido o grito de dor que ela deu!

O Antonico caiu pesadamente de bruços, com um desmaio; a mãe acercou-se rapidamente dele, murmurando trêmula:

– Pobre filho! vês? – era por isto que eu não lhe queria dizer nada! (ALMEIDA, 2000, p. 53-54).

Em suma, no conto “A Caolha”, o narrador incita o leitor a apreender como herança o estigma da personagem principal, uma vez que herança é da ordem do imposto e não da escolha, ou seja, a herança é um elemento contraditório porque é o recebimento, uma experiência, algo que se obrigou a aceitar, está posto (o que se herda por sucessão ou por transmissão passa a ser do sujeito).

Assim, o estigma funciona como instrumento de construção de identidades discursivas das personagens, pois é atribuído ao filho e à futura nora, por sucessão ou transmissão, a herança de um estigma físico/social que não é propriedade deles, criando-se um efeito de pertença. Esse efeito, visto como estratégia discursiva, permite-nos as seguintes constatações:

- a) o estigma da mãe é o elemento totalizante de sua identidade discursiva e está envolvido em todos os conflitos do filho em esferas privadas e públicas;
- b) o estigma é dinâmico e visto como nominal e socialmente “hereditário”;
- c) a extensão e a intensidade do estigma são proporcionais ao desenvolvimento do filho;
- d) demonstram a dualidade das relações afetivas entre mãe e filho;
- e) evidenciam a submissão incondicional da mulher à maternidade.

Essas estratégias criam ao longo do conto, junto ao leitor, o sentimento de repulsa intensa em relação às atitudes do filho, vistas como reflexo de rejeição social, cultural e historicamente herdada (a mãe é responsável por todo o mal causado ao filho nas esferas privadas e públicas). No entanto, o desfecho do conto é inesperado e rompe com todas conclusões previamente construídas (a culpabilidade da mãe, em se tratando do “recebimento da herança” pelas demais personagens envolvidas), pois o filho passa a ser o causador, o motivador e o culpado principal da criação do estigma de sua mãe. Acreditamos que as construções narrativas que tornam robustas as repulsas do filho e da sociedade pela Caolha contribuem para que, na parte final do conto, os leitores ponderem a força da mãe (outrora negada) e a submissão irrestrita como elementos exponenciais da construção da identidade discursiva de uma mulher estigmatizada. Assim, é despertado em nós, leitores, um certo sentimento de rejeição ao Antonico, pois esse personagem é revelado como o principal agente causador dos sentimentos de repulsa pelo estigma da mãe, isto é, o filho é personagem principal de sua própria história, pois a herança/o estigma que recebeu foi resultante de sua própria ação.

O segundo conto analisado, “Vestido Longo”, integra a obra intitulada “Amar é crime”, publicada em 2010 e de autoria de Marcelino Freire. Os contos

que compõem a obra envolvem indivíduos à margem, vozes que habitual e historicamente não possuem força, representatividade política e até mesmo não são ouvidas. As personagens estão inseridas em situações de morte, dor, partida, marginalização etc.

Marcelino Freire declarou, segundo entrevista conduzida por Sarah Teófilo, publicada no *Jornal Opção* (Goiânia) de 02/02/2015<sup>64</sup>:

O vestido longo, no [livro] “Amar é crime”, é um conto que eu ouvi na televisão um documentário sobre umas meninas muito novinhas que se prostituem nas estradas do Brasil. Muito novinhas, com 12, 10 anos. Então, era uma matéria que aparecia o rosto de uma menina fora de foco e o repórter dizia: “Mas por que você faz isso?”, e ela, quase sem roupa nenhuma, dizia mais ou menos assim: “Não sei porque ficam enchendo o saco da gente se eu sempre vivi assim, nuazinha mesmo.” Então, construí o conto a partir disso.

As considerações<sup>65</sup> que tecemos ao longo do capítulo buscam evidenciar o processo de construção da identidade discursiva da personagem principal, a partir das relações estabelecidas entre corpo, vestimenta, estigma, contextos históricos, sociais e culturais. No conto analisado observamos a relevância de fragmentos, linguagens desterritorializadas (aspectos inerentes à produção literária de Marcelino Freire) entremeio a corpos que social, histórica e culturalmente não podem se expressar; seres de desejo que estão em trânsito.

Nessa perspectiva, as identidades discursivas, os estigmas e as legitimações são construídos nos entrelugares, nas aberturas de significações, tornando propício o (re)conhecimento de traços identitários da personagem principal (na e pela interação entre narrador, leitor e contextos sociodiscursivos evocados), pois os espaços em trânsitos são narrativas, são discursos, linguagens em disputa que se desafiam.

Outro aspecto bastante presente no conto é o discurso do marginalizado, da dicção que contempla diversas vozes, dos discursos que se proliferam, da escrita sobre a violência. Violência quase autônoma. Segundo Ivan Marques, no prefácio da obra analisada:

A literatura de Marcelino Freire é erguida sobre falas, frases roubadas, pedaços vivos do cotidiano e da matéria social brasileira, que ele recolhe com inteligência crítica [...]. E como falam os personagens deste livro. Desabafam o tempo inteiro e protestam com veemência, mesmo quando estão calados [...] (FREIRE, 2010, p. 20).

64 <<http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/MarcelinoFreire.htm>>.

65 Nossas considerações se inspiram em profícuas discussões incitadas, em sala de aula, pela Profa. Dra. Maria Zilda Cury, da Faculdade de Letras da UFMG, à época em que fomos seus alunos.

Em “Vestido longo”, a personagem principal traz à tona a sua miséria particular inserida em ambientes de agressões físicas e verbais. A miséria e as agressões vivenciadas pela personagem têm como causas principais as relações de pertença estabelecidas para com determinadas identidades étnico-raciais, classe social e, majoritariamente, para com o gênero mulher. O narrador (re) cria dramas existenciais, conflitos de classe, injustiças envolvidas no desejo, no sonho, por um vestido longo, símbolo de posse, direitos, feminilidade, luxo e “salvação”.

A realidade brasileira desvelada por meio do conto nos impõe a seguinte questão: ser mulher é crime?

O conto remete à mulher inserida em contextos que a tornam passível de considerações irredutíveis, as quais estão alicerçadas em normas, valores “aceitos”, condutas consideradas “adequadas”, dentre outros. Há regulação dos desejos, dos sentimentos, do agir, enfim, do corpo da mulher.

A estigmatização está diretamente ligada à vigilância sexual velada em nossa sociedade que reza, de certo modo, que as mulheres que exercem a sexualidade sem amarras não são dignas de respeito e/ou não possuem virtudes, pois sempre estão inseridas em um contexto de inúmeras dualidades estigmatizadoras como, por exemplo, decente/indecente, honrada/desonrada, honesta/desonesto, pudica/despudorada, trabalhadora/vagabunda.

Esses limites simbólicos são impostos às mulheres, por meio das relações estabelecidas, em esferas privadas e públicas, as quais envolvem diversas realidades, crenças (em termos morais, culturais e sociais) relacionadas à sexualidade. O conto “Vestido Longo”, apesar de ter sido publicado recentemente, conduz-nos à reflexão acerca da relevância dos contextos históricos, sociais e culturais em que a personagem principal está envolvida, ou seja, contextos de transformação e mudança lenta e gradual, em que determinadas características tornam-se mais complexas, acentuadamente dessemelhantes de contextos mais desenvolvidos e progressistas.

Na vida da personagem, a sensualidade não se distingue da miséria, a qual é circunscrita em seu corpo. O estigma miséria é imposto desde o nascimento, não há poder de escolha. Esse paradoxo é expresso por meio da reflexão sobre a sua fadada realidade:

Eu não tinha nem sapato. O pé no pé, na sola da calçada. Uma miséria braba. Uma miséria pornográfica, é. Por-no-grá-fi-ca. A miséria no Brasil, puta que pariu, é pornográfica. De nascença (FREIRE, 2010, p. 32-3).

Os excertos abaixo, sobremaneira, ecoam a célebre frase de Nelson Rodrigues “Só o rosto é indecente. Do pescoço para baixo podia-se andar nu”:

A cabeça, minha mãe enfeitava. De pétala, ela. Tão boazinha! Dizia que eu era. Charmosa. Ela me incentivava. Aí veio o começo da desgraça (FREIRE, 2010, p. 38-9).

Eu já estava acostumava. Na televisão passava gente sem nada. Como veio ao mundo. E eu vi que não era feio, não era imundo. Ter o umbigo à mostra. E o povo todo aplaudia. Eu também queria. Desfilarmos na avenida. Tentei entrar em roda de samba. Um dia, quem sabe, ser rainha? Mas com que tamancas, sandálias? Desde sempre, calejada de bosta (FREIRE, 2010, p. 37).

O narrador ao dar voz à personagem, leva-nos a apreender que a relação da jovem moça com o corpo e sua sexualidade estava fundamentada em ensinamentos da mãe e no que era visto na televisão. Nesse contexto, observamos que o corpo e a sua nudez são partes de um processo de aclamação da sensualidade da mulher, pois a televisão e o samba passam a ser, de certo modo, a guarida e a permissão para a exposição de um ser de desejos. A avenida é um espaço de conquistas, de subjetividades, de transgressões e de identidades em processo.

Nos trechos a seguir, observam-se, nas falas da mãe e da personagem, aspectos tão recorrentes da nossa cultura sexista, machista. O drama humano visto pelos olhos das duas, mulher/criança, que são/foram submetidas às aventuras e desventuras, na miséria da vida, no ambiente social árido e cruel. São esboçados espaços de extremos, de comiseração, de asperezas.

O vocábulo boneca geralmente remete ao universo pueril, a atitudes infantis ou imaturas. No entanto, para as personagens do conto, a boneca retrata que a vida é dura, uma arena de embates de desumanização dos indivíduos, escravos da barbaridade, dos desejos e da sobreposição alheios.

Você não tem idade ainda, lindinha. Ela dizia. Para entender as sacanagens da vida. E me contava: com dez anos, minha filha, eu já estava grávida. Buchuda de você. Isso porque meu corpo também vivia. No vento, vivia. Para quem quisesse comer. Feito terra, planta. Por causa de um pirulito, eu entrei na desmancha (FREIRE, 2010, p. 34).

O marmanjo babava, caduco. E depois me dava uma moeda, um cascudo. E eu devia ser boa de faxina. Porque veio mais gente chegando. Passando o rodo. Um monte de cachorro, abusando do meu jeito. Pelado. Do meu jeito de mexer. Inocente. Achando que o mundo respeita quando a boneca está descabelada. Respeita quando a boneca está quebrada. Respeita quando a boneca está esfolada. E eu gostava de saber o que tinha dentro da boneca. O que tem, mãe, no coração da boneca? Nadinha, minha filha, nada (FREIRE, 2010, p. 38-9).

Ao se considerar as representações sociais acerca do espaço que deve ser ocupado por mulheres e as construções de identidades discursivas (pelo narrador e por nós leitores), observam-se trechos em que a marcação é mais evidente, quase um mapa a assinalar os passos da travessia/superação da personagem principal, quase assassinada, supliciada, mas que se recupera, à espera de sua “hora e vez”, sendo o crucifixo um cenário que interdita as transposições/transfigurações da linguagem, de identidades e de subjetividades alicerçadas em práticas sociais de significação.

E o caixão fechando. Cobrindo a minha mãe em seu primeiro descanso. Seus irmãos vão para o campo de carvão. E você, maldita, não. Nós vamos mandar para um convento. Sei lá, um aposento santo. Pensei: se até agora vivi sem vestido, por que cobrirei meu peito de crucifixo? Excomungada, excomungada! (FREIRE, 2010, p. 40-1).

O vestido simboliza um manto sagrado que separa, camufla, encobre e omite as impurezas, a vida pecaminosa (simples fato de estar sendo mulher, um crime por sua existência). A suplantação dos desejos inerentes ao ser humano é cingida no e pelo vestido longo, como um espaço que é abrigo para o sofrimento e para a redenção do protagonista:

Por isso eu vim aqui. Por causa deste vestido longo. Aquele da vitrine, sim. Eu quero este vestido longo. Para que, hein, é que eu me mato de trabalhar? Para andar sem roupa, sempre? O caralho! Ora, ora. Que brilho de vestido! Se minha mãe me visse agora. Nesse estilo, comprido. De fazer gosto. Antes eu tivesse tido condição, não teria acontecido o que aconteceu, não teria (FREIRE, 2010, p. 35-6).

Cada vez mais nua, porra. Cada vez mais pelada. Repito, por isso, moça: quero, hoje, este vestido longo. Quanto é? Quanto morre? Quanto custa? De hoje não passa. Tenho dinheiro, posso gastar. Juntei para comprar. O meu primeiro vestido. Pena que minha mãe já está no céu, coberta de nuvens. E não verá. A sua florzinha, como vai ficar um luxo. Juro. Será o meu primeiro vestido este. O primeiro vestido longo a gente nunca esquece. Lá na rua vai ser a novidade. Olha só aquela puta, parece uma dama. De honra. Sim, com muita honra (FREIRE, 2010, p. 44-5).

O conto analisado é de enorme densidade, traduzindo a realidade da prostituição infanto-juvenil em palavras que vicejam existências dilaceradas, enfim, relatos de uma história comum. A personagem principal da narrativa almeja, por meio de uma busca incessante (o vestido longo), “sair” do plano de papel e letras para “adentrar” o universo social, ou seja, o narrador cria

estratégias que provocam, em nós leitores, a sensação de que a personagem possui uma identidade discursiva e está em busca de uma identidade social.

Os estigmas que fazem parte da construção identitária discursiva da personagem são fundamentais para que se compreenda o sentido metafórico do “vestido longo” e sua importância para a jovem moça. A identidade que é ansiada pela jovem não é explicitamente de diferenciação dos seus semelhantes, mas sim, de conformidade (constituída pelo desejo e pela busca incessante) para com o modelo majoritário e empoderado – o vestido é uma forma de encobrir os estigmas que os outros veem.

A construção da identidade discursiva ao longo do conto está significativamente voltada para o “ser como os outros” e, não vigorosamente, para o “não ser como nós somos”. Em síntese, ela se empenha para ser aquilo que os outros são, mesmo que isso implique o raciocínio sutil de dificultar a percepção do que ela e seus próximos são. Ao portar um vestido longo, a personagem será distinta do grupo que pertence e, devido ao fato de ser como os outros, causa, de certo modo, o escamoteamento do que ela sempre foi. Não se observa o desejo de personagem ser aceita como ela é, de empoderar-se sem perder as suas origens. Pelo contrário, a busca pelo empoderamento está balizada na negação do seu “eu” e, com efeito, na inserção ao grupo dos “outros”, ou seja, a busca é maior pela criação de vínculos que desvínculos (mesmo que a criação de vínculos envolva também a criação de desvínculos).

## Considerações

Ao analisarmos comparativamente os dois contos, levando-se em consideração o estigma como instrumento de construção de identidades discursivas, podemos expressar algumas ponderações, a saber: é utilizada historicamente, cultural e socialmente como elemento que impõe modelos excludentes (criação de vínculos e desvínculos); gera repulsa em nós mesmos e nos outros; desvela efeitos de ubiquidade e unicidade; e cria tensões entre o “eu” singular, o “eu” plural, o “nós” singular e o “nós” coletivo.

O estigma se fortalece e, por conseguinte, torna-se arraigado às esferas públicas e privadas, no e pelo processo de diferenciação e, também, pela busca de igualdade a um grupo majoritário, empoderado e “legítimo”. Há pelo menos três dinâmicas interativas envolvidas nesse contexto, o “querer ser como os outros”, o “ser como eu sou”, e “ser compelido a ser o que os outros querem que eu me torne ou continue sendo”.

Em relação à construção de identidades discursivas, intentamos demonstrar que esse processo ocorre, na e pela interação da tríade narrador, leitor e contextos sociodiscursivos evocados, significativamente, em consonância com

o estreitamento de contextos históricos, sociais e culturais e de representações e identidades sociais que nesse espaço se consolidam. Outrossim, a recepção (por parte do leitor) impõe e forja a multiplicidade de sentidos que é inerente ao processo interacional.

O diálogo entre os dois contos permite-nos refletir acerca das atribuições (direitos e deveres impostos ou facultativos), funções que as personagens (e também nós mesmos) têm em uma organização, na sociedade, em relacionamentos etc. Nessa perspectiva, os contos evocam memórias e imaginários subjetivos e coletivos e, para interagirmos com eles, necessitamos resgatar, (re)(des)construir vínculos, desvínculos para com os contextos públicos, privados, históricos, culturais e sociais, imersos em processos diversos de produção de sentido.

No primeiro conto, a personagem principal é submissa ao filho e aos princípios da maternidade imposta, à época, às mulheres. Além disso, é portadora de um estigma físico que é “herdado” social e nominalmente por todos os que possuem vínculos com essa mulher. Esse aspecto estigmatizante é a causa de diversas desavenças nos âmbitos privados e públicos em que a mãe, o filho e a nora estão inseridos. A proposição desenvolvida pelo narrador revela, junto aos leitores, aspectos inerentes ao estigma (até hoje existentes) em nossa sociedade acerca do universo da mulher, bem como de todos aqueles que são vítimas de estigmatização. O corpo da mulher/caolha padece de danos físicos e morais, desperta sentimentos de repulsa no filho e nos demais indivíduos que fazem parte de seu cotidiano, porém, tem como principal algoz o próprio filho, causador do estigma físico.

No segundo conto a personagem principal é vítima dos estigmas que lhe são imputados discursivamente e também reflete a história de diversas mulheres do nosso mundo real. A personagem deseja e busca incessantemente portar um vestido longo para que possa escamotear os estigmas que lhe são imputados e, por conseguinte, viabilizar e legitimar o seu pertencimento ao grupo majoritário e empoderado (os “outros”). A análise desse conto contribui para que compreendamos como as mulheres lutam pelo direito de desejos e escolhas intrínsecas às relações humanas tão ambicionadas por nós: de respeito, de convivência e de concretização do (re)conhecimento da pluralidade.

Por fim, salientamos que o objetivo primordial das análises expostas e das premissas adotadas como suporte teórico, ao longo deste capítulo, é incitar a reflexão acerca da importância do estigma na construção de identidades discursivas e, com efeito, nos diálogos com as identidades e as representações sociais, a partir das quais desenvolvemos nossas relações cotidianas, históricas, culturais e sociais.

## REFERÊNCIAS

ACHUGAR, H. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRITO, J. D. **Entrevista com Marcelino Freire**. São Paulo, 20 nov. 1998. Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/MarcelinoFreire.htm>>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (Org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-326.

FREIRE, M. **Amar é crime**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

HALL, S. Quem precisa da identidade? Tradução Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). HALL, Stuart; WOOD WARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. p. 103-133.

LEAL, J. C. **A maldição da mulher**: de Eva aos dias de hoje. São Paulo: Editora DPL, 2004.

MORICONI, Ítalo (Org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 73-102.

ZANCHET, Maria Beatriz. Tradição e vanguarda na escritura de Júlia Lopes de Almeida. **Revista Trama**, Paraná, UNIOESTE, v. 2, n. 4, p. 143-154, 2006.

## SOBRE OS AUTORES

### **Adriana do Carmo Figueiredo**

Cursa doutorado no do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do PosLin/FALE/UFMG. É Mestre em Teoria da Literatura pelo PosLit/UFMG. Advogada constitucionalista. Atualmente é professora no CEFET/MG. Pesquisadora nas seguintes áreas: Estudos Linguísticos e Literários, Direitos Humanos e Hermenêutica Jurídica. E-mail: [acfigueiredo.prof@gmail.com](mailto:acfigueiredo.prof@gmail.com)

### **Aline Torres Sousa Carvalho**

É professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, *Campus Patrocínio*. É doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais/UGMG. Mestre em Letras pela Universidade Federal de São João-del-Rei. Especialista em Educação pela Universidade Federal de Lavras. Graduada em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [alinetorres\\_yahoo.com.br](mailto:alinetorres_yahoo.com.br)

### **Dominique Maingueneau**

É professor de Linguística no Departamento de Língua Francesa da *Université Paris IV-Sorbonne*, atuando, principalmente, no domínio da análise do discurso. Publicou várias obras no âmbito dessa disciplina. Organizou, juntamente com Patrick Charaudeau, o *Dictionnaire D'Analyse du Discours* (2002; edição brasileira: 2004). Inscreve-se na tradição francesa de análise do discurso, privilegiando as abordagens de Michel Foucault, da pragmática e das teorias da enunciação linguística. E-mail: [maingueneau@u-pec.fr](mailto:maingueneau@u-pec.fr)

### **Eduardo Assunção Franco**

Doutor em Análise do Texto e do Discurso pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (2014-2018). Bolsista do CNPq. Mestre em Análise do Texto e do Discurso pela Faculdade de Letras da UFMG (2010-2012). Especialista em Imagens e Culturas Midiáticas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (2005). Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (1983-1987). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração. Tutor da Oficina de Leitura e Produção de Textos (on-line) da Faculdade de Letras da UFMG (02/2015, 01/2016, 02/2016, 01/2017). E-mail: [eduardodfranco@gmail.com](mailto:eduardodfranco@gmail.com)

**Gilmar Bueno Santos**

É doutor em Linguística do Texto e do Discurso pelo PosLin da FALE/UFMG. Realizou dois pós-doutorados em Estudos Linguísticos na UFMG e em *Paris Est-Créteil* (França). Atualmente é professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: buenos.gilmar@gmail.com

**Ida Lucia Machado (Organizadora)**

Doutora *ès Lettres* pela *Université de Toulouse II* (França) com dois pós-doutorados em Análise do Discurso, realizados em Paris XIII e Paris III (França). Membro do Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG. Atualmente é professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG. Autora de várias publicações sobre análise do discurso, sobretudo, a Semiologia. Suas pesquisas centram-se sobre análise do discurso, fenômenos identitários, narrativas de vida, ironia e paródia. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: idaluz@hotmail.fr

**Liozina Kauana de Carvalho Penalva**

É professora do Instituto Federal do Pará e possui mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é bolsista do CNPq e doutoranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: kauanapenalva@gmail.com

**Luciana Iost Vinhas**

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: lucianavinhas@gmail.com

**Luiz Marcelo Robalinho Ferraz**

Jornalista e publicitário, mestre em Comunicação pela UFPE e doutor em Informação e Comunicação em Saúde pela Fiocruz, com estágio sanduíche pela Université Paris XIII (2014). Ganador dos prêmios Adelmo Genro Filho de Tese da SBPJor (2016), Freitas Nobre de Doutorado do Intercom (2012) e Compós de Dissertação de Mestrado (2011). Estuda a relação mídia e saúde. E-mail: marcelo.robalinho@gmail.com

**Maria Aparecida Lino Pauliukonis**

Professora titular de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ. Mestre em Literatura pela USP, Doutora em Língua Portuguesa pela UFRJ, com Pós-Doutorado em Análise do Discurso pela Universidade Paris 13. Coordenou o Grupo de pesquisa CIAD-Rio por vários

anos e atua nas áreas de Linguística do texto e língua, discurso e ensino. Tem publicações em estudos semânticos, textuais e discursivos. E-mail: aparecidalino@gmail.com

### **Maria Cristina Ramos Borges**

Possui graduação em Educação Artística pela Associação Prudentina de Educação e Cultura. Graduação em Pedagogia pela Fundação Educacional de Penápolis. Graduação em Letras pela Faculdade de Educação Ciências e Letras Urubupungá. Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista UNESP, além de vários cursos de especialização e de extensão universitária. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Discurso Político, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, linguística, conscientização, ensino e dificuldades de aprendizagem. Trabalha com responsabilidade social e projetos de inclusão, voluntariamente. E-mail: cristinarb9@hotmail.com

### **Millaine de Souza Carvalho**

É graduada em Letras pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: millainedescarvalho@gmail.com

### **Mônica Santos de Souza Melo**

Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG, com Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. É professora Associada IV de Linguística da Universidade Federal de Viçosa, onde leciona e orienta pesquisas na Graduação e Pós-Graduação, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso religioso, político e midiático; semiolinguística; argumentação. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: monicassmelo@yahoo.com.br

### **Rui Alexandre Grácio**

É doutor em Ciências da Comunicação. Mestre em Filosofia Contemporânea. Licenciado em Filosofia. É professor profissionalizado e formador especialista desde 1997, reconhecido pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua (Portugal). Autor de vários manuais escolares e de diversas publicações na sua área de pesquisa. É investigador do CECS (linha de investigação de Estudos Culturais), integra grupo de pesquisa GPARA da UFPE e é colaborador estrangeiro do grupo de pesquisa ELAD, da UESC,

Brasil. É editor desde 1996, dirigindo atualmente a Grácio Editor. E-mail: rgracio@gmail.com

### **Sérgio Nunes de Jesus (Organizador)**

Pós-Doutor em Educação/UFLO. Doutor em Ciências da Educação/UTIC. Mestre em Linguística/UNIR. Licenciado em Letras Português – Inglês/UNEB. Assessor Científico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC. Da American Organization of Teachers of Portuguese – AOTP/EUA. Da Associação Brasileira de Editores Científicos/ABEC. Professor convidado do Programa de Pós-Graduação FAP e UNESCO. Membro do Conselho Consultivo do Movimento Internacional Lusófono – MIL/Portugal. Membro Fundador da Academia de Letras de Cacoal/ACLEC. Membro da Associação Cacoalense de Imprensa/ACI-RO. Atualmente lidera o Grupo de Pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia/CNPq, *Campus* Cacoal-IFRO e desenvolve pesquisas nas áreas de Estudos da Linguagem, Educação, Povos e Comunidades Tradicionais; bem como faz trabalhos voluntários em diversos projetos sociais com o GP PDA-IFRO. Jornalista/Articulista (DRT 0001619 / RO – Portaria 89, de 22 de Janeiro de 2016 – MTPS). Coordenador do Projeto Simpósio PDA-IFRO, *Campus* Cacoal. Pesquisador, escritor, músico e poeta. E-mail: sergio30canibal@gmail.com

### **Tatiana Emediato Corrêa**

Mestre em Linguística do Texto e do Discurso, ênfase em Análise do Discurso: dissertação intitulada *Os discursos e representações da/sobre a mulher em Ensaio sobre a Cegueira, de José Saramago*. Atualmente, doutoranda no programa de pós-graduação em Linguística na Faculdade de Letras/Universidade Federal de Minas Gerais na mesma área do título de mestre. Bolsista do CNPQ e professora na graduação como colaboradora na Faculdade de Letras/UFMG. Membro do Núcleo de Análise do Discurso (NAD), Fale/UFMG. Possui diversos artigos publicados relacionados ao discurso sobre / da mulher. Possui vasta experiência em sala de aula nas disciplinas ligadas às línguas portuguesa e francesa. E-mail: tatyemedcorrea@gmail.com

### **Virgínia Barbosa Lucena Caetano**

É graduada em Letras pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: vicaetano24@gmail.com

### **Wander Emediato**

Professor da UFMG, com doutorado em Ciências da Linguagem (Universidade de Paris XIII) e pós-doutorado em Linguística (Universidade de Lyon2-Laboratório ICAR-CNRS). Membro do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG. Trabalha na área de estudos do Texto e do Discurso, em especial, nas seguintes linhas de pesquisa: Análise do Discurso, teorias da Enunciação, da Argumentação e do Texto. E-mail: wemediato@hotmail.com

### **Yana Grinshpun**

MCF – Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. CLESTHIA – Langage, systèmes, discours – EA 7345. ED 268 – Langage et langues: description, théorisation, transmission. Département: Littérature et Linguistique Françaises et Latines (LLFL). E-mails: yana.grinshpun@univ-paris3.fr; grinshpun.yana@gmail.com

*Versão final*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

**SOBRE O LIVRO**

Tiragem: 1000

Formato: 16 × 23 cm

Mancha: 12,3 × 19,3 cm

Tipografia: Times New Roman 10,5 | 11,5 | 12 | 16 | 18 pt

Arial 7,5 | 8 | 9 | 10 pt

Papel: Pólen 80 g/m<sup>2</sup> (miolo)

Royal Supremo 250 g/m<sup>2</sup> (capa)